

**Expediente:**

Federação das Associações dos Municípios da Paraíba - FAMUP

DIRETORIA-EXECUTIVA**PRESIDENTE: GEORGE JOSÉ PORCIÚNCULA PEREIRA COELHO – SOBRADO****1º VICE- PRESIDENTE: ROBERTO BANDEIRA DE MELO BARBOSA - BOM JESUS****2º VICE- PRESIDENTE: ANDRÉ LUIZ GOMES DE ARAÚJO - BOA VISTA****3º VICE- PRESIDENTE: ANNA LORENA NOBREGA – MONTEIRO****4º VICE- PRESIDENTE: EUCLIDES SÉRGIO COSTA DE LIMA JÚNIOR - BAÍA DA TRAIÇÃO****1º SECRETÁRIO: ALLAN FELIPPE BASTOS DE SOUSA - PEDRA BRANCA****2º SECRETÁRIO: BEVILACQUA MATIAS MARACAJÁ – JUAZEIRINHO****3º SECRETÁRIO: TIAGO MARCONE CASTRO DA ROCHA – CABACEIRAS****1º TESOUREIRO: FÁBIO RAMALHO DA SILVA - LAGOA SECA****2º TESOUREIRO: LÚCIO FLÁVIO ARAÚJO COSTA – ITABAIANA****CONSELHO FISCAL****EFETIVOS****RONALDO R. DE QUEIROZ – GURIÃO****JOSÉ ALEXANDRE DE ARAÚJO - SANTA LUZIA****JOYCE RENALLY FELIX NUNES - DUAS ESTRADAS****CLÁUDIA MACÁRIO LOPES – QUIXABA****MARIA RODRIGUES DE ALMEIDA FARIAS – ALAGOINHA****SUPLENTE****AGUIFALDO LIRA DANTAS - FREI MARTINHO****ROSALBA GOMES DA NÓBREGA - SÃO JOSÉ DO BONFIM****JOAQUIM HUGO VIEIRA CARNEIRO - RIACHO DOS CAVALOS****JOSÉ BENICIO DE ARAÚJO NETO – PILAR****DIOGO RICHELLI ROSAS - NOVA OLINDA**

O Diário Oficial dos Municípios do Estado da Paraíba é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

ESTADO DA PARAÍBA

MUNICÍPIO DE CAAPORÃ

LICITAÇÃO

EXTRATO DE ADITIVO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA OS SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE 01 (UM) ÔNIBUS COM CAPACIDADE PARA NO MÍNIMO 44 LUGARES PARA FICAR À DISPOSIÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO, PARA TRANSPORTE DE PESSOAS PARA CONSULTAS E EXAMES EM TRATAMENTO NA CIDADE DE JOÃO PESSOA-PB, SENDO ESTE SERVIÇO EXECUTADO DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA, SENDO 2 (DUAS) VIAGENS IDA E VOLTA AO DIA, COM COMBUSTÍVEL POR CONTA DA PREFEITURA. Veículo tipo: utilitário - Placas: KIS 8570-PE - Combustível: óleo diesel - SE. **FUNDAMENTO LEGAL:** Pregão Presencial nº 00023/2019. **ADITAMENTO:** Dar continuidade a execução do objeto contratado. **PARTES CONTRATANTES:** Prefeitura Municipal de Caaporã e: CT Nº 00050/2019 - Vidmar Transportes Eireli - CNPJ: 27.324.602/0001-50 - 3º Aditivo - prorroga o prazo por mais 12 meses. **ASSINATURA:** 13.07.22.

Caaporã - PB, 13 de Julho de 2022.

CRISTIANO FERREIRA MONTEIRO

Prefeito Constitucional

Publicado por:

Zioreth Ribeiro Placido Castro

Código Identificador:B4EAE8A0**LICITAÇÃO****EXTRATO DE CONTRATO - DISPENSA Nº DP00044/2022**

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÁS GLP 13KG PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO. **FUNDAMENTO LEGAL:** Dispensa de Licitação nº DV00044/2022. **DOTAÇÃO:** 02.030-SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS 02030.04.122.2005.3017-MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE ADMINISTRAÇÃO 3390300000 500- MATERIAL DE CONSUMO 02.051-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS 02051.10.122.2005.2947- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE 3390300000 500 MATERIAL DE CONSUMO 02051.10.301.1012.2955- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 3390300000 600- MATERIAL DE CONSUMO 02.070- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 02070.12.361.1005.2930- MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - MDE 3390300000 500 MATERIAL DE CONSUMO 02070.12.361.1005.2943- EXECUÇÃO DE AÇÕES DE PROG. SALÁRIO FAMÍLIA - QSE 3390300000 550 MATERIAL DE CONSUMO 02070.12.361.1005.2957- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ENS. FUNDAMENTAL - FUNDEB 30% 3390300000 540 MATERIAL DE CONSUMO 02070.12.361.2005.2176-MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 3390300000 500 MATERIAL DE CONSUMO 02.080-SECRETARIA DE DESENV. HUMANO E INCLUSÃO SOCIAL 02080.08.244.2005.2013-MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE DESENVOLVIMENTO HUMANO 3390300000 500 MATERIAL DE CONSUMO 3390300000 600 MATERIAL DE CONSUMO ESSAS DOTAÇÕES PODERÃO SOFRER ALTERAÇÕES. **VIGÊNCIA:** até o final do exercício financeiro de 2022. **PARTES CONTRATANTES:** Prefeitura Municipal de Caaporã e a empresa: A ANDRADE COMERCIO DE GAS LTDA - CNPJ nº 43.113.303/0001-23 - CT Nº 00116/2022 - DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 13.07.2022 - VALOR: R\$ 102.500,00 (CENTO E DOIS MIL E QUINHENTOS REAIS). Caaporã - PB, 13 de Julho de 2022.

CRISTIANO FERREIRA MONTEIRO

Prefeito Constitucional

Publicado por:

Zioreth Ribeiro Placido Castro

Código Identificador:5189A252**LICITAÇÃO****TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 00023/2022**

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE MATERIAL PERMANENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL ANA VIRGINIA DE CAAPORÃ. A PREGOEIRA OFICIAL DO MUNICÍPIO DE CAAPORÃ, no uso das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 132/2022, de 26/04/2022, e observadas as disposições da Decreto Federal nº 10.520, de 17 de Julho de 2002; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas, **R E S O L V E:** ADJUDICAR o resultado da licitação, modalidade Pregão Presencial nº 00023/2022, que objetiva: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE MATERIAL PERMANENTE PARA ATENDER AS

NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL ANA VIRGINIA DE CAAPORÃ; com base nos elementos constantes do processo correspondente, a:
EMPRESA: CIRURGICA SAO FELIPE PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI.
CNPJ: 07.626.776/0001-60.
VALOR: R\$ 22.970,00.
EMPRESA: V. G. ROCHA COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES EIRELI.
CNPJ: 31.531.928/0001-26.
VALOR: R\$ 26.170,00.
TOTAL: R\$ 49.140,00.

Caaporã - PB, 13 de Julho de 2022.

KALINNA HELEN FERREIRA FRANCO BORGES

Pregoeira Oficial

Publicado por:
Zioreth Ribeiro Placido Castro
Código Identificador:0029E582

**ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE CABACEIRAS**

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00010/2022**

HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00010/2022

Nos termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Eletrônico nº 00010/2022, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM REGISTRO NA ANP PARA FORNECER COMBUSTÍVEIS PARA OS VEÍCULOS DA FROTA OFICIAL DAS SECRETARIAS DE SAÚDE, EDUCAÇÃO E INFRAESTRUTURA, QUE FAZEM ROTA NO DISTRITO DA RIBEIRA E ADJACÊNCIAS DE FORMA PARCELADA, EXCLUSIVA À PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS DESCRITOS NO TERMO DE REFERÊNCIA DO PRESENTE EDITAL; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório em favor de: POSTO CARIRI COMBUSTÍVEIS LTDA - R\$ 159.945,90.

Cabaceiras - PB, 11 de Julho de 2022

TIAGO MARCONE CASTRO DA ROCHA

Prefeito Constitucional

Publicado por:
José Djanilson Galdino de Farias
Código Identificador:219F28EC

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO**

EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM REGISTRO NA ANP PARA FORNECER COMBUSTÍVEIS PARA OS VEÍCULOS DA FROTA OFICIAL DAS SECRETARIAS DE SAÚDE, EDUCAÇÃO E INFRAESTRUTURA, QUE FAZEM ROTA NO DISTRITO DA RIBEIRA E ADJACÊNCIAS DE FORMA PARCELADA, EXCLUSIVA À PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS DESCRITOS NO TERMO DE REFERÊNCIA DO PRESENTE EDITAL. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Eletrônico nº 00010/2022. DOTAÇÃO: Recursos próprios, FUNDEB 40%, FMS, FNAS, PNAT, TERMO DE COMPROMISSO DE EMENDAS Nº 202100290-22 – Emenda(s) Parlamentar(es) Nº 27110002/2020 e de convênios consignados no orçamento vigente: 02.501 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTOS 02.801 SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS 06.001 SECRETARIA DE SAÚDE – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e demais secretarias municipais. 3390.30 99 Material de Consumo. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de

2022.PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Cabaceiras e: CT Nº 03701/2022 - 13.07.22 - POSTO CARIRI COMBUSTÍVEIS LTDA - R\$ 159.945,90.

Publicado por:
José Djanilson Galdino de Farias
Código Identificador:627B07DA

**ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO**

**GABINETE DO PREFEITO
DECRETO 026/2022**

“DECRETA PONTO FACULTATIVO O DIA 13 DE JULHO DE 2022, E LUTO OFICIAL NA CIRCUNSCRIÇÃO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO E DÁ PROVIDÊNCIAS CORRELATAS”

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO-PB, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO - que na manhã de hoje, 13 de julho de 2022, faleceu a senhora **Maria do Desterro dos Santos Ferreira**.

CONSIDERANDO: que a senhora Maria do Desterro dos Santos Ferreira, na qualidade de servidora pública municipal e Oficial de Justiça contribuiu e colaborou nas diversas atividades desenvolvidas no nosso município de Conceição, cujo ato ímpar merece o reconhecimento dos Poderes Constituídos desta cidade.

CONSIDERANDO: que a Municipalidade precisa prestar suas homenagens a senhora Maria do Desterro dos Santos Ferreira, pelos relevantes serviços prestados à nossa comunidade através das suas ações.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica decretado ponto facultativo o dia 13 de julho de 2022, e com profundo pesar, luto oficial no município de Conceição por três dias, em virtude do falecimento da Srª. Maria do Desterro dos Santos Ferreira, com termo inicial hoje 13 de julho de 2022.

Parágrafo Único: Durante o período de Luto Oficial a Bandeira Municipal deverá ser hasteada à meio-mastro.

Art. 2º - A Secretaria de Administração será o órgão do Município, responsável pela divulgação deste Decreto e sua afixação no quadro de avisos da edilidade, comunicando imediatamente aos órgãos e instituições do Município e aos demais Poderes Constituídos.

Art. 3º - A Secretaria Municipal de Saúde estabelecerá, no dia referido neste Decreto, escalas de serviços de servidores, a fim de que o atendimento à população não sofra solução de continuidade.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, enviando-se cópia à família enlutada.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Conceição/PB, 13 de julho de 2022.

RAIMUNDO ALVES DE SOUSA
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Ilo Istênio Tavares Ramalho
Código Identificador:0CD7A174

**GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº
40101/2020**

INSTRUMENTO: 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 40101/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ADEQUAÇÃO DA ESTRADA VICINAL NO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO/PB, CONFORME PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E O CONTRATO DE REPASSE Nº 879190/2018/MAPA/CAIXA.

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO: TOMADA DE PREÇOS Nº 00001/2020

DOTAÇÃO:

Nº DA PROPOSTA 060159/2018 – CONTRATO DE REPASSE Nº 879190/MAPA/CAIXA – JUNTO À UNIÃO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, REPRESENTADA PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, E CONTRA PARTIDA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO/PB – 07.000 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE – PROGRAMA DE TRABALHO – 26 782 1013 1016 CONSTRUÇÃO E MELHORIA DE PASSAGEM MOLHADA – 26 782 1013 1015 CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS – ELEMENTO DE DESPESA – 4490.51 OBRA E INSTALAÇÃO.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO-PB, CNPJ: 08.943.227/0001-82

CONTRATADO: CONSTRUTORA TRIUNFO EIRELI, CNPJ Nº 18.578.731/0001-84

VALOR DO CONTRATO: Fica alterada a CLÁUSULA TERCEIRA, que trata do valor global do contrato, para acrescer o preço do contrato o valor de R\$ 77.738,43 (setenta e sete mil, setecentos e trinta e oito reais e quarenta e três centavos), a fim de incluir serviços não previstos inicialmente e acrescer quantitativos aos já existentes, razão pela qual o valor do contrato passará de R\$ 471.708,23 (quatrocentos e setenta e um mil, setecentos e oito reais e vinte e três centavos) para R\$ 549.446,66 (quinhentos e quarenta e nove mil, quatrocentos e quarenta e seis reais e sessenta e seis centavos) referente aos novos serviços realizados e acrescidos, que sofrerá um acréscimo no valor global de 16,48% (dezesesseis vírgula quarenta e oito por cento).

SAMUEL SOARES LAVOR DE LACERDA
Prefeito Municipal
Contratante

CONSTRUTORA TRIUNFO EIRELI
CNPJ Nº 18.578.731/0001-84

Publicado por:
Ilo Istênio Tavares Ramalho
Código Identificador:94B891F1

ESTADO DA PARAÍBA MUNICÍPIO DE JERICÓ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO AVISO DE CANCELAMENTO

DISPENSA POR VALOR Nº 00039/2022

O Pregoeiro Oficial comunica o cancelamento da Dispensa Por Valor nº 00039/2022, que objetiva: Contratação de empresa para prestação de serviço de recuperação de créditos fiscais junto aos órgãos de Telecomunicações, mais precisamente a restituição de valores decorrentes de pagamento de TFF e TLL, não recolhidos em favor do Município, referentes à Torre da VIVO, equivalente a aproximadamente R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais). Informações: no horário das 07:30 as 11:30 e das 13:30 as 17:00 horas dos dias úteis, no seguinte endereço - Praça Frei Damião, S/N - Centro - Jericó - PB. Telefone: (083) 34351089. E-mail: licitajerico@yahoo.com.br.

Jericó - PB, 11 de julho de 2022

GENEBALDO DE OLIVEIRA FORMIGA -
Presidente da Comissão

Publicado por:
Francisco Aroldo Pereira Muniz
Código Identificador:B083219B

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº DV00043/2022

A Prefeitura Municipal de Jericó manifesta o interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados na contratação direta, com base no Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21, que objetiva: Escolha de proposta mais vantajosa para contratação por Dispensa de Licitação de empresa para fornecimento de materiais permanentes (mobiliários lúdicos e brinquedos recreativos) para as escolas de educação infantil da rede municipal de ensino do município de Jericó-PB. O interessado poderá obter o respectivo Termo de Referência com a especificação do objeto pretendido junto a Comissão de Licitação, sediada na Praça Frei Damião, S/N - Centro - Jericó - PB, ou acessando: www.jerico.pb.gov.br. A referida comissão estará recebendo as propostas até o dia 19 de Julho de 2022, nos horários e endereço abaixo indicados, e que poderão ser encaminhadas também pelo e-mail: licitajerico@yahoo.com.br. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21; Lei Complementar nº 123/06; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: no horário das 07:30 as 11:30 e das 13:30 as 17:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (083) 34351089.

Jericó - PB, 13 de Julho de 2022

GENEBALDO DE OLIVEIRA FORMIGA -
Agente de Contratação

Publicado por:
Francisco Aroldo Pereira Muniz
Código Identificador:5925FF44

PREFEITURA MUNICIPAL DE JERICÓ SENTENÇA

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 004/2022
RECLAMADA: MEDIC MANUTENÇÃO E REPAROS DE EQUIPAMENTOS EIRELI

Vistos, etc.

Trata-se de processo administrativo instaurado pela Comissão de Processo Administrativo, em face de **MEDIC MANUTENÇÃO E REPAROS DE EQUIPAMENTOS EIRELI**, já qualificada nos autos, com fundamentos no Art. 77, 78 e 79 da Lei. 8.666/93, assim como Clausula 12º do Contrato administrativo. Devidamente notificada, às fls 04 Ofereceu recurso solicitando o cancelamento das multas às fls 06; Parecer da assessoria jurídica às fls 07

É o relatório,
Decido.

Trata-se de processo administrativo instaurado pela Comissão de Processo Administrativo, em face de **MEDIC MANUTENÇÃO E REPAROS DE EQUIPAMENTOS EIRELI**, já qualificada nos autos, com fundamentos no Art. 77, 78 e 79 da Lei. 8.666/93, assim como Clausula 12º do Contrato administrativo. Tendo em vista o atraso na entrega de produtos em período superior a 100 dias.

Inicialmente observa-se que o prazo contratual para entrega dos produtos solicitados é de 05 dias. Destaque-se que na data de notificação já se contabilizava período superior a 20 dias, o que hoje ultrapassa 50 dias.

Manifestou-se pela renovação de prazo, todavia não apresentou qualquer defesa sobre o tema abordado.

A lei 8.666/93, por seu Art 77, reza que:

Art.77.A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento..

Jó o Art. 78, nos revela que:

Art.78.Constituem motivo para rescisão do contrato:

I-o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

(...)

IV-o atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;

(...)

V-a paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

No caso em tela temos que, a reclamada não cumpriu com as cláusulas contratuais, qual seja, a entrega dos produtos em até cinco dias úteis após a solicitação. Assim como o fora de forma injustificada e sem prévia comunicação.

Desta forma, aplicável pena de multa, de 0,5 % calculado sobre o valor contratado, por dia de atraso. Assim como multa de 10% sobre o valor contratado em decorrência da inexecução do contrato, seja esta parcial ou total

Ainda, o Art. 87, III da Lei 8.666/93 traz:

Art.87.Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

(...)

II-multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III-suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois)anos;

DISPOSITIVO

Isto posto, **DECLARO** rescindido unilateralmente o contrato havido entre as partes; **CONDENO** a reclamada em multa de 0,5% calculado sobre o valor contratado (R\$ 131.976,75), por dia de atraso (24 dias úteis), o que corresponde ao valor de R\$ 13.857,65, o que desde já resta aplicado, devendo ser recolhido em igual prazo de cinco dias; **CONDENO** a reclamada no pagamento de multa de 10% sobre o valor contratado (R\$ R\$ 131.976,75) em decorrência da inexecução do contrato, seja esta parcial ou total, a qual possui valor certo e determinado de R\$ 13.197,67; **DECLARO** inidônea a reclamada, **SUSPENDO** temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois)anos, no âmbito do município Jericó.

Publique-se,

Intime-se.

Jericó, 09 de Junho de 2022.

KADSON VALBERTO LOPES MONTEIRO

Prefeito Municipal

Publicado por:

Francisco Aroldo Pereira Muniz
Código Identificador:D96D0FE1

PREFEITURA MUNICIPAL DE JERICÓ SENTENÇA

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 004/2022
RECLAMADA: JOSÉ NERGINO SOBREIRA

Vistos, etc.

Trata-se de processo administrativo instaurado pela Comissão de Processo Administrativo, em face de **JOSÉ NERGINO SOBREIRA**, já qualificada nos autos, com fundamentos no Art. 77, 78 e 79 da Lei. 8.666/93, assim como Clausula 12º do Contrato administrativo.

Devidamente notificada, às fls 04

Quedando inerte;

Parecer da assessoria jurídica às fls 06

É o relatório,

Decido.

Trata-se de processo administrativo instaurado pela Comissão de Processo Administrativo, em face de **JOSÉ NERGINO SOBREIRA**, já qualificada nos autos, com fundamentos no Art. 77, 78 e 79 da Lei.

8.666/93, assim como Clausula 12º do Contrato administrativo. Tendo em vista o atraso na entrega de produtos em período superior a 100 dias.

Inicialmente observa-se que o prazo contratual para entrega dos produtos solicitados é de 05 dias. Destaque-se que na data de notificação já se contabilizava período superior a 20 dias, o que hoje ultrapassa 50 dias.

Manifestou-se pela renovação de prazo, todavia não apresentou qualquer defesa sobre o tema abordado.

A lei 8.666/93, por seu Art 77, reza que:

Art.77.A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

Jó o Art. 78, nos revela que:

Art.78.Constituem motivo para rescisão do contrato:

I-o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

(...)

IV-o atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;

(...)

V-a paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

No caso em tela temos que, a reclamada não cumpriu com as cláusulas contratuais, qual seja, a entrega dos produtos em até cinco dias úteis após a solicitação. Assim como o fora de forma injustificada e sem prévia comunicação.

Desta forma, aplicável pena de multa, de 0,5 % calculado sobre o valor contratado, por dia de atraso. Assim como multa de 10% sobre o valor contratado em decorrência da inexecução do contrato, seja esta parcial ou total

Ainda, o Art. 87, III da Lei 8.666/93 traz:

Art.87.Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

(...)

II-multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III-suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois)anos;

DISPOSITIVO

Isto posto, **DECLARO** rescindido unilateralmente o contrato havido entre as partes; **CONDENO** a reclamada em multa de 0,5% calculado sobre o valor contratado (R\$ 12.275,00), por dia de atraso (32 dias úteis), o que corresponde ao valor de R\$ 1.964,00; **CONDENO** a reclamada no pagamento de multa de 10% sobre o valor contratado (R\$ 12.275,00) em decorrência da inexecução do contrato, seja esta parcial ou total, a qual possui valor certo e determinado de R\$ 1.227,50; **DECLARO** inidônea a reclamada, **SUSPENDO** temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois)anos, no âmbito do município Jericó.

Publique-se,

Intime-se.

Jericó, 09 de Junho de 2022.

KADSON VALBERTO LOPES MONTEIRO

Prefeito Municipal

Publicado por:

Francisco Aroldo Pereira Muniz
Código Identificador:079F094A

ESTADO DA PARAÍBA MUNICÍPIO DE PATOS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

**PREGÃO ELETRÔNICO COM REGISTRO DE PREÇO Nº 051/2022 - PMP
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 276/2022**

OBJETIVO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS EM FORMA DE CESTAS BÁSICAS PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

Data para cadastro de propostas: 14/07/2022 às 09:00 horas;
Data para abertura de propostas: 26/07/2022 às 09:00 horas;
Início da sessão pública de lances: 26/07/2022 às 09:01 horas (horário de Brasília).

O edital está disponível nos sites:
<https://tramita.tce.pb.gov.br/tramita/pages/main.jsf>;
http://patos.pb.gov.br/governo_e_municipio/aviso_de_licitacao;
<https://www.portaldecompraspublicas.com.br/18/Processos/>.

Informações complementares: E-mail: pregao@patos.pb.gov.br
Telefone: (83) 993849765

Centro Administrativo Municipal Aderbal Martins de Medeiros, Rua Horácio Nóbrega, S/N, Bairro Belo Horizonte, Patos/PB.

PATOS - PB, 13 de julho de 2022.

ROBEVALDO DE ANDRADE LEITE

Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Robeivaldo de Andrade Leite
Código Identificador:7991B164

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 2064/2022**

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 004/2022

CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2022

CONTRATO Nº 2064/2022

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADO: HEALTH AND HEALING SERVIÇOS MEDICOS LTDA

CNPJ:41.901.933/0001-37.

OBJETO: CONTRATO COM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS, PARA FINS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NAS ÁREAS DA SAÚDE OU ESPECIALIZADOS, A CARGO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE/SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PATOS – PB.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 22.176,00 (VINTE E DOIS MIL E CENTO E SETENTA E SEIS REAIS)

PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, a partir da data da sua assinatura, podendo, por interesse da Administração, ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, limitado a sua duração a 60 (sessenta) meses, nos termos do inciso II do artigo 57, da Lei nº 8.666, de 1993

Dotação Orçamentária: Conforme orçamento vigente.

Fundamento Legal: Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

Patos, 05 de Julho de 2022

LEÔNIDAS DIAS DE MEDEIROS

Secretário Municipal de Saúde

Ordenador de Despesas

Publicado por:
Mayra Mikaelle Dias Fernandes
Código Identificador:7D4E6996

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
NOTIFICAÇÃO PARA DEFESA CENTRAL DO
CONSTRUTOR VAREJISTA DE MATERIAIS DE
CONSTRUÇÕES LTDA**

NOTIFICAÇÃO PARA DEFESA

CENTRAL DO CONSTRUTOR VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA - CNPJ Nº 20.721.561/0001-97

Endereço Eletrônico: centrallicitacoes@outlook.com

Assunto: Notificação – Instauração de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o **Processo Administrativo nº 065/2022**, Pregão Presencial nº 004/2022 e Contrato nº 973/2022.

Prezado (a) Senhor (a),

Vimos comunicá-lo da instauração de PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE, de acordo com o art. 7º da Lei nº 10.520/2002 c/c art. 28 do Decreto nº 5.450/2005 e art. 87 da Lei nº 8.666/93, 1º Termo de Contrato em epígrafe, tendo em vista o contido nos autos do Processo Administrativo acima citado, pelo descumprimento das obrigações legais e contratuais, conforme descrito abaixo.

·Não cumprimento das solicitações, conforme nº de requisição 0001/2022; sem justa causa, nos moldes do contrato, descumprindo a Clausula 4ª (4.1) do Contrato citado.

Diante do exposto, nos termos da Lei nº 8.666/1993 e em atendimento as disposições editalícias, para que a sua empresa possa exercer os direitos constitucionais de contraditório e ampla defesa, NOTIFICAMOS V. Sª para apresentar DEFESA PRÉVIA ESCRITA relativa aos fatos acima narrados em até 05 (cinco) dias do recebimento desta, o prazo apresentasse necessário devido a essencialidade do objeto contratado, enviado para o endereço eletrônico oficial da empresa, constante no contrato: centrallicitacoes@outlook.com, sob pena de aplicação das sanções previstas nos dispositivos acima citados, **podendo resultar na aplicação de impedimento de licitar e contratar com a União, Estados e Municípios por até 05 (cinco) anos além de multa e rescisão unilateral do contrato.**

O retorno imediato dos serviços no prazo acima descrito suspende o presente processo administrativo.

A defesa escrita poderá ser encaminhada pelo endereço eletrônico licitacao@patos.pb.gov.br. No entanto, independente do envio por meio eletrônico, **o documento original deverá ser enviado por correio ou protocolado junto a esta Instituição**, sob pena de a defesa ser considerada intempestiva. O documento deverá ser encaminhado ao seguinte endereço: Centro Administrativo Aderbal Martins – Rua Horácio Nóbrega, S/N, Belo Horizonte, (1º andar), Patos – PB.

O processo será impulsionado de ofício independentemente de apresentação de Defesa, art. 2, XII, da Lei 9.784/1999.

Atenciosamente,

JOELMY ALVES DANTAS

Presidente Da Comissão De Processo Administrativo

Publicado por:
Joelmy Alves Dantas
Código Identificador:441D0DC5

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATOS DE CONTRATOS - CHAMADA PÚBLICA
017/2022**

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 250/2022

CHAMADA PÚBLICA Nº 017/2022

CONTRATO Nº 2081/2022

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS.

CONTRATADO: I EMILIANO ARAUJO FISIOTERAPIA.

CNPJ: 45.236.956/0001-25.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA ÁREA DA FISIOTERAPIA PARA ATUAR JUNTO AO CENTRO ESPECIALIZADO EM REABILITAÇÃO – TIPO II (HABILITADOS EM DEFICIÊNCIA FÍSICA E DEFICIÊNCIA INTELECTUAL), UPA 24HS E ATENÇÃO PRIMÁRIA A

SAÚDE INSTALADO NO TERRITÓRIO MUNICIPAL COM REFERÊNCIA PARA SEUS MUNICÍPIOS E POPULAÇÃO DE MUNICÍPIOS CIRCUNVIZINHOS.**VALOR DO CONTRATO: R\$66.000,00 (SESSENTA E SEIS MIL REAIS).****PRAZO DE VIGÊNCIA:** O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, a partir da data da sua assinatura.**Dotação Orçamentária:** Conforme orçamento vigente.**Fundamento Legal:** LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993, NA LEI DE Nº 10.520, DE 17 DE JULHO DE 2002, NO DECRETO Nº 3.555, DE 08 AGOSTO DE 2000.

Patos - PB, 11 de julho de 2022.

LEONIDAS DIAS DE MEDEIROS

Secretário Municipal de Saúde

Ordenador de Despesas

EXTRATO DE CONTRATO**PROCESSO ADMINISTRATIVO 250/2022****CHAMADA PÚBLICA Nº 017/2022****CONTRATO Nº 2082/2022****CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS.****CONTRATADO: JOELANDIA DE SOUSA SANTOS 08429495428.****CNPJ: 23.488.403/0001-27.****OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA ÁREA DA FISIOTERAPIA PARA ATUAR JUNTO AO CENTRO ESPECIALIZADO EM REABILITAÇÃO – TIPO II (HABILITADOS EM DEFICIÊNCIA FÍSICA E DEFICIÊNCIA INTELECTUAL), UPA 24HS E ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE INSTALADO NO TERRITÓRIO MUNICIPAL COM REFERÊNCIA PARA SEUS MUNICÍPIOS E POPULAÇÃO DE MUNICÍPIOS CIRCUNVIZINHOS.****VALOR DO CONTRATO: R\$107.265,60 (CENTO E SETE MIL, DUZENTOS E SESSENTA E CINCO REAIS E SESSENTA CENTAVOS).****PRAZO DE VIGÊNCIA:** O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, a partir da data da sua assinatura.**Dotação Orçamentária:** Conforme orçamento vigente.**Fundamento Legal:** LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993, NA LEI DE Nº 10.520, DE 17 DE JULHO DE 2002, NO DECRETO Nº 3.555, DE 08 AGOSTO DE 2000.

Patos - PB, 11 de julho de 2022.

LEONIDAS DIAS DE MEDEIROS

Secretário Municipal de Saúde

Ordenador de Despesas

EXTRATO DE CONTRATO**PROCESSO ADMINISTRATIVO 250/2022****CHAMADA PÚBLICA Nº 017/2022****CONTRATO Nº 2083/2022****CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS.****CONTRATADO: NANCY CALAZANS BALBINO BARROS.****CNPJ: 43.349.342/0001-24.****OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA ÁREA DA FISIOTERAPIA PARA ATUAR JUNTO AO CENTRO ESPECIALIZADO EM REABILITAÇÃO – TIPO II (HABILITADOS EM DEFICIÊNCIA FÍSICA E DEFICIÊNCIA INTELECTUAL), UPA 24HS E ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE INSTALADO NO TERRITÓRIO MUNICIPAL COM REFERÊNCIA PARA SEUS MUNICÍPIOS E POPULAÇÃO DE MUNICÍPIOS CIRCUNVIZINHOS.****VALOR DO CONTRATO: R\$66.000,00 (SESSENTA E SEIS MIL REAIS).****PRAZO DE VIGÊNCIA:** O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, a partir da data da sua assinatura.**Dotação Orçamentária:** Conforme orçamento vigente.**Fundamento Legal:** LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993, NA LEI DE Nº 10.520, DE 17 DE JULHO DE 2002, NO DECRETO Nº 3.555, DE 08 AGOSTO DE 2000.

Patos - PB, 11 de julho de 2022.

LEONIDAS DIAS DE MEDEIROS

Secretário Municipal de Saúde

Ordenador de Despesas

EXTRATO DE CONTRATO**PROCESSO ADMINISTRATIVO 250/2022****CHAMADA PÚBLICA Nº 017/2022****CONTRATO Nº 2084/2022****CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS.****CONTRATADO: MARIA DOS MILAGRES FERNANDES GOMES.****CNPJ: 43.253.492/0001-30.****OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA ÁREA DA FISIOTERAPIA PARA ATUAR JUNTO AO CENTRO ESPECIALIZADO EM REABILITAÇÃO – TIPO II (HABILITADOS EM DEFICIÊNCIA FÍSICA E DEFICIÊNCIA INTELECTUAL), UPA 24HS E ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE INSTALADO NO TERRITÓRIO MUNICIPAL COM REFERÊNCIA PARA SEUS MUNICÍPIOS E POPULAÇÃO DE MUNICÍPIOS CIRCUNVIZINHOS.****VALOR DO CONTRATO: R\$66.000,00 (SESSENTA E SEIS MIL REAIS).****PRAZO DE VIGÊNCIA:** O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, a partir da data da sua assinatura.**Dotação Orçamentária:** Conforme orçamento vigente.**Fundamento Legal:** LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993, NA LEI DE Nº 10.520, DE 17 DE JULHO DE 2002, NO DECRETO Nº 3.555, DE 08 AGOSTO DE 2000.

Patos - PB, 11 de julho de 2022.

LEONIDAS DIAS DE MEDEIROS

Secretário Municipal de Saúde

Ordenador de Despesas

EXTRATO DE CONTRATO**PROCESSO ADMINISTRATIVO 250/2022****CHAMADA PÚBLICA Nº 017/2022****CONTRATO Nº 2085/2022****CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS.****CONTRATADO: GISIANE CRUZ DE LIMA.****CNPJ: 47.013.682/0001-30.****OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA ÁREA DA FISIOTERAPIA PARA ATUAR JUNTO AO CENTRO ESPECIALIZADO EM REABILITAÇÃO – TIPO II (HABILITADOS EM DEFICIÊNCIA FÍSICA E DEFICIÊNCIA INTELECTUAL), UPA 24HS E ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE INSTALADO NO TERRITÓRIO MUNICIPAL COM REFERÊNCIA PARA SEUS MUNICÍPIOS E POPULAÇÃO DE MUNICÍPIOS CIRCUNVIZINHOS.****VALOR DO CONTRATO: R\$66.000,00 (SESSENTA E SEIS MIL REAIS).****PRAZO DE VIGÊNCIA:** O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, a partir da data da sua assinatura.**Dotação Orçamentária:** Conforme orçamento vigente.**Fundamento Legal:** LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993, NA LEI DE Nº 10.520, DE 17 DE JULHO DE 2002, NO DECRETO Nº 3.555, DE 08 AGOSTO DE 2000.

Patos - PB, 11 de julho de 2022.

LEONIDAS DIAS DE MEDEIROS

Secretário Municipal de Saúde

Ordenador de Despesas

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 250/2022

CHAMADA PÚBLICA Nº 017/2022

CONTRATO Nº 2086/2022

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS.

CONTRATADO: ANTONIO MATEUS SOARES MARTINS.

CNPJ: 43.228.286/0001-70.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA ÁREA DA FISIOTERAPIA PARA ATUAR JUNTO AO CENTRO ESPECIALIZADO EM REABILITAÇÃO – TIPO II (HABILITADOS EM DEFICIÊNCIA FÍSICA E DEFICIÊNCIA INTELECTUAL), UPA 24HS E ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE INSTALADO NO TERRITÓRIO MUNICIPAL COM REFERÊNCIA PARA SEUS MUNICÍPIOS E POPULAÇÃO DE MUNICÍPIOS CIRCUNVIZINHOS.

VALOR DO CONTRATO: R\$66.000,00 (SESSENTA E SEIS MIL REAIS).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, a partir da data da sua assinatura.

Dotação Orçamentária: Conforme orçamento vigente.

Fundamento Legal: LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993, NA LEI DE Nº 10.520, DE 17 DE JULHO DE 2002, NO DECRETO Nº 3.555, DE 08 AGOSTO DE 2000.

Patos - PB, 11 de julho de 2022.

LEONIDAS DIAS DE MEDEIROS

Secretário Municipal de Saúde

Ordenador de Despesas

Publicado por:

Renato Montero Campos

Código Identificador:E72E3B45

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
NOTIFICAÇÃO PARA DEFESA - CENTRAL DO
CONSTRUTOR**

CENTRAL DO CONSTRUTOR VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA - CNPJ Nº 20.721.561/0001-97

Endereço Eletrônico: centrallicitacoes@outlook.com

Assunto: Notificação – Instauração de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o **Processo Administrativo nº 067/2022**, Pregão Presencial nº 006/2022 e Contrato nº 1455/2022.

Prezado (a) Senhor (a),

Vimos comunicá-lo da instauração de PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE, de acordo com o art. 7º da Lei nº 10.520/2002 c/c art. 28 do Decreto nº 5.450/2005 e art. 87 da Lei nº 8.666/93, 1º Termo de Contrato em epígrafe, tendo em vista o contido nos autos do Processo Administrativo acima citado, pelo descumprimento das obrigações legais e contratuais, conforme descrito abaixo.

· Não cumprimento das solicitações, conforme nº de requisição 0008/2022; sem justa causa, nos moldes do contrato, descumprindo a Clausula 4ª (4.1) do Contrato citado.

Diante do exposto, nos termos da Lei nº 8.666/1993 e em atendimento as disposições editalícias, para que a sua empresa possa exercer os direitos constitucionais de contraditório e ampla defesa, NOTIFICAMOS V. Sª para apresentar DEFESA PRÉVIA ESCRITA relativa aos fatos acima narrados em até 05 (cinco) dias do recebimento desta, o prazo apresentasse necessário devido a essencialidade do objeto contratado, enviado para o endereço eletrônico oficial da empresa, constante no contrato: centrallicitacoes@outlook.com, sob pena de aplicação das sanções previstas nos dispositivos acima citados, **podendo resultar na aplicação de impedimento de licitar e contratar com a União, Estados e Municípios por até 05 (cinco) anos além de multa e rescisão unilateral do contrato.**

O retorno imediato dos serviços no prazo acima descrito suspende o presente processo administrativo.

A defesa escrita poderá ser encaminhada pelo endereço eletrônico licitacao@patos.pb.gov.br. No entanto, independente do envio por meio eletrônico, **o documento original deverá ser enviado por correio ou protocolado junto a esta Instituição**, sob pena de a defesa ser considerada intempestiva. O documento deverá ser encaminhado ao seguinte endereço: Centro Administrativo Aderbal Martins – Rua Horácio Nóbrega, S/N, Belo Horizonte, (1º andar), Patos – PB.

O processo será impulsionado de ofício independentemente de apresentação de Defesa, art. 2, XII, da Lei 9.784/1999.

Atenciosamente,

JOELMY ALVES DANTAS

Presidente da Comissão de Processo Administrativo

Publicado por:

Joelmy Alves Dantas

Código Identificador:7E30291B

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
NOTIFICAÇÃO PARA DEFESA - CENTRAL DO
CONSTRUTOR**

CENTRAL DO CONSTRUTOR VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA - CNPJ Nº 20.721.561/0001-97

Endereço Eletrônico: centrallicitacoes@outlook.com

Assunto: Notificação – Instauração de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o **Processo Administrativo nº 054/2022**, Pregão Presencial nº 001/2022 e Contrato nº 932/2022.

Prezado (a) Senhor (a),

Vimos comunicá-lo da instauração de PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE, de acordo com o art. 7º da Lei nº 10.520/2002 c/c art. 28 do Decreto nº 5.450/2005 e art. 87 da Lei nº 8.666/93, 1º Termo de Contrato em epígrafe, tendo em vista o contido nos autos do Processo Administrativo acima citado, pelo descumprimento das obrigações legais e contratuais, conforme descrito abaixo.

· Não cumprimento das solicitações, conforme nº de requisição 0015/2022; sem justa causa, nos moldes do contrato, descumprindo a Clausula 4ª (4.1) do Contrato citado.

Diante do exposto, nos termos da Lei nº 8.666/1993 e em atendimento as disposições editalícias, para que a sua empresa possa exercer os direitos constitucionais de contraditório e ampla defesa, NOTIFICAMOS V. Sª para apresentar DEFESA PRÉVIA ESCRITA relativa aos fatos acima narrados em até 05 (cinco) dias do recebimento desta, o prazo apresentasse necessário devido a essencialidade do objeto contratado, enviado para o endereço eletrônico oficial da empresa, constante no contrato: centrallicitacoes@outlook.com, sob pena de aplicação das sanções previstas nos dispositivos acima citados, **podendo resultar na aplicação de impedimento de licitar e contratar com a União, Estados e Municípios por até 05 (cinco) anos além de multa e rescisão unilateral do contrato.**

O retorno imediato dos serviços no prazo acima descrito suspende o presente processo administrativo.

A defesa escrita poderá ser encaminhada pelo endereço eletrônico licitacao@patos.pb.gov.br. No entanto, independente do envio por meio eletrônico, **o documento original deverá ser enviado por correio ou protocolado junto a esta Instituição**, sob pena de a defesa ser considerada intempestiva. O documento deverá ser encaminhado ao seguinte endereço: Centro Administrativo Aderbal Martins – Rua Horácio Nóbrega, S/N, Belo Horizonte, (1º andar), Patos – PB.

O processo será impulsionado de ofício independentemente de apresentação de Defesa, art. 2, XII, da Lei 9.784/1999.

Atenciosamente,

JOELMY ALVES DANTAS

Presidente Da Comissão De Processo Administrativo

Publicado por:
Joelmy Alves Dantas
Código Identificador:8C555C3D

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RATIFICAÇÃO - CHAMADA PÚBLICA 001/2022**

EXTRATO DE INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO

A Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Patos – PB, em cumprimento ao Termo de Ratificação proferido pelo Sr. SECRETÁRIO Ordenador de Despesas, emite para publicação o extrato resumido do processo de Inexigibilidade de licitação a seguir:

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 265/2022
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 0034/2022**

OBJETO: CHAMAMENTO DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) INTERESSADA(S) SE CREDENCIAR E EVENTUALMENTE FIRMAR CONTRATO COM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS, PARA FINS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NAS ÁREAS DA SAÚDE OU ESPECIALIZADOS, A CARGO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE/SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

INTERESSADO: MK CONCEITO EM PSICOLOGIA E MEDICINA LTDA, inscrito no CNPJ nº 43.688.353/0001-39, sediado na RUA DOUTOR PEDRO FIRMINO, SALA 208, MILINDRA EMPRESARIAL, CENTROS. PATOS/PB.

VALOR GLOBAL: O custo do serviço mensal é em conformidade com a produção da empresa e valor previsto no edital para o serviço (Valor do Serviço x Quantidade de Serviços Prestados), totalizando R\$ 216.000,00 (duzentos e dezesseis mil reais) para MÉDICO PLANTONISTA

FONTE DE RECURSO: Orçamento 2022, UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.100 Secretaria Municipal de Saúde CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL: 10 301 1002 2039 Manutenção das Atividades Administrativas da SEMUSA ELEMENTO DE DESPESAS: 3390.39 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.130 Fundo Municipal de Saúde CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL: 10 305 1002 2060 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Vigilância em Saúde ELEMENTO DE DESPESA: 3390.39 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.130 Fundo Municipal de Saúde CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL: 10 302 1002 2058 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção Especializada Recursos Próprios ELEMENTO DE DESPESA: 3390.39 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.130 Fundo Municipal de Saúde CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL: 10 302 1002 2057 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção Especializada ELEMENTO DE DESPESA: 3390.39 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.130 Fundo Municipal de Saúde CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL: Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção Primária – Recursos Próprios ELEMENTO DE DESPESA: 3390.39 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.130 Fundo Municipal de Saúde CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL: Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção Primária – Recursos Próprios ELEMENTO DE DESPESA: 3390.39 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.130 Fundo Municipal de Saúde CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL: Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção Primária – Recursos Próprios ELEMENTO DE DESPESA: 3390.39

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, da Lei nº 8.666/93, e suas alterações posteriores.

RATIFICO o processo acima com base no parecer da Assessoria Jurídica.

PATOS, 01 de julho de 2022.

LEONIDAS DIAS DE MEDEIROS

Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Mayra Mikaelle Dias Fernandes
Código Identificador:A75C4849

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO**

EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 123/2022
INEXIGIBILIDADE Nº 0034/2022
Nº DO CONTRATO: 2055/2022

OBJETO: CHAMAMENTO DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) INTERESSADA(S) SE CREDENCIAR E EVENTUALMENTE FIRMAR CONTRATO COM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS, PARA FINS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NAS ÁREAS DA SAÚDE OU ESPECIALIZADOS, A CARGO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE/SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS
CONTRATADO: MK CONCEITO EM PSICOLOGIA E MEDICINA LTDA, inscrito no CNPJ nº 43.688.353/0001-39, sediado na RUA DOUTOR PEDRO FIRMINO, SALA 208, MILINDRA EMPRESARIAL, CENTROS. PATOS/PB..

FONTE DE RECURSO: Orçamento 2022, UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.100 Secretaria de saúde CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL: 10 301 1019 2048 Manutenção e Administração da SEMUSA ELEMENTO DE DESPESA: 3390.30/3390.39 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.130 Fundo Municipal de Saúde CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL: 10 302 1019 2081 Manutenção dos Serviços de Atendimento Móvel as Urgências - SAMU 192 – MAC ELEMENTO DE DESPESA: 3390.30/3390.39 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.130 Fundo Municipal de Saúde CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL: 10 301 1019 2082 Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde - Recursos Próprios ELEMENTO DE DESPESA: 3390.30/3390.39 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.130 Fundo Municipal de Saúde CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL: 10 301 1019 2070 Manutenção de Outros Programas do SUS ELEMENTO DE DESPESA: 3390.30/3390.39 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.130 Fundo Municipal de Saúde CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL: 10 301 1019 2075 Incentivo da APS - Transição e Ponderada ELEMENTO DE DESPESA: 3390.30/3390.39 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.130 Fundo Municipal de Saúde CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL: 10 302 1019 2077 Manutenção da Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar – MAC ELEMENTO DE DESPESA: 3390.30/3390.39 PERÍODO DA CONTRATAÇÃO: 12 (doze) meses.

VALOR GLOBAL: O valor a ser pago é em conformidade com a produção da empresa e valor previsto no edital para o serviço (Valor do Serviço x Quantidade de Serviços Prestados), totalizando R\$ 216.000,00 (duzentos e dezesseis mil reais) para MÉDICO PLANTONISTA.

PATOS - PB, 04 de julho de 2022.

LEONIDAS DIAS DE MEDEIROS

Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Mayra Mikaelle Dias Fernandes
Código Identificador:F90E2068

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE DECISÃO**

Pregão Eletrônico nº: 046/2022 – PMP.
Processo Administrativo nº 219/2022

**Ref.: Recurso Administrativo
Impugnante: BRASFLEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA**

Tendo em vista tudo o que consta do processo administrativo, **DECIDO** pelo conhecimento do recurso apresentado pela empresa **BRASFLEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA**, por atender aos requisitos de admissibilidade para, no mérito, **DAR-LHE PROVIMENTO**, desclassificando a empresa **PLAYRIO PARQUES INFANTIS LTDA ME** por ofertar um produto que não possui certificação do INMETRO.

Patos (PB), 13 de julho de 2022.

ADRIANA CARNEIRO DE AZEVEDO

Secretária Municipal de Educação

Publicado por:

Rachel da Costa Medeiros

Código Identificador:D9FF2B66

ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE SERRA REDONDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA REDONDA
EXTRATO DE ADITIVO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE ATERRO SANITARIO LICENCIADO PARA RECEBIMENTO E DISPOSICÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS PRODUZIDO PELO MUNICÍPIO DE SERRA REDONDA/PB. **FUNDAMENTO LEGAL:** Pregão Presencial nº 00022/2021. **ADITAMENTO:** Dar continuidade a execução do objeto contratado - Atualizar o valor inicial contratado. **PARTES CONTRATANTES:** Prefeitura Municipal de Serra Redonda e: CT Nº 00064/2021 - Ecosolo Gestao Ambiental de Resíduos Ltda - CNPJ: 11.955.108/0001-54 - 1º Aditivo - o valor inicial do contrato passa para R\$ 58.800,00; e prorroga o prazo por mais 1 ano. **ASSINATURA:** 21.06.22

Publicado por:

Saionara Lucena Silva

Código Identificador:A27A7276

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RECEBIMENTO DE RECURSOS

ATO RECEBIMENTO DE RECURSO

TOMADA DE PREÇOS Nº 00010/202

A Presidente da Comissão e Equipe de Apoio, sediada na Rua José Nogueira pinheiro, S/N - Centro - São João do Rio do Peixe - PB, torna público recebimento do Recurso Administrativo impetrado pelas empresas empresa: **COVALE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI CNPJ: 11.170.603/0001-58, MOTIVA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI CNPJ: 31.381.604/0001-59, M L S - CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA CNPJ: 12.102.978/0001-43, MAXICASA COMÉRCIO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA CNPJ: 03.278.968/0001-72, RANULFO TOMAZ DA SILVA - RTS ENGENHARIA CNPJ: 04.672.369/0001-00, INPREL CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI CNPJ: 03.757.786/0001-84** a TOMADA DE PREÇOS 00010/2022 que tem como objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA JURÍDICA ESPECIALIZADA PAVIMENTAÇÃO DO BAIRRO TARCILIO PEREIRA DE ALMEIDA NA SEDE DO MUNICÍPIO E SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE PB, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS**, Razão pela qual, consoante disposto no art. 109º, inciso I da Lei 8666/93, declara aberto o prazo para apresentação de contrarrazões, na tese de impugnação do mesmo. Vista dos autos franqueados aos interessados. Informações: no horário das 07:00 as 13:00 horas dos dias úteis, no seguinte endereço - Rua José Nogueira Pinheiro, S/N - Centro - São João do Rio do Peixe - PB. Telefone: (083) 99113-1173. E-mail: cplpmsjrp@gmail.com.

SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE - PB, 13 DE JULHO DE 2022.

THAMYSE MARTINS SOARES.

Publicado por:

Thamyse Martins Soares

Código Identificador:BD8D71C0

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALHANDRA

CÂMARA MUNICIPAL DE ALHANDRA
RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - DISPENSA Nº 00010/2022

RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - DISPENSA Nº 00010/2022

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Dispensa de Licitação nº 00010/2022, que objetiva: **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO PARA PROJETO DE INTERIORES ABRANGENDO A RECEPÇÃO, CORREDOR, SALA 1 E 2 DOS ARQUIVOS, AUDITÓRIO E COPA DESTINADO AO ANEXO DE ARQUIVOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALHANDRA/PB; RATIFICADO** o correspondente procedimento e **ADJUDICADO** o seu objeto a pessoa física de **RITA DE CÁSSIA GOMES DA SILVA** (CPF sob o nº 058.524.364-61 - CAU A2676460), com valor global de R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais).

Alhandra - PB, 13 de Julho de 2022.

SEVERINO BELMIRO ALVES

Presidente

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 00010/2022

PROCESSO: Exposição de Motivos nº 00010/2022. **OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO PARA PROJETO DE INTERIORES ABRANGENDO A RECEPÇÃO, CORREDOR, SALA 1 E 2 DOS ARQUIVOS, AUDITÓRIO E COPA DESTINADO AO ANEXO DE ARQUIVOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALHANDRA/PB. **FUNDAMENTO LEGAL:** Art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. **RATIFICAÇÃO:** Presidente, em 13/07/2022.

GESTOR E FISCAL DO CONTRATO - DISPENSA Nº 00010/2022

Nos termos da norma vigente e observado o disposto no respectivo processo, que objetiva: **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO PARA PROJETO DE INTERIORES ABRANGENDO A RECEPÇÃO, CORREDOR, SALA 1 E 2 DOS ARQUIVOS, AUDITÓRIO E COPA DESTINADO AO ANEXO DE ARQUIVOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALHANDRA/PB; DESIGNO** os servidores Katia Simone de França Pereira Nunes, Diretora Legislativa, para gestora; e Francisco Assis Junior, Diretor Executivo, como Fiscal; e do contrato decorrente da Dispensa de Licitação nº 00010/2022, especialmente para acompanhar e fiscalizar a execução do referido contrato, respectivamente.

Alhandra - PB, 13 de Julho de 2022.

SEVERINO BELMIRO ALVES

Presidente

Publicado por:

Claudianio Costa da Silva

Código Identificador:625A9224

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: RP 00031/2022 -
PREGÃO PRESENCIAL Nº 00031/2022

OBJETO: Registro de preços para a aquisição de placas de sinalizações vertical diversas e de sinalização horizontal para atender as demandas da secretaria municipal de transportes de Alhandra com fornecimento de todo o material necessário. **Órgão Gerenciador:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ALHANDRA. **DA VALIDADE**

DOS PREÇOS: 12 (doze) meses, considerados da data de sua assinatura. Integram esta Ata, o Edital do **Pregão Presencial nº 00031/2022** e seus anexos, e a seguinte proposta vencedora do referido certame: **ABSOLUTA SERVICOS ASSESSORIA EMPRESARIAL E COMERCIO LTDA. CNPJ: 34.157.179/0001-07. Item(s): 1 - 2. Valor: R\$ 126.550,00.**
Alhandra - PB, 11 de Maio de 2022

MARCELO RODRIGUES DA COSTA
Prefeito

Publicado por:
Thiago da Silveira Martins
Código Identificador:DDC6956E

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
2º TERMO ADITIVO – TOMADA DE PREÇO Nº 00006/2021

Nº do Contrato 000141/2021. Contratante PREFEITURA MUNICIPAL DE ALHANDRA. Contratado ALX CONSTRUÇÕES LTDA Nº do Aditivo 02. Objeto do aditivo A prorrogação da vigência do Contrato até 18/08/2022. Data da Assinatura 14/06/2022.

Publicado por:
Thiago da Silveira Martins
Código Identificador:62C9BCD8

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 00051/2022

Referente ao Pregão Presencial nº 00051/2022, que objetiva: O objeto da presente licitação é a contratação da proposta mais vantajosa para a aquisição de 05 (cinco) motocicletas novas On/Off road, sendo 03 (três) para a Guarda Municipal e 02 (duas) para a Secretaria de Saúde do Município; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório: **Licitação Deserta.**

Alhandra - PB, 13 de Julho de 2022

MARCELO RODRIGUES DA COSTA
Prefeito

Publicado por:
Thiago da Silveira Martins
Código Identificador:D8A55DE4

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 00050/2022

Referente ao Pregão Presencial nº 00050/2022, que objetiva: Contratação de serviços de limpeza e higienização veicular (lava jato); HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório: **Licitação Deserta.**

Alhandra - PB, 13 de Julho de 2022

MARCELO RODRIGUES DA COSTA -
Prefeito

Publicado por:
Thiago da Silveira Martins
Código Identificador:18EF106A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 012/2022 ALHANDRA, 08 DE JULHO DE 2022.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ALHANDRA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal n.º 37/2014, e demais disposições legais;

RESOLVE:

Art. 1.º - Conceder a servidora **ERONICE RAYKA DE OLIVEIRA CARVALHO**, ocupante do cargo de Psicóloga, Mat. 9677, do Quadro de Provimento Efetivo desta Municipalidade, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, **Licença sem vencimentos para trato**

de interesse particular, pelo período de 02 (dois) anos, tendo início no dia 01 de julho de 2022 e término no dia 30 de junho de 2024.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos retroagindo a 01 de julho de 2022.

Publique-se e registre-se

Gabinete do Secretário Municipal de Alhandra, em 08 de julho de 2022.

JEAN CARLOS CORREIA DE LUNA
Secretário de Administração

Publicado por:
Jean Carlos Correia de Luna
Código Identificador:C11C989C

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AREIAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 013/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 003/2021. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE AREIAL. Contratada: LUCIANA GONÇALVES DE ARAÚJO – CNPJ nº 28.233.046/0001-70. Fundamentação: Art. 78, inciso XI da Lei 8.666/93. Objeto: Rescisão unilateral do contrato contratação e locação de veículo para diversas secretarias. Areial, 12 de julho de 2022.

Publicado por:
Ragde de Almeida Batista
Código Identificador:0F1DB7F2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 099/2022

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE AREIAL, ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições legais e na forma do que dispõe a Constituição Federal, a Lei orgânica Municipal e a lei Municipal 89/2009,

R E S O L V E

EXONERAR (a pedido) a Senhora **JESSICA EMMILY MONTEIRO CUNHA**, brasileira, Casada, portadora da cédula de identidade Nº **3.472.114 SSDS/PB** e do CPF **084.501.774-80**, residente e domiciliada na Rua Capitão João Alves de Lira, Nº 1325 Edif. José Severo Apt. 302, Bairro Bela Vista – Campina Grande – PB, para o **Cargo EFETIVO de PROFESSORA A – INFANTIL E FUNDAMENTAL I**, tendo sido aprovado em concurso Público Nº 001/2020; servindo de título a presente portaria.

Esta Portaria entrará em vigor a partir desta data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Areial, 11 de Julho de 2022.

ADELSON GONÇALVES BENJAMIN
Prefeito

Publicado por:
Rodrigo Gonçalves Guimarães Fonseca
Código Identificador:B17B9A46

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

CONCORRÊNCIA DE LICITAÇÃO Nº 01/2022

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE BONITO DE SANTA FÉ, Estado da Paraíba, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe a Lei de nº 8.666 de 21 de Fevereiro de 1993, e suas alterações posteriores resolve **ADJUDICAR** a decisão da Comissão Permanente de Licitação, ao Processo Licitatório na modalidade **CONCORRÊNCIA nº 01/2022**, objetivando a MELHOR OFERTA FINANCEIRA PARA CONCESSÃO DE USO A TÍTULO ONEROSO, PARA FIM COMERCIAL, DE “BOX” NO MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL ALFREDO BARBOSA DE LIRA NO MUNICÍPIO DE BONITO DE SANTA FÉ, em favor dos seguintes licitantes:

ITEM 01 - Restaurantes e Similares. Box de Maior Dimensão

Vencedores:

1 - ANA LUCIA SILVA DANTAS, portadora do CPF: 918.572.794-68, residente e domiciliado na RUA AUTO BELO HORIZONTE, S/Nº, BONITO DE SANTA FÉ-PB – CEP: 58960-000, apresentou oferta no valor de **R\$ 2.000,00 (Dois Mil Reais)**

2 - MÉRCIA CAVALCANTI DA SILVA, portadora do CPF: 884.846.024-00, residente e domiciliada Na Rua: Projetada, s/nº - Centro, Bonito de Santa Fé-PB - CEP: 58960-000, apresentou oferta no valor de **R\$ 1.154,00 (Hum Mil Cento e Cinquenta e Quatro Reais)**

3 - MATHEUS LEITE TOMAZ, portador do CPF: 157.691.424-05, residente e domiciliada na Rua Jardins, S/N, Centro, Bonito de Santa Fé-PB – CEP: 58960-000, apresentou oferta no valor de **R\$ 1.050,00 (Mil e Cinquenta Reais)**.

ITEM 02 - Segmento de Alimentação: Lanchonete, solveteria, bomboniere, pizzaria, doceria e comércio de salgados

Vencedores:

1 - RITA DE CÁSSIA DA SILVA HENRIQUE, portadora do CPF: 330.643.424-87 e RG nº 2.218.475 SSP-PB, residente e domiciliada na Rua Maria Diniz de Sousa, s/nº – Centro, Bonito de Santa Fé-PB – CEP: 58960-000, apresentou oferta no valor de **R\$ 1.000,00 (Mil Reais)**

2 - Maria Marly Soares Rodrigues, portadora do CPF: 569.686.044-34, residente e domiciliada na Rua Projetada, s/nº - Alto Belo Horizonte, Bonito de Santa Fé-PB - CEP: 58960-000, apresentou oferta no valor de **R\$ 500,00 (Quinhentos Reais)**

ITEM 03 - Segmento de Beleza: Salão de beleza, cosmético, perfumaria e ETC

Vencedores:

1 - LEANDRO LEITE DIAS, portador do CPF: 134.419.774-40, residente e domiciliada na Rua Boa Vista, S/N, Centro, Bonito de Santa Fé-PB – CEP: 58960-000, apresentou oferta no valor de **R\$ 1.200,00 (Hum Mil e Duzentos Reais);**

2 - ERYJHONSON LIMA LIRA, portador do CPF: 700.070.604-08, residente e domiciliado Rua João Martins, 47 – Centro, Bonito de Santa Fé-PB – CEP: 58960-000, apresentou oferta no valor de **R\$ 1.072,00,00 (Hum Mil e Setenta e Dois Reais);**

3 - DANIELA CAVALCANTI LUCENA, portadora do CPF: 072.036.684-44, residente e domiciliado na Rua Projetada, 22 – Centro, Bonito de Santa Fé-PB – CEP: 58960-000, apresentou oferta no valor de **R\$ 800,00 (Oitocentos Reais);**

4 - ALINE DANTAS FURTADO, portadora do CPF: 098.829.234-37, residente e domiciliado na Rua Projetada, s/nº- BECO - bairro Centro, Bonito de Santa Fé-PB – CEP: 58960-000, apresentou oferta no valor de **R\$ 600,00 (Seiscentos Reais)**

5 - JOÃO LENO LACERDA DE ASSIS, portador CPF: 072.299.804-02, residente e domiciliado no Conjunto Cehap, s/nº – Casas Populares, Bonito de Santa Fé-PB – CEP: 58960-000, apresentou oferta no valor de **R\$ 500,00 (Quinhentos Reais)**

6 - JOSÉ RENE RAMALHO, portador do CPF: 370.163.855-15, residente e domiciliado na RUA MARIA DINIZ DE SOUSA, S/N – CENTRO, Bonito de Santa Fé-PB – CEP: 58960-000, apresentou oferta no valor de **R\$ 250,00 (Duzentos e Cinquenta Reais)**

ITEM 04 - Segmento de gêneros alimentícios: Laticíneos, mercadinhos, frigoríficos, comércio de temperos, frutas e verduras e etc

Vencedores:

1 - JOÃO PAULO DOMINGOS DE LIMA, portador do CPF: 700.516.444-01, residente e domiciliado Na Rua Antônio Pereira, s/nº – Centro, Bonito de Santa Fé-PB – CEP: 58960-000, apresentou oferta no valor de **R\$ 200,00 (Duzentos Reais)**

ITEM 05 - Segmento de comércio diversos: Material de caça e pesca, artesanatos, Material plástico, floricultura, peças de moto, cama/mesa e banho, ouro e bijouteria, artigos religiosos, de couro e esportivos, material eletrônico, livreria e variedades

Vencedores:

1- SOEDJA CRISTINA FRADE VIEIRA, portadora do CPF: 021.451.564-88, residente e domiciliada na Rua Basto Paulino, s/nº - Alto Belo Horizonte, Bonito de Santa Fé-PB – CEP: 58960-000, apresentou oferta no valor de **R\$ 1.000,00 (Mil Reais)**

2 - RAMYDHA RAMALHO FIGUEIREDO, CPF: 127.570.964-86, residente e domiciliada na Rua Antonio Pereira, nº 106 – Centro, Bonito de Santa Fé-PB – CEP: 58960-000, apresentou oferta no valor de **R\$ 500,00 (Quinhentos Reais)**

3 - MARTINA DA SILVA MANGUEIRA, portadora do CPF: 076.265.904-14, residente e domiciliada Na Rua Projetada, s/nº - Centro, Bonito de Santa Fé-PB – CEP: 58960-000, apresentou oferta no valor de **R\$ 500,00 (Quinhentos Reais)**

4 - LUANNA CIPRIANO CAMPOS, portadora do CPF: 097.245.455-12, residente e domiciliada na Rua Projetada, s/nº - Jardim das Neves, Bonito de Santa Fé-PB – CEP: 58960-000, apresentou oferta no valor de **R\$ 400,00 (Quatrocentos Reais);**

5 - MARIA ZULEIDE RIBEIRO DE ANDRADE, portadora do CPF: 102.275.904-30, residente e domiciliada Na Rua Mãe Humbelina, nº 220, Bairro Centro, Bonito de Santa Fé-PB – CEP: 58960-000, apresentou oferta no valor de **R\$ 300,00 (Trezentos Reais)**

ITEM 06 - Segmento de escritórios e consultorias: Estudo de gravação, DEC. Festas, Esc. Funerária, Esc. Material de Construção, Consultorio/Psicologia

Vencedores:

1 - SARAH HERCULANO FEITOSA, portadora do CPF: 125.798.284-27, residente e domiciliada na Rua Francisco Timóteo, nº 67 – Centro, Bonito de Santa Fé-PB – CEP: 58960-000, apresentou oferta no valor de **R\$ 400,00 (Quatrocentos Reais)**

2 - MARIA DO SOCORRO DE ABREU BEZERRA, portadora do CPF: 033.085.774-61, residente e domiciliada na Rua Alto Belo Horizonte, s/nº - Alto Belo Horizonte, Bonito de Santa Fé-PB – CEP: 58960-000, apresentou oferta no valor de **R\$ 350,00 (Trezentos e Cinquenta Reais)**

3 - JOSÉ PEREIRA DE SOUSA, portador do CPF: 080.759.424-50, residente e domiciliada na Rua Francisco Timoteo, S/N, Centro, Bonito de Santa Fé-PB – CEP: 58960-000, apresentou oferta no valor de **R\$ 300,00 (Trezentos Reais)**

Bonito de Santa Fé - PB, 16 de junho de 2022.

ANTÔNIO LUCENA FILHO

Prefeito Constitucional

Publicado por:

Francimagna Feitosa Pinto

Código Identificador:02878CCA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

CONCORRÊNCIA DE LICITAÇÃO N.º 01/2022

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE BONITO DE SANTA FÉ, Estado da Paraíba, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe a Lei de nº 8.666 de 21 de Fevereiro de 1993, e suas alterações posteriores resolve **HOMOLOGAR** a decisão da Comissão Permanente de Licitação, ao Processo Licitatório na modalidade **CONCORRÊNCIA n.º 01/2022**, objetivando a MELHOR OFERTA FINANCEIRA PARA CONCESSÃO DE USO A TÍTULO ONEROSO, PARA FIM COMERCIAL, DE “BOX” NO MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL ALFREDO BARBOSA DE LIRA NO MUNICÍPIO DE BONITO DE SANTA FÉ, em favor dos seguintes licitantes:

ITEM 01 - Restaurantes e Similares. Box de Maior Dimensão

Vencedores:

1 - ANA LUCIA SILVA DANTAS, portadora do CPF: 918.572.794-68, residente e domiciliado na RUA AUTO BELO HORIZONTE, S/Nº, BONITO DE SANTA FÉ-PB – CEP: 58960-000, apresentou oferta no valor de **R\$ 2.000,00 (Dois Mil Reais)**

2 - MÉRCIA CAVALCANTI DA SILVA, portadora do CPF: 884.846.024-00, residente e domiciliada Na Rua: Projetada, s/nº - Centro, Bonito de Santa Fé-PB - CEP: 58960-000, apresentou oferta no valor de **R\$ 1.154,00 (Hum Mil Cento e Cinquenta e Quatro Reais)**

3 - MATHEUS LEITE TOMAZ, portador do CPF: 157.691.424-05, residente e domiciliada na Rua Jardins, S/N, Centro, Bonito de Santa Fé-PB – CEP: 58960-000, apresentou oferta no valor de **R\$ 1.050,00 (Mil e Cinquenta Reais)**.

ITEM 02 - Segmento de Alimentação: Lanchonete, solveteria, bomboniere, pizzaria, doceria e comércio de salgados

Vencedores:

1 - RITA DE CÁSSIA DA SILVA HENRIQUE, portadora do CPF: 330.643.424-87 e RG nº 2.218.475 SSP-PB, residente e domiciliada na Rua Maria Diniz de Sousa, s/nº – Centro, Bonito de Santa Fé-PB – CEP: 58960-000, apresentou oferta no valor de **R\$ 1.000,00 (Mil Reais)**

2 - Maria Marly Soares Rodrigues, portadora do CPF: 569.686.044-34, residente e domiciliada na Rua Projetada, s/nº - Alto Belo Horizonte, Bonito de Santa Fé-PB - CEP: 58960-000, apresentou oferta no valor de **R\$ 500,00 (Quinhentos Reais)**

ITEM 03 - Segmento de Beleza: Salão de beleza, cosmético, perfumaria e ETC

Vencedores:

1 - LEANDRO LEITE DIAS, portador do CPF: 134.419.774-40, residente e domiciliada na Rua Boa Vista, S/N, Centro, Bonito de Santa Fé-PB – CEP: 58960-000, apresentou oferta no valor de **R\$ 1.200,00 (Hum Mil e Duzentos Reais);**

2 - ERYJHONSON LIMA LIRA, portador do CPF: 700.070.604-08, residente e domiciliado Rua João Martins, 47 – Centro, Bonito de Santa Fé-PB – CEP: 58960-000, apresentou oferta no valor de **R\$ 1.072,00,00 (Hum Mil e Setenta e Dois Reais);**

3 - DANIELA CAVALCANTI LUCENA, portadora do CPF: 072.036.684-44, residente e domiciliado na Rua Projetada, 22 – Centro, Bonito de Santa Fé-PB – CEP: 58960-000, apresentou oferta no valor de **R\$ 800,00 (Oitocentos Reais);**

4 - ALINE DANTAS FURTADO, portadora do CPF: 098.829.234-37, residente e domiciliado na Rua Projetada, s/nº- BECO - bairro Centro, Bonito de Santa Fé-PB – CEP: 58960-000, apresentou oferta no valor de **R\$ 600,00 (Seiscentos Reais)**

5 - JOÃO LENO LACERDA DE ASSIS, portador CPF: 072.299.804-02, residente e domiciliado no Conjunto Cehap, s/nº – Casas Populares, Bonito de Santa Fé-PB – CEP: 58960-000, apresentou oferta no valor de **R\$ 500,00 (Quinhentos Reais)**

6 - JOSÉ RENE RAMALHO, portador do CPF: 370.163.855-15, residente e domiciliado na RUA MARIA DINIZ DE SOUSA, S/N – CENTRO, Bonito de Santa Fé-PB – CEP: 58960-000, apresentou oferta no valor de **R\$ 250,00 (Duzentos e Cinquenta Reais)**

ITEM 04 - Segmento de gêneros alimentícios: Laticíneos, mercadinhos, frigoríficos, comércio de temperos, frutas e verduras e etc

Vencedores:

1 - JOÃO PAULO DOMINGOS DE LIMA, portador do CPF: 700.516.444-01, residente e domiciliado Na Rua Antônio Pereira, s/nº – Centro, Bonito de Santa Fé-PB – CEP: 58960-000, apresentou oferta no valor de **R\$ 200,00 (Duzentos Reais)**

ITEM 05 - Segmento de comércio diversos: Material de caça e pesca, artesanatos, Material plástico, floricultura, peças de moto, cama/mesa e banho, ouro e bijouteria, artigos religiosos, de couro e esportivos, material eletrônico, livreria e variedades

Vencedores:

1 - SOEDJA CRISTINA FRADE VIEIRA, portadora do CPF: 021.451.564-88, residente e domiciliada na Rua Basto Paulino, s/nº - Alto Belo Horizonte, Bonito de Santa Fé-PB – CEP: 58960-000, apresentou oferta no valor de **R\$ 1.000,00 (Mil Reais)**

2 - RAMYDHA RAMALHO FIGUEIREDO, CPF: 127.570.964-86, residente e domiciliada na Rua Antonio Pereira, nº 106 – Centro, Bonito de Santa Fé-PB – CEP: 58960-000, apresentou oferta no valor de **R\$ 500,00 (Quinhentos Reais)**

3 - MARTINA DA SILVA MANGUEIRA, portadora do CPF: 076.265.904-14, residente e domiciliada Na Rua Projetada, s/nº - Centro, Bonito de Santa Fé-PB – CEP: 58960-000, apresentou oferta no valor de **R\$ 500,00 (Quinhentos Reais)**

4 - LUANNA CIPRIANO CAMPOS, portadora do CPF: 097.245.455-12, residente e domiciliada na Rua Projetada, s/nº - Jardim das Neves, Bonito de Santa Fé-PB – CEP: 58960-000, apresentou oferta no valor de **R\$ 400,00 (Quatrocentos Reais);**

5 - MARIA ZULEIDE RIBEIRO DE ANDRADE, portadora do CPF: 102.275.904-30, residente e domiciliada Na Rua Mãe Humbelina, n.º 220, Bairro Centro, Bonito de Santa Fé-PB – CEP: 58960-000, apresentou oferta no valor de **R\$ 300,00 (Trezentos Reais)**

ITEM 06 - Segmento de escritórios e consutorias: Estudo de gravação, DEC. Festas, Esct. Funerária, Esct. Material de Construção, Consultorio/Psicologia

Vencedores:

1 - SARAH HERCULANO FEITOSA, portadora do CPF: 125.798.284-27, residente e domiciliada na Rua Francisco Timóteo, nº 67 – Centro, Bonito de Santa Fé-PB – CEP: 58960-000, apresentou oferta no valor de **R\$ 400,00 (Quatrocentos Reais)**

2 - MARIA DO SOCORRO DE ABREU BEZERRA, portadora do CPF: 033.085.774-61, residente e domiciliada na Rua Alto Belo Horizonte, s/nº - Alto Belo Horizonte, Bonito de Santa Fé-PB – CEP: 58960-000, apresentou oferta no valor de **R\$ 350,00 (Trezentos e Cinquenta Reais)**

3 - JOSÉ PEREIRA DE SOUSA, portador do CPF: 080.759.424-50, residente e domiciliada na Rua Francisco Timoteo, S/N, Centro, Bonito de Santa Fé-PB – CEP: 58960-000, apresentou oferta no valor de **R\$ 300,00 (Trezentos Reais)**

Bonito de Santa Fé - PB, 16 de junho de 2022.

ANTÔNIO LUCENA FILHO

Prefeito Constitucional

Publicado por:

Francimagna Feitosa Pinto

Código Identificador:C985827F

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO

CONCORRÊNCIA Nº 01/2022 PMBSF

TERMO CONTRATO DE CONCESSÃO N.º 233/2022

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE CONCESSÃO DE USO ONEROSO DO ESPAÇO “BOX” DO MERCADO PÚBLICO DE BONITO DE SANTA FÉ QUE O MUNICÍPIO DE BONITO DE SANTA FÉ OUTORGA A **ANA LUCIA SILVA DANTAS**, PARA EXPLORAR COMERCIALMENTE, POR FORÇA DA CLASSIFICAÇÃO OBTIDA NO PROCESSO DE LICITAÇÃO, MODALIDADE CONCORRÊNCIA Nº 01/2022PMBSF

Pelo presente instrumento firmado entre as partes, tendo de um lado o **A PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ**, ESTADO DA PARAÍBA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Aurea Dias de Almeida, Nº 228, Centro, Bonito de Santa Fé, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º **08.924.037/0001-18**, por seu representante legal **ANTÔNIO LUCENA FILHO**, CPF: 570.882.094-20 a partir de agora, denominado simplesmente **CONCEDENTE**, e de outro lado a, **ANA LUCIA SILVA DANTAS**, PORTADORA DO CPF: 918.572.794-68, RESIDENTE E DOMICILIADA NA RUA AUTO BELO HORIZONTE, S/N, BONITO DE SANTA FÉ – PB, CEP: 58.960-000, doravante denominado(a) **CONCESSIONÁRIO (A)**, para explorar comercialmente o espaço do Box Item 01 do Mercado Público Municipal de Bonito de Santa Fé, com 09 metros quadrados de área útil, de acordo com as seguintes Cláusulas e Condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O espaço público objeto desta Concessão de Uso a título oneroso, acima identificado, destina-se, exclusivamente, a explorar comercialmente com o ramo de atividade Segmento de Restaurantes e Similares, sendo, portanto, terminantemente vedado seu uso para qualquer outro fim, sem prévia e expressa autorização do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DISPOSIÇÕES GERAIS

2.1. O uso do espaço físico para a exploração de atividade comercial dar-se-á em regime e Concessão de Uso, a Título Oneroso do espaço Box nº 41 do Mercado Público de Bonito de Santa Fé, mediante outorga do presente termo administrativo.

2.1.1. O imóvel objeto da presente Concessão de Uso não poderá ser vendido, cedido, transferido, locado, permutado ou emprestado a terceiros, no todo ou em parte, nem mesmo por força de sucessão comercial ou cessão e transferência de quotas do capital.

2.1.2. A Concessão de Uso ora outorgada não assegura ao (a) CONCESSIONÁRIO (A) o direito de exclusividade na exploração de seu ramo de negócio no Mercado Municipal de Bonito de Santa Fé em que este está localizado.

2.1.3. O (A) CONCESSIONÁRIO (A) deverá realizar às suas expensas as obras necessárias à instalação e/ou funcionamento de seu negócio, desde que não alterem a estrutura da área ocupada, nem

prejudiquem a segurança das pessoas ou bens, NÃO SENDO O MUNICÍPIO RESPONSÁVEL SOLIDARIAMENTE EM CASO DE OCORRÊNCIA DE EVENTUAIS DANOS A TERCEIROS (PESSOAS OU BENS), de acordo com as seguintes condições:

a) Toda e qualquer obra ou modificação a ser introduzida no imóvel, deverá ser previamente submetida à apreciação de uma equipe formada pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo e Secretário de Serviços Públicos e do Desenvolvimento Setorial e observada as diretrizes gerais referentes às restrições de ocupação dos espaços a serem concedidos, considerando-se suas características de edifício tombado pelo patrimônio histórico, e pelo Município expressamente autorizada;

b) Quaisquer benfeitorias realizadas no imóvel objeto da presente Concessão de Uso, sejam elas necessárias, úteis ou voluptuárias, passarão a pertencer ao Município de pleno direito, não podendo constituir-se em motivo de indenização, compensação, ou retenção por parte do (a) CONCESSIONÁRIO (A);

2.1.4. Suportar integralmente todas as despesas com projetos, construções, material, mão de obra, encargos financeiros, tributários, previdenciários e outros, relativos à execução das adequações necessárias à implantação do empreendimento, bem como daquelas relacionadas com a preservação do patrimônio histórico.

2.1.5. Para melhor caracterização deste Instrumento, incorporam-se ao mesmo, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

a) O Decreto Municipal N.º 34/2021, Decreto Municipal n.º 35/2021 e Lei Municipal n.º 791/2021, definidor das normas gerais sobre o contrato e sua execução;

b) Proposta de preços.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1. A vigência da Presente Concessão de Uso será de 05 (cinco) anos, a contar da sua assinatura, encerrando-se no primeiro dia útil após o término deste prazo, podendo, havendo interesse das partes, ser renovado por igual período.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO

4.1. Pelo uso do espaço físico a CONCESSIONÁRIA pagará a título de concessão o valor de **R\$ 2.000,00 (Dois Mil Reais)**.

4.2. Pelo uso do espaço físico a CONCESSIONÁRIA pagará a importância mensal de **R\$ 200,00 (Duzentos Reais)**.

4.3. O primeiro pagamento vencerá em trinta dias após o início das atividades.

4.4. Depositar mensalmente, até o quinto dia útil subsequente ao mês do vencimento, na conta bancária indicada pelo poder concedente, o valor correspondente ao preço pela concessão.

4.5. A Concessionária fica obrigada, ainda, a participar do rateio das despesas pela manutenção das áreas comuns, de uso do povo, em valor correspondente proporcionalmente à área ocupada.

4.5.1. Deverá ser depositado, também até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido, em conta bancária a ser indicada pelo poder concedente ou quem a este delegar, o valor do rateio das despesas de manutenção das áreas de uso comum.

4.6. O valor do preço será reajustado na periodicidade de 12 (doze) meses, com base no INPC ou outro índice oficial equivalente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS MULTAS

5.1. As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas ao CONCESSIONÁRIO (A) e ao contratado são as previstas na Lei nº 8.666/93 e nesta Concorrência.

5.2. Pelo descumprimento total ou parcial das obrigações, poderá o Município aplicar as adquirentes as seguintes sanções, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste Edital:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município de Bonito de Santa Fé, por um prazo não superior a dois anos;

d) Declaração de inidoneidade para contratar ou transacionar com o Município de Bonito de Santa Fé.

5.3. A recusa da adjudicatária em assinar o Contrato de Concessão dentro do prazo estabelecido implicará na perda do direito de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 24(vinte e quatro) meses, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades previstas na legislação que regulamenta a matéria.

5.4. Aplicam-se aos licitantes as penalidades previstas na Seção III - Dos Crimes e das Penas, da Lei Federal nº 8.666/93.

5.5. Pelo descumprimento de suas obrigações, a Concessionária sujeitar-se-á às seguintes penalidades:

5.5.1. Multa de 1% (um por cento) do valor proposto por dia de atraso não justificado e aceito para o início e entrega das obras de instalação nas áreas concedidas, até o máximo de 60(sessenta) dias.

5.5.2. Multa de 2% (dois por cento) do valor proposto por dia de paralisação não justificada e aceita pelo Município, até o máximo de 15(quinze) dias.

5.5.3. Pelo atraso no início da operacionalização, por culpa da Concessionária ou de seus subordinados, será aplicada a multa diária de 1% (um por cento) do valor proposto.

5.5.4. Multa de 50% (cinquenta por cento) do valor proposto, na hipótese inexecução total do ajuste e rescisão do contrato por culpa da empresa contratada.

5.5.5. Multa de 10% (dez por cento) do valor proposto, por inexecução parcial do ajuste, por executar os serviços em desconformidade com o exigido no contrato e seus anexos.

5.6. As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui a de outras.

5.7. As multas previstas neste item não têm caráter compensatório e consequentemente, seu pagamento não exime a empresa contratada da reparação dos danos, perdas ou prejuízos a que tenha dado causa, seja à administração, seja ao público em geral.

5.8. O Município poderá, a qualquer tempo antes da contratação, desclassificar a proposta ou desqualificar a licitante, sem que a esta caiba o direito à indenização ou reembolso, na hipótese de vir a ser comprovada a existência de fato ou circunstância que desabone sua idoneidade financeira, que comprometa sua capacidade técnica ou administrativa, ou ainda, que reduza sua capacidade de operação.

CLÁUSULA SEXTA – DA INTERVENÇÃO

6.1. Caberá a intervenção pelo Poder Concedente, em caráter excepcional, nos casos relacionados abaixo com o fim exclusivo de assegurar a regularidade e a adequação na execução dos serviços, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes:

a) Desvirtuamento do uso da área concessionada;

b) Modificação ou alteração não autorizada do patrimônio histórico e cultural objeto da concessão;

6.2. Intervenção far-se-á por ato motivado da Administração, que conterá a designação do Interventor, o prazo da intervenção, os objetivos e os limites da medida.

6.3. O período da intervenção não será superior a 180 (cento e oitenta) dias, findo o qual o interventor proporá ao Poder Concedente ou a extinção da concessão ou a devolução da obra à Concessionária.

6.4. Cessada a intervenção e não ocorrendo a extinção da concessão, haverá a imediata prestação de contas pelo interventor, que responderá pelos atos praticados durante a sua gestão, sem prejuízo de responsabilidade pela concedente e do direito à indenização pelo concessionário e pela concedente.

6.5. Durante o processo de intervenção e antes de ser decretada a extinção de que trata o subitem 6.3 acima, será assegurado à Concessionária o direito à ampla defesa.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO PODER CONCEDENTE

7.1. Proceder à vistoria final para a verificação da adequação das instalações e equipamentos necessários ao funcionamento dos estabelecimentos, às expensas destes.

7.2. Autorizar formalmente o início das operações, após proceder à vistoria de que trata o item 7.1.

7.3. Fiscalizar permanentemente a execução dos serviços concedidos.

7.4. Intervir na execução dos serviços, mediante Decreto do Executivo, quando necessário, a fim de assegurar sua regularidade e o fiel cumprimento do contrato e das normas legais pertinentes.

7.5. Aplicar as penalidades previstas nas leis que regem a matéria e, especificamente, no Contrato de Concessão.

7.6. Entregar a Concessionária a área escolhida totalmente livre e desembaraçada de pessoas e coisas.

7.7. Declarar extinta a Concessão, quando não observadas às condições previstas no Edital de Concorrência nº 01/2021 PMBSF e anexo.

7.8. Cumprir e fazer cumprir as disposições legais e contratuais.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONCESSIONÁRIO (A)

8.1. O prazo para a ocupação e necessárias adequações dos espaços a serem concedidos constantes do objeto desta licitação é de até 180 dias (cento e oitenta) dias corridos, contados a partir do primeiro dia útil seguinte ao da assinatura do Contrato de Concessão, prorrogáveis por igual período em caso de fatos supervenientes e autorizado pelo poder concedente.

8.2. Ao término do Contrato a concessionária deverá devolver o espaço que lhe serviu de objeto em idênticas condições que o recebeu.

8.3. Manter, durante a vigência do contrato, as mesmas condições que propiciaram a sua habilitação no processo licitatório, apresentando sempre que solicitados pela Concedente os documentos comprobatórios de regularidade fiscal / trabalhista.

8.4. Cumprir fielmente todos os prazos previstos no Edital.

8.5. Depositar mensalmente, até o quinto dia útil subsequente ao mês do vencimento, na conta bancária indicada pelo poder concedente, o valor correspondente ao preço pela Concessão e pelo rateio das despesas de manutenção das áreas de uso comum.

8.6. Suportar integralmente todas as despesas com projetos, construções, material, mão de obra, encargos financeiros, tributários, previdenciários e outros, relativos à execução das adequações necessárias à implantação do empreendimento, bem como daquelas relacionadas com a preservação do patrimônio histórico.

8.7. Serão de inteira responsabilidade da licitante adjudicatária todos os seguros necessários, inclusive os relativos à responsabilidade civil e ao ressarcimento eventual dos danos materiais ou pessoais causados a seus empregados ou a terceiros, bem como multas e/ou indenizações por danos ambientais e ao patrimônio histórico.

8.8. Executar as obras e serviços necessários à adequação da área escolhida, objeto da Concessão, na conformidade das disposições legais e contratuais.

8.8.1. O (A) CONCESSIONÁRIO (A) deverá realizar às suas expensas as obras necessárias à instalação e/ou funcionamento de seu negócio, desde que não alterem a estrutura da área ocupada, nem prejudiquem a segurança das pessoas ou bens, NÃO SENDO O MUNICÍPIO RESPONSÁVEL SOLIDARIAMENTE EM CASO DE OCORRÊNCIA DE EVENTUAIS DANOS A TERCEIROS (PESSOAS OU BENS), de acordo com as seguintes condições:

c) a) Toda e qualquer obra ou modificação a ser introduzida no imóvel, deverá ser previamente submetida à apreciação de uma equipe formada pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo e Secretário de Serviços Públicos e do Desenvolvimento Setorial e

observada as diretrizes gerais referentes às restrições de ocupação dos espaços a ser concedidos, considerando-se suas características de edifício tombado pelo patrimônio histórico, e pelo Município expressamente autorizada;

8.9. Prestar, em caráter permanente, serviços eficientes para todos os usuários.

8.10. Acatar prontamente as determinações da fiscalização do Município de Bonito de Santa Fé.

8.11. Atender a todas as prescrições legais e regulamentadoras.

8.12. Todo material proveniente de remoção ou entulho, decorrente do processo de implantação das obras de reforma e adequação dos espaços concedidos, deverá ser removido para locais previamente aprovados pela Prefeitura do Município de, não podendo, em hipótese alguma, permanecer no local.

8.13. A licitante adjudicatária deverá efetuar a manutenção do local de Bonito de Santa Fé a obra, de maneira a permitir o uso regular por parte dos concessionários e usuários, promovendo a varrição, limpeza e conservação do local até o final do serviço, com especial cuidado no tocante a preservar as condições de higiene dos produtos ali comercializados, considerando o caráter alimentar destes.

8.14. Todos os locais e equipamentos, bens e propriedades danificados em decorrência das obras e serviços executados, deverão ser imediatamente refeitos e construídos de acordo com as boas técnicas e normas vigentes, sem causar nenhum ônus ao Órgão Gestor do

Mercado, concessionários e usuários do Mercado Público de Bonito de Santa Fé.

8.15. A licitante adjudicatária será responsável pela segurança do trabalho de seus funcionários e de todos os atos por eles praticados.

8.16. A licitante adjudicatária ficará responsável a qualquer tempo pela quantidade e qualidade das obras e serviços executados e pelo material utilizado.

8.17. A licitante adjudicatária obriga-se a comparecer sempre que solicitado, ao Órgão Gestor do Mercado, em dias e horários por ela estabelecidos, a fim de receber instruções ou participar de reuniões que poderão ser realizadas em outros locais.

8.18. A licitante adjudicatária deverá assumir, de forma objetiva, toda e qualquer responsabilidade perante terceiros, pela execução das obras de adequação e demais serviços no espaço concedido, pertinente ao objeto da presente licitação, devendo indenizar a municipalidade e/ou terceiros por todo e qualquer prejuízo ou dano causado inclusive ao patrimônio histórico e cultural do prédio do Mercado Público de Bonito de Santa Fé, que venham ocorrer por conta da execução do contrato.

8.19. A licitante adjudicatária obriga-se a atender e zelar pela manutenção de todas as determinações emanadas, atuais e futuras, dos órgãos responsáveis pela preservação do patrimônio histórico do Município de Bonito de Santa Fé.

8.20. A licitante adjudicatária deverá observar com rigor as disposições do Código do Consumidor, responsabilizando-se pela aprovação dos órgãos técnicos da Prefeitura, os projetos e memoriais das adequações da área objeto da concessão, as quais deverão atender às exigências legais pertinentes, bem como realizá-las e concluí-las no prazo previsto no edital.

8.21. As despesas relativas a serviços e facilidades, tais como água, esgoto, energia elétrica, telefone, gás, conservação e limpeza, coleta de lixo, etc..., correrão por conta das licitantes adjudicatárias.

8.22. Não utilizar a área concedida para fins diversos do estabelecido no ANEXO I e II do Edital Convocatório.

8.23. Não ceder no todo ou em parte, a área objeto da concessão a terceiros, seja a que título for.

8.24. Zelar pela limpeza e conservação da área, devendo providenciar, às suas expensas, as obras e serviços que se fizerem necessários para a sua manutenção.

8.25. Arcar com todas as despesas decorrentes da concessão de uso ora licitadas, inclusive as relativas à lavratura e registro do competente instrumento, bem como eventuais taxas e tarifas.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO OU RENOVAÇÃO

9.1. O (A) CONCESSIONÁRIO (A) que deixar de cumprir qualquer Cláusula da Presente Concessão de Uso, poderá tê-la rescindida, principalmente se vier a ocorrer:

- a) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais;
- b) A sublocação total ou parcial da loja, a associação com outrem, à cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação com qualquer outra pessoa jurídica;
- c) O desatendimento das determinações regulares oriundos do Decreto Municipal;
- d) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- e) Razões de interesse público e exaradas no processo administrativo a que se refere a Concessão;
- f) A dissolução da sociedade ou o falecimento do (a) CONCESSIONÁRIO (A);
- g) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a exploração da atividade;
- h) O atraso acumulado de 03 (três) parcelas mensais e consecutivas das obrigações financeiras;
- i) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da continuidade da exploração da atividade comercial.

9.1.1. Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.1.2. A rescisão poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral e escrito do MUNICÍPIO;
- b) Amigável, por acordo entre as partes, não isentando o (a) CONCESSIONÁRIO (A) do pagamento antecipado das parcelas vencidas;
- c) Judicial.

9.1.3. A rescisão ou revogação acarretará:

- a) Desocupação imediata do espaço físico e o pagamento de valores de multas e outros encargos devidos;
- b) Retenção da Garantia Contratual, salvo no caso de rescisão amigável.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO SEGURO

10.1. Serão de inteira responsabilidade da licitante adjudicatária todos os seguros necessários, inclusive os relativos à responsabilidade civil e ao ressarcimento eventual dos danos materiais ou pessoais causados a seus empregados ou a terceiros, bem como multas e/ou indenizações por danos ambientais e ao patrimônio histórico.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

11.1. A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada pelo Poder Concedente através de seus agentes especialmente designados para este fim, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

11.1.1. As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos empregados mencionados nesta Cláusula deverão ser solicitadas à Diretoria do responsável no MUNICÍPIO DE BONITO DE SANTA FÉ – CONCEDENTE, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. O prazo de vigência contratual será de 60 (SESSENTA) meses, contados a partir da data de assinatura do Contrato.

12.2. Quaisquer modificações dos atos constitutivos da adjudicatória, durante o período de vigência do instrumento contratual, deverão ser encaminhadas para conhecimento e registro na Secretaria Municipal de Administração, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da modificação.

12.3. É vedada a transferência do contrato de concessão.

12.4. A transferência do controle acionário da adjudicatária contratada ou a realização de fusões, cisões e incorporações deverão ter prévia anuência do Órgão Gestor do Mercado.

12.5. A transferência do controle acionário e a realização das alterações devem ser solicitadas conjuntamente pelos interessados.

12.6. As alterações de que tratam os subitens anteriores somente poderão ocorrer após a vigência de 01(um) ano do prazo contratual e do cumprimento das correspondentes obrigações nele previstas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. As partes elegem como privilegiado, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ou resultantes do presente, o Foro da Comarca de São José de Piranhas, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo.

E, por assim estarem justos e acertados, assinam o presente Termo em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, como adiante se vê.

Bonito de Santa Fé - PB, 30 de Junho de 2022.

Prefeitura Municipal De Bonito De Santa Fé

ANTÔNIO LUCENA FILHO

Prefeito Constitucional

Contratante

ANA LUCIA SILVA DANTAS

CPF: 918.572.794-68

Contratado

TESTEMUNHAS:

Nome: _____

CPF: _____

Nome: _____

CPF: _____

Publicado por:
Francimagna Feitosa Pinto
Código Identificador:0CBBCB50

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO

CONCORRÊNCIA Nº 01/2022 PMBSF

TERMO CONTRATO DE CONCESSÃO N.º 238/2022

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE CONCESSÃO DE USO ONEROSO DO ESPAÇO “BOX” DO MERCADO PÚBLICO DE BONITO DE SANTA FÉ QUE O MUNICÍPIO DE BONITO DE SANTA FÉ OUTORGA A **ERYJHONSON LIMA LIRA**, PARA EXPLORAR COMERCIALMENTE, POR FORÇA DA CLASSIFICAÇÃO OBTIDA NO PROCESSO DE LICITAÇÃO, MODALIDADE CONCORRÊNCIA Nº 01/2022 PMBSF

Pelo presente instrumento firmado entre as partes, tendo de um lado o **A PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ**, ESTADO DA PARAÍBA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Aurea Dias de Almeida, Nº 228, Centro, Bonito de Santa Fé, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º **08.924.037/0001-18**, por seu representante legal **ANTÔNIO LUCENA FILHO**, CPF: 570.882.094-20 a partir de agora, denominada simplesmente **CONCEDENTE**, e de outro lado a, **ERYJHONSON LIMA LIRA**, PORTADOR DO CPF: 700.070.604-08, RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA JOÃO MARTINS, Nº 47, BAIRRO CENTRO, BONITO DE SANTA FÉ – PB, CEP: 58.960-000, doravante denominado (a) **CONCESSIONÁRIO (A)**, para explorar comercialmente o espaço do Box Item 03 do Mercado Público Municipal de Bonito de Santa, com 09 metros quadrados de área útil, de acordo com as seguintes Cláusulas e Condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O espaço público objeto desta Concessão de Uso a título oneroso, acima identificado, destina-se, exclusivamente, a explorar comercialmente com o ramo de atividade Segmento de Salão de Beleza, Cosmético e Perfumaria, sendo, portanto, terminantemente vedado seu uso para qualquer outro fim, sem prévia e expressa autorização do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DISPOSIÇÕES GERAIS

2.1. O uso do espaço físico para a exploração de atividade comercial dar-se-á em regime e Concessão de Uso, a Título Oneroso do espaço Box nº 21 do Mercado Público de Bonito de Santa Fé, mediante outorga do presente termo administrativo.

2.1.1. O imóvel objeto da presente Concessão de Uso não poderá ser vendido, cedido, transferido, locado, permutado ou emprestado a terceiros, no todo ou em parte, nem mesmo por força de sucessão comercial ou cessão e transferência de quotas do capital.

2.1.2. A Concessão de Uso ora outorgada não assegura ao (a) **CONCESSIONÁRIO (A)** o direito de exclusividade na exploração de seu ramo de negócio no Mercado Municipal de Bonito de Santa Fé em que este está localizado.

2.1.3. O (A) **CONCESSIONÁRIO (A)** deverá realizar às suas expensas as obras necessárias à instalação e/ou funcionamento de seu negócio, desde que não alterem a estrutura da área ocupada, nem prejudiquem a segurança das pessoas ou bens, NÃO SENDO O MUNICÍPIO RESPONSÁVEL SOLIDARIAMENTE EM CASO DE OCORRÊNCIA DE EVENTUAIS DANOS A TERCEIROS (PESSOAS OU BENS), de acordo com as seguintes condições:

a) Toda e qualquer obra ou modificação a ser introduzida no imóvel, deverá ser previamente submetida a apreciação de uma equipe formada pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo e Secretário de Serviços Públicos e do Desenvolvimento Setorial e observada as diretrizes gerais referentes às restrições de ocupação dos espaços a ser concedidos, considerando-se suas características de edifício tombado pelo patrimônio histórico, e pelo Município expressamente autorizada;

b) Quaisquer benfeitorias realizadas no imóvel objeto da presente Concessão de Uso sejam elas necessárias úteis ou voluptuárias,

passarão a pertencer ao Município de pleno direito, não podendo constituir-se em motivo de indenização, compensação, ou retenção por parte do (a) **CONCESSIONÁRIO (A)**;

2.1.4. Suportar integralmente todas as despesas com projetos, construções, material, mão de obra, encargos financeiros, tributários, previdenciários e outros, relativos à execução das adequações necessárias à implantação do empreendimento, bem como daquelas relacionadas com a preservação do patrimônio histórico.

2.1.5. Para melhor caracterização deste Instrumento, incorporam-se ao mesmo, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

a) O Decreto Municipal N.º 34/2021, Decreto Municipal n.º 35/2021 e Lei Municipal n.º 791/2021, definidor das normas gerais sobre o contrato e sua execução;

b) Proposta de preços.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1. A vigência da Presente Concessão de Uso será de 05 (cinco) anos, a contar da sua assinatura, encerrando-se no primeiro dia útil após o término deste prazo, podendo, havendo interesse das partes, ser renovado por igual período.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO

4.1. Pelo uso do espaço físico a **CONCESSIONÁRIA** pagará a título de concessão o valor de **R\$ 1.072,00 (Hum Mil e Setenta e Dois Reais)**.

4.2. Pelo uso do espaço físico a **CONCESSIONÁRIA** pagará a importância mensal de **R\$ 150,00 (Cento e Cinquenta Reais)**

4.3. O primeiro pagamento vencerá em trinta dias após o início das atividades.

4.4. Depositar mensalmente, até o quinto dia útil subsequente ao mês do vencimento, na conta bancária indicada pelo poder concedente, o valor correspondente ao preço pela concessão.

4.5. A Concessionária fica obrigada, ainda, a participar do rateio das despesas pela manutenção das áreas comuns, de uso do povo, em valor correspondente proporcionalmente à área ocupada.

4.5.1. Deverá ser depositado, também até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido, em conta bancária a ser indicada pelo poder concedente ou quem a este delegar, o valor do rateio das despesas de manutenção das áreas de uso comum.

4.6. O valor do preço será reajustado na periodicidade de 12 (doze) meses, com base no INPC ou outro índice oficial equivalente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS MULTAS

5.1. As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas ao **CONCESSIONÁRIO (A)** e ao contratado são as previstas na Lei nº 8.666/93 e nesta Concorrência.

5.2. Pelo descumprimento total ou parcial das obrigações, poderá o Município aplicar as adquirentes as seguintes sanções, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste Edital:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município de Bonito de Santa Fé, por um prazo não superior a dois anos;

d) Declaração de inidoneidade para contratar ou transacionar com o Município de Bonito de Santa Fé.

5.3. A recusa da adjudicatária em assinar o Contrato de Concessão dentro do prazo estabelecido implicará na perda do direito de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 24(vinte e quatro) meses, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades previstas na legislação que regulamenta a matéria.

5.4. Aplicam-se aos licitantes as penalidades previstas na Seção III - Dos Crimes e das Penas, da Lei Federal nº 8.666/93.

5.5. Pelo descumprimento de suas obrigações, a Concessionária sujeitar-se-á às seguintes penalidades:

5.5.1. Multa de 1% (um por cento) do valor proposto por dia de atraso não justificado e aceito para o início e entrega das obras de instalação nas áreas concedidas, até o máximo de 60(sessenta) dias.

5.5.2. Multa de 2% (dois por cento) do valor proposto por dia de paralisação não justificada e aceita pelo Município, até o máximo de 15(quinze) dias.

5.5.3. Pelo atraso no início da operacionalização, por culpa da Concessionária ou de seus subordinados, será aplicada a multa diária de 1% (um por cento) do valor proposto.

5.5.4. Multa de 50% (cinquenta por cento) do valor proposto, na hipótese inexecução total do ajuste e rescisão do contrato por culpa da empresa contratada.

5.5.5. Multa de 10% (dez por cento) do valor proposto, por inexecução parcial do ajuste, por executar os serviços em desconformidade com o exigido no contrato e seus anexos.

5.6. As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui a de outras.

5.7. As multas previstas neste item não têm caráter compensatório e consequentemente, seu pagamento não exime a empresa contratada da reparação dos danos, perdas ou prejuízos a que tenha dado causa, seja à administração, seja ao público em geral.

5.8. O Município poderá, a qualquer tempo antes da contratação, desclassificar a proposta ou desqualificar a licitante, sem que a esta caiba o direito à indenização ou reembolso, na hipótese de vir a ser comprovada a existência de fato ou circunstância que desabone sua idoneidade financeira, que comprometa sua capacidade técnica ou administrativa, ou ainda, que reduza sua capacidade de operação.

CLÁUSULA SEXTA – DA INTERVENÇÃO

6.1. Caberá a intervenção pelo Poder Concedente, em caráter excepcional, nos casos relacionados abaixo com o fim exclusivo de assegurar a regularidade e a adequação na execução dos serviços, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes:

a) Desvirtuamento do uso da área concessionada;

b) Modificação ou alteração não autorizada do patrimônio histórico e cultural objeto da concessão;

6.2. Intervenção far-se-á por ato motivado da Administração, que conterá a designação do Interventor, o prazo da intervenção, os objetivos e os limites da medida.

6.3. O período da intervenção não será superior a 180 (cento e oitenta) dias, findo o qual o interventor proporá ao Poder Concedente ou a extinção da concessão ou a devolução da obra à Concessionária.

6.4. Cessada a intervenção e não ocorrendo a extinção da concessão, haverá a imediata prestação de contas pelo interventor, que responderá pelos atos praticados durante a sua gestão, sem prejuízo de responsabilidade pela concedente e do direito à indenização pelo concessionário e pela concedente.

6.5. Durante o processo de intervenção e antes de ser decretada a extinção de que trata o subitem 6.3 acima, será assegurado a Concessionária o direito à ampla defesa.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO PODER CONCEDENTE

7.1. Proceder à vistoria final para a verificação da adequação das instalações e equipamentos necessários ao funcionamento dos estabelecimentos, às expensas destes.

7.2. Autorizar formalmente o início das operações, após proceder à vistoria de que trata o item 7.1.

7.3. Fiscalizar permanentemente a execução dos serviços concedidos.

7.4. Intervir na execução dos serviços, mediante Decreto do Executivo, quando necessário, a fim de assegurar sua regularidade e o fiel cumprimento do contrato e das normas legais pertinentes.

7.5. Aplicar as penalidades previstas nas leis que regem a matéria e, especificamente, no Contrato de Concessão.

7.6. Entregar a Concessionária a área escolhida totalmente livre e desembaraçada de pessoas e coisas.

7.7. Declarar extinta a Concessão, quando não observadas às condições previstas no Edital de Concorrência nº 01/2021 PMBSF e anexo.

7.8. Cumprir e fazer cumprir as disposições legais e contratuais.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONCESSIONÁRIO (A)

8.1. O prazo para a ocupação e necessárias adequações dos espaços a serem concedidos constantes do objeto desta licitação é de até 180 dias (cento e oitenta) dias corridos, contados a partir do primeiro dia útil seguinte ao da assinatura do Contrato de Concessão, prorrogáveis

por igual período em caso de fatos supervenientes e autorizado pelo poder concedente.

8.2. Ao término do Contrato a concessionária deverá devolver o espaço que lhe serviu de objeto em idênticas condições que o recebeu.

8.3. Manter, durante a vigência do contrato, as mesmas condições que propiciaram a sua habilitação no processo licitatório, apresentando sempre que solicitados pela Concedente os documentos comprobatórios de regularidade fiscal / trabalhista.

8.4. Cumprir fielmente todos os prazos previstos no Edital.

8.5. Depositar mensalmente, até o quinto dia útil subsequente ao mês do vencimento, na conta bancária indicada pelo poder concedente, o valor correspondente ao preço pela Concessão e pelo rateio das despesas de manutenção das áreas de uso comum.

8.6. Suportar integralmente todas as despesas com projetos, construções, material, mão de obra, encargos financeiros, tributários, previdenciários e outros, relativos à execução das adequações necessárias à implantação do empreendimento, bem como daquelas relacionadas com a preservação do patrimônio histórico.

8.7. Serão de inteira responsabilidade da licitante adjudicatária todos os seguros necessários, inclusive os relativos à responsabilidade civil e ao ressarcimento eventual dos danos materiais ou pessoais causados a seus empregados ou a terceiros, bem como multas e/ou indenizações por danos ambientais e ao patrimônio histórico.

8.8. Executar as obras e serviços necessários à adequação da área escolhida, objeto da Concessão, na conformidade das disposições legais e contratuais.

8.8.1. O (A) CONCESSIONÁRIO (A) deverá realizar às suas expensas as obras necessárias à instalação e/ou funcionamento de seu negócio, desde que não alterem a estrutura da área ocupada, nem prejudiquem a segurança das pessoas ou bens, NÃO SENDO O MUNICÍPIO RESPONSÁVEL SOLIDARIAMENTE EM CASO DE OCORRÊNCIA DE EVENTUAIS DANOS A TERCEIROS (PESSOAS OU BENS), de acordo com as seguintes condições:

c) a) Toda e qualquer obra ou modificação a ser introduzida no imóvel, deverá ser previamente submetida à apreciação de uma equipe formada pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo e Secretário de Serviços Públicos e do Desenvolvimento Setorial e observada as diretrizes gerais referentes às restrições de ocupação dos espaços a ser concedidos, considerando-se suas características de edifício tombado pelo patrimônio histórico, e pelo Município expressamente autorizada;

8.9. Prestar, em caráter permanente, serviços eficientes para todos os usuários.

8.10. Acatar prontamente as determinações da fiscalização do Município de Bonito de Santa Fé.

8.11. Atender a todas as prescrições legais e regulamentadoras.

8.12. Todo material proveniente de remoção ou entulho, decorrente do processo de implantação das obras de reforma e adequação dos espaços concedidos, deverá ser removido para locais previamente aprovados pela Prefeitura do Município de, não podendo, em hipótese alguma, permanecer no local.

8.13. A licitante adjudicatária deverá efetuar a manutenção do local de Bonito de Santa Fé a obra, de maneira a permitir o uso regular por parte dos concessionários e usuários, promovendo a varrição, limpeza e conservação do local até o final do serviço, com especial cuidado no tocante a preservar as condições de higiene dos produtos ali comercializados, considerando o caráter alimentar destes.

8.14. Todos os locais e equipamentos, bens e propriedades danificados em decorrência das obras e serviços executados, deverão ser imediatamente refeitos e construídos de acordo com as boas técnicas e normas vigentes, sem causar nenhum ônus ao Órgão Gestor do Mercado, concessionários e usuários do Mercado Público de Bonito de Santa Fé.

8.15. A licitante adjudicatária será responsável pela segurança do trabalho de seus funcionários e de todos os atos por eles praticados.

8.16. A licitante adjudicatária ficará responsável a qualquer tempo pela quantidade e qualidade das obras e serviços executados e pelo material utilizado.

8.17. A licitante adjudicatária obriga-se a comparecer sempre que solicitado, ao Órgão Gestor do Mercado, em dias e horários por ela estabelecidos, a fim de receber instruções ou participar de reuniões que poderão ser realizadas em outros locais.

8.18. A licitante adjudicatária deverá assumir, de forma objetiva, toda e qualquer responsabilidade perante terceiros, pela execução das obras

de adequação e demais serviços no espaço concedido, pertinente ao objeto da presente licitação, devendo indenizar a municipalidade e/ou terceiros por todo e qualquer prejuízo ou dano causado inclusive ao patrimônio histórico e cultural do prédio do Mercado Público de Bonito de Santa Fé, que venham ocorrer por conta da execução do contrato.

8.19. A licitante adjudicatária obriga-se a atender e zelar pela manutenção de todas as determinações emanadas, atuais e futuras, dos órgãos responsáveis pela preservação do patrimônio histórico do Município de Bonito de Santa Fé.

8.20. A licitante adjudicatária deverá observar com rigor as disposições do Código do Consumidor, responsabilizando-se pela aprovação dos órgãos técnicos da Prefeitura, os projetos e memoriais das adequações da área objeto da concessão, as quais deverão atender às exigências legais pertinentes, bem como realizá-las e concluí-las no prazo previsto no edital.

8.21. As despesas relativas a serviços e facilidades, tais como água, esgoto, energia elétrica, telefone, gás, conservação e limpeza, coleta de lixo, etc..., correrão por conta das licitantes adjudicatárias.

8.22. Não utilizar a área concedida para fins diversos do estabelecido no ANEXO I e II do Edital Convocatório.

8.23. Não ceder no todo ou em parte, a área objeto da concessão a terceiros, seja a que título for.

8.24. Zelar pela limpeza e conservação da área, devendo providenciar, às suas expensas, as obras e serviços que se fizerem necessários para a sua manutenção.

8.25. Arcar com todas as despesas decorrentes da concessão de uso ora licitadas, inclusive as relativas à lavratura e registro do competente instrumento, bem como eventuais taxas e tarifas.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO OU RENOVAÇÃO

9.1. O (A) CONCESSIONÁRIO (A) que deixar de cumprir qualquer Cláusula da Presente Concessão de Uso, poderá tê-la rescindida, principalmente se vier a ocorrer:

- a) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais;
- b) A sublocação total ou parcial da loja, a associação com outrem, à cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação com qualquer outra pessoa jurídica;
- c) O desatendimento das determinações regulares oriundos do Decreto Municipal;
- d) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- e) Razões de interesse público e exaradas no processo administrativo a que se refere à Concessão;
- f) A dissolução da sociedade ou o falecimento do (a) CONCESSIONÁRIO (A);
- g) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a exploração da atividade;
- h) O atraso acumulado de 03 (três) parcelas mensais e consecutivas das obrigações financeiras;
- i) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da continuidade da exploração da atividade comercial.

9.1.1. Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.1.2. A rescisão poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral e escrito do MUNICÍPIO;
- b) Amigável, por acordo entre as partes, não isentando o (a) CONCESSIONÁRIO (A) do pagamento antecipado das parcelas vencidas;
- c) Judicial.

9.1.3. A rescisão ou revogação acarretará:

- a) Desocupação imediata do espaço físico e o pagamento de valores de multas e outros encargos devidos;
- b) Retenção da Garantia Contratual, salvo no caso de rescisão amigável.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO SEGURO

10.1. Serão de inteira responsabilidade da licitante adjudicatária todos os seguros necessários, inclusive os relativos à responsabilidade civil e ao ressarcimento eventual dos danos materiais ou pessoais causados a seus empregados ou a terceiros, bem como multas e/ou indenizações por danos ambientais e ao patrimônio histórico.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

11.1. A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada pelo Poder Concedente através de seus agentes especialmente designados para este fim, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

11.1.1. As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos empregados mencionados nesta Cláusula deverão ser solicitadas à Diretoria do responsável no MUNICÍPIO DE BONITO DE SANTA FÉ – CONCEDENTE, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. O prazo de vigência contratual será de 60 (SESSENTA) meses, contados a partir da data de assinatura do Contrato.

12.2. Quaisquer modificações dos atos constitutivos da adjudicatária, durante o período de vigência do instrumento contratual, deverão ser encaminhadas para conhecimento e registro na Secretaria Municipal de Administração, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da modificação.

12.3. É vedada a transferência do contrato de concessão.

12.4. A transferência do controle acionário da adjudicatária contratada ou a realização de fusões, cisões e incorporações deverão ter prévia anuência do Órgão Gestor do Mercado.

12.5. A transferência do controle acionário e a realização das alterações devem ser solicitadas conjuntamente pelos interessados.

12.6. As alterações de que tratam os subitens anteriores somente poderão ocorrer após a vigência de 01(um) ano do prazo contratual e do cumprimento das correspondentes obrigações nele previstas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. As partes elegem como privilegiado, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ou resultantes do presente, o Foro da Comarca de São José de Piranhas, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo.

E, por assim estarem justos e acertados, assinam o presente Termo em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, como adiante se vê.

Bonito de Santa Fé - PB, 30 de Junho de 2022.

Prefeitura Municipal De Bonito De Santa Fé

ANTÔNIO LUCENA FILHO

Prefeito Constitucional

Contratante

ERYJHONSON LIMA LIRA

CPF: 700.070.604-08

Contratado

TESTEMUNHAS:

Nome: _____

CPF: _____

Nome: _____

CPF: _____

Publicado por:

Francimagna Feitosa Pinto

Código Identificador:85D6BB3F

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO

CONCORRÊNCIA Nº 01/2022 PMBSF

TERMO CONTRATO DE CONCESSÃO N.º 241/2022

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE CONCESSÃO DE USO ONEROSO DO ESPAÇO “BOX” DO MERCADO PÚBLICO DE BONITO DE SANTA FÉ QUE O MUNICÍPIO DE BONITO DE SANTA FÉ OUTORGA A **JOÃO LENO LACERDA DE ASSIS**, PARA EXPLORAR COMERCIALMENTE, POR FORÇA DA

CLASSIFICAÇÃO OBTIDA NO PROCESSO DE LICITAÇÃO, MODALIDADE CONCORRÊNCIA Nº 01/2022 PMBSF

Pelo presente instrumento firmado entre as partes, tendo de um lado o **A PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ**, ESTADO DA PARAÍBA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Aurea Dias de Almeida, Nº 228, Centro, Bonito de Santa Fé, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º **08.924.037/0001-18**, por seu representante legal **ANTÔNIO LUCENA FILHO**, CPF: 570.882.094-20 a partir de agora, denominada simplesmente **CONCEDENTE**, e de outro lado a, **JOÃO LENO LACERDA DE ASSIS**, PORTADOR DO CPF: 072.299.804-02, RESIDENTE E DOMICILIADO NO CONJUNTO CEHAP, S/N, BAIRRO CASAS POPULARES, BONITO DE SANTA FÉ – PB, CEP: 58.960-000, doravante denominado (a) **CONCESSIONÁRIO (A)**, para explorar comercialmente o espaço do Box Item 03 do Mercado Público Municipal de Bonito de Santa, com 09 metros quadrados de área útil, de acordo com as seguintes Cláusulas e Condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O espaço público objeto desta Concessão de Uso a título oneroso, acima identificado, destina-se, exclusivamente, a explorar comercialmente com o ramo de atividade Segmento de Salão de Beleza, Cosmético e Perfumaria, sendo, portanto, terminantemente vedado seu uso para qualquer outro fim, sem prévia e expressa autorização do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DISPOSIÇÕES GERAIS

2.1. O uso do espaço físico para a exploração de atividade comercial dar-se-á em regime e Concessão de Uso, a Título Oneroso do espaço Box nº 19 do Mercado Público de Bonito de Santa Fé, mediante outorga do presente termo administrativo.

2.1.1. O imóvel objeto da presente Concessão de Uso não poderá ser vendido, cedido, transferido, locado, permutado ou emprestado a terceiros, no todo ou em parte, nem mesmo por força de sucessão comercial ou cessão e transferência de quotas do capital.

2.1.2. A Concessão de Uso ora outorgada não assegura ao (a) **CONCESSIONÁRIO (A)** o direito de exclusividade na exploração de seu ramo de negócio no Mercado Municipal de Bonito de Santa Fé em que este está localizado.

2.1.3. O (A) **CONCESSIONÁRIO (A)** deverá realizar às suas expensas as obras necessárias à instalação e/ou funcionamento de seu negócio, desde que não alterem a estrutura da área ocupada, nem prejudiquem a segurança das pessoas ou bens, **NÃO SENDO O MUNICÍPIO RESPONSÁVEL SOLIDARIAMENTE EM CASO DE OCORRÊNCIA DE EVENTUAIS DANOS A TERCEIROS (PESSOAS OU BENS)**, de acordo com as seguintes condições:

a) Toda e qualquer obra ou modificação a ser introduzida no imóvel, deverá ser previamente submetida a apreciação de uma equipe formada pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo e Secretário de Serviços Públicos e do Desenvolvimento Setorial e observada as diretrizes gerais referentes às restrições de ocupação dos espaços a ser concedidos, considerando-se suas características de edifício tombado pelo patrimônio histórico, e pelo Município expressamente autorizada;

b) Quaisquer benfeitorias realizadas no imóvel objeto da presente Concessão de Uso sejam elas necessárias úteis ou voluptuárias, passarão a pertencer ao Município de pleno direito, não podendo constituir-se em motivo de indenização, compensação, ou retenção por parte do (a) **CONCESSIONÁRIO (A)**;

2.1.4. Suportar integralmente todas as despesas com projetos, construções, material, mão de obra, encargos financeiros, tributários, previdenciários e outros, relativos à execução das adequações necessárias à implantação do empreendimento, bem como daquelas relacionadas com a preservação do patrimônio histórico.

2.1.5. Para melhor caracterização deste Instrumento, incorporam-se ao mesmo, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

a) O Decreto Municipal N.º 34/2021, Decreto Municipal n.º 35/2021 e Lei Municipal n.º 791/2021, definidor das normas gerais sobre o contrato e sua execução;

b) Proposta de preços.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1. A vigência da Presente Concessão de Uso será de 05 (cinco) anos, a contar da sua assinatura, encerrando-se no primeiro dia útil após o término deste prazo, podendo, havendo interesse das partes, ser renovado por igual período.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO

4.1. Pelo uso do espaço físico a **CONCESSIONÁRIA** pagará a título de concessão o valor de **R\$ 500,00 (Quinhentos Reais)**.

4.2. Pelo uso do espaço físico a **CONCESSIONÁRIA** pagará a importância mensal de **R\$ 150,00 (Cento e Cinquenta Reais)**

4.3. O primeiro pagamento vencerá em trinta dias após o início das atividades.

4.4. Depositar mensalmente, até o quinto dia útil subsequente ao mês do vencimento, na conta bancária indicada pelo poder concedente, o valor correspondente ao preço pela concessão.

4.5. A Concessionária fica obrigada, ainda, a participar do rateio das despesas pela manutenção das áreas comuns, de uso do povo, em valor correspondente proporcionalmente à área ocupada.

4.5.1. Deverá ser depositado, também até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido, em conta bancária a ser indicada pelo poder concedente ou quem a este delegar, o valor do rateio das despesas de manutenção das áreas de uso comum.

4.6. O valor do preço será reajustado na periodicidade de 12 (doze) meses, com base no INPC ou outro índice oficial equivalente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS MULTAS

5.1. As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas ao **CONCESSIONÁRIO (A)** e ao contratado são as previstas na Lei nº 8.666/93 e nesta Concorrência.

5.2. Pelo descumprimento total ou parcial das obrigações, poderá o Município aplicar as adquirentes as seguintes sanções, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste Edital:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município de Bonito de Santa Fé, por um prazo não superior a dois anos;

d) Declaração de inidoneidade para contratar ou transacionar com o Município de Bonito de Santa Fé.

5.3. A recusa da adjudicatária em assinar o Contrato de Concessão dentro do prazo estabelecido implicará na perda do direito de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 24(vinte e quatro) meses, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades previstas na legislação que regulamenta a matéria.

5.4. Aplicam-se aos licitantes as penalidades previstas na Seção III - Dos Crimes e das Penas, da Lei Federal nº 8.666/93.

5.5. Pelo descumprimento de suas obrigações, a Concessionária sujeitar-se-á às seguintes penalidades:

5.5.1. Multa de 1% (um por cento) do valor proposto por dia de atraso não justificado e aceito para o início e entrega das obras de instalação nas áreas concedidas, até o máximo de 60(sessenta) dias.

5.5.2. Multa de 2% (dois por cento) do valor proposto por dia de paralisação não justificada e aceita pelo Município, até o máximo de 15(quinze) dias.

5.5.3. Pelo atraso no início da operacionalização, por culpa da Concessionária ou de seus subordinados, será aplicada a multa diária de 1% (um por cento) do valor proposto.

5.5.4. Multa de 50% (cinquenta por cento) do valor proposto, na hipótese inexecução total do ajuste e rescisão do contrato por culpa da empresa contratada.

5.5.5. Multa de 10% (dez por cento) do valor proposto, por inexecução parcial do ajuste, por executar os serviços em desconformidade com o exigido no contrato e seus anexos.

5.6. As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui a de outras.

5.7. As multas previstas neste item não têm caráter compensatório e consequentemente, seu pagamento não exime a empresa contratada da reparação dos danos, perdas ou prejuízos a que tenha dado causa, seja à administração, seja ao público em geral.

5.8. O Município poderá, a qualquer tempo antes da contratação, desclassificar a proposta ou desqualificar a licitante, sem que a esta caiba o direito à indenização ou reembolso, na hipótese de vir a ser comprovada a existência de fato ou circunstância que desabone sua

idoneidade financeira, que comprometa sua capacidade técnica ou administrativa, ou ainda, que reduza sua capacidade de operação.

CLÁUSULA SEXTA – DA INTERVENÇÃO

6.1. Caberá a intervenção pelo Poder Concedente, em caráter excepcional, nos casos relacionados abaixo com o fim exclusivo de assegurar a regularidade e a adequação na execução dos serviços, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes:

a) Desvirtuamento do uso da área concessionada;
b) Modificação ou alteração não autorizada do patrimônio histórico e cultural objeto da concessão;

6.2. Intervenção far-se-á por ato motivado da Administração, que conterá a designação do Interventor, o prazo da intervenção, os objetivos e os limites da medida.

6.3. O período da intervenção não será superior a 180 (cento e oitenta) dias, findo o qual o interventor proporá ao Poder Concedente ou a extinção da concessão ou a devolução da obra à Concessionária.

6.4. Cessada a intervenção e não ocorrendo a extinção da concessão, haverá a imediata prestação de contas pelo interventor, que responderá pelos atos praticados durante a sua gestão, sem prejuízo de responsabilidade pela concedente e do direito à indenização pelo concessionário e pela concedente.

6.5. Durante o processo de intervenção e antes de ser decretada a extinção de que trata o subitem 6.3 acima, será assegurado a Concessionária o direito à ampla defesa.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO PODER CONCEDENTE

7.1. Proceder à vistoria final para a verificação da adequação das instalações e equipamentos necessários ao funcionamento dos estabelecimentos, às expensas destes.

7.2. Autorizar formalmente o início das operações, após proceder à vistoria de que trata o item 7.1.

7.3. Fiscalizar permanentemente a execução dos serviços concedidos.

7.4. Intervir na execução dos serviços, mediante Decreto do Executivo, quando necessário, a fim de assegurar sua regularidade e o fiel cumprimento do contrato e das normas legais pertinentes.

7.5. Aplicar as penalidades previstas nas leis que regem a matéria e, especificamente, no Contrato de Concessão.

7.6. Entregar a Concessionária a área escolhida totalmente livre e desembaraçada de pessoas e coisas.

7.7. Declarar extinta a Concessão, quando não observadas as condições previstas no Edital de Concorrência nº 01/2021 PMBSF e anexo.

7.8. Cumprir e fazer cumprir as disposições legais e contratuais.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONCESSIONÁRIO (A)

8.1. O prazo para a ocupação e necessárias adequações dos espaços a serem concedidos constantes do objeto desta licitação é de até 180 dias (cento e oitenta) dias corridos, contados a partir do primeiro dia útil seguinte ao da assinatura do Contrato de Concessão, prorrogáveis por igual período em caso de fatos supervenientes e autorizado pelo poder concedente.

8.2. Ao término do Contrato a concessionária deverá devolver o espaço que lhe serviu de objeto em idênticas condições que o recebeu.

8.3. Manter, durante a vigência do contrato, as mesmas condições que propiciaram a sua habilitação no processo licitatório, apresentando sempre que solicitados pela Concedente os documentos comprobatórios de regularidade fiscal / trabalhista.

8.4. Cumprir fielmente todos os prazos previstos no Edital.

8.5. Depositar mensalmente, até o quinto dia útil subsequente ao mês do vencimento, na conta bancária indicada pelo poder concedente, o valor correspondente ao preço pela Concessão e pelo rateio das despesas de manutenção das áreas de uso comum.

8.6. Suportar integralmente todas as despesas com projetos, construções, material, mão de obra, encargos financeiros, tributários, previdenciários e outros, relativos à execução das adequações necessárias à implantação do empreendimento, bem como daquelas relacionadas com a preservação do patrimônio histórico.

8.7. Serão de inteira responsabilidade da licitante adjudicatária todos os seguros necessários, inclusive os relativos à responsabilidade civil

e ao ressarcimento eventual dos danos materiais ou pessoais causados a seus empregados ou a terceiros, bem como multas e/ou indenizações por danos ambientais e ao patrimônio histórico.

8.8. Executar as obras e serviços necessários à adequação da área escolhida, objeto da Concessão, na conformidade das disposições legais e contratuais.

8.8.1. O (A) CONCESSIONÁRIO (A) deverá realizar às suas expensas as obras necessárias à instalação e/ou funcionamento de seu negócio, desde que não alterem a estrutura da área ocupada, nem prejudiquem a segurança das pessoas ou bens, NÃO SENDO O MUNICÍPIO RESPONSÁVEL SOLIDARIAMENTE EM CASO DE OCORRÊNCIA DE EVENTUAIS DANOS A TERCEIROS (PESSOAS OU BENS), de acordo com as seguintes condições:

c) a) Toda e qualquer obra ou modificação a ser introduzida no imóvel, deverá ser previamente submetida à apreciação de uma equipe formada pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo e Secretário de Serviços Públicos e do Desenvolvimento Setorial e

observada as diretrizes gerais referentes às restrições de ocupação dos espaços a ser concedidos, considerando-se suas características de edifício tombado pelo patrimônio histórico, e pelo Município expressamente autorizada;

8.9. Prestar, em caráter permanente, serviços eficientes para todos os usuários.

8.10. Acatar prontamente as determinações da fiscalização do Município de Bonito de Santa Fé.

8.11. Atender a todas as prescrições legais e regulamentadoras.

8.12. Todo material proveniente de remoção ou entulho, decorrente do processo de implantação das obras de reforma e adequação dos espaços concedidos, deverá ser removido para locais previamente aprovados pela Prefeitura do Município de, não podendo, em hipótese alguma, permanecer no local.

8.13. A licitante adjudicatária deverá efetuar a manutenção do local de Bonito de Santa Fé a obra, de maneira a permitir o uso regular por parte dos concessionários e usuários, promovendo a varrição, limpeza e conservação do local até o final do serviço, com especial cuidado no tocante a preservar as condições de higiene dos produtos ali comercializados, considerando o caráter alimentar destes.

8.14. Todos os locais e equipamentos, bens e propriedades danificados em decorrência das obras e serviços executados, deverão ser imediatamente refeitos e construídos de acordo com as boas técnicas e normas vigentes, sem causar nenhum ônus ao Órgão Gestor do Mercado, concessionários e usuários do Mercado Público de Bonito de Santa Fé.

8.15. A licitante adjudicatária será responsável pela segurança do trabalho de seus funcionários e de todos os atos por eles praticados.

8.16. A licitante adjudicatária ficará responsável a qualquer tempo pela quantidade e qualidade das obras e serviços executados e pelo material utilizado.

8.17. A licitante adjudicatária obriga-se a comparecer sempre que solicitado, ao Órgão Gestor do Mercado, em dias e horários por ela estabelecidos, a fim de receber instruções ou participar de reuniões que poderão ser realizadas em outros locais.

8.18. A licitante adjudicatária deverá assumir, de forma objetiva, toda e qualquer responsabilidade perante terceiros, pela execução das obras de adequação e demais serviços no espaço concedido, pertinente ao objeto da presente licitação, devendo indenizar a municipalidade e/ou terceiros por todo e qualquer prejuízo ou dano causado inclusive ao patrimônio histórico e cultural do prédio do Mercado Público de Bonito de Santa Fé, que venham ocorrer por conta da execução do contrato.

8.19. A licitante adjudicatária obriga-se a atender e zelar pela manutenção de todas as determinações emanadas, atuais e futuras, dos órgãos responsáveis pela preservação do patrimônio histórico do Município de Bonito de Santa Fé.

8.20. A licitante adjudicatária deverá observar com rigor as disposições do Código do Consumidor, responsabilizando-se pela aprovação dos órgãos técnicos da Prefeitura, os projetos e memoriais das adequações da área objeto da concessão, as quais deverão atender às exigências legais pertinentes, bem como realizá-las e concluí-las no prazo previsto no edital.

8.21. As despesas relativas a serviços e facilidades, tais como água, esgoto, energia elétrica, telefone, gás, conservação e limpeza, coleta de lixo, etc..., correrão por conta das licitantes adjudicatárias.

8.22. Não utilizar a área concedida para fins diversos do estabelecido no ANEXO I e II do Edital Convocatório.

8.23. Não ceder no todo ou em parte, a área objeto da concessão a terceiros, seja a que título for.

8.24. Zelar pela limpeza e conservação da área, devendo providenciar, às suas expensas, as obras e serviços que se fizerem necessários para a sua manutenção.

8.25. Arcar com todas as despesas decorrentes da concessão de uso ora licitadas, inclusive as relativas à lavratura e registro do competente instrumento, bem como eventuais taxas e tarifas.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO OU RENOVAÇÃO

9.1. O (A) CONCESSIONÁRIO (A) que deixar de cumprir qualquer Cláusula da Presente Concessão de Uso, poderá tê-la rescindida, principalmente se vier a ocorrer:

- a) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais;
- b) A sublocação total ou parcial da loja, a associação com outrem, à cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação com qualquer outra pessoa jurídica;
- c) O desatendimento das determinações regulares oriundos do Decreto Municipal;
- d) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- e) Razões de interesse público e exaradas no processo administrativo a que se refere à Concessão;
- f) A dissolução da sociedade ou o falecimento do (a) CONCESSIONÁRIO (A);
- g) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a exploração da atividade;
- h) O atraso acumulado de 03 (três) parcelas mensais e consecutivas das obrigações financeiras;
- i) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da continuidade da exploração da atividade comercial.

9.1.1. Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.1.2. A rescisão poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral e escrito do MUNICÍPIO;
- b) Amigável, por acordo entre as partes, não isentando o (a) CONCESSIONÁRIO (A) do pagamento antecipado das parcelas vencidas;
- c) Judicial.

9.1.3. A rescisão ou revogação acarretará:

- a) Desocupação imediata do espaço físico e o pagamento de valores de multas e outros encargos devidos;
- b) Retenção da Garantia Contratual, salvo no caso de rescisão amigável.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO SEGURO

10.1. Serão de inteira responsabilidade da licitante adjudicatária todos os seguros necessários, inclusive os relativos à responsabilidade civil e ao ressarcimento eventual dos danos materiais ou pessoais causados a seus empregados ou a terceiros, bem como multas e/ou indenizações por danos ambientais e ao patrimônio histórico.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

11.1. A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada pelo Poder Concedente através de seus agentes especialmente designados para este fim, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

11.1.1. As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos empregados mencionados nesta Cláusula deverão ser solicitadas à Diretoria do responsável no MUNICÍPIO DE BONITO DE SANTA FÉ – CONCEDENTE, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. O prazo de vigência contratual será de 60 (SESSENTA) meses, contados a partir da data de assinatura do Contrato.

12.2. Quaisquer modificações dos atos constitutivos da adjudicatária, durante o período de vigência do instrumento contratual, deverão ser encaminhadas para conhecimento e registro na Secretaria Municipal

de Administração, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da modificação.

12.3. É vedada a transferência do contrato de concessão.

12.4. A transferência do controle acionário da adjudicatária contratada ou a realização de fusões, cisões e incorporações deverão ter prévia anuência do Órgão Gestor do Mercado.

12.5. A transferência do controle acionário e a realização das alterações devem ser solicitadas conjuntamente pelos interessados.

12.6. As alterações de que tratam os subitens anteriores somente poderão ocorrer após a vigência de 01(um) ano do prazo contratual e do cumprimento das correspondentes obrigações nele previstas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. As partes elegem como privilegiado, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ou resultantes do presente, o Foro da Comarca de São José de Piranhas, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo.

E, por assim estarem justos e acertados, assinam o presente Termo em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, como adiante se vê.

Bonito de Santa Fé - PB, 30 de Junho de 2022.

Prefeitura Municipal de Bonito de Santa Fé

ANTÔNIO LUCENA FILHO

Prefeito Constitucional

Contratante

JOÃO LENO LACERDA DE ASSIS

CPF: 072.299.804-02

Contratado

TESTEMUNHAS:

Nome: _____

CPF: _____

Nome: _____

CPF: _____

Publicado por:

Francimagna Feitosa Pinto

Código Identificador:8E9BF53A

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO

CONCORRÊNCIA Nº 01/2022 PMBSF

TERMO CONTRATO DE CONCESSÃO N.º 245/2022

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE CONCESSÃO DE USO ONEROSO DO ESPAÇO “BOX” DO MERCADO PÚBLICO DE BONITO DE SANTA FÉ QUE O MUNICÍPIO DE BONITO DE SANTA FÉ OUTORGA A **LUANNA CIPRIANO CAMPOS**, PARA EXPLORAR COMERCIALMENTE, POR FORÇA DA CLASSIFICAÇÃO OBTIDA NO PROCESSO DE LICITAÇÃO, MODALIDADE CONCORRÊNCIA Nº 01/2022PMBSF

Pelo presente instrumento firmado entre as partes, tendo de um lado o **A PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ**, ESTADO DA PARAÍBA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Aurea Dias de Almeida, Nº 228, Centro, Bonito de Santa Fé, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º **08.924.037/0001-18**, por seu representante legal **ANTÔNIO LUCENA FILHO**, CPF: 570.882.094-20 a partir de agora, denominado simplesmente **CONCEDENTE**, e de outro lado a, **LUANNA CIPRIANO CAMPOS**, PORTADORA DO CPF: 097.245.455-12, RESIDENTE E DOMICILIADA NA RUA PROJETADA, S/N, BAIRRO JARDIM DAS NEVES, BONITO DE SANTA FÉ – PB, CEP: 58.960-000, doravante denominado(a) **CONCESSIONÁRIO (A)**, para explorar comercialmente o espaço do Box Item 05 do Mercado Público Municipal de Bonito de Santa Fé, com 09 metros quadrados de área útil, de acordo com as seguintes Cláusulas e Condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O espaço público objeto desta Concessão de Uso a título oneroso, acima identificado, destina-se, exclusivamente, a explorar comercialmente com o ramo de atividade Segmento de Comércio Diverso: Material de caça e pesca, Artesanatos, Material Plástico, Floricultura, Peças de Moto, Cama/Mesa e Banho, Ouro e Bijouteria, Artigos Religiosos, de Couro e Esportivos, Material Eletrônico, Livraria e Variedades, sendo, portanto, terminantemente vedado seu uso para qualquer outro fim, sem prévia e expressa autorização do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DISPOSIÇÕES GERAIS

2.1. O uso do espaço físico para a exploração de atividade comercial dar-se-á em regime de Concessão de Uso, a Título Oneroso do espaço Box nº 28 do Mercado Público de Bonito de Santa Fé, mediante outorga do presente termo administrativo.

2.1.1. O imóvel objeto da presente Concessão de Uso não poderá ser vendido, cedido, transferido, locado, permutado ou emprestado a terceiros, no todo ou em parte, nem mesmo por força de sucessão comercial ou cessão e transferência de quotas do capital.

2.1.2. A Concessão de Uso ora outorgada não assegura ao (a) CONCESSIONÁRIO (A) o direito de exclusividade na exploração de seu ramo de negócio no Mercado Municipal de Bonito de Santa Fé em que este está localizado.

2.1.3. O (A) CONCESSIONÁRIO (A) deverá realizar às suas expensas as obras necessárias à instalação e/ou funcionamento de seu negócio, desde que não alterem a estrutura da área ocupada, nem prejudiquem a segurança das pessoas ou bens, NÃO SENDO O MUNICÍPIO RESPONSÁVEL SOLIDARIAMENTE EM CASO DE OCORRÊNCIA DE EVENTUAIS DANOS A TERCEIROS (PESSOAS OU BENS), de acordo com as seguintes condições:

a) Toda e qualquer obra ou modificação a ser introduzida no imóvel, deverá ser previamente submetida à apreciação de uma equipe formada pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo e Secretário de Serviços Públicos e do Desenvolvimento Setorial e observada as diretrizes gerais referentes às restrições de ocupação dos espaços a serem concedidos, considerando-se suas características de edifício tombado pelo patrimônio histórico, e pelo Município expressamente autorizada;

b) Quaisquer benfeitorias realizadas no imóvel objeto da presente Concessão de Uso, sejam elas necessárias, úteis ou voluptuárias, passarão a pertencer ao Município de pleno direito, não podendo constituir-se em motivo de indenização, compensação, ou retenção por parte do (a) CONCESSIONÁRIO (A);

2.1.4. Suportar integralmente todas as despesas com projetos, construções, material, mão de obra, encargos financeiros, tributários, previdenciários e outros, relativos à execução das adequações necessárias à implantação do empreendimento, bem como daquelas relacionadas com a preservação do patrimônio histórico.

2.1.5. Para melhor caracterização deste Instrumento, incorporam-se ao mesmo, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

a) O Decreto Municipal N.º 34/2021, Decreto Municipal n.º 35/2021 e Lei Municipal n.º 791/2021, definidor das normas gerais sobre o contrato e sua execução;

b) Proposta de preços.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1. A vigência da Presente Concessão de Uso será de 05 (cinco) anos, a contar da sua assinatura, encerrando-se no primeiro dia útil após o término deste prazo, podendo, havendo interesse das partes, ser renovado por igual período.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO

4.1. Pelo uso do espaço físico a CONCESSIONÁRIA pagará a título de concessão o valor de **R\$ 400,00 (Quatocentos Reais)**.

4.2. Pelo uso do espaço físico a CONCESSIONÁRIA pagará a importância mensal de **R\$ 150,00 (Cento e Cinquenta Reais)**.

4.3. O primeiro pagamento vencerá em trinta dias após o início das atividades.

4.4. Depositar mensalmente, até o quinto dia útil subsequente ao mês do vencimento, na conta bancária indicada pelo poder concedente, o valor correspondente ao preço pela concessão.

4.5. A Concessionária fica obrigada, ainda, a participar do rateio das despesas pela manutenção das áreas comuns, de uso do povo, em valor correspondente proporcionalmente à área ocupada.

4.5.1. Deverá ser depositado, também até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido, em conta bancária a ser indicada pelo poder concedente ou quem a este delegar, o valor do rateio das despesas de manutenção das áreas de uso comum.

4.6. O valor do preço será reajustado na periodicidade de 12 (doze) meses, com base no INPC ou outro índice oficial equivalente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS MULTAS

5.1. As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas ao CONCESSIONÁRIO (A) e ao contratado são as previstas na Lei nº 8.666/93 e nesta Concorrência.

5.2. Pelo descumprimento total ou parcial das obrigações, poderá o Município aplicar as adquirentes as seguintes sanções, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste Edital:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município de Bonito de Santa Fé, por um prazo não superior a dois anos;

d) Declaração de inidoneidade para contratar ou transacionar com o Município de Bonito de Santa Fé.

5.3. A recusa da adjudicatária em assinar o Contrato de Concessão dentro do prazo estabelecido implicará na perda do direito de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 24(vinte e quatro) meses, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades previstas na legislação que regulamenta a matéria.

5.4. Aplicam-se aos licitantes as penalidades previstas na Seção III - Dos Crimes e das Penas, da Lei Federal nº 8.666/93.

5.5. Pelo descumprimento de suas obrigações, a Concessionária sujeitar-se-á às seguintes penalidades:

5.5.1. Multa de 1% (um por cento) do valor proposto por dia de atraso não justificado e aceito para o início e entrega das obras de instalação nas áreas concedidas, até o máximo de 60(sessenta) dias.

5.5.2. Multa de 2% (dois por cento) do valor proposto por dia de paralisação não justificada e aceita pelo Município, até o máximo de 15(quinze) dias.

5.5.3. Pelo atraso no início da operacionalização, por culpa da Concessionária ou de seus subordinados, será aplicada a multa diária de 1% (um por cento) do valor proposto.

5.5.4. Multa de 50% (cinquenta por cento) do valor proposto, na hipótese inexecução total do ajuste e rescisão do contrato por culpa da empresa contratada.

5.5.5. Multa de 10% (dez por cento) do valor proposto, por inexecução parcial do ajuste, por executar os serviços em desconformidade com o exigido no contrato e seus anexos.

5.6. As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui a de outras.

5.7. As multas previstas neste item não têm caráter compensatório e consequentemente, seu pagamento não exime a empresa contratada da reparação dos danos, perdas ou prejuízos a que tenha dado causa, seja à administração, seja ao público em geral.

5.8. O Município poderá, a qualquer tempo antes da contratação, desclassificar a proposta ou desqualificar a licitante, sem que a esta caiba o direito à indenização ou reembolso, na hipótese de vir a ser comprovada a existência de fato ou circunstância que desabone sua idoneidade financeira, que comprometa sua capacidade técnica ou administrativa, ou ainda, que reduza sua capacidade de operação.

CLÁUSULA SEXTA - DA INTERVENÇÃO

6.1. Caberá a intervenção pelo Poder Concedente, em caráter excepcional, nos casos relacionados abaixo com o fim exclusivo de assegurar a regularidade e a adequação na execução dos serviços, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes:

a) Desvirtuamento do uso da área concessionada;

b) Modificação ou alteração não autorizada do patrimônio histórico e cultural objeto da concessão;

6.2. Intervenção far-se-á por ato motivado da Administração, que conterá a designação do Interventor, o prazo da intervenção, os objetivos e os limites da medida.

6.3. O período da intervenção não será superior a 180 (cento e oitenta) dias, findo o qual o interventor proporá ao Poder Concedente ou a extinção da concessão ou a devolução da obra à Concessionária.

6.4. Cessada a intervenção e não ocorrendo a extinção da concessão, haverá a imediata prestação de contas pelo interventor, que responderá pelos atos praticados durante a sua gestão, sem prejuízo de responsabilidade pela concedente e do direito à indenização pelo concessionário e pela concedente.

6.5. Durante o processo de intervenção e antes de ser decretada a extinção de que trata o subitem 6.3 acima, será assegurado à Concessionária o direito à ampla defesa.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO PODER CONCEDENTE

7.1. Proceder à vistoria final para a verificação da adequação das instalações e equipamentos necessários ao funcionamento dos estabelecimentos, às expensas destes.

7.2. Autorizar formalmente o início das operações, após proceder à vistoria de que trata o item 7.1.

7.3. Fiscalizar permanentemente a execução dos serviços concedidos.

7.4. Intervir na execução dos serviços, mediante Decreto do Executivo, quando necessário, a fim de assegurar sua regularidade e o fiel cumprimento do contrato e das normas legais pertinentes.

7.5. Aplicar as penalidades previstas nas leis que regem a matéria e, especificamente, no Contrato de Concessão.

7.6. Entregar a Concessionária a área escolhida totalmente livre e desembaraçada de pessoas e coisas.

7.7. Declarar extinta a Concessão, quando não observadas às condições previstas no Edital de Concorrência nº 01/2021 PMBSF e anexo.

7.8. Cumprir e fazer cumprir as disposições legais e contratuais.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONCESSIONÁRIO (A)

8.1. O prazo para a ocupação e necessárias adequações dos espaços a serem concedidos constantes do objeto desta licitação é de até 180 dias (cento e oitenta) dias corridos, contados a partir do primeiro dia útil seguinte ao da assinatura do Contrato de Concessão, prorrogáveis por igual período em caso de fatos supervenientes e autorizado pelo poder concedente.

8.2. Ao término do Contrato a concessionária deverá devolver o espaço que lhe serviu de objeto em idênticas condições que o recebeu.

8.3. Manter, durante a vigência do contrato, as mesmas condições que propiciaram a sua habilitação no processo licitatório, apresentando sempre que solicitados pela Concedente os documentos comprobatórios de regularidade fiscal / trabalhista.

8.4. Cumprir fielmente todos os prazos previstos no Edital.

8.5. Depositar mensalmente, até o quinto dia útil subsequente ao mês do vencimento, na conta bancária indicada pelo poder concedente, o valor correspondente ao preço pela Concessão e pelo rateio das despesas de manutenção das áreas de uso comum.

8.6. Suportar integralmente todas as despesas com projetos, construções, material, mão de obra, encargos financeiros, tributários, previdenciários e outros, relativos à execução das adequações necessárias à implantação do empreendimento, bem como daquelas relacionadas com a preservação do patrimônio histórico.

8.7. Serão de inteira responsabilidade da licitante adjudicatária todos os seguros necessários, inclusive os relativos à responsabilidade civil e ao ressarcimento eventual dos danos materiais ou pessoais causados a seus empregados ou a terceiros, bem como multas e/ou indenizações por danos ambientais e ao patrimônio histórico.

8.8. Executar as obras e serviços necessários à adequação da área escolhida, objeto da Concessão, na conformidade das disposições legais e contratuais.

8.8.1. O (A) CONCESSIONÁRIO (A) deverá realizar às suas expensas as obras necessárias à instalação e/ou funcionamento de seu negócio, desde que não alterem a estrutura da área ocupada, nem prejudiquem a segurança das pessoas ou bens, NÃO SENDO O MUNICÍPIO RESPONSÁVEL SOLIDARIAMENTE EM CASO DE OCORRÊNCIA DE EVENTUAIS DANOS A TERCEIROS (PESSOAS OU BENS), de acordo com as seguintes condições:

c) a) Toda e qualquer obra ou modificação a ser introduzida no imóvel, deverá ser previamente submetida à apreciação de uma equipe

formada pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo e Secretário de Serviços Públicos e do Desenvolvimento Setorial e

observada as diretrizes gerais referentes às restrições de ocupação dos espaços a ser concedidos, considerando-se suas características de edifício tombado pelo patrimônio histórico, e pelo Município expressamente autorizada;

8.9. Prestar, em caráter permanente, serviços eficientes para todos os usuários.

8.10. Acatar prontamente as determinações da fiscalização do Município de Bonito de Santa Fé.

8.11. Atender a todas as prescrições legais e regulamentadoras.

8.12. Todo material proveniente de remoção ou entulho, decorrente do processo de implantação das obras de reforma e adequação dos espaços concedidos, deverá ser removido para locais previamente aprovados pela Prefeitura do Município de, não podendo, em hipótese alguma, permanecer no local.

8.13. A licitante adjudicatária deverá efetuar a manutenção do local de Bonito de Santa Fé a obra, de maneira a permitir o uso regular por parte dos concessionários e usuários, promovendo a varrição, limpeza e conservação do local até o final do serviço, com especial cuidado no tocante a preservar as condições de higiene dos produtos ali comercializados, considerando o caráter alimentar destes.

8.14. Todos os locais e equipamentos, bens e propriedades danificados em decorrência das obras e serviços executados, deverão ser imediatamente refeitos e construídos de acordo com as boas técnicas e normas vigentes, sem causar nenhum ônus ao Órgão Gestor do Mercado, concessionários e usuários do Mercado Público de Bonito de Santa Fé.

8.15. A licitante adjudicatária será responsável pela segurança do trabalho de seus funcionários e de todos os atos por eles praticados.

8.16. A licitante adjudicatária ficará responsável a qualquer tempo pela quantidade e qualidade das obras e serviços executados e pelo material utilizado.

8.17. A licitante adjudicatária obriga-se a comparecer sempre que solicitado, ao Órgão Gestor do Mercado, em dias e horários por ela estabelecidos, a fim de receber instruções ou participar de reuniões que poderão ser realizadas em outros locais.

8.18. A licitante adjudicatária deverá assumir, de forma objetiva, toda e qualquer responsabilidade perante terceiros, pela execução das obras de adequação e demais serviços no espaço concedido, pertinente ao objeto da presente licitação, devendo indenizar a municipalidade e/ou terceiros por todo e qualquer prejuízo ou dano causado inclusive ao patrimônio histórico e cultural do prédio do Mercado Público de Bonito de Santa Fé, que venham ocorrer por conta da execução do contrato.

8.19. A licitante adjudicatária obriga-se a atender e zelar pela manutenção de todas as determinações emanadas, atuais e futuras, dos órgãos responsáveis pela preservação do patrimônio histórico do Município de Bonito de Santa Fé.

8.20. A licitante adjudicatária deverá observar com rigor as disposições do Código do Consumidor, responsabilizando-se pela aprovação dos órgãos técnicos da Prefeitura, os projetos e memoriais das adequações da área objeto da concessão, as quais deverão atender às exigências legais pertinentes, bem como realizá-las e concluí-las no prazo previsto no edital.

8.21. As despesas relativas a serviços e facilidades, tais como água, esgoto, energia elétrica, telefone, gás, conservação e limpeza, coleta de lixo, etc..., correrão por conta das licitantes adjudicatárias.

8.22. Não utilizar a área concedida para fins diversos do estabelecido no ANEXO I e II do Edital Convocatório.

8.23. Não ceder no todo ou em parte, a área objeto da concessão a terceiros, seja a que título for.

8.24. Zelar pela limpeza e conservação da área, devendo providenciar, às suas expensas, as obras e serviços que se fizerem necessários para a sua manutenção.

8.25. Arcar com todas as despesas decorrentes da concessão de uso ora licitadas, inclusive as relativas à lavratura e registro do competente instrumento, bem como eventuais taxas e tarifas.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO OU RENOVAÇÃO

9.1. O (A) CONCESSIONÁRIO (A) que deixar de cumprir qualquer Cláusula da Presente Concessão de Uso, poderá tê-la rescindida, principalmente se vier a ocorrer:

a) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais;

- b) A sublocação total ou parcial da loja, a associação com outrem, à cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação com qualquer outra pessoa jurídica;
- c) O desatendimento das determinações regulares oriundos do Decreto Municipal;
- d) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- e) Razões de interesse público e exaradas no processo administrativo a que se refere a Concessão;
- f) A dissolução da sociedade ou o falecimento do (a) CONCESSIONÁRIO (A);
- g) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a exploração da atividade;
- h) O atraso acumulado de 03 (três) parcelas mensais e consecutivas das obrigações financeiras;
- i) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da continuidade da exploração da atividade comercial.

9.1.1. Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.1.2. A rescisão poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral e escrito do MUNICÍPIO;
- b) Amigável, por acordo entre as partes, não isentando o (a) CONCESSIONÁRIO (A) do pagamento antecipado das parcelas vencidas;
- c) Judicial.

9.1.3. A rescisão ou revogação acarretará:

- a) Desocupação imediata do espaço físico e o pagamento de valores de multas e outros encargos devidos;
- b) Retenção da Garantia Contratual, salvo no caso de rescisão amigável.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO SEGURO

10.1. Serão de inteira responsabilidade da licitante adjudicatária todos os seguros necessários, inclusive os relativos à responsabilidade civil e ao ressarcimento eventual dos danos materiais ou pessoais causados a seus empregados ou a terceiros, bem como multas e/ou indenizações por danos ambientais e ao patrimônio histórico.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

11.1. A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada pelo Poder Concedente através de seus agentes especialmente designados para este fim, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

11.1.1. As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos empregados mencionados nesta Cláusula deverão ser solicitadas à Diretoria do responsável no MUNICÍPIO DE BONITO DE SANTA FÉ – CONCEDENTE, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. O prazo de vigência contratual será de 60 (SESSENTA) meses, contados a partir da data de assinatura do Contrato.

12.2. Quaisquer modificações dos atos constitutivos da adjudicatória, durante o período de vigência do instrumento contratual, deverão ser encaminhadas para conhecimento e registro na Secretaria Municipal de Administração, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da modificação.

12.3. É vedada a transferência do contrato de concessão.

12.4. A transferência do controle acionário da adjudicatária contratada ou a realização de fusões, cisões e incorporações deverão ter prévia anuência do Órgão Gestor do Mercado.

12.5. A transferência do controle acionário e a realização das alterações devem ser solicitadas conjuntamente pelos interessados.

12.6. As alterações de que tratam os subitens anteriores somente poderão ocorrer após a vigência de 01(um) ano do prazo contratual e do cumprimento das correspondentes obrigações nele previstas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. As partes elegem como privilegiado, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ou resultantes do presente, o Foro da Comarca de São José de Piranhas, com renúncia expressa a qualquer outro, por

mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo.

E, por assim estarem justos e acertados, assinam o presente Termo em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, como adiante se vê.

Bonito de Santa Fé - PB, 30 de Junho de 2022.

Prefeitura Municipal de Bonito de Santa Fé

ANTÔNIO LUCENA FILHO

Prefeito Constitucional

Contratante

LUANNA CIPRIANO CAMPOS

CPF: 097.245.455-12

Contratado

TESTEMUNHAS:

Nome: _____

CPF: _____

Nome: _____

CPF: _____

Publicado por:

Francimagna Feitosa Pinto

Código Identificador:4E8CE256

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO

CONCORRÊNCIA Nº 01/2022 PMBSF

TERMO CONTRATO DE CONCESSÃO N.º 251//2022

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE CONCESSÃO DE USO ONEROSO DO ESPAÇO “BOX” DO MERCADO PÚBLICO DE BONITO DE SANTA FÉ QUE O MUNICÍPIO DE BONITO DE SANTA FÉ OUTORGA A **MARIA MARLY SOARES RODRIGUES**, PARA EXPLORAR COMERCIALMENTE, POR FORÇA DA CLASSIFICAÇÃO OBTIDA NO PROCESSO DE LICITAÇÃO, MODALIDADE CONCORRÊNCIA Nº 01/2022 PMBSF

Pelo presente instrumento firmado entre as partes, tendo de um lado o **A PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ**, ESTADO DA PARAÍBA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Aurea Dias de Almeida, Nº 228, Centro, Bonito de Santa Fé, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º **08.924.037/0001-18**, por seu representante legal **ANTÔNIO LUCENA FILHO**, CPF: 570.882.094-20 a partir de agora, denominada simplesmente **CONCEDENTE**, e de outro lado a, **MARIA MARLY SOARES RODRIGUES**, PORTADORA DO CPF: 092.523.704-39, RESIDENTE E DOMICILIADA NA RUA PROJETADA, S/Nº, BAIRRO ALTO BELORIZONTE, BONITO DE SANTA FÉ – PB, CEP: 58.960-000, doravante denominado (a) **CONCESSIONÁRIO (A)**, para explorar comercialmente o espaço do Box Item 02 do Mercado Público Municipal de Bonito de Santa, com 09 metros quadrados de área útil, de acordo com as seguintes Cláusulas e Condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O espaço público objeto desta Concessão de Uso a título oneroso, acima identificado, destina-se, exclusivamente, a explorar comercialmente com o ramo de atividade Segmento de Alimentação, Lanchonete, Sorveteria, Bomboniere, Pizzaria, Doceria e Comércio de Salgados, etc. sendo, portanto, terminantemente vedado seu uso para qualquer outro fim, sem prévia e expressa autorização do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DISPOSIÇÕES GERAIS

2.1. O uso do espaço físico para a exploração de atividade comercial dar-se-á em regime e Concessão de Uso, a Título Oneroso do espaço Box nº 06 do Mercado Público de Bonito de Santa Fé, mediante outorga do presente termo administrativo.

2.1.1. O imóvel objeto da presente Concessão de Uso não poderá ser vendido, cedido, transferido, locado, permutado ou emprestado a terceiros, no todo ou em parte, nem mesmo por força de sucessão comercial ou cessão e transferência de quotas do capital.

2.1.2. A Concessão de Uso ora outorgada não assegura ao (a) CONCESSIONÁRIO (A) o direito de exclusividade na exploração de seu ramo de negócio no Mercado Municipal de Bonito de Santa Fé em que este está localizado.

2.1.3. O (A) CONCESSIONÁRIO (A) deverá realizar às suas expensas as obras necessárias à instalação e/ou funcionamento de seu negócio, desde que não alterem a estrutura da área ocupada, nem prejudiquem a segurança das pessoas ou bens, NÃO SENDO O MUNICÍPIO RESPONSÁVEL SOLIDARIAMENTE EM CASO DE OCORRÊNCIA DE EVENTUAIS DANOS A TERCEIROS (PESSOAS OU BENS), de acordo com as seguintes condições:

a) Toda e qualquer obra ou modificação a ser introduzida no imóvel, deverá ser previamente submetida a apreciação de uma equipe formada pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo e Secretário de Serviços Públicos e do Desenvolvimento Setorial e observada as diretrizes gerais referentes às restrições de ocupação dos espaços a ser concedidos, considerando-se suas características de edifício tombado pelo patrimônio histórico, e pelo Município expressamente autorizada;

b) Quaisquer benfeitorias realizadas no imóvel objeto da presente Concessão de Uso sejam elas necessárias úteis ou voluptuárias, passarão a pertencer ao Município de pleno direito, não podendo constituir-se em motivo de indenização, compensação, ou retenção por parte do (a) CONCESSIONÁRIO (A);

2.1.4. Suportar integralmente todas as despesas com projetos, construções, material, mão de obra, encargos financeiros, tributários, previdenciários e outros, relativos à execução das adequações necessárias à implantação do empreendimento, bem como daquelas relacionadas com a preservação do patrimônio histórico.

2.1.5. Para melhor caracterização deste Instrumento, incorporam-se ao mesmo, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

a) O Decreto Municipal N.º 34/2021, Decreto Municipal n.º 35/2021 e Lei Municipal n.º 791/2021, definidor das normas gerais sobre o contrato e sua execução;

b) Proposta de preços.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1. A vigência da Presente Concessão de Uso será de 05 (cinco) anos, a contar da sua assinatura, encerrando-se no primeiro dia útil após o término deste prazo, podendo, havendo interesse das partes, ser renovado por igual período.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO

4.1. Pelo uso do espaço físico a CONCESSIONÁRIA pagará a título de concessão o valor de **R\$ 500,00 (Quinhentos Reais)**.

4.2. Pelo uso do espaço físico a CONCESSIONÁRIA pagará a importância mensal de **R\$ 150,00 (Cento e Cinquenta Reais)**.

4.3. O primeiro pagamento vencerá em trinta dias após o início das atividades.

4.4. Depositar mensalmente, até o quinto dia útil subsequente ao mês do vencimento, na conta bancária indicada pelo poder concedente, o valor correspondente ao preço pela concessão.

4.5. A Concessionária fica obrigada, ainda, a participar do rateio das despesas pela manutenção das áreas comuns, de uso do povo, em valor correspondente proporcionalmente à área ocupada.

4.5.1. Deverá ser depositado, também até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido, em conta bancária a ser indicada pelo poder concedente ou quem a este delegar, o valor do rateio das despesas de manutenção das áreas de uso comum.

4.6. O valor do preço será reajustado na periodicidade de 12 (doze) meses, com base no INPC ou outro índice oficial equivalente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS MULTAS

5.1. As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas ao CONCESSIONÁRIO (A) e ao contratado são as previstas na Lei nº 8.666/93 e nesta Concorrência.

5.2. Pelo descumprimento total ou parcial das obrigações, poderá o Município aplicar às adquirentes as seguintes sanções, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste Edital:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município de Bonito de Santa Fé, por um prazo não superior a dois anos;

d) Declaração de inidoneidade para contratar ou transacionar com o Município de Bonito de Santa Fé.

5.3. A recusa da adjudicatária em assinar o Contrato de Concessão dentro do prazo estabelecido implicará na perda do direito de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 24(vinte e quatro) meses, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades previstas na legislação que regulamenta a matéria.

5.4. Aplicam-se aos licitantes as penalidades previstas na Seção III - Dos Crimes e das Penas, da Lei Federal nº 8.666/93.

5.5. Pelo descumprimento de suas obrigações, a Concessionária sujeitar-se-á às seguintes penalidades:

5.5.1. Multa de 1% (um por cento) do valor proposto por dia de atraso não justificado e aceito para o início e entrega das obras de instalação nas áreas concedidas, até o máximo de 60(sessenta) dias.

5.5.2. Multa de 2% (dois por cento) do valor proposto por dia de paralisação não justificada e aceita pelo Município, até o máximo de 15(quinze) dias.

5.5.3. Pelo atraso no início da operacionalização, por culpa da Concessionária ou de seus subordinados, será aplicada a multa diária de 1% (um por cento) do valor proposto.

5.5.4. Multa de 50% (cinquenta por cento) do valor proposto, na hipótese inexecução total do ajuste e rescisão do contrato por culpa da empresa contratada.

5.5.5. Multa de 10% (dez por cento) do valor proposto, por inexecução parcial do ajuste, por executar os serviços em desconformidade com o exigido no contrato e seus anexos.

5.6. As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui a de outras.

5.7. As multas previstas neste item não têm caráter compensatório e consequentemente, seu pagamento não exime a empresa contratada da reparação dos danos, perdas ou prejuízos a que tenha dado causa, seja à administração, seja ao público em geral.

5.8. O Município poderá, a qualquer tempo antes da contratação, desclassificar a proposta ou desqualificar a licitante, sem que a esta caiba o direito à indenização ou reembolso, na hipótese de vir a ser comprovada a existência de fato ou circunstância que desabone sua idoneidade financeira, que comprometa sua capacidade técnica ou administrativa, ou ainda, que reduza sua capacidade de operação.

CLÁUSULA SEXTA – DA INTERVENÇÃO

6.1. Caberá a intervenção pelo Poder Concedente, em caráter excepcional, nos casos relacionados abaixo com o fim exclusivo de assegurar a regularidade e a adequação na execução dos serviços, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes:

a) Desvirtuamento do uso da área concessionada;

b) Modificação ou alteração não autorizada do patrimônio histórico e cultural objeto da concessão;

6.2. Intervenção far-se-á por ato motivado da Administração, que conterá a designação do Interventor, o prazo da intervenção, os objetivos e os limites da medida.

6.3. O período da intervenção não será superior a 180 (cento e oitenta) dias, findo o qual o interventor proporá ao Poder Concedente ou a extinção da concessão ou a devolução da obra à Concessionária.

6.4. Cessada a intervenção e não ocorrendo a extinção da concessão, haverá a imediata prestação de contas pelo interventor, que responderá pelos atos praticados durante a sua gestão, sem prejuízo de responsabilidade pela concedente e do direito à indenização pelo concessionário e pela concedente.

6.5. Durante o processo de intervenção e antes de ser decretada a extinção de que trata o subitem 6.3 acima, será assegurado à Concessionária o direito à ampla defesa.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO PODER CONCEDENTE

7.1. Proceder à vistoria final para a verificação da adequação das instalações e equipamentos necessários ao funcionamento dos estabelecimentos, às expensas destes.

7.2. Autorizar formalmente o início das operações, após proceder à vistoria de que trata o item 7.1.

7.3. Fiscalizar permanentemente a execução dos serviços concedidos.

7.4. Intervir na execução dos serviços, mediante Decreto do Executivo, quando necessário, a fim de assegurar sua regularidade e o fiel cumprimento do contrato e das normas legais pertinentes.

7.5. Aplicar as penalidades previstas nas leis que regem a matéria e, especificamente, no Contrato de Concessão.

7.6. Entregar a Concessionária a área escolhida totalmente livre e desembaraçada de pessoas e coisas.

7.7. Declarar extinta a Concessão, quando não observadas as condições previstas no Edital de Concorrência nº 01/2021 PMBSF e anexo.

7.8. Cumprir e fazer cumprir as disposições legais e contratuais.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONCESSIONÁRIO (A)

8.1. O prazo para a ocupação e necessárias adequações dos espaços a serem concedidos constantes do objeto desta licitação é de até 180 dias (cento e oitenta) dias corridos, contados a partir do primeiro dia útil seguinte ao da assinatura do Contrato de Concessão, prorrogáveis por igual período em caso de fatos supervenientes e autorizado pelo poder concedente.

8.2. Ao término do Contrato a concessionária deverá devolver o espaço que lhe serviu de objeto em idênticas condições que o recebeu.

8.3. Manter, durante a vigência do contrato, as mesmas condições que propiciaram a sua habilitação no processo licitatório, apresentando sempre que solicitados pela Concedente os documentos comprobatórios de regularidade fiscal / trabalhista.

8.4. Cumprir fielmente todos os prazos previstos no Edital.

8.5. Depositar mensalmente, até o quinto dia útil subsequente ao mês do vencimento, na conta bancária indicada pelo poder concedente, o valor correspondente ao preço pela Concessão e pelo rateio das despesas de manutenção das áreas de uso comum.

8.6. Suportar integralmente todas as despesas com projetos, construções, material, mão de obra, encargos financeiros, tributários, previdenciários e outros, relativos à execução das adequações necessárias à implantação do empreendimento, bem como daquelas relacionadas com a preservação do patrimônio histórico.

8.7. Serão de inteira responsabilidade da licitante adjudicatária todos os seguros necessários, inclusive os relativos à responsabilidade civil e ao ressarcimento eventual dos danos materiais ou pessoais causados a seus empregados ou a terceiros, bem como multas e/ou indenizações por danos ambientais e ao patrimônio histórico.

8.8. Executar as obras e serviços necessários à adequação da área escolhida, objeto da Concessão, na conformidade das disposições legais e contratuais.

8.8.1. O (A) CONCESSIONÁRIO (A) deverá realizar às suas expensas as obras necessárias à instalação e/ou funcionamento de seu negócio, desde que não alterem a estrutura da área ocupada, nem prejudiquem a segurança das pessoas ou bens, NÃO SENDO O MUNICÍPIO RESPONSÁVEL SOLIDARIAMENTE EM CASO DE OCORRÊNCIA DE EVENTUAIS DANOS A TERCEIROS (PESSOAS OU BENS), de acordo com as seguintes condições:

c) **a)** Toda e qualquer obra ou modificação a ser introduzida no imóvel, deverá ser previamente submetida à apreciação de uma equipe formada pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo e Secretário de Serviços Públicos e do Desenvolvimento Setorial e observada as diretrizes gerais referentes às restrições de ocupação dos espaços a ser concedidos, considerando-se suas características de edifício tombado pelo patrimônio histórico, e pelo Município expressamente autorizada;

8.9. Prestar, em caráter permanente, serviços eficientes para todos os usuários.

8.10. Acatar prontamente as determinações da fiscalização do Município de Bonito de Santa Fé.

8.11. Atender a todas as prescrições legais e regulamentadoras.

8.12. Todo material proveniente de remoção ou entulho, decorrente do processo de implantação das obras de reforma e adequação dos espaços concedidos, deverá ser removido para locais previamente aprovados pela Prefeitura do Município de, não podendo, em hipótese alguma, permanecer no local.

8.13. A licitante adjudicatária deverá efetuar a manutenção do local de Bonito de Santa Fé a obra, de maneira a permitir o uso regular por parte dos concessionários e usuários, promovendo a varrição, limpeza e conservação do local até o final do serviço, com especial cuidado no tocante a preservar as condições de higiene dos produtos ali comercializados, considerando o caráter alimentar destes.

8.14. Todos os locais e equipamentos, bens e propriedades danificados em decorrência das obras e serviços executados, deverão ser imediatamente refeitos e construídos de acordo com as boas técnicas e normas vigentes, sem causar nenhum ônus ao Órgão Gestor do Mercado, concessionários e usuários do Mercado Público de Bonito de Santa Fé.

8.15. A licitante adjudicatária será responsável pela segurança do trabalho de seus funcionários e de todos os atos por eles praticados.

8.16. A licitante adjudicatária ficará responsável a qualquer tempo pela quantidade e qualidade das obras e serviços executados e pelo material utilizado.

8.17. A licitante adjudicatária obriga-se a comparecer sempre que solicitado, ao Órgão Gestor do Mercado, em dias e horários por ela estabelecidos, a fim de receber instruções ou participar de reuniões que poderão ser realizadas em outros locais.

8.18. A licitante adjudicatária deverá assumir, de forma objetiva, toda e qualquer responsabilidade perante terceiros, pela execução das obras de adequação e demais serviços no espaço concedido, pertinente ao objeto da presente licitação, devendo indenizar a municipalidade e/ou terceiros por todo e qualquer prejuízo ou dano causado inclusive ao patrimônio histórico e cultural do prédio do Mercado Público de Bonito de Santa Fé, que venham ocorrer por conta da execução do contrato.

8.19. A licitante adjudicatária obriga-se a atender e zelar pela manutenção de todas as determinações emanadas, atuais e futuras, dos órgãos responsáveis pela preservação do patrimônio histórico do Município de Bonito de Santa Fé.

8.20. A licitante adjudicatária deverá observar com rigor as disposições do Código do Consumidor, responsabilizando-se pela aprovação dos órgãos técnicos da Prefeitura, os projetos e memoriais das adequações da área objeto da concessão, as quais deverão atender às exigências legais pertinentes, bem como realizá-las e concluí-las no prazo previsto no edital.

8.21. As despesas relativas a serviços e facilidades, tais como água, esgoto, energia elétrica, telefone, gás, conservação e limpeza, coleta de lixo, etc..., correrão por conta das licitantes adjudicatárias.

8.22. Não utilizar a área concedida para fins diversos do estabelecido no ANEXO I e II do Edital Convocatório.

8.23. Não ceder no todo ou em parte, a área objeto da concessão a terceiros, seja a que título for.

8.24. Zelar pela limpeza e conservação da área, devendo providenciar, às suas expensas, as obras e serviços que se fizerem necessários para a sua manutenção.

8.25. Arcar com todas as despesas decorrentes da concessão de uso ora licitadas, inclusive as relativas à lavratura e registro do competente instrumento, bem como eventuais taxas e tarifas.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO OU RENOVAÇÃO

9.1. O (A) CONCESSIONÁRIO (A) que deixar de cumprir qualquer Cláusula da Presente Concessão de Uso, poderá tê-la rescindida, principalmente se vier a ocorrer:

a) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais;

b) A sublocação total ou parcial da loja, a associação com outrem, à cessão ou

transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação com qualquer outra pessoa jurídica;

c) O desatendimento das determinações regulares oriundos do Decreto Municipal;

d) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

e) Razões de interesse público e exaradas no processo administrativo a que se refere a Concessão;

f) A dissolução da sociedade ou o falecimento do (a) CONCESSIONÁRIO (A);

g) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a exploração da atividade;

h) O atraso acumulado de 03 (três) parcelas mensais e consecutivas das obrigações financeiras;

i) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da continuidade da exploração da atividade comercial.

9.1.1. Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.1.2. A rescisão poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral e escrito do MUNICÍPIO;
- b) Amigável, por acordo entre as partes, não isentando o (a) CONCESSIONÁRIO (A) do pagamento antecipado das parcelas vencidas;
- c) Judicial.

9.1.3. A rescisão ou revogação acarretará:

- a) Desocupação imediata do espaço físico e o pagamento de valores de multas e outros encargos devidos;
- b) Retenção da Garantia Contratual, salvo no caso de rescisão amigável.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO SEGURO

10.1. Serão de inteira responsabilidade da licitante adjudicatária todos os seguros necessários, inclusive os relativos à responsabilidade civil e ao ressarcimento eventual dos danos materiais ou pessoais causados a seus empregados ou a terceiros, bem como multas e/ou indenizações por danos ambientais e ao patrimônio histórico.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

11.1. A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada pelo Poder Concedente através de seus agentes especialmente designados para este fim, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

11.1.1. As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos empregados mencionados nesta Cláusula deverão ser solicitadas à Diretoria do responsável no MUNICÍPIO DE BONITO DE SANTA FÉ – CONCEDENTE, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. O prazo de vigência contratual será de 60 (SESSENTA) meses, contados a partir da data de assinatura do Contrato.

12.2. Quaisquer modificações dos atos constitutivos da adjudicatória, durante o período de vigência do instrumento contratual, deverão ser encaminhadas para conhecimento e registro na Secretaria Municipal de Administração, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da modificação.

12.3. É vedada a transferência do contrato de concessão.

12.4. A transferência do controle acionário da adjudicatária contratada ou a realização de fusões, cisões e incorporações deverão ter prévia anuência do Órgão Gestor do Mercado.

12.5. A transferência do controle acionário e a realização das alterações devem ser solicitadas conjuntamente pelos interessados.

12.6. As alterações de que tratam os subitens anteriores somente poderão ocorrer após a vigência de 01(um) ano do prazo contratual e do cumprimento das correspondentes obrigações nele previstas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. As partes elegem como privilegiado, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ou resultantes do presente, o Foro da Comarca de São José de Piranhas, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo.

E, por assim estarem justos e acertados, assinam o presente Termo em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, como adiante se vê.

Bonito de Santa Fé - PB, 30 de Junho de 2022.

Prefeitura Municipal de Bonito de Santa Fé
ANTÔNIO LUCENA FILHO
 Prefeito Constitucional
 Contratante

MARIA MARLY SOARES RODRIGUES

CPF: 092.523.704-39

Contratado

TESTEMUNHAS:

Nome: _____

CPF: _____

Nome: _____

CPF: _____

Publicado por:

Francimagna Feitosa Pinto

Código Identificador:9FE835A0

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO

CONCORRÊNCIA Nº 01/2022 PMBSF

TERMO CONTRATO DE CONCESSÃO N.º 244/2022

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE CONCESSÃO DE USO ONEROSO DO ESPAÇO “BOX” DO MERCADO PÚBLICO DE BONITO DE SANTA FÉ QUE O MUNICÍPIO DE BONITO DE SANTA FÉ OUTORGA A **MARTINA DA SILVA MANGUEIRA** PARA EXPLORAR COMERCIALMENTE, POR FORÇA DA CLASSIFICAÇÃO OBTIDA NO PROCESSO DE LICITAÇÃO, MODALIDADE CONCORRÊNCIA Nº 01/2022PMBSF

Pelo presente instrumento firmado entre as partes, tendo de um lado o **A PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ**, ESTADO DA PARAÍBA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Aurea Dias de Almeida, Nº 228, Centro, Bonito de Santa Fé, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º **08.924.037/0001-18**, por seu representante legal **ANTÔNIO LUCENA FILHO**, CPF: 570.882.094-20 a partir de agora, denominado simplesmente **CONCEDENTE**, e de outro lado a, **MARTINA DA SILVA MANGUEIRA**, PORTADORA DO CPF: 076.265.904-14, RESIDENTE E DOMICILIADA NA RUA PROJETADA, S/N, BAIRRO CENTRO, BONITO DE SANTA FÉ – PB, CEP: 58.960-000, doravante denominado(a) **CONCESSIONÁRIO (A)**, para explorar comercialmente o espaço do Box Item 05 do Mercado Público Municipal de Bonito de Santa Fé, com 09 metros quadrados de área útil, de acordo com as seguintes Cláusulas e Condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O espaço público objeto desta Concessão de Uso a título oneroso, acima identificado, destina-se, exclusivamente, a explorar comercialmente com o ramo de atividade Segmento de Comércio Diverso: Material de caça e pesca, Artesanatos, Material Plástico, Floricultura, Peças de Moto, Cama/Mesa e Banho, Ouro e Bijouteria, Artigos Religiosos, de Couro e Esportivos, Material Eletrônico, Livraria e Variedades, sendo, portanto, terminantemente vedado seu uso para qualquer outro fim, sem prévia e expressa autorização do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DISPOSIÇÕES GERAIS

2.1. O uso do espaço físico para a exploração de atividade comercial dar-se-á em regime e Concessão de Uso, a Título Oneroso do espaço Box nº 13 do Mercado Público de Bonito de Santa Fé, mediante outorga do presente termo administrativo.

2.1.1. O imóvel objeto da presente Concessão de Uso não poderá ser vendido, cedido, transferido, locado, permutado ou emprestado a terceiros, no todo ou em parte, nem mesmo por força de sucessão comercial ou cessão e transferência de quotas do capital.

2.1.2. A Concessão de Uso ora outorgada não assegura ao (a) CONCESSIONÁRIO (A) o direito de exclusividade na exploração de seu ramo de negócio no Mercado Municipal de Bonito de Santa Fé em que este está localizado.

2.1.3. O (A) CONCESSIONÁRIO (A) deverá realizar às suas expensas as obras necessárias à instalação e/ou funcionamento de seu negócio, desde que não alterem a estrutura da área ocupada, nem

prejudiquem a segurança das pessoas ou bens, NÃO SENDO O MUNICÍPIO RESPONSÁVEL SOLIDARIAMENTE EM CASO DE OCORRÊNCIA DE EVENTUAIS DANOS A TERCEIROS (PESSOAS OU BENS), de acordo com as seguintes condições:

a) Toda e qualquer obra ou modificação a ser introduzida no imóvel, deverá ser previamente submetida à apreciação de uma equipe formada pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo e Secretário de Serviços Públicos e do Desenvolvimento Setorial e observada as diretrizes gerais referentes às restrições de ocupação dos espaços a serem concedidos, considerando-se suas características de edifício tombado pelo patrimônio histórico, e pelo Município expressamente autorizada;

b) Quaisquer benfeitorias realizadas no imóvel objeto da presente Concessão de Uso, sejam elas necessárias, úteis ou voluptuárias, passarão a pertencer ao Município de pleno direito, não podendo constituir-se em motivo de indenização, compensação, ou retenção por parte do (a) CONCESSIONÁRIO (A);

2.1.4. Suportar integralmente todas as despesas com projetos, construções, material, mão de obra, encargos financeiros, tributários, previdenciários e outros, relativos à execução das adequações necessárias à implantação do empreendimento, bem como daquelas relacionadas com a preservação do patrimônio histórico.

2.1.5. Para melhor caracterização deste Instrumento, incorporam-se ao mesmo, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

a) O Decreto Municipal N.º 34/2021, Decreto Municipal n.º 35/2021 e Lei Municipal n.º 791/2021, definidor das normas gerais sobre o contrato e sua execução;

b) Proposta de preços.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1. A vigência da Presente Concessão de Uso será de 05 (cinco) anos, a contar da sua assinatura, encerrando-se no primeiro dia útil após o término deste prazo, podendo, havendo interesse das partes, ser renovado por igual período.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO

4.1. Pelo uso do espaço físico a CONCESSIONÁRIA pagará a título de concessão o valor de **R\$ 500,00 (Quinhentos Reais)**.

4.2. Pelo uso do espaço físico a CONCESSIONÁRIA pagará a importância mensal de **R\$ 150,00 (Cento e Cinquenta Reais)**.

4.3. O primeiro pagamento vencerá em trinta dias após o início das atividades.

4.4. Depositar mensalmente, até o quinto dia útil subsequente ao mês do vencimento, na conta bancária indicada pelo poder concedente, o valor correspondente ao preço pela concessão.

4.5. A Concessionária fica obrigada, ainda, a participar do rateio das despesas pela manutenção das áreas comuns, de uso do povo, em valor correspondente proporcionalmente à área ocupada.

4.5.1. Deverá ser depositado, também até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido, em conta bancária a ser indicada pelo poder concedente ou quem a este delegar, o valor do rateio das despesas de manutenção das áreas de uso comum.

4.6. O valor do preço será reajustado na periodicidade de 12 (doze) meses, com base no INPC ou outro índice oficial equivalente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS MULTAS

5.1. As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas ao CONCESSIONÁRIO (A) e ao contratado são as previstas na Lei nº 8.666/93 e nesta Concorrência.

5.2. Pelo descumprimento total ou parcial das obrigações, poderá o Município aplicar as adquirentes as seguintes sanções, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste Edital:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município de Bonito de Santa Fé, por um prazo não superior a dois anos;

d) Declaração de inidoneidade para contratar ou transacionar com o Município de Bonito de Santa Fé.

5.3. A recusa da adjudicatária em assinar o Contrato de Concessão dentro do prazo estabelecido implicará na perda do direito de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 24(vinte e quatro) meses, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades previstas na legislação que regulamenta a matéria.

5.4. Aplicam-se aos licitantes as penalidades previstas na Seção III - Dos Crimes e das Penas, da Lei Federal nº 8.666/93.

5.5. Pelo descumprimento de suas obrigações, a Concessionária sujeitar-se-á às seguintes penalidades:

5.5.1. Multa de 1% (um por cento) do valor proposto por dia de atraso não justificado e aceito para o início e entrega das obras de instalação nas áreas concedidas, até o máximo de 60(sessenta) dias.

5.5.2. Multa de 2% (dois por cento) do valor proposto por dia de paralisação não justificada e aceita pelo Município, até o máximo de 15(quinze) dias.

5.5.3. Pelo atraso no início da operacionalização, por culpa da Concessionária ou de seus subordinados, será aplicada a multa diária de 1% (um por cento) do valor proposto.

5.5.4. Multa de 50% (cinquenta por cento) do valor proposto, na hipótese inexecução total do ajuste e rescisão do contrato por culpa da empresa contratada.

5.5.5. Multa de 10% (dez por cento) do valor proposto, por inexecução parcial do ajuste, por executar os serviços em desconformidade com o exigido no contrato e seus anexos.

5.6. As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui a de outras.

5.7. As multas previstas neste item não têm caráter compensatório e consequentemente, seu pagamento não exime a empresa contratada da reparação dos danos, perdas ou prejuízos a que tenha dado causa, seja à administração, seja ao público em geral.

5.8. O Município poderá, a qualquer tempo antes da contratação, desclassificar a proposta ou desqualificar a licitante, sem que a esta caiba o direito à indenização ou reembolso, na hipótese de vir a ser comprovada a existência de fato ou circunstância que desabone sua idoneidade financeira, que comprometa sua capacidade técnica ou administrativa, ou ainda, que reduza sua capacidade de operação.

CLÁUSULA SEXTA – DA INTERVENÇÃO

6.1. Caberá a intervenção pelo Poder Concedente, em caráter excepcional, nos casos relacionados abaixo com o fim exclusivo de assegurar a regularidade e a adequação na execução dos serviços, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes:

a) Desvirtuamento do uso da área concessionada;

b) Modificação ou alteração não autorizada do patrimônio histórico e cultural objeto da concessão;

6.2. Intervenção far-se-á por ato motivado da Administração, que conterá a designação do Interventor, o prazo da intervenção, os objetivos e os limites da medida.

6.3. O período da intervenção não será superior a 180 (cento e oitenta) dias, findo o qual o interventor proporá ao Poder Concedente ou a extinção da concessão ou a devolução da obra à Concessionária.

6.4. Cessada a intervenção e não ocorrendo a extinção da concessão, haverá a imediata prestação de contas pelo interventor, que responderá pelos atos praticados durante a sua gestão, sem prejuízo de responsabilidade pela concedente e do direito à indenização pelo concessionário e pela concedente.

6.5. Durante o processo de intervenção e antes de ser decretada a extinção de que trata o subitem 6.3 acima, será assegurado à Concessionária o direito à ampla defesa.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO PODER CONCEDENTE

7.1. Proceder à vistoria final para a verificação da adequação das instalações e equipamentos necessários ao funcionamento dos estabelecimentos, às expensas destes.

7.2. Autorizar formalmente o início das operações, após proceder à vistoria de que trata o item 7.1.

7.3. Fiscalizar permanentemente a execução dos serviços concedidos.

7.4. Intervir na execução dos serviços, mediante Decreto do Executivo, quando necessário, a fim de assegurar sua regularidade e o fiel cumprimento do contrato e das normas legais pertinentes.

7.5. Aplicar as penalidades previstas nas leis que regem a matéria e, especificamente, no Contrato de Concessão.

7.6. Entregar a Concessionária a área escolhida totalmente livre e desembaraçada de pessoas e coisas.

7.7. Declarar extinta a Concessão, quando não observadas as condições previstas no Edital de Concorrência nº 01/2021 PMBSF e anexo.

7.8. Cumprir e fazer cumprir as disposições legais e contratuais.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONCESSIONÁRIO (A)

8.1. O prazo para a ocupação e necessárias adequações dos espaços a serem concedidos constantes do objeto desta licitação é de até 180 dias (cento e oitenta) dias corridos, contados a partir do primeiro dia útil seguinte ao da assinatura do Contrato de Concessão, prorrogáveis por igual período em caso de fatos supervenientes e autorizado pelo poder concedente.

8.2. Ao término do Contrato a concessionária deverá devolver o espaço que lhe serviu de objeto em idênticas condições que o recebeu.

8.3. Manter, durante a vigência do contrato, as mesmas condições que propiciaram a sua habilitação no processo licitatório, apresentando sempre que solicitados pela Concedente os documentos comprobatórios de regularidade fiscal / trabalhista.

8.4. Cumprir fielmente todos os prazos previstos no Edital.

8.5. Depositar mensalmente, até o quinto dia útil subsequente ao mês do vencimento, na conta bancária indicada pelo poder concedente, o valor correspondente ao preço pela Concessão e pelo rateio das despesas de manutenção das áreas de uso comum.

8.6. Suportar integralmente todas as despesas com projetos, construções, material, mão de obra, encargos financeiros, tributários, previdenciários e outros, relativos à execução das adequações necessárias à implantação do empreendimento, bem como daquelas relacionadas com a preservação do patrimônio histórico.

8.7. Serão de inteira responsabilidade da licitante adjudicatária todos os seguros necessários, inclusive os relativos à responsabilidade civil e ao ressarcimento eventual dos danos materiais ou pessoais causados a seus empregados ou a terceiros, bem como multas e/ou indenizações por danos ambientais e ao patrimônio histórico.

8.8. Executar as obras e serviços necessários à adequação da área escolhida, objeto da Concessão, na conformidade das disposições legais e contratuais.

8.8.1. O (A) CONCESSIONÁRIO (A) deverá realizar às suas expensas as obras necessárias à instalação e/ou funcionamento de seu negócio, desde que não alterem a estrutura da área ocupada, nem prejudiquem a segurança das pessoas ou bens, NÃO SENDO O MUNICÍPIO RESPONSÁVEL SOLIDARIAMENTE EM CASO DE OCORRÊNCIA DE EVENTUAIS DANOS A TERCEIROS (PESSOAS OU BENS), de acordo com as seguintes condições:

c) a) Toda e qualquer obra ou modificação a ser introduzida no imóvel, deverá ser previamente submetida à apreciação de uma equipe formada pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo e Secretário de Serviços Públicos e do Desenvolvimento Setorial e observada as diretrizes gerais referentes às restrições de ocupação dos espaços a ser concedidos, considerando-se suas características de edifício tombado pelo patrimônio histórico, e pelo Município expressamente autorizada;

8.9. Prestar, em caráter permanente, serviços eficientes para todos os usuários.

8.10. Acatar prontamente as determinações da fiscalização do Município de Bonito de Santa Fé.

8.11. Atender a todas as prescrições legais e regulamentadoras.

8.12. Todo material proveniente de remoção ou entulho, decorrente do processo de implantação das obras de reforma e adequação dos espaços concedidos, deverá ser removido para locais previamente aprovados pela Prefeitura do Município de, não podendo, em hipótese alguma, permanecer no local.

8.13. A licitante adjudicatária deverá efetuar a manutenção do local de Bonito de Santa Fé a obra, de maneira a permitir o uso regular por parte dos concessionários e usuários, promovendo a varrição, limpeza e conservação do local até o final do serviço, com especial cuidado no tocante a preservar as condições de higiene dos produtos ali comercializados, considerando o caráter alimentar destes.

8.14. Todos os locais e equipamentos, bens e propriedades danificados em decorrência das obras e serviços executados, deverão ser imediatamente refeitos e construídos de acordo com as boas técnicas e normas vigentes, sem causar nenhum ônus ao Órgão Gestor do

Mercado, concessionários e usuários do Mercado Público de Bonito de Santa Fé.

8.15. A licitante adjudicatária será responsável pela segurança do trabalho de seus funcionários e de todos os atos por eles praticados.

8.16. A licitante adjudicatária ficará responsável a qualquer tempo pela quantidade e qualidade das obras e serviços executados e pelo material utilizado.

8.17. A licitante adjudicatária obriga-se a comparecer sempre que solicitado, ao Órgão Gestor do Mercado, em dias e horários por ela estabelecidos, a fim de receber instruções ou participar de reuniões que poderão ser realizadas em outros locais.

8.18. A licitante adjudicatária deverá assumir, de forma objetiva, toda e qualquer responsabilidade perante terceiros, pela execução das obras de adequação e demais serviços no espaço concedido, pertinente ao objeto da presente licitação, devendo indenizar a municipalidade e/ou terceiros por todo e qualquer prejuízo ou dano causado inclusive ao patrimônio histórico e cultural do prédio do Mercado Público de Bonito de Santa Fé, que venham ocorrer por conta da execução do contrato.

8.19. A licitante adjudicatária obriga-se a atender e zelar pela manutenção de todas as determinações emanadas, atuais e futuras, dos órgãos responsáveis pela preservação do patrimônio histórico do Município de Bonito de Santa Fé.

8.20. A licitante adjudicatária deverá observar com rigor as disposições do Código do Consumidor, responsabilizando-se pela aprovação dos órgãos técnicos da Prefeitura, os projetos e memoriais das adequações da área objeto da concessão, as quais deverão atender às exigências legais pertinentes, bem como realizá-las e concluí-las no prazo previsto no edital.

8.21. As despesas relativas a serviços e facilidades, tais como água, esgoto, energia elétrica, telefone, gás, conservação e limpeza, coleta de lixo, etc..., correrão por conta das licitantes adjudicatárias.

8.22. Não utilizar a área concedida para fins diversos do estabelecido no ANEXO I e II do Edital Convocatório.

8.23. Não ceder no todo ou em parte, a área objeto da concessão a terceiros, seja a que título for.

8.24. Zelar pela limpeza e conservação da área, devendo providenciar, às suas expensas, as obras e serviços que se fizerem necessários para a sua manutenção.

8.25. Arcar com todas as despesas decorrentes da concessão de uso ora licitadas, inclusive as relativas à lavratura e registro do competente instrumento, bem como eventuais taxas e tarifas.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO OU RENOVAÇÃO

9.1. O (A) CONCESSIONÁRIO (A) que deixar de cumprir qualquer Cláusula da Presente Concessão de Uso, poderá tê-la rescindida, principalmente se vier a ocorrer:

a) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais;

b) A sublocação total ou parcial da loja, a associação com outrem, à cessão ou

transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação com qualquer outra pessoa jurídica;

c) O desatendimento das determinações regulares oriundos do Decreto Municipal;

d) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

e) Razões de interesse público e exaradas no processo administrativo a que se refere a Concessão;

f) A dissolução da sociedade ou o falecimento do (a) CONCESSIONÁRIO (A);

g) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a exploração da atividade;

h) O atraso acumulado de 03 (três) parcelas mensais e consecutivas das obrigações financeiras;

i) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da continuidade da exploração da atividade comercial.

9.1.1. Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.1.2. A rescisão poderá ser:

a) Determinada por ato unilateral e escrito do MUNICÍPIO;

b) Amigável, por acordo entre as partes, não isentando o (a) CONCESSIONÁRIO (A) do pagamento antecipado das parcelas vencidas;

c) Judicial.

9.1.3. A rescisão ou revogação acarretará:

- a) Desocupação imediata do espaço físico e o pagamento de valores de multas e outros encargos devidos;
- b) Retenção da Garantia Contratual, salvo no caso de rescisão amigável.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO SEGURO

10.1. Serão de inteira responsabilidade da licitante adjudicatária todos os seguros necessários, inclusive os relativos à responsabilidade civil e ao ressarcimento eventual dos danos materiais ou pessoais causados a seus empregados ou a terceiros, bem como multas e/ou indenizações por danos ambientais e ao patrimônio histórico.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

11.1. A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada pelo Poder Concedente através de seus agentes especialmente designados para este fim, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

11.1.1. As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos empregados mencionados nesta Cláusula deverão ser solicitadas à Diretoria do responsável no MUNICÍPIO DE BONITO DE SANTA FÉ – CONCEDEENTE, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. O prazo de vigência contratual será de 60 (SESSENTA) meses, contados a partir da data de assinatura do Contrato.

12.2. Quaisquer modificações dos atos constitutivos da adjudicatária, durante o período de vigência do instrumento contratual, deverão ser encaminhadas para conhecimento e registro na Secretaria Municipal de Administração, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da modificação.

12.3. É vedada a transferência do contrato de concessão.

12.4. A transferência do controle acionário da adjudicatária contratada ou a realização de fusões, cisões e incorporações deverão ter prévia anuência do Órgão Gestor do Mercado.

12.5. A transferência do controle acionário e a realização das alterações devem ser solicitadas conjuntamente pelos interessados.

12.6. As alterações de que tratam os subitens anteriores somente poderão ocorrer após a vigência de 01(um) ano do prazo contratual e do cumprimento das correspondentes obrigações nele previstas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. As partes elegem como privilegiado, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ou resultantes do presente, o Foro da Comarca de São José de Piranhas, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo.

E, por assim estarem justos e acertados, assinam o presente Termo em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, como adiante se vê.

Bonito de Santa Fé - PB, 30 de Junho de 2022.

Prefeitura Municipal de Bonito de Santa Fé

ANTÔNIO LUCENA FILHO

Prefeito Constitucional

Contratante

MARTINA DA SILVA MANGUEIRA

CPF076.265.904-14

Contratado

TESTEMUNHAS:

Nome: _____

CPF: _____

Nome: _____

CPF: _____

Publicado por:

Francimagna Feitosa Pinto

Código Identificador:1C56D8FF

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO**

CONCORRÊNCIA Nº 01/2022 PMBSF

TERMO CONTRATO DE CONCESSÃO N.º 235/2022

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE CONCESSÃO DE USO ONEROSO DO ESPAÇO “BOX” DO MERCADO PÚBLICO DE BONITO DE SANTA FÉ QUE O MUNICÍPIO DE BONITO DE SANTA FÉ OUTORGA A **MATHEUS LEITE TOMAZ**, PARA EXPLORAR COMERCIALMENTE, POR FORÇA DA CLASSIFICAÇÃO OBTIDA NO PROCESSO DE LICITAÇÃO, MODALIDADE CONCORRÊNCIA Nº 01/2022 PMBSF

Pelo presente instrumento firmado entre as partes, tendo de um lado o **A PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ**, ESTADO DA PARAÍBA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Aurea Dias de Almeida, Nº 228, Centro, Bonito de Santa Fé, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º **08.924.037/0001-18**, por seu representante legal **ANTÔNIO LUCENA FILHO**, CPF: 570.882.094-20 a partir de agora, denominada simplesmente **CONCEDENTE**, e de outro lado a, **MATHEUS LEITE TOMAZ**, PORTADOR DO CPF: 157.691.424-05, RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA JARDINS, S/N, BAIRRO CENTRO, BONITO DE SANTA FÉ – PB, CEP: 58.960-000, doravante denominado (a) **CONCESSIONÁRIO (A)**, para explorar comercialmente o espaço do Box Item 01 do Mercado Público Municipal de Bonito de Santa, com 09 metros quadrados de área útil, de acordo com as seguintes Cláusulas e Condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O espaço público objeto desta Concessão de Uso a título oneroso, acima identificado, destina-se, exclusivamente, a explorar comercialmente com o ramo de atividade Segmento de Restaurantes e Similares, sendo, portanto, terminantemente vedado seu uso para qualquer outro fim, sem prévia e expressa autorização do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DISPOSIÇÕES GERAIS

2.1. O uso do espaço físico para a exploração de atividade comercial dar-se-á em regime e Concessão de Uso, a Título Oneroso do espaço Box nº 42 do Mercado Público de Bonito de Santa Fé, mediante outorga do presente termo administrativo.

2.1.1. O imóvel objeto da presente Concessão de Uso não poderá ser vendido, cedido, transferido, locado, permutado ou emprestado a terceiros, no todo ou em parte, nem mesmo por força de sucessão comercial ou cessão e transferência de quotas do capital.

2.1.2. A Concessão de Uso ora outorgada não assegura ao (a) CONCESSIONÁRIO (A) o direito de exclusividade na exploração de seu ramo de negócio no Mercado Municipal de Bonito de Santa Fé em que este está localizado.

2.1.3. O (A) CONCESSIONÁRIO (A) deverá realizar às suas expensas as obras necessárias à instalação e/ou funcionamento de seu negócio, desde que não alterem a estrutura da área ocupada, nem prejudiquem a segurança das pessoas ou bens, NÃO SENDO O MUNICÍPIO RESPONSÁVEL SOLIDARIAMENTE EM CASO DE OCORRÊNCIA DE EVENTUAIS DANOS A TERCEIROS (PESSOAS OU BENS), de acordo com as seguintes condições:

a) Toda e qualquer obra ou modificação a ser introduzida no imóvel, deverá ser previamente submetida a apreciação de uma equipe formada pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo e Secretário de Serviços Públicos e do Desenvolvimento Setorial e observada as diretrizes gerais referentes às restrições de ocupação dos espaços a ser concedidos, considerando-se suas características de edifício tombado pelo patrimônio histórico, e pelo Município expressamente autorizada;

b) Quaisquer benfeitorias realizadas no imóvel objeto da presente Concessão de Uso sejam elas necessárias úteis ou voluptuárias, passarão a pertencer ao Município de pleno direito, não podendo

constituir-se em motivo de indenização, compensação, ou retenção por parte do (a) CONCESSIONÁRIO (A);

2.1.4. Suportar integralmente todas as despesas com projetos, construções, material, mão de obra, encargos financeiros, tributários, previdenciários e outros, relativos à execução das adequações necessárias à implantação do empreendimento, bem como daquelas relacionadas com a preservação do patrimônio histórico.

2.1.5. Para melhor caracterização deste Instrumento, incorporam-se ao mesmo, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

a) O Decreto Municipal N.º 34/2021, Decreto Municipal n.º 35/2021 e Lei Municipal n.º 791/2021, definidor das normas gerais sobre o contrato e sua execução;

b) Proposta de preços.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1. A vigência da Presente Concessão de Uso será de 05 (cinco) anos, a contar da sua assinatura, encerrando-se no primeiro dia útil após o término deste prazo, podendo, havendo interesse das partes, ser renovado por igual período.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO

4.1. Pelo uso do espaço físico a CONCESSIONÁRIA pagará a título de concessão o valor de **R\$ 1.050,00 (Hum Mil e Cigenta Reais)**.

4.2. Pelo uso do espaço físico a CONCESSIONÁRIA pagará a importância mensal de **R\$ 200,00 (Duzentos Reais)**

4.3. O primeiro pagamento vencerá em trinta dias após o início das atividades.

4.4. Depositar mensalmente, até o quinto dia útil subsequente ao mês do vencimento, na conta bancária indicada pelo poder concedente, o valor correspondente ao preço pela concessão.

4.5. A Concessionária fica obrigada, ainda, a participar do rateio das despesas pela manutenção das áreas comuns, de uso do povo, em valor correspondente proporcionalmente à área ocupada.

4.5.1. Deverá ser depositado, também até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido, em conta bancária a ser indicada pelo poder concedente ou quem a este delegar, o valor do rateio das despesas de manutenção das áreas de uso comum.

4.6. O valor do preço será reajustado na periodicidade de 12 (doze) meses, com base no INPC ou outro índice oficial equivalente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS MULTAS

5.1. As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas ao CONCESSIONÁRIO (A) e ao contratado são as previstas na Lei nº 8.666/93 e nesta Concorrência.

5.2. Pelo descumprimento total ou parcial das obrigações, poderá o Município aplicar as adquirentes as seguintes sanções, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste Edital:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município de Bonito de Santa Fé, por um prazo não superior a dois anos;

d) Declaração de inidoneidade para contratar ou transacionar com o Município de Bonito de Santa Fé.

5.3. A recusa da adjudicatária em assinar o Contrato de Concessão dentro do prazo estabelecido implicará na perda do direito de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 24(vinte e quatro) meses, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades previstas na legislação que regulamenta a matéria.

5.4. Aplicam-se aos licitantes as penalidades previstas na Seção III - Dos Crimes e das Penas, da Lei Federal nº 8.666/93.

5.5. Pelo descumprimento de suas obrigações, a Concessionária sujeitar-se-á às seguintes penalidades:

5.5.1. Multa de 1% (um por cento) do valor proposto por dia de atraso não justificado e aceito para o início e entrega das obras de instalação nas áreas concedidas, até o máximo de 60(sessenta) dias.

5.5.2. Multa de 2% (dois por cento) do valor proposto por dia de paralisação não justificada e aceita pelo Município, até o máximo de 15(quinze) dias.

5.5.3. Pelo atraso no início da operacionalização, por culpa da Concessionária ou de seus subordinados, será aplicada a multa diária de 1% (um por cento) do valor proposto.

5.5.4. Multa de 50% (cinquenta por cento) do valor proposto, na hipótese inexecução total do ajuste e rescisão do contrato por culpa da empresa contratada.

5.5.5. Multa de 10% (dez por cento) do valor proposto, por inexecução parcial do ajuste, por executar os serviços em desconformidade com o exigido no contrato e seus anexos.

5.6. As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui a de outras.

5.7. As multas previstas neste item não têm caráter compensatório e consequentemente, seu pagamento não exime a empresa contratada da reparação dos danos, perdas ou prejuízos a que tenha dado causa, seja à administração, seja ao público em geral.

5.8. O Município poderá, a qualquer tempo antes da contratação, desclassificar a proposta ou desqualificar a licitante, sem que a esta caiba o direito à indenização ou reembolso, na hipótese de vir a ser comprovada a existência de fato ou circunstância que desabone sua idoneidade financeira, que comprometa sua capacidade técnica ou administrativa, ou ainda, que reduza sua capacidade de operação.

CLÁUSULA SEXTA – DA INTERVENÇÃO

6.1. Caberá a intervenção pelo Poder Concedente, em caráter excepcional, nos casos relacionados abaixo com o fim exclusivo de assegurar a regularidade e a adequação na execução dos serviços, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes:

a) Desvirtuamento do uso da área concessionada;

b) Modificação ou alteração não autorizada do patrimônio histórico e cultural objeto da concessão;

6.2. Intervenção far-se-á por ato motivado da Administração, que conterá a designação do Interventor, o prazo da intervenção, os objetivos e os limites da medida.

6.3. O período da intervenção não será superior a 180 (cento e oitenta) dias, findo o qual o interventor proporá ao Poder Concedente ou a extinção da concessão ou a devolução da obra à Concessionária.

6.4. Cessada a intervenção e não ocorrendo a extinção da concessão, haverá a imediata prestação de contas pelo interventor, que responderá pelos atos praticados durante a sua gestão, sem prejuízo de responsabilidade pela concedente e do direito à indenização pelo concessionário e pela concedente.

6.5. Durante o processo de intervenção e antes de ser decretada a extinção de que trata o subitem 6.3 acima, será assegurado a Concessionária o direito à ampla defesa.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO PODER CONCEDENTE

7.1. Proceder à vistoria final para a verificação da adequação das instalações e equipamentos necessários ao funcionamento dos estabelecimentos, às expensas destes.

7.2. Autorizar formalmente o início das operações, após proceder à vistoria de que trata o item 7.1.

7.3. Fiscalizar permanentemente a execução dos serviços concedidos.

7.4. Intervir na execução dos serviços, mediante Decreto do Executivo, quando necessário, a fim de assegurar sua regularidade e o fiel cumprimento do contrato e das normas legais pertinentes.

7.5. Aplicar as penalidades previstas nas leis que regem a matéria e, especificamente, no Contrato de Concessão.

7.6. Entregar a Concessionária a área escolhida totalmente livre e desembaraçada de pessoas e coisas.

7.7. Declarar extinta a Concessão, quando não observadas às condições previstas no Edital de Concorrência nº 01/2021 PMBSF e anexo.

7.8. Cumprir e fazer cumprir as disposições legais e contratuais.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONCESSIONÁRIO (A)

8.1. O prazo para a ocupação e necessárias adequações dos espaços a serem concedidos constantes do objeto desta licitação é de até 180 dias (cento e oitenta) dias corridos, contados a partir do primeiro dia útil seguinte ao da assinatura do Contrato de Concessão, prorrogáveis por igual período em caso de fatos supervenientes e autorizado pelo poder concedente.

8.2. Ao término do Contrato a concessionária deverá devolver o espaço que lhe serviu de objeto em idênticas condições que o recebeu.

8.3. Manter, durante a vigência do contrato, as mesmas condições que propiciaram a sua habilitação no processo licitatório, apresentando sempre que solicitados pela Concedente os documentos comprobatórios de regularidade fiscal / trabalhista.

8.4. Cumprir fielmente todos os prazos previstos no Edital.

8.5. Depositar mensalmente, até o quinto dia útil subsequente ao mês do vencimento, na conta bancária indicada pelo poder concedente, o valor correspondente ao preço pela Concessão e pelo rateio das despesas de manutenção das áreas de uso comum.

8.6. Suportar integralmente todas as despesas com projetos, construções, material, mão de obra, encargos financeiros, tributários, previdenciários e outros, relativos à execução das adequações necessárias à implantação do empreendimento, bem como daquelas relacionadas com a preservação do patrimônio histórico.

8.7. Serão de inteira responsabilidade da licitante adjudicatária todos os seguros necessários, inclusive os relativos à responsabilidade civil e ao ressarcimento eventual dos danos materiais ou pessoais causados a seus empregados ou a terceiros, bem como multas e/ou indenizações por danos ambientais e ao patrimônio histórico.

8.8. Executar as obras e serviços necessários à adequação da área escolhida, objeto da Concessão, na conformidade das disposições legais e contratuais.

8.8.1. O (A) CONCESSIONÁRIO (A) deverá realizar às suas expensas as obras necessárias à instalação e/ou funcionamento de seu negócio, desde que não alterem a estrutura da área ocupada, nem prejudiquem a segurança das pessoas ou bens, NÃO SENDO O MUNICÍPIO RESPONSÁVEL SOLIDARIAMENTE EM CASO DE OCORRÊNCIA DE EVENTUAIS DANOS A TERCEIROS (PESSOAS OU BENS), de acordo com as seguintes condições:

c) a) Toda e qualquer obra ou modificação a ser introduzida no imóvel, deverá ser previamente submetida à apreciação de uma equipe formada pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo e Secretário de Serviços Públicos e do Desenvolvimento Setorial e observada as diretrizes gerais referentes às restrições de ocupação dos espaços a ser concedidos, considerando-se suas características de edifício tombado pelo patrimônio histórico, e pelo Município expressamente autorizada;

8.9. Prestar, em caráter permanente, serviços eficientes para todos os usuários.

8.10. Acatar prontamente as determinações da fiscalização do Município de Bonito de Santa Fé.

8.11. Atender a todas as prescrições legais e regulamentadoras.

8.12. Todo material proveniente de remoção ou entulho, decorrente do processo de implantação das obras de reforma e adequação dos espaços concedidos, deverá ser removido para locais previamente aprovados pela Prefeitura do Município de, não podendo, em hipótese alguma, permanecer no local.

8.13. A licitante adjudicatária deverá efetuar a manutenção do local de Bonito de Santa Fé a obra, de maneira a permitir o uso regular por parte dos concessionários e usuários, promovendo a varrição, limpeza e conservação do local até o final do serviço, com especial cuidado no tocante a preservar as condições de higiene dos produtos ali comercializados, considerando o caráter alimentar destes.

8.14. Todos os locais e equipamentos, bens e propriedades danificados em decorrência das obras e serviços executados, deverão ser imediatamente refeitos e construídos de acordo com as boas técnicas e normas vigentes, sem causar nenhum ônus ao Órgão Gestor do Mercado, concessionários e usuários do Mercado Público de Bonito de Santa Fé.

8.15. A licitante adjudicatária será responsável pela segurança do trabalho de seus funcionários e de todos os atos por eles praticados.

8.16. A licitante adjudicatária ficará responsável a qualquer tempo pela quantidade e qualidade das obras e serviços executados e pelo material utilizado.

8.17. A licitante adjudicatária obriga-se a comparecer sempre que solicitado, ao Órgão Gestor do Mercado, em dias e horários por ela estabelecidos, a fim de receber instruções ou participar de reuniões que poderão ser realizadas em outros locais.

8.18. A licitante adjudicatária deverá assumir, de forma objetiva, toda e qualquer responsabilidade perante terceiros, pela execução das obras de adequação e demais serviços no espaço concedido, pertinente ao objeto da presente licitação, devendo indenizar a municipalidade e/ou terceiros por todo e qualquer prejuízo ou dano causado inclusive ao patrimônio histórico e cultural do prédio do Mercado Público de

Bonito de Santa Fé, que venham ocorrer por conta da execução do contrato.

8.19. A licitante adjudicatária obriga-se a atender e zelar pela manutenção de todas as determinações emanadas, atuais e futuras, dos órgãos responsáveis pela preservação do patrimônio histórico do Município de Bonito de Santa Fé.

8.20. A licitante adjudicatária deverá observar com rigor as disposições do Código do Consumidor, responsabilizando-se pela aprovação dos órgãos técnicos da Prefeitura, os projetos e memoriais das adequações da área objeto da concessão, as quais deverão atender às exigências legais pertinentes, bem como realizá-las e concluí-las no prazo previsto no edital.

8.21. As despesas relativas a serviços e facilidades, tais como água, esgoto, energia elétrica, telefone, gás, conservação e limpeza, coleta de lixo, etc..., correrão por conta das licitantes adjudicatárias.

8.22. Não utilizar a área concedida para fins diversos do estabelecido no ANEXO I e II do Edital Convocatório.

8.23. Não ceder no todo ou em parte, a área objeto da concessão a terceiros, seja a que título for.

8.24. Zelar pela limpeza e conservação da área, devendo providenciar, às suas expensas, as obras e serviços que se fizerem necessários para a sua manutenção.

8.25. Arcar com todas as despesas decorrentes da concessão de uso ora licitadas, inclusive as relativas à lavratura e registro do competente instrumento, bem como eventuais taxas e tarifas.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO OU RENOVAÇÃO

9.1. O (A) CONCESSIONÁRIO (A) que deixar de cumprir qualquer Cláusula da Presente Concessão de Uso, poderá tê-la rescindida, principalmente se vier a ocorrer:

a) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais;

b) A sublocação total ou parcial da loja, a associação com outrem, à cessão ou

transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação com qualquer outra pessoa jurídica;

c) O desatendimento das determinações regulares oriundos do Decreto Municipal;

d) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

e) Razões de interesse público e exaradas no processo administrativo a que se refere à Concessão;

f) A dissolução da sociedade ou o falecimento do (a) CONCESSIONÁRIO (A);

g) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a exploração da atividade;

h) O atraso acumulado de 03 (três) parcelas mensais e consecutivas das obrigações financeiras;

i) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da continuidade da exploração da atividade comercial.

9.1.1. Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.1.2. A rescisão poderá ser:

a) Determinada por ato unilateral e escrito do MUNICÍPIO;

b) Amigável, por acordo entre as partes, não isentando o (a) CONCESSIONÁRIO (A) do pagamento antecipado das parcelas vencidas;

c) Judicial.

9.1.3. A rescisão ou revogação acarretará:

a) Desocupação imediata do espaço físico e o pagamento de valores de multas e outros encargos devidos;

b) Retenção da Garantia Contratual, salvo no caso de rescisão amigável.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO SEGURO

10.1. Serão de inteira responsabilidade da licitante adjudicatária todos os seguros necessários, inclusive os relativos à responsabilidade civil e ao ressarcimento eventual dos danos materiais ou pessoais causados a seus empregados ou a terceiros, bem como multas e/ou indenizações por danos ambientais e ao patrimônio histórico.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

11.1. A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada pelo Poder Concedente através de seus agentes especialmente designados para este fim, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências

relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

11.1.1. As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos empregados mencionados nesta Cláusula deverão ser solicitadas à Diretoria do responsável no MUNICÍPIO DE BONITO DE SANTA FÉ – CONCEDENTE, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. O prazo de vigência contratual será de 60 (SESSENTA) meses, contados a partir da data de assinatura do Contrato.

12.2. Quaisquer modificações dos atos constitutivos da adjudicatória, durante o período de vigência do instrumento contratual, deverão ser encaminhadas para conhecimento e registro na Secretaria Municipal de Administração, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da modificação.

12.3. É vedada a transferência do contrato de concessão.

12.4. A transferência do controle acionário da adjudicatária contratada ou a realização de fusões, cisões e incorporações deverão ter prévia anuência do Órgão Gestor do Mercado.

12.5. A transferência do controle acionário e a realização das alterações devem ser solicitadas conjuntamente pelos interessados.

12.6. As alterações de que tratam os subitens anteriores somente poderão ocorrer após a vigência de 01(um) ano do prazo contratual e do cumprimento das correspondentes obrigações nele previstas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. As partes elegem como privilegiado, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ou resultantes do presente, o Foro da Comarca de São José de Piranhas, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo.

E, por assim estarem justos e acertados, assinam o presente Termo em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, como adiante se vê.

Bonito de Santa Fé - PB, Bonito de Santa Fé - PB, 30 de Junho de 2022.

Prefeitura Municipal de Bonito de Santa Fé

ANTÔNIO LUCENA FILHO

Prefeito Constitucional

Contratante

MATHEUS LEITE TOMAZ

CPF: 157.691.424-05

Contratado

TESTEMUNHAS:

Nome: _____

CPF: _____

Nome: _____

CPF: _____

Publicado por:

Francimagna Feitosa Pinto

Código Identificador:9D68EA5E

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO

CONCORRÊNCIA Nº 01/2022 PMBSF

TERMO CONTRATO DE CONCESSÃO N.º 234/2022

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE CONCESSÃO DE USO ONEROSO DO ESPAÇO “BOX” DO MERCADO PÚBLICO DE BONITO DE SANTA FÉ QUE O MUNICÍPIO DE BONITO DE SANTA FÉ OUTORGA A **MÉRCIA CAVALCANTI DA SILVA**, PARA EXPLORAR COMERCIALMENTE, POR FORÇA DA CLASSIFICAÇÃO OBTIDA NO PROCESSO DE LICITAÇÃO, MODALIDADE CONCORRÊNCIA Nº 01/2022 PMBSF

Pelo presente instrumento firmado entre as partes, tendo de um lado o **A PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ**, ESTADO DA PARAÍBA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Aurea Dias de Almeida, Nº 228, Centro, Bonito de Santa Fé, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º **08.924.037/0001-18**, por seu representante legal **ANTÔNIO LUCENA FILHO**, CPF: 570.882.094-20 a partir de agora, denominada simplesmente **CONCEDENTE**, e de outro lado a, **MÉRCIA CAVALCANTI DA SILVA**, PORTADORA DO CPF: 884.846.024-00, RESIDENTE E DOMICILIADA NA RUA PROJETADA, S/N, BAIRRO CENTRO, BONITO DE SANTA FÉ – PB, CEP: 58.960-000, doravante denominado (a) **CONCESSIONÁRIO (A)**, para explorar comercialmente o espaço do Box Item 01 do Mercado Público Municipal de Bonito de Santa, com 09 metros quadrados de área útil, de acordo com as seguintes Cláusulas e Condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O espaço público objeto desta Concessão de Uso a título oneroso, acima identificado, destina-se, exclusivamente, a explorar comercialmente com o ramo de atividade Segmento de Restaurantes e Similares, sendo, portanto, terminantemente vedado seu uso para qualquer outro fim, sem prévia e expressa autorização do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DISPOSIÇÕES GERAIS

2.1. O uso do espaço físico para a exploração de atividade comercial dar-se-á em regime e Concessão de Uso, a Título Oneroso do espaço Box nº 44 do Mercado Público de Bonito de Santa Fé, mediante outorga do presente termo administrativo.

2.1.1. O imóvel objeto da presente Concessão de Uso não poderá ser vendido, cedido, transferido, locado, permutado ou emprestado a terceiros, no todo ou em parte, nem mesmo por força de sucessão comercial ou cessão e transferência de quotas do capital.

2.1.2. A Concessão de Uso ora outorgada não assegura ao (a) **CONCESSIONÁRIO (A)** o direito de exclusividade na exploração de seu ramo de negócio no Mercado Municipal de Bonito de Santa Fé em que este está localizado.

2.1.3. O (A) **CONCESSIONÁRIO (A)** deverá realizar às suas expensas as obras necessárias à instalação e/ou funcionamento de seu negócio, desde que não alterem a estrutura da área ocupada, nem prejudiquem a segurança das pessoas ou bens, **NÃO SENDO O MUNICÍPIO RESPONSÁVEL SOLIDARIAMENTE EM CASO DE OCORRÊNCIA DE EVENTUAIS DANOS A TERCEIROS (PESSOAS OU BENS)**, de acordo com as seguintes condições:

a) Toda e qualquer obra ou modificação a ser introduzida no imóvel, deverá ser previamente submetida a apreciação de uma equipe formada pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo e Secretário de Serviços Públicos e do Desenvolvimento Setorial e observada as diretrizes gerais referentes às restrições de ocupação dos espaços a ser concedidos, considerando-se suas características de edifício tombado pelo patrimônio histórico, e pelo Município expressamente autorizada;

b) Quaisquer benfeitorias realizadas no imóvel objeto da presente Concessão de Uso sejam elas necessárias úteis ou voluptuárias, passarão a pertencer ao Município de pleno direito, não podendo constituir-se em motivo de indenização, compensação, ou retenção por parte do (a) **CONCESSIONÁRIO (A)**;

2.1.4. Suportar integralmente todas as despesas com projetos, construções, material, mão de obra, encargos financeiros, tributários, previdenciários e outros, relativos à execução das adequações necessárias à implantação do empreendimento, bem como daquelas relacionadas com a preservação do patrimônio histórico.

2.1.5. Para melhor caracterização deste Instrumento, incorporam-se ao mesmo, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

a) O Decreto Municipal N.º 34/2021, Decreto Municipal n.º 35/2021 e Lei Municipal n.º 791/2021, definidor das normas gerais sobre o contrato e sua execução;

b) Proposta de preços.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1. A vigência da Presente Concessão de Uso será de 05 (cinco) anos, a contar da sua assinatura, encerrando-se no primeiro dia útil após o

término deste prazo, podendo, havendo interesse das partes, ser renovado por igual período.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO

4.1. Pelo uso do espaço físico a CONCESSIONÁRIA pagará a título de concessão o valor de **R\$ 1.154,00 (Hum Mil. Cento e Ciquenta e Quatro Reais)**.

4.2. Pelo uso do espaço físico a CONCESSIONÁRIA pagará a importância mensal de **R\$ 200,00 (Duzentos Reais)**

4.3. O primeiro pagamento vencerá em trinta dias após o início das atividades.

4.4. Depositar mensalmente, até o quinto dia útil subsequente ao mês do vencimento, na conta bancária indicada pelo poder concedente, o valor correspondente ao preço pela concessão.

4.5. A Concessionária fica obrigada, ainda, a participar do rateio das despesas pela manutenção das áreas comuns, de uso do povo, em valor correspondente proporcionalmente à área ocupada.

4.5.1. Deverá ser depositado, também até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido, em conta bancária a ser indicada pelo poder concedente ou quem a este delegar, o valor do rateio das despesas de manutenção das áreas de uso comum.

4.6. O valor do preço será reajustado na periodicidade de 12 (doze) meses, com base no INPC ou outro índice oficial equivalente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS MULTAS

5.1. As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas ao CONCESSIONÁRIO (A) e ao contratado são as previstas na Lei nº 8.666/93 e nesta Concorrência.

5.2. Pelo descumprimento total ou parcial das obrigações, poderá o Município aplicar às adquirentes as seguintes sanções, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste Edital:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município de Bonito de Santa Fé, por um prazo não superior a dois anos;

d) Declaração de inidoneidade para contratar ou transacionar com o Município de Bonito de Santa Fé.

5.3. A recusa da adjudicatária em assinar o Contrato de Concessão dentro do prazo estabelecido implicará na perda do direito de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 24(vinte e quatro) meses, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades previstas na legislação que regulamenta a matéria.

5.4. Aplicam-se aos licitantes as penalidades previstas na Seção III - Dos Crimes e das Penas, da Lei Federal nº 8.666/93.

5.5. Pelo descumprimento de suas obrigações, a Concessionária sujeitar-se-á às seguintes penalidades:

5.5.1. Multa de 1% (um por cento) do valor proposto por dia de atraso não justificado e aceito para o início e entrega das obras de instalação nas áreas concedidas, até o máximo de 60(sessenta) dias.

5.5.2. Multa de 2% (dois por cento) do valor proposto por dia de paralisação não justificada e aceita pelo Município, até o máximo de 15(quinze) dias.

5.5.3. Pelo atraso no início da operacionalização, por culpa da Concessionária ou de seus subordinados, será aplicada a multa diária de 1% (um por cento) do valor proposto.

5.5.4. Multa de 50% (cinquenta por cento) do valor proposto, na hipótese inexecução total do ajuste e rescisão do contrato por culpa da empresa contratada.

5.5.5. Multa de 10% (dez por cento) do valor proposto, por inexecução parcial do ajuste, por executar os serviços em desconformidade com o exigido no contrato e seus anexos.

5.6. As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui a de outras.

5.7. As multas previstas neste item não têm caráter compensatório e consequentemente, seu pagamento não exime a empresa contratada da reparação dos danos, perdas ou prejuízos a que tenha dado causa, seja à administração, seja ao público em geral.

5.8. O Município poderá, a qualquer tempo antes da contratação, desclassificar a proposta ou desqualificar a licitante, sem que a esta caiba o direito à indenização ou reembolso, na hipótese de vir a ser comprovada a existência de fato ou circunstância que desabone sua idoneidade financeira, que comprometa sua capacidade técnica ou administrativa, ou ainda, que reduza sua capacidade de operação.

CLÁUSULA SEXTA – DA INTERVENÇÃO

6.1. Caberá a intervenção pelo Poder Concedente, em caráter excepcional, nos casos relacionados abaixo com o fim exclusivo de assegurar a regularidade e a adequação na execução dos serviços, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes:

a) Desvirtuamento do uso da área concessionada;

b) Modificação ou alteração não autorizada do patrimônio histórico e cultural objeto da concessão;

6.2. Intervenção far-se-á por ato motivado da Administração, que conterá a designação do Interventor, o prazo da intervenção, os objetivos e os limites da medida.

6.3. O período da intervenção não será superior a 180 (cento e oitenta) dias, findo o qual o interventor proporá ao Poder Concedente ou a extinção da concessão ou a devolução da obra à Concessionária.

6.4. Cessada a intervenção e não ocorrendo a extinção da concessão, haverá a imediata prestação de contas pelo interventor, que responderá pelos atos praticados durante a sua gestão, sem prejuízo de responsabilidade pela concedente e do direito à indenização pelo concessionário e pela concedente.

6.5. Durante o processo de intervenção e antes de ser decretada a extinção de que trata o subitem 6.3 acima, será assegurado à Concessionária o direito à ampla defesa.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO PODER CONCEDENTE

7.1. Proceder à vistoria final para a verificação da adequação das instalações e equipamentos necessários ao funcionamento dos estabelecimentos, às expensas destes.

7.2. Autorizar formalmente o início das operações, após proceder à vistoria de que trata o item 7.1.

7.3. Fiscalizar permanentemente a execução dos serviços concedidos.

7.4. Intervir na execução dos serviços, mediante Decreto do Executivo, quando necessário, a fim de assegurar sua regularidade e o fiel cumprimento do contrato e das normas legais pertinentes.

7.5. Aplicar as penalidades previstas nas leis que regem a matéria e, especificamente, no Contrato de Concessão.

7.6. Entregar a Concessionária a área escolhida totalmente livre e desembaraçada de pessoas e coisas.

7.7. Declarar extinta a Concessão, quando não observadas as condições previstas no Edital de Concorrência nº 01/2021 PMBSF e anexo.

7.8. Cumprir e fazer cumprir as disposições legais e contratuais.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONCESSIONÁRIO (A)

8.1. O prazo para a ocupação e necessárias adequações dos espaços a serem concedidos constantes do objeto desta licitação é de até 180 dias (cento e oitenta) dias corridos, contados a partir do primeiro dia útil seguinte ao da assinatura do Contrato de Concessão, prorrogáveis por igual período em caso de fatos supervenientes e autorizado pelo poder concedente.

8.2. Ao término do Contrato a concessionária deverá devolver o espaço que lhe serviu de objeto em idênticas condições que o recebeu.

8.3. Manter, durante a vigência do contrato, as mesmas condições que propiciaram a sua habilitação no processo licitatório, apresentando sempre que solicitados pela Concedente os documentos comprobatórios de regularidade fiscal / trabalhista.

8.4. Cumprir fielmente todos os prazos previstos no Edital.

8.5. Depositar mensalmente, até o quinto dia útil subsequente ao mês do vencimento, na conta bancária indicada pelo poder concedente, o valor correspondente ao preço pela Concessão e pelo rateio das despesas de manutenção das áreas de uso comum.

8.6. Suportar integralmente todas as despesas com projetos, construções, material, mão de obra, encargos financeiros, tributários, previdenciários e outros, relativos à execução das adequações necessárias à implantação do empreendimento, bem como daquelas relacionadas com a preservação do patrimônio histórico.

8.7. Serão de inteira responsabilidade da licitante adjudicatária todos os seguros necessários, inclusive os relativos à responsabilidade civil e ao ressarcimento eventual dos danos materiais ou pessoais causados a seus empregados ou a terceiros, bem como multas e/ou indenizações por danos ambientais e ao patrimônio histórico.

8.8. Executar as obras e serviços necessários à adequação da área escolhida, objeto da Concessão, na conformidade das disposições legais e contratuais.

8.8.1. O (A) CONCESSIONÁRIO (A) deverá realizar às suas expensas as obras necessárias à instalação e/ou funcionamento de seu negócio, desde que não alterem a estrutura da área ocupada, nem prejudiquem a segurança das pessoas ou bens, NÃO SENDO O MUNICÍPIO RESPONSÁVEL SOLIDARIAMENTE EM CASO DE OCORRÊNCIA DE EVENTUAIS DANOS A TERCEIROS (PESSOAS OU BENS), de acordo com as seguintes condições:

c) a) Toda e qualquer obra ou modificação a ser introduzida no imóvel, deverá ser previamente submetida à apreciação de uma equipe formada pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo e Secretário de Serviços Públicos e do Desenvolvimento Setorial e observada as diretrizes gerais referentes às restrições de ocupação dos espaços a ser concedidos, considerando-se suas características de edifício tombado pelo patrimônio histórico, e pelo Município expressamente autorizada;

8.9. Prestar, em caráter permanente, serviços eficientes para todos os usuários.

8.10. Acatar prontamente as determinações da fiscalização do Município de Bonito de Santa Fé.

8.11. Atender a todas as prescrições legais e regulamentadoras.

8.12. Todo material proveniente de remoção ou entulho, decorrente do processo de implantação das obras de reforma e adequação dos espaços concedidos, deverá ser removido para locais previamente aprovados pela Prefeitura do Município de, não podendo, em hipótese alguma, permanecer no local.

8.13. A licitante adjudicatária deverá efetuar a manutenção do local de Bonito de Santa Fé a obra, de maneira a permitir o uso regular por parte dos concessionários e usuários, promovendo a varrição, limpeza e conservação do local até o final do serviço, com especial cuidado no tocante a preservar as condições de higiene dos produtos ali comercializados, considerando o caráter alimentar destes.

8.14. Todos os locais e equipamentos, bens e propriedades danificados em decorrência das obras e serviços executados, deverão ser imediatamente refeitos e construídos de acordo com as boas técnicas e normas vigentes, sem causar nenhum ônus ao Órgão Gestor do Mercado, concessionários e usuários do Mercado Público de Bonito de Santa Fé.

8.15. A licitante adjudicatária será responsável pela segurança do trabalho de seus funcionários e de todos os atos por eles praticados.

8.16. A licitante adjudicatária ficará responsável a qualquer tempo pela quantidade e qualidade das obras e serviços executados e pelo material utilizado.

8.17. A licitante adjudicatária obriga-se a comparecer sempre que solicitado, ao Órgão Gestor do Mercado, em dias e horários por ela estabelecidos, a fim de receber instruções ou participar de reuniões que poderão ser realizadas em outros locais.

8.18. A licitante adjudicatária deverá assumir, de forma objetiva, toda e qualquer responsabilidade perante terceiros, pela execução das obras de adequação e demais serviços no espaço concedido, pertinente ao objeto da presente licitação, devendo indenizar a municipalidade e/ou terceiros por todo e qualquer prejuízo ou dano causado inclusive ao patrimônio histórico e cultural do prédio do Mercado Público de Bonito de Santa Fé, que venham ocorrer por conta da execução do contrato.

8.19. A licitante adjudicatária obriga-se a atender e zelar pela manutenção de todas as determinações emanadas, atuais e futuras, dos órgãos responsáveis pela preservação do patrimônio histórico do Município de Bonito de Santa Fé.

8.20. A licitante adjudicatária deverá observar com rigor as disposições do Código do Consumidor, responsabilizando-se pela aprovação dos órgãos técnicos da Prefeitura, os projetos e memoriais das adequações da área objeto da concessão, as quais deverão atender às exigências legais pertinentes, bem como realizá-las e concluí-las no prazo previsto no edital.

8.21. As despesas relativas a serviços e facilidades, tais como água, esgoto, energia elétrica, telefone, gás, conservação e limpeza, coleta de lixo, etc..., correrão por conta das licitantes adjudicatárias.

8.22. Não utilizar a área concedida para fins diversos do estabelecido no ANEXO I e II do Edital Convocatório.

8.23. Não ceder no todo ou em parte, a área objeto da concessão a terceiros, seja a que título for.

8.24. Zelar pela limpeza e conservação da área, devendo providenciar, às suas expensas, as obras e serviços que se fizerem necessários para a sua manutenção.

8.25. Arcar com todas as despesas decorrentes da concessão de uso ora licitadas, inclusive as relativas à lavratura e registro do competente instrumento, bem como eventuais taxas e tarifas.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO OU RENOVAÇÃO

9.1. O (A) CONCESSIONÁRIO (A) que deixar de cumprir qualquer Cláusula da Presente Concessão de Uso, poderá tê-la rescindida, principalmente se vier a ocorrer:

a) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais;

b) A sublocação total ou parcial da loja, a associação com outrem, à cessão ou

transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação com qualquer outra pessoa jurídica;

c) O desatendimento das determinações regulares oriundos do Decreto Municipal;

d) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

e) Razões de interesse público e exaradas no processo administrativo a que se refere a Concessão;

f) A dissolução da sociedade ou o falecimento do (a) CONCESSIONÁRIO (A);

g) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a exploração da atividade;

h) O atraso acumulado de 03 (três) parcelas mensais e consecutivas das obrigações financeiras;

i) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da continuidade da exploração da atividade comercial.

9.1.1. Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.1.2. A rescisão poderá ser:

a) Determinada por ato unilateral e escrito do MUNICÍPIO;

b) Amigável, por acordo entre as partes, não isentando o (a) CONCESSIONÁRIO (A) do pagamento antecipado das parcelas vencidas;

c) Judicial.

9.1.3. A rescisão ou revogação acarretará:

a) Desocupação imediata do espaço físico e o pagamento de valores de multas e outros encargos devidos;

b) Retenção da Garantia Contratual, salvo no caso de rescisão amigável.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO SEGURO

10.1. Serão de inteira responsabilidade da licitante adjudicatária todos os seguros necessários, inclusive os relativos à responsabilidade civil e ao ressarcimento eventual dos danos materiais ou pessoais causados a seus empregados ou a terceiros, bem como multas e/ou indenizações por danos ambientais e ao patrimônio histórico.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

11.1. A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada pelo Poder Concedente através de seus agentes especialmente designados para este fim, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

11.1.1. As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos empregados mencionados nesta Cláusula deverão ser solicitadas à Diretoria do responsável no MUNICÍPIO DE BONITO DE SANTA FÉ – CONCEDENTE, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. O prazo de vigência contratual será de 60 (SESSENTA) meses, contados a partir da data de assinatura do Contrato.

12.2. Quaisquer modificações dos atos constitutivos da adjudicatária, durante o período de vigência do instrumento contratual, deverão ser encaminhadas para conhecimento e registro na Secretaria Municipal de Administração, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da modificação.

12.3. É vedada a transferência do contrato de concessão.

12.4. A transferência do controle acionário da adjudicatária contratada ou a realização de fusões, cisões e incorporações deverão ter prévia anuência do Órgão Gestor do Mercado.

12.5. A transferência do controle acionário e a realização das alterações devem ser solicitadas conjuntamente pelos interessados.

12.6. As alterações de que tratam os subitens anteriores somente poderão ocorrer após a vigência de 01(um) ano do prazo contratual e do cumprimento das correspondentes obrigações nele previstas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. As partes elegem como privilegiado, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ou resultantes do presente, o Foro da Comarca de São José de Piranhas, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo.

E, por assim estarem justos e acertados, assinam o presente Termo em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, como adiante se vê.

Bonito de Santa Fé - PB, Bonito de Santa Fé - PB, 30 de Junho de 2022.

Prefeitura Municipal de Bonito de Santa Fé

ANTÔNIO LUCENA FILHO

Prefeito Constitucional

Contratante

MÉRCIA CAVALCANTI DA SILVA

CPF: 884.846.024-00

Contratado

TESTEMUNHAS:

Nome: _____

CPF: _____

Nome: _____

CPF: _____

Publicado por:

Francimagna Feitosa Pinto

Código Identificador:A7E5B9B8

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO

CONCORRÊNCIA Nº 01/2022 PMBSF

TERMO CONTRATO DE CONCESSÃO N.º 243/2022

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE CONCESSÃO DE USO ONEROSO DO ESPAÇO "BOX" DO MERCADO PÚBLICO DE BONITO DE SANTA FÉ QUE O MUNICÍPIO DE BONITO DE SANTA FÉ OUTORGA A **RAMYDHA RAMALHO FIGUEIREDO**, PARA EXPLORAR COMERCIALMENTE, POR FORÇA DA CLASSIFICAÇÃO OBTIDA NO PROCESSO DE LICITAÇÃO, MODALIDADE CONCORRÊNCIA Nº 01/2022PMBSF

Pelo presente instrumento firmado entre as partes, tendo de um lado o **A PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ**, ESTADO DA PARAÍBA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Aurea Dias de Almeida, Nº 228, Centro, Bonito de Santa Fé, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º **08.924.037/0001-18**, por seu representante legal **ANTÔNIO LUCENA FILHO**, CPF: 570.882.094-20 a partir de agora, denominado simplesmente **CONCEDENTE**, e de outro lado a, **RAMYDHA RAMALHO FIGUEIREDO**, PORTADORA DO CPF: 127.570.964-86, RESIDENTE E DOMICILIADA NA ANTONIO PEREIRA, Nº 106, BAIRRO CENTRO, BONITO DE SANTA FÉ – PB, CEP: 58.960-000, doravante denominado(a) **CONCESSIONÁRIO (A)**, para explorar comercialmente o espaço do Box Item 05 do Mercado Público Municipal de Bonito de Santa Fé, com 09 metros quadrados de área útil, de acordo com as seguintes Cláusulas e Condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O espaço público objeto desta Concessão de Uso a título oneroso, acima identificado, destina-se, exclusivamente, a explorar comercialmente com o ramo de atividade Segmento de Comércio Diverso: Material de caça e pesca, Artesanatos, Material Plástico, Floricultura, Peças de Moto, Cama/Mesa e Banho, Ouro e Bijouteria, Artigos Religiosos, de Couro e Esportivos, Material Eletrônico, Livraria e Variedades, sendo, portanto, terminantemente vedado seu uso para qualquer outro fim, sem prévia e expressa autorização do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DISPOSIÇÕES GERAIS

2.1. O uso do espaço físico para a exploração de atividade comercial dar-se-á em regime e Concessão de Uso, a Título Oneroso do espaço Box nº 35 do Mercado Público de Bonito de Santa Fé, mediante outorga do presente termo administrativo.

2.1.1. O imóvel objeto da presente Concessão de Uso não poderá ser vendido, cedido, transferido, locado, permutado ou emprestado a terceiros, no todo ou em parte, nem mesmo por força de sucessão comercial ou cessão e transferência de quotas do capital.

2.1.2. A Concessão de Uso ora outorgada não assegura ao (a) CONCESSIONÁRIO (A) o direito de exclusividade na exploração de seu ramo de negócio no Mercado Municipal de Bonito de Santa Fé em que este está localizado.

2.1.3. O (A) CONCESSIONÁRIO (A) deverá realizar às suas expensas as obras necessárias à instalação e/ou funcionamento de seu negócio, desde que não alterem a estrutura da área ocupada, nem prejudiquem a segurança das pessoas ou bens, NÃO SENDO O MUNICÍPIO RESPONSÁVEL SOLIDARIAMENTE EM CASO DE OCORRÊNCIA DE EVENTUAIS DANOS A TERCEIROS (PESSOAS OU BENS), de acordo com as seguintes condições:

a) Toda e qualquer obra ou modificação a ser introduzida no imóvel, deverá ser previamente submetida à apreciação de uma equipe formada pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo e Secretário de Serviços Públicos e do Desenvolvimento Setorial e observada as diretrizes gerais referentes às restrições de ocupação dos espaços a serem concedidos, considerando-se suas características de edifício tombado pelo patrimônio histórico, e pelo Município expressamente autorizada;

b) Quaisquer benfeitorias realizadas no imóvel objeto da presente Concessão de Uso, sejam elas necessárias, úteis ou voluptuárias, passarão a pertencer ao Município de pleno direito, não podendo constituir-se em motivo de indenização, compensação, ou retenção por parte do (a) CONCESSIONÁRIO (A);

2.1.4. Suportar integralmente todas as despesas com projetos, construções, material, mão de obra, encargos financeiros, tributários, previdenciários e outros, relativos à execução das adequações necessárias à implantação do empreendimento, bem como daquelas relacionadas com a preservação do patrimônio histórico.

2.1.5. Para melhor caracterização deste Instrumento, incorporam-se ao mesmo, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

a) O Decreto Municipal N.º 34/2021, Decreto Municipal n.º 35/2021 e Lei Municipal n.º 791/2021, definidor das normas gerais sobre o contrato e sua execução;

b) Proposta de preços.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1. A vigência da Presente Concessão de Uso será de 05 (cinco) anos, a contar da sua assinatura, encerrando-se no primeiro dia útil após o término deste prazo, podendo, havendo interesse das partes, ser renovado por igual período.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO

4.1. Pelo uso do espaço físico a CONCESSIONÁRIA pagará a título de concessão o valor de **R\$ 500,00 (Quinhentos Reais)**.

4.2. Pelo uso do espaço físico a CONCESSIONÁRIA pagará a importância mensal de **R\$ 150,00 (Cento e Cinquenta Reais)**.

4.3. O primeiro pagamento vencerá em trinta dias após o início das atividades.

4.4. Depositar mensalmente, até o quinto dia útil subsequente ao mês do vencimento, na conta bancária indicada pelo poder concedente, o valor correspondente ao preço pela concessão.

4.5. A Concessionária fica obrigada, ainda, a participar do rateio das despesas pela manutenção das áreas comuns, de uso do povo, em valor correspondente proporcionalmente à área ocupada.

4.5.1. Deverá ser depositado, também até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido, em conta bancária a ser indicada pelo poder concedente ou quem a este delegar, o valor do rateio das despesas de manutenção das áreas de uso comum.

4.6. O valor do preço será reajustado na periodicidade de 12 (doze) meses, com base no INPC ou outro índice oficial equivalente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS MULTAS

5.1. As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas ao CONCESSIONÁRIO (A) e ao contratado são as previstas na Lei nº 8.666/93 e nesta Concorrência.

5.2. Pelo descumprimento total ou parcial das obrigações, poderá o Município aplicar as adquirentes as seguintes sanções, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste Edital:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município de Bonito de Santa Fé, por um prazo não superior a dois anos;
- d) Declaração de inidoneidade para contratar ou transacionar com o Município de Bonito de Santa Fé.

5.3. A recusa da adjudicatária em assinar o Contrato de Concessão dentro do prazo estabelecido implicará na perda do direito de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 24(vinte e quatro) meses, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades previstas na legislação que regulamenta a matéria.

5.4. Aplicam-se aos licitantes as penalidades previstas na Seção III - Dos Crimes e das Penas, da Lei Federal nº 8.666/93.

5.5. Pelo descumprimento de suas obrigações, a Concessionária sujeitar-se-á às seguintes penalidades:

5.5.1. Multa de 1% (um por cento) do valor proposto por dia de atraso não justificado e aceito para o início e entrega das obras de instalação nas áreas concedidas, até o máximo de 60(sessenta) dias.

5.5.2. Multa de 2% (dois por cento) do valor proposto por dia de paralisação não justificada e aceita pelo Município, até o máximo de 15(quinze) dias.

5.5.3. Pelo atraso no início da operacionalização, por culpa da Concessionária ou de seus subordinados, será aplicada a multa diária de 1% (um por cento) do valor proposto.

5.5.4. Multa de 50% (cinquenta por cento) do valor proposto, na hipótese inexecução total do ajuste e rescisão do contrato por culpa da empresa contratada.

5.5.5. Multa de 10% (dez por cento) do valor proposto, por inexecução parcial do ajuste, por executar os serviços em desconformidade com o exigido no contrato e seus anexos.

5.6. As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui a de outras.

5.7. As multas previstas neste item não têm caráter compensatório e consequentemente, seu pagamento não exime a empresa contratada da reparação dos danos, perdas ou prejuízos a que tenha dado causa, seja à administração, seja ao público em geral.

5.8. O Município poderá, a qualquer tempo antes da contratação, desclassificar a proposta ou desqualificar a licitante, sem que a esta caiba o direito à indenização ou reembolso, na hipótese de vir a ser comprovada a existência de fato ou circunstância que desabone sua idoneidade financeira, que comprometa sua capacidade técnica ou administrativa, ou ainda, que reduza sua capacidade de operação.

CLÁUSULA SEXTA – DA INTERVENÇÃO

6.1. Caberá a intervenção pelo Poder Concedente, em caráter excepcional, nos casos relacionados abaixo com o fim exclusivo de assegurar a regularidade e a adequação na execução dos serviços, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes:

- a) Desvirtuamento do uso da área concessionada;
- b) Modificação ou alteração não autorizada do patrimônio histórico e cultural objeto da concessão;

6.2. Intervenção far-se-á por ato motivado da Administração, que conterá a designação do Interventor, o prazo da intervenção, os objetivos e os limites da medida.

6.3. O período da intervenção não será superior a 180 (cento e oitenta) dias, findo o qual o interventor proporá ao Poder Concedente ou a extinção da concessão ou a devolução da obra à Concessionária.

6.4. Cessada a intervenção e não ocorrendo a extinção da concessão, haverá a imediata prestação de contas pelo interventor, que responderá pelos atos praticados durante a sua gestão, sem prejuízo de responsabilidade pela concedente e do direito à indenização pelo concessionário e pela concedente.

6.5. Durante o processo de intervenção e antes de ser decretada a extinção de que trata o subitem 6.3 acima, será assegurado à Concessionária o direito à ampla defesa.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO PODER CONCEDENTE

7.1. Proceder à vistoria final para a verificação da adequação das instalações e equipamentos necessários ao funcionamento dos estabelecimentos, às expensas destes.

7.2. Autorizar formalmente o início das operações, após proceder à vistoria de que trata o item 7.1.

7.3. Fiscalizar permanentemente a execução dos serviços concedidos.

7.4. Intervir na execução dos serviços, mediante Decreto do Executivo, quando necessário, a fim de assegurar sua regularidade e o fiel cumprimento do contrato e das normas legais pertinentes.

7.5. Aplicar as penalidades previstas nas leis que regem a matéria e, especificamente, no Contrato de Concessão.

7.6. Entregar a Concessionária a área escolhida totalmente livre e desembaraçada de pessoas e coisas.

7.7. Declarar extinta a Concessão, quando não observadas às condições previstas no Edital de Concorrência nº 01/2021 PMBSF e anexo.

7.8. Cumprir e fazer cumprir as disposições legais e contratuais.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONCESSIONÁRIO (A)

8.1. O prazo para a ocupação e necessárias adequações dos espaços a serem concedidos constantes do objeto desta licitação é de até 180 dias (cento e oitenta) dias corridos, contados a partir do primeiro dia útil seguinte ao da assinatura do Contrato de Concessão, prorrogáveis por igual período em caso de fatos supervenientes e autorizado pelo poder concedente.

8.2. Ao término do Contrato a concessionária deverá devolver o espaço que lhe serviu de objeto em idênticas condições que o recebeu.

8.3. Manter, durante a vigência do contrato, as mesmas condições que propiciaram a sua habilitação no processo licitatório, apresentando sempre que solicitados pela Concedente os documentos comprobatórios de regularidade fiscal / trabalhista.

8.4. Cumprir fielmente todos os prazos previstos no Edital.

8.5. Depositar mensalmente, até o quinto dia útil subsequente ao mês do vencimento, na conta bancária indicada pelo poder concedente, o valor correspondente ao preço pela Concessão e pelo rateio das despesas de manutenção das áreas de uso comum.

8.6. Suportar integralmente todas as despesas com projetos, construções, material, mão de obra, encargos financeiros, tributários, previdenciários e outros, relativos à execução das adequações necessárias à implantação do empreendimento, bem como daquelas relacionadas com a preservação do patrimônio histórico.

8.7. Serão de inteira responsabilidade da licitante adjudicatária todos os seguros necessários, inclusive os relativos à responsabilidade civil e ao ressarcimento eventual dos danos materiais ou pessoais causados a seus empregados ou a terceiros, bem como multas e/ou indenizações por danos ambientais e ao patrimônio histórico.

8.8. Executar as obras e serviços necessários à adequação da área escolhida, objeto da Concessão, na conformidade das disposições legais e contratuais.

8.8.1. O (A) CONCESSIONÁRIO (A) deverá realizar às suas expensas as obras necessárias à instalação e/ou funcionamento de seu negócio, desde que não alterem a estrutura da área ocupada, nem prejudiquem a segurança das pessoas ou bens, NÃO SENDO O MUNICÍPIO RESPONSÁVEL SOLIDARIAMENTE EM CASO DE OCORRÊNCIA DE EVENTUAIS DANOS A TERCEIROS (PESSOAS OU BENS), de acordo com as seguintes condições:

- c) a) Toda e qualquer obra ou modificação a ser introduzida no imóvel, deverá ser previamente submetida à apreciação de uma equipe

formada pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo e Secretário de Serviços Públicos e do Desenvolvimento Setorial e observada as diretrizes gerais referentes às restrições de ocupação dos espaços a ser concedidos, considerando-se suas características de edifício tombado pelo patrimônio histórico, e pelo Município expressamente autorizada;

8.9. Prestar, em caráter permanente, serviços eficientes para todos os usuários.

8.10. Acatar prontamente as determinações da fiscalização do Município de Bonito de Santa Fé.

8.11. Atender a todas as prescrições legais e regulamentadoras.

8.12. Todo material proveniente de remoção ou entulho, decorrente do processo de implantação das obras de reforma e adequação dos espaços concedidos, deverá ser removido para locais previamente aprovados pela Prefeitura do Município de, não podendo, em hipótese alguma, permanecer no local.

8.13. A licitante adjudicatária deverá efetuar a manutenção do local de Bonito de Santa Fé a obra, de maneira a permitir o uso regular por parte dos concessionários e usuários, promovendo a varrição, limpeza e conservação do local até o final do serviço, com especial cuidado no tocante a preservar as condições de higiene dos produtos ali comercializados, considerando o caráter alimentar destes.

8.14. Todos os locais e equipamentos, bens e propriedades danificados em decorrência das obras e serviços executados, deverão ser imediatamente refeitos e construídos de acordo com as boas técnicas e normas vigentes, sem causar nenhum ônus ao Órgão Gestor do Mercado, concessionários e usuários do Mercado Público de Bonito de Santa Fé.

8.15. A licitante adjudicatária será responsável pela segurança do trabalho de seus funcionários e de todos os atos por eles praticados.

8.16. A licitante adjudicatária ficará responsável a qualquer tempo pela quantidade e qualidade das obras e serviços executados e pelo material utilizado.

8.17. A licitante adjudicatária obriga-se a comparecer sempre que solicitado, ao Órgão Gestor do Mercado, em dias e horários por ela estabelecidos, a fim de receber instruções ou participar de reuniões que poderão ser realizadas em outros locais.

8.18. A licitante adjudicatária deverá assumir, de forma objetiva, toda e qualquer responsabilidade perante terceiros, pela execução das obras de adequação e demais serviços no espaço concedido, pertinente ao objeto da presente licitação, devendo indenizar a municipalidade e/ou terceiros por todo e qualquer prejuízo ou dano causado inclusive ao patrimônio histórico e cultural do prédio do Mercado Público de Bonito de Santa Fé, que venham ocorrer por conta da execução do contrato.

8.19. A licitante adjudicatária obriga-se a atender e zelar pela manutenção de todas as determinações emanadas, atuais e futuras, dos órgãos responsáveis pela preservação do patrimônio histórico do Município de Bonito de Santa Fé.

8.20. A licitante adjudicatária deverá observar com rigor as disposições do Código do Consumidor, responsabilizando-se pela aprovação dos órgãos técnicos da Prefeitura, os projetos e memoriais das adequações da área objeto da concessão, as quais deverão atender às exigências legais pertinentes, bem como realizá-las e concluí-las no prazo previsto no edital.

8.21. As despesas relativas a serviços e facilidades, tais como água, esgoto, energia elétrica, telefone, gás, conservação e limpeza, coleta de lixo, etc..., correrão por conta das licitantes adjudicatárias.

8.22. Não utilizar a área concedida para fins diversos do estabelecido no ANEXO I e II do Edital Convocatório.

8.23. Não ceder no todo ou em parte, a área objeto da concessão a terceiros, seja a que título for.

8.24. Zelar pela limpeza e conservação da área, devendo providenciar, às suas expensas, as obras e serviços que se fizerem necessários para a sua manutenção.

8.25. Arcar com todas as despesas decorrentes da concessão de uso ora licitadas, inclusive as relativas à lavratura e registro do competente instrumento, bem como eventuais taxas e tarifas.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO OU RENOVAÇÃO

9.1. O (A) CONCESSIONÁRIO (A) que deixar de cumprir qualquer Cláusula da Presente Concessão de Uso, poderá tê-la rescindida, principalmente se vier a ocorrer:

a) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais;

b) A sublocação total ou parcial da loja, a associação com outrem, à cessão ou

transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação com qualquer outra pessoa jurídica;

c) O desatendimento das determinações regulares oriundos do Decreto Municipal;

d) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

e) Razões de interesse público e exaradas no processo administrativo a que se refere a Concessão;

f) A dissolução da sociedade ou o falecimento do (a) CONCESSIONÁRIO (A);

g) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a exploração da atividade;

h) O atraso acumulado de 03 (três) parcelas mensais e consecutivas das obrigações financeiras;

i) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da continuidade da exploração da atividade comercial.

9.1.1. Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.1.2. A rescisão poderá ser:

a) Determinada por ato unilateral e escrito do MUNICÍPIO;

b) Amigável, por acordo entre as partes, não isentando o (a) CONCESSIONÁRIO (A) do pagamento antecipado das parcelas vencidas;

c) Judicial.

9.1.3. A rescisão ou revogação acarretará:

a) Desocupação imediata do espaço físico e o pagamento de valores de multas e outros encargos devidos;

b) Retenção da Garantia Contratual, salvo no caso de rescisão amigável.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO SEGURO

10.1. Serão de inteira responsabilidade da licitante adjudicatária todos os seguros necessários, inclusive os relativos à responsabilidade civil e ao ressarcimento eventual dos danos materiais ou pessoais causados a seus empregados ou a terceiros, bem como multas e/ou indenizações por danos ambientais e ao patrimônio histórico.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

11.1. A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada pelo Poder Concedente através de seus agentes especialmente designados para este fim, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

11.1.1. As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos empregados mencionados nesta Cláusula deverão ser solicitadas à Diretoria do responsável no MUNICÍPIO DE BONITO DE SANTA FÉ – CONCEDENTE, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. O prazo de vigência contratual será de 60 (SESSENTA) meses, contados a partir da data de assinatura do Contrato.

12.2. Quaisquer modificações dos atos constitutivos da adjudicatória, durante o período de vigência do instrumento contratual, deverão ser encaminhadas para conhecimento e registro na Secretaria Municipal de Administração, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da modificação.

12.3. É vedada a transferência do contrato de concessão.

12.4. A transferência do controle acionário da adjudicatária contratada ou a realização de fusões, cisões e incorporações deverão ter prévia anuência do Órgão Gestor do Mercado.

12.5. A transferência do controle acionário e a realização das alterações devem ser solicitadas conjuntamente pelos interessados.

12.6. As alterações de que tratam os subitens anteriores somente poderão ocorrer após a vigência de 01(um) ano do prazo contratual e do cumprimento das correspondentes obrigações nele previstas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. As partes elegem como privilegiado, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ou resultantes do presente, o Foro da Comarca de São José de Piranhas, com renúncia expressa a qualquer outro, por

mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo.

E, por assim estarem justos e acertados, assinam o presente Termo em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, como adiante se vê.

Bonito de Santa Fé - PB, 30 de Junho de 2022.

Prefeitura Municipal de Bonito de Santa Fé
ANTÔNIO LUCENA FILHO
 Prefeito Constitucional
 Contratante

RAMYDHA RAMALHO FIGUEIREDO
 CPF: 127.570.964-86
 Contratado

TESTEMUNHAS:

Nome: _____
 CPF: _____

Nome: _____
 CPF: _____

Publicado por:
 Francimagna Feitosa Pinto
Código Identificador:22B3841F

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO

CONCORRÊNCIA Nº 01/2022 PMBSF

TERMO CONTRATO DE CONCESSÃO N.º 236/2022

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE CONCESSÃO DE USO ONEROSO DO ESPAÇO "BOX" DO MERCADO PÚBLICO DE BONITO DE SANTA FÉ QUE O MUNICÍPIO DE BONITO DE SANTA FÉ OUTORGA A **RITA DE CÁSSIA DA SILVA HENRIQUE**, PARA EXPLORAR COMERCIALMENTE, POR FORÇA DA CLASSIFICAÇÃO OBTIDA NO PROCESSO DE LICITAÇÃO, MODALIDADE CONCORRÊNCIA Nº 01/2022 PMBSF

Pelo presente instrumento firmado entre as partes, tendo de um lado o **A PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ**, ESTADO DA PARAÍBA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Aurea Dias de Almeida, Nº 228, Centro, Bonito de Santa Fé, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º **08.924.037/0001-18**, por seu representante legal **ANTÔNIO LUCENA FILHO**, CPF: 570.882.094-20 a partir de agora, denominada simplesmente **CONCEDENTE**, e de outro lado a, **RITA DE CÁSSIA DA SILVA HENRIQUE**, PORTADORA DO CPF: 330.643.424-87, RESIDENTE E DOMICILIADA NA RUA MARIA DINIZ DE SOUSA, S/Nº, BAIRRO CENTRO, BONITO DE SANTA FÉ – PB, CEP: 58.960-000, doravante denominado (a) **CONCESSIONÁRIO (A)**, para explorar comercialmente o espaço do Box Item 02 do Mercado Público Municipal de Bonito de Santa, com 09 metros quadrados de área útil, de acordo com as seguintes Cláusulas e Condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O espaço público objeto desta Concessão de Uso a título oneroso, acima identificado, destina-se, exclusivamente, a explorar comercialmente com o ramo de atividade Segmento de Alimentação, Lanchonete, Sorveteria, Bomboniere, Pizzaria, Doceria e Comércio de Salgados, etc. sendo, portanto, terminantemente vedado seu uso para qualquer outro fim, sem prévia e expressa autorização do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DISPOSIÇÕES GERAIS

2.1. O uso do espaço físico para a exploração de atividade comercial dar-se-á em regime e Concessão de Uso, a Título Oneroso do espaço Box nº 03 do Mercado Público de Bonito de Santa Fé, mediante outorga do presente termo administrativo.

2.1.1. O imóvel objeto da presente Concessão de Uso não poderá ser vendido, cedido, transferido, locado, permutado ou emprestado a terceiros, no todo ou em parte, nem mesmo por força de sucessão comercial ou cessão e transferência de quotas do capital.

2.1.2. A Concessão de Uso ora outorgada não assegura ao (a) **CONCESSIONÁRIO (A)** o direito de exclusividade na exploração de seu ramo de negócio no Mercado Municipal de Bonito de Santa Fé em que este está localizado.

2.1.3. O (A) **CONCESSIONÁRIO (A)** deverá realizar às suas expensas as obras necessárias à instalação e/ou funcionamento de seu negócio, desde que não alterem a estrutura da área ocupada, nem prejudiquem a segurança das pessoas ou bens, **NÃO SENDO O MUNICÍPIO RESPONSÁVEL SOLIDARIAMENTE EM CASO DE OCORRÊNCIA DE EVENTUAIS DANOS A TERCEIROS (PESSOAS OU BENS)**, de acordo com as seguintes condições:

a) Toda e qualquer obra ou modificação a ser introduzida no imóvel, deverá ser previamente submetida a apreciação de uma equipe formada pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo e Secretário de Serviços Públicos e do Desenvolvimento Setorial e observada as diretrizes gerais referentes às restrições de ocupação dos espaços a ser concedidos, considerando-se suas características de edifício tombado pelo patrimônio histórico, e pelo Município expressamente autorizada;

b) Quaisquer benfeitorias realizadas no imóvel objeto da presente Concessão de Uso sejam elas necessárias úteis ou voluptuárias, passarão a pertencer ao Município de pleno direito, não podendo constituir-se em motivo de indenização, compensação, ou retenção por parte do (a) **CONCESSIONÁRIO (A)**;

2.1.4. Suportar integralmente todas as despesas com projetos, construções, material, mão de obra, encargos financeiros, tributários, previdenciários e outros, relativos à execução das adequações necessárias à implantação do empreendimento, bem como daquelas relacionadas com a preservação do patrimônio histórico.

2.1.5. Para melhor caracterização deste Instrumento, incorporam-se ao mesmo, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

a) O Decreto Municipal N.º 34/2021, Decreto Municipal n.º 35/2021 e Lei Municipal n.º 791/2021, definidor das normas gerais sobre o contrato e sua execução;

b) Proposta de preços.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1. A vigência da Presente Concessão de Uso será de 05 (cinco) anos, a contar da sua assinatura, encerrando-se no primeiro dia útil após o término deste prazo, podendo, havendo interesse das partes, ser renovado por igual período.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO

4.1. Pelo uso do espaço físico a **CONCESSIONÁRIA** pagará a título de concessão o valor de **R\$ 1.000,00 (Hum Mil Reais)**.

4.2. Pelo uso do espaço físico a **CONCESSIONÁRIA** pagará a importância mensal de **R\$ 150,00 (Cento e Cinquenta Reais)**.

4.3. O primeiro pagamento vencerá em trinta dias após o início das atividades.

4.4. Depositar mensalmente, até o quinto dia útil subsequente ao mês do vencimento, na conta bancária indicada pelo poder concedente, o valor correspondente ao preço pela concessão.

4.5. A Concessionária fica obrigada, ainda, a participar do rateio das despesas pela manutenção das áreas comuns, de uso do povo, em valor correspondente proporcionalmente à área ocupada.

4.5.1. Deverá ser depositado, também até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido, em conta bancária a ser indicada pelo poder concedente ou quem a este delegar, o valor do rateio das despesas de manutenção das áreas de uso comum.

4.6. O valor do preço será reajustado na periodicidade de 12 (doze) meses, com base no INPC ou outro índice oficial equivalente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS MULTAS

5.1. As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas ao **CONCESSIONÁRIO (A)** e ao contratado são as previstas na Lei nº 8.666/93 e nesta Concorrência.

5.2. Pelo descumprimento total ou parcial das obrigações, poderá o Município aplicar às adquirentes as seguintes sanções, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste Edital:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município de Bonito de Santa Fé, por um prazo não superior a dois anos;
- d) Declaração de inidoneidade para contratar ou transacionar com o Município de Bonito de Santa Fé.

5.3. A recusa da adjudicatária em assinar o Contrato de Concessão dentro do prazo estabelecido implicará na perda do direito de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 24(vinte e quatro) meses, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades previstas na legislação que regulamenta a matéria.

5.4. Aplicam-se aos licitantes as penalidades previstas na Seção III - Dos Crimes e das Penas, da Lei Federal nº 8.666/93.

5.5. Pelo descumprimento de suas obrigações, a Concessionária sujeitar-se-á às seguintes penalidades:

5.5.1. Multa de 1% (um por cento) do valor proposto por dia de atraso não justificado e aceito para o início e entrega das obras de instalação nas áreas concedidas, até o máximo de 60(sessenta) dias.

5.5.2. Multa de 2% (dois por cento) do valor proposto por dia de paralisação não justificada e aceita pelo Município, até o máximo de 15(quinze) dias.

5.5.3. Pelo atraso no início da operacionalização, por culpa da Concessionária ou de seus subordinados, será aplicada a multa diária de 1% (um por cento) do valor proposto.

5.5.4. Multa de 50% (cinquenta por cento) do valor proposto, na hipótese inexecução total do ajuste e rescisão do contrato por culpa da empresa contratada.

5.5.5. Multa de 10% (dez por cento) do valor proposto, por inexecução parcial do ajuste, por executar os serviços em desconformidade com o exigido no contrato e seus anexos.

5.6. As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui a de outras.

5.7. As multas previstas neste item não têm caráter compensatório e consequentemente, seu pagamento não exime a empresa contratada da reparação dos danos, perdas ou prejuízos a que tenha dado causa, seja à administração, seja ao público em geral.

5.8. O Município poderá, a qualquer tempo antes da contratação, desclassificar a proposta ou desqualificar a licitante, sem que a esta caiba o direito à indenização ou reembolso, na hipótese de vir a ser comprovada a existência de fato ou circunstância que desabone sua idoneidade financeira, que comprometa sua capacidade técnica ou administrativa, ou ainda, que reduza sua capacidade de operação.

CLÁUSULA SEXTA – DA INTERVENÇÃO

6.1. Caberá a intervenção pelo Poder Concedente, em caráter excepcional, nos casos relacionados abaixo com o fim exclusivo de assegurar a regularidade e a adequação na execução dos serviços, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes:

- a) Desvirtuamento do uso da área concessionada;
- b) Modificação ou alteração não autorizada do patrimônio histórico e cultural objeto da concessão;

6.2. Intervenção far-se-á por ato motivado da Administração, que conterá a designação do Interventor, o prazo da intervenção, os objetivos e os limites da medida.

6.3. O período da intervenção não será superior a 180 (cento e oitenta) dias, findo o qual o interventor proporá ao Poder Concedente ou a extinção da concessão ou a devolução da obra à Concessionária.

6.4. Cessada a intervenção e não ocorrendo a extinção da concessão, haverá a imediata prestação de contas pelo interventor, que responderá pelos atos praticados durante a sua gestão, sem prejuízo de responsabilidade pela concedente e do direito à indenização pelo concessionário e pela concedente.

6.5. Durante o processo de intervenção e antes de ser decretada a extinção de que trata o subitem 6.3 acima, será assegurado à Concessionária o direito à ampla defesa.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO PODER CONCEDENTE

7.1. Proceder à vistoria final para a verificação da adequação das instalações e equipamentos necessários ao funcionamento dos estabelecimentos, às expensas destes.

7.2. Autorizar formalmente o início das operações, após proceder à vistoria de que trata o item 7.1.

7.3. Fiscalizar permanentemente a execução dos serviços concedidos.

7.4. Intervir na execução dos serviços, mediante Decreto do Executivo, quando necessário, a fim de assegurar sua regularidade e o fiel cumprimento do contrato e das normas legais pertinentes.

7.5. Aplicar as penalidades previstas nas leis que regem a matéria e, especificamente, no Contrato de Concessão.

7.6. Entregar a Concessionária a área escolhida totalmente livre e desembaraçada de pessoas e coisas.

7.7. Declarar extinta a Concessão, quando não observadas as condições previstas no Edital de Concorrência nº 01/2021 PMBSF e anexo.

7.8. Cumprir e fazer cumprir as disposições legais e contratuais.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONCESSIONÁRIO (A)

8.1. O prazo para a ocupação e necessárias adequações dos espaços a serem concedidos constantes do objeto desta licitação é de até 180 dias (cento e oitenta) dias corridos, contados a partir do primeiro dia útil seguinte ao da assinatura do Contrato de Concessão, prorrogáveis por igual período em caso de fatos supervenientes e autorizado pelo poder concedente.

8.2. Ao término do Contrato a concessionária deverá devolver o espaço que lhe serviu de objeto em idênticas condições que o recebeu.

8.3. Manter, durante a vigência do contrato, as mesmas condições que propiciaram a sua habilitação no processo licitatório, apresentando sempre que solicitados pela Concedente os documentos comprobatórios de regularidade fiscal / trabalhista.

8.4. Cumprir fielmente todos os prazos previstos no Edital.

8.5. Depositar mensalmente, até o quinto dia útil subsequente ao mês do vencimento, na conta bancária indicada pelo poder concedente, o valor correspondente ao preço pela Concessão e pelo rateio das despesas de manutenção das áreas de uso comum.

8.6. Suportar integralmente todas as despesas com projetos, construções, material, mão de obra, encargos financeiros, tributários, previdenciários e outros, relativos à execução das adequações necessárias à implantação do empreendimento, bem como daquelas relacionadas com a preservação do patrimônio histórico.

8.7. Serão de inteira responsabilidade da licitante adjudicatária todos os seguros necessários, inclusive os relativos à responsabilidade civil e ao ressarcimento eventual dos danos materiais ou pessoais causados a seus empregados ou a terceiros, bem como multas e/ou indenizações por danos ambientais e ao patrimônio histórico.

8.8. Executar as obras e serviços necessários à adequação da área escolhida, objeto da Concessão, na conformidade das disposições legais e contratuais.

8.8.1. O (A) CONCESSIONÁRIO (A) deverá realizar às suas expensas as obras necessárias à instalação e/ou funcionamento de seu negócio, desde que não alterem a estrutura da área ocupada, nem prejudiquem a segurança das pessoas ou bens, NÃO SENDO O MUNICÍPIO RESPONSÁVEL SOLIDARIAMENTE EM CASO DE OCORRÊNCIA DE EVENTUAIS DANOS A TERCEIROS (PESSOAS OU BENS), de acordo com as seguintes condições:

c) a) Toda e qualquer obra ou modificação a ser introduzida no imóvel, deverá ser previamente submetida à apreciação de uma equipe formada pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo e Secretário de Serviços Públicos e do Desenvolvimento Setorial e observada as diretrizes gerais referentes às restrições de ocupação dos espaços a ser concedidos, considerando-se suas características de edifício tombado pelo patrimônio histórico, e pelo Município expressamente autorizada;

8.9. Prestar, em caráter permanente, serviços eficientes para todos os usuários.

8.10. Acatar prontamente as determinações da fiscalização do Município de Bonito de Santa Fé.

8.11. Atender a todas as prescrições legais e regulamentadoras.

8.12. Todo material proveniente de remoção ou entulho, decorrente do processo de implantação das obras de reforma e adequação dos espaços concedidos, deverá ser removido para locais previamente aprovados pela Prefeitura do Município de, não podendo, em hipótese alguma, permanecer no local.

8.13. A licitante adjudicatária deverá efetuar a manutenção do local de Bonito de Santa Fé a obra, de maneira a permitir o uso regular por parte dos concessionários e usuários, promovendo a variação, limpeza e conservação do local até o final do serviço, com especial cuidado no tocante a preservar as condições de higiene dos produtos ali comercializados, considerando o caráter alimentar destes.

8.14. Todos os locais e equipamentos, bens e propriedades danificados em decorrência das obras e serviços executados, deverão ser imediatamente refeitos e construídos de acordo com as boas técnicas e normas vigentes, sem causar nenhum ônus ao Órgão Gestor do Mercado, concessionários e usuários do Mercado Público de Bonito de Santa Fé.

8.15. A licitante adjudicatária será responsável pela segurança do trabalho de seus funcionários e de todos os atos por eles praticados.

8.16. A licitante adjudicatária ficará responsável a qualquer tempo pela quantidade e qualidade das obras e serviços executados e pelo material utilizado.

8.17. A licitante adjudicatária obriga-se a comparecer sempre que solicitado, ao Órgão Gestor do Mercado, em dias e horários por ela estabelecidos, a fim de receber instruções ou participar de reuniões que poderão ser realizadas em outros locais.

8.18. A licitante adjudicatária deverá assumir, de forma objetiva, toda e qualquer responsabilidade perante terceiros, pela execução das obras de adequação e demais serviços no espaço concedido, pertinente ao objeto da presente licitação, devendo indenizar a municipalidade e/ou terceiros por todo e qualquer prejuízo ou dano causado inclusive ao patrimônio histórico e cultural do prédio do Mercado Público de Bonito de Santa Fé, que venham ocorrer por conta da execução do contrato.

8.19. A licitante adjudicatária obriga-se a atender e zelar pela manutenção de todas as determinações emanadas, atuais e futuras, dos órgãos responsáveis pela preservação do patrimônio histórico do Município de Bonito de Santa Fé.

8.20. A licitante adjudicatária deverá observar com rigor as disposições do Código do Consumidor, responsabilizando-se pela aprovação dos órgãos técnicos da Prefeitura, os projetos e memoriais das adequações da área objeto da concessão, as quais deverão atender às exigências legais pertinentes, bem como realizá-las e concluí-las no prazo previsto no edital.

8.21. As despesas relativas a serviços e facilidades, tais como água, esgoto, energia elétrica, telefone, gás, conservação e limpeza, coleta de lixo, etc..., correrão por conta das licitantes adjudicatárias.

8.22. Não utilizar a área concedida para fins diversos do estabelecido no ANEXO I e II do Edital Convocatório.

8.23. Não ceder no todo ou em parte, a área objeto da concessão a terceiros, seja a que título for.

8.24. Zelar pela limpeza e conservação da área, devendo providenciar, às suas expensas, as obras e serviços que se fizerem necessários para a sua manutenção.

8.25. Arcar com todas as despesas decorrentes da concessão de uso ora licitadas, inclusive as relativas à lavratura e registro do competente instrumento, bem como eventuais taxas e tarifas.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO OU RENOVAÇÃO

9.1. O (A) CONCESSIONÁRIO (A) que deixar de cumprir qualquer Cláusula da Presente Concessão de Uso, poderá tê-la rescindida, principalmente se vier a ocorrer:

- a) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais;
- b) A sublocação total ou parcial da loja, a associação com outrem, à cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação com qualquer outra pessoa jurídica;
- c) O desatendimento das determinações regulares oriundos do Decreto Municipal;
- d) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- e) Razões de interesse público e exaradas no processo administrativo a que se refere a Concessão;
- f) A dissolução da sociedade ou o falecimento do (a) CONCESSIONÁRIO (A);
- g) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a exploração da atividade;
- h) O atraso acumulado de 03 (três) parcelas mensais e consecutivas das obrigações financeiras;

i) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da continuidade da exploração da atividade comercial.

9.1.1. Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.1.2. A rescisão poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral e escrito do MUNICÍPIO;
- b) Amigável, por acordo entre as partes, não isentando o (a) CONCESSIONÁRIO (A) do pagamento antecipado das parcelas vencidas;
- c) Judicial.

9.1.3. A rescisão ou revogação acarretará:

- a) Desocupação imediata do espaço físico e o pagamento de valores de multas e outros encargos devidos;
- b) Retenção da Garantia Contratual, salvo no caso de rescisão amigável.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO SEGURO

10.1. Serão de inteira responsabilidade da licitante adjudicatária todos os seguros necessários, inclusive os relativos à responsabilidade civil e ao ressarcimento eventual dos danos materiais ou pessoais causados a seus empregados ou a terceiros, bem como multas e/ou indenizações por danos ambientais e ao patrimônio histórico.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

11.1. A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada pelo Poder Concedente através de seus agentes especialmente designados para este fim, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

11.1.1. As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos empregados mencionados nesta Cláusula deverão ser solicitadas à Diretoria do responsável no MUNICÍPIO DE BONITO DE SANTA FÉ – CONCEDENTE, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. O prazo de vigência contratual será de 60 (SESSENTA) meses, contados a partir da data de assinatura do Contrato.

12.2. Quaisquer modificações dos atos constitutivos da adjudicatória, durante o período de vigência do instrumento contratual, deverão ser encaminhadas para conhecimento e registro na Secretaria Municipal de Administração, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da modificação.

12.3. É vedada a transferência do contrato de concessão.

12.4. A transferência do controle acionário da adjudicatária contratada ou a realização de fusões, cisões e incorporações deverão ter prévia anuência do Órgão Gestor do Mercado.

12.5. A transferência do controle acionário e a realização das alterações devem ser solicitadas conjuntamente pelos interessados.

12.6. As alterações de que tratam os subitens anteriores somente poderão ocorrer após a vigência de 01(um) ano do prazo contratual e do cumprimento das correspondentes obrigações nele previstas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. As partes elegem como privilegiado, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ou resultantes do presente, o Foro da Comarca de São José de Piranhas, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo.

E, por assim estarem justos e acertados, assinam o presente Termo em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, como adiante se vê.

Bonito de Santa Fé - PB, 30 de Junho de 2022.

Prefeitura Municipal de Bonito de Santa Fé
ANTÔNIO LUCENA FILHO
 Prefeito Constitucional
 Contratante

RITA DE CÁSSIA DA SILVA HENRIQUE

CPF: 330.643.424-87

Contratado

TESTEMUNHAS:

Nome: _____

CPF: _____

Nome: _____

CPF: _____

Publicado por:
Francimagna Feitosa Pinto
Código Identificador:BD895999

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO**

CONCORRÊNCIA Nº 01/2022 PMBSF

TERMO CONTRATO DE CONCESSÃO N.º 242/2022

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE CONCESSÃO DE USO ONEROSO DO ESPAÇO “BOX” DO MERCADO PÚBLICO DE BONITO DE SANTA FÉ QUE O MUNICÍPIO DE BONITO DE SANTA FÉ OUTORGA A **SOEDJA CRISTINA FRADE VIEIRA**, PARA EXPLORAR COMERCIALMENTE, POR FORÇA DA CLASSIFICAÇÃO OBTIDA NO PROCESSO DE LICITAÇÃO, MODALIDADE CONCORRÊNCIA Nº 01/2022PMBSF

Pelo presente instrumento firmado entre as partes, tendo de um lado o **A PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ**, ESTADO DA PARAÍBA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Aurea Dias de Almeida, Nº 228, Centro, Bonito de Santa Fé, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º **08.924.037/0001-18**, por seu representante legal **ANTÔNIO LUCENA FILHO**, CPF: 570.882.094-20 a partir de agora, denominado simplesmente **CONCEDENTE**, e de outro lado a, **SOEDJA CRISTINA FRADE VIEIRA**, PORTADORA DO CPF: 021.451.564-88, RESIDENTE E DOMICILIADA NA RUA BASTO PAULINO, S/N, BAIRRO BELO HORIZONTE, BONITO DE SANTA FÉ – PB, CEP: 58.960-000, doravante denominado(a) **CONCESSIONÁRIO (A)**, para explorar comercialmente o espaço do Box Item 05 do Mercado Público Municipal de Bonito de Santa Fé, com 09 metros quadrados de área útil, de acordo com as seguintes Cláusulas e Condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O espaço público objeto desta Concessão de Uso a título oneroso, acima identificado, destina-se, exclusivamente, a explorar comercialmente com o ramo de atividade Segmento de Comércio Diverso: Material de caça e pesca, Artesanatos, Material Plástico, Floricultura, Peças de Moto, Cama/Mesa e Banho, Ouro e Bijouteria, Artigos Religiosos, de Couro e Esportivos, Material Eletrônico, Livraria e Variedades, sendo, portanto, terminantemente vedado seu uso para qualquer outro fim, sem prévia e expressa autorização do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DISPOSIÇÕES GERAIS

2.1. O uso do espaço físico para a exploração de atividade comercial dar-se-á em regime e Concessão de Uso, a Título Oneroso do espaço Box nº 40 do Mercado Público de Bonito de Santa Fé, mediante outorga do presente termo administrativo.

2.1.1. O imóvel objeto da presente Concessão de Uso não poderá ser vendido, cedido, transferido, locado, permutado ou emprestado a terceiros, no todo ou em parte, nem mesmo por força de sucessão comercial ou cessão e transferência de quotas do capital.

2.1.2. A Concessão de Uso ora outorgada não assegura ao (a) **CONCESSIONÁRIO (A)** o direito de exclusividade na exploração de seu ramo de negócio no Mercado Municipal de Bonito de Santa Fé em que este está localizado.

2.1.3. O (A) **CONCESSIONÁRIO (A)** deverá realizar às suas expensas as obras necessárias à instalação e/ou funcionamento de seu negócio, desde que não alterem a estrutura da área ocupada, nem

prejudiquem a segurança das pessoas ou bens, **NÃO SENDO O MUNICÍPIO RESPONSÁVEL SOLIDARIAMENTE EM CASO DE OCORRÊNCIA DE EVENTUAIS DANOS A TERCEIROS (PESSOAS OU BENS)**, de acordo com as seguintes condições:

a) Toda e qualquer obra ou modificação a ser introduzida no imóvel, deverá ser previamente submetida à apreciação de uma equipe formada pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo e Secretário de Serviços Públicos e do Desenvolvimento Setorial e

observada as diretrizes gerais referentes às restrições de ocupação dos espaços a serem concedidos, considerando-se suas características de edifício tombado pelo patrimônio histórico, e pelo Município expressamente autorizada;

b) Quaisquer benfeitorias realizadas no imóvel objeto da presente Concessão de Uso, sejam elas necessárias, úteis ou voluptuárias, passarão a pertencer ao Município de pleno direito, não podendo constituir-se em motivo de indenização, compensação, ou retenção por parte do (a) **CONCESSIONÁRIO (A)**;

2.1.4. Suportar integralmente todas as despesas com projetos, construções, material, mão de obra, encargos financeiros, tributários, previdenciários e outros, relativos à execução das adequações necessárias à implantação do empreendimento, bem como daquelas relacionadas com a preservação do patrimônio histórico.

2.1.5. Para melhor caracterização deste Instrumento, incorporam-se ao mesmo, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

a) O Decreto Municipal N.º 34/2021, Decreto Municipal n.º 35/2021 e Lei Municipal n.º 791/2021, definidor das normas gerais sobre o contrato e sua execução;

b) Proposta de preços.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1. A vigência da Presente Concessão de Uso será de 05 (cinco) anos, a contar da sua assinatura, encerrando-se no primeiro dia útil após o término deste prazo, podendo, havendo interesse das partes, ser renovado por igual período.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO

4.1. Pelo uso do espaço físico a **CONCESSIONÁRIA** pagará a título de concessão o valor de **R\$ 1.000,00 (Hum Mil Reais)**.

4.2. Pelo uso do espaço físico a **CONCESSIONÁRIA** pagará a importância mensal de **R\$ 150,00 (Cento e Cinquenta Reais)**.

4.3. O primeiro pagamento vencerá em trinta dias após o início das atividades.

4.4. Depositar mensalmente, até o quinto dia útil subsequente ao mês do vencimento, na conta bancária indicada pelo poder concedente, o valor correspondente ao preço pela concessão.

4.5. A Concessionária fica obrigada, ainda, a participar do rateio das despesas pela manutenção das áreas comuns, de uso do povo, em valor correspondente proporcionalmente à área ocupada.

4.5.1. Deverá ser depositado, também até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido, em conta bancária a ser indicada pelo poder concedente ou quem a este delegar, o valor do rateio das despesas de manutenção das áreas de uso comum.

4.6. O valor do preço será reajustado na periodicidade de 12 (doze) meses, com base no INPC ou outro índice oficial equivalente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS MULTAS

5.1. As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas ao **CONCESSIONÁRIO (A)** e ao contratado são as previstas na Lei nº 8.666/93 e nesta Concorrência.

5.2. Pelo descumprimento total ou parcial das obrigações, poderá o Município aplicar as adquirentes as seguintes sanções, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste Edital:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município de Bonito de Santa Fé, por um prazo não superior a dois anos;

d) Declaração de inidoneidade para contratar ou transacionar com o Município de Bonito de Santa Fé.

5.3. A recusa da adjudicatária em assinar o Contrato de Concessão dentro do prazo estabelecido implicará na perda do direito de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 24(vinte e quatro) meses, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades previstas na legislação que regulamenta a matéria.

5.4. Aplicam-se aos licitantes as penalidades previstas na Seção III - Dos Crimes e das Penas, da Lei Federal nº 8.666/93.

5.5. Pelo descumprimento de suas obrigações, a Concessionária sujeitar-se-á às seguintes penalidades:

5.5.1. Multa de 1% (um por cento) do valor proposto por dia de atraso não justificado e aceito para o início e entrega das obras de instalação nas áreas concedidas, até o máximo de 60(sessenta) dias.

5.5.2. Multa de 2% (dois por cento) do valor proposto por dia de paralisação não justificada e aceita pelo Município, até o máximo de 15(quinze) dias.

5.5.3. Pelo atraso no início da operacionalização, por culpa da Concessionária ou de seus subordinados, será aplicada a multa diária de 1% (um por cento) do valor proposto.

5.5.4. Multa de 50% (cinquenta por cento) do valor proposto, na hipótese inexecução total do ajuste e rescisão do contrato por culpa da empresa contratada.

5.5.5. Multa de 10% (dez por cento) do valor proposto, por inexecução parcial do ajuste, por executar os serviços em desconformidade com o exigido no contrato e seus anexos.

5.6. As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui a de outras.

5.7. As multas previstas neste item não têm caráter compensatório e consequentemente, seu pagamento não exime a empresa contratada da reparação dos danos, perdas ou prejuízos a que tenha dado causa, seja à administração, seja ao público em geral.

5.8. O Município poderá, a qualquer tempo antes da contratação, desclassificar a proposta ou desqualificar a licitante, sem que a esta caiba o direito à indenização ou reembolso, na hipótese de vir a ser comprovada a existência de fato ou circunstância que desabone sua idoneidade financeira, que comprometa sua capacidade técnica ou administrativa, ou ainda, que reduza sua capacidade de operação.

CLÁUSULA SEXTA – DA INTERVENÇÃO

6.1. Caberá a intervenção pelo Poder Concedente, em caráter excepcional, nos casos relacionados abaixo com o fim exclusivo de assegurar a regularidade e a adequação na execução dos serviços, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes:

a) Desvirtuamento do uso da área concessionada;

b) Modificação ou alteração não autorizada do patrimônio histórico e cultural objeto da concessão;

6.2. Intervenção far-se-á por ato motivado da Administração, que conterá a designação do Interventor, o prazo da intervenção, os objetivos e os limites da medida.

6.3. O período da intervenção não será superior a 180 (cento e oitenta) dias, findo o qual o interventor proporá ao Poder Concedente ou a extinção da concessão ou a devolução da obra à Concessionária.

6.4. Cessada a intervenção e não ocorrendo a extinção da concessão, haverá a imediata prestação de contas pelo interventor, que responderá pelos atos praticados durante a sua gestão, sem prejuízo de responsabilidade pela concedente e do direito à indenização pelo concessionário e pela concedente.

6.5. Durante o processo de intervenção e antes de ser decretada a extinção de que trata o subitem 6.3 acima, será assegurado à Concessionária o direito à ampla defesa.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO PODER CONCEDENTE

7.1. Proceder à vistoria final para a verificação da adequação das instalações e equipamentos necessários ao funcionamento dos estabelecimentos, às expensas destes.

7.2. Autorizar formalmente o início das operações, após proceder à vistoria de que trata o item 7.1.

7.3. Fiscalizar permanentemente a execução dos serviços concedidos.

7.4. Intervir na execução dos serviços, mediante Decreto do Executivo, quando necessário, a fim de assegurar sua regularidade e o fiel cumprimento do contrato e das normas legais pertinentes.

7.5. Aplicar as penalidades previstas nas leis que regem a matéria e, especificamente, no Contrato de Concessão.

7.6. Entregar a Concessionária a área escolhida totalmente livre e desembaraçada de pessoas e coisas.

7.7. Declarar extinta a Concessão, quando não observadas às condições previstas no Edital de Concorrência nº 01/2021 PMBSF e anexo.

7.8. Cumprir e fazer cumprir as disposições legais e contratuais.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONCESSIONÁRIO (A)

8.1. O prazo para a ocupação e necessárias adequações dos espaços a serem concedidos constantes do objeto desta licitação é de até 180 dias (cento e oitenta) dias corridos, contados a partir do primeiro dia útil seguinte ao da assinatura do Contrato de Concessão, prorrogáveis por igual período em caso de fatos supervenientes e autorizado pelo poder concedente.

8.2. Ao término do Contrato a concessionária deverá devolver o espaço que lhe serviu de objeto em idênticas condições que o recebeu.

8.3. Manter, durante a vigência do contrato, as mesmas condições que propiciaram a sua habilitação no processo licitatório, apresentando sempre que solicitados pela Concedente os documentos comprobatórios de regularidade fiscal / trabalhista.

8.4. Cumprir fielmente todos os prazos previstos no Edital.

8.5. Depositar mensalmente, até o quinto dia útil subsequente ao mês do vencimento, na conta bancária indicada pelo poder concedente, o valor correspondente ao preço pela Concessão e pelo rateio das despesas de manutenção das áreas de uso comum.

8.6. Suportar integralmente todas as despesas com projetos, construções, material, mão de obra, encargos financeiros, tributários, previdenciários e outros, relativos à execução das adequações necessárias à implantação do empreendimento, bem como daquelas relacionadas com a preservação do patrimônio histórico.

8.7. Serão de inteira responsabilidade da licitante adjudicatária todos os seguros necessários, inclusive os relativos à responsabilidade civil e ao ressarcimento eventual dos danos materiais ou pessoais causados a seus empregados ou a terceiros, bem como multas e/ou indenizações por danos ambientais e ao patrimônio histórico.

8.8. Executar as obras e serviços necessários à adequação da área escolhida, objeto da Concessão, na conformidade das disposições legais e contratuais.

8.8.1. O (A) CONCESSIONÁRIO (A) deverá realizar às suas expensas as obras necessárias à instalação e/ou funcionamento de seu negócio, desde que não alterem a estrutura da área ocupada, nem prejudiquem a segurança das pessoas ou bens, NÃO SENDO O MUNICÍPIO RESPONSÁVEL SOLIDARIAMENTE EM CASO DE OCORRÊNCIA DE EVENTUAIS DANOS A TERCEIROS (PESSOAS OU BENS), de acordo com as seguintes condições:

c) a) Toda e qualquer obra ou modificação a ser introduzida no imóvel, deverá ser previamente submetida à apreciação de uma equipe formada pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo e Secretário de Serviços Públicos e do Desenvolvimento Setorial e

observada as diretrizes gerais referentes às restrições de ocupação dos espaços a ser concedidos, considerando-se suas características de edifício tombado pelo patrimônio histórico, e pelo Município expressamente autorizada;

8.9. Prestar, em caráter permanente, serviços eficientes para todos os usuários.

8.10. Acatar prontamente as determinações da fiscalização do Município de Bonito de Santa Fé.

8.11. Atender a todas as prescrições legais e regulamentadoras.

8.12. Todo material proveniente de remoção ou entulho, decorrente do processo de implantação das obras de reforma e adequação dos espaços concedidos, deverá ser removido para locais previamente aprovados pela Prefeitura do Município de, não podendo, em hipótese alguma, permanecer no local.

8.13. A licitante adjudicatária deverá efetuar a manutenção do local de Bonito de Santa Fé a obra, de maneira a permitir o uso regular por parte dos concessionários e usuários, promovendo a varrição, limpeza e conservação do local até o final do serviço, com especial cuidado no tocante a preservar as condições de higiene dos produtos ali comercializados, considerando o caráter alimentar destes.

8.14. Todos os locais e equipamentos, bens e propriedades danificados em decorrência das obras e serviços executados, deverão ser imediatamente refeitos e construídos de acordo com as boas técnicas e normas vigentes, sem causar nenhum ônus ao Órgão Gestor do

Mercado, concessionários e usuários do Mercado Público de Bonito de Santa Fé.

8.15. A licitante adjudicatária será responsável pela segurança do trabalho de seus funcionários e de todos os atos por eles praticados.

8.16. A licitante adjudicatária ficará responsável a qualquer tempo pela quantidade e qualidade das obras e serviços executados e pelo material utilizado.

8.17. A licitante adjudicatária obriga-se a comparecer sempre que solicitado, ao Órgão Gestor do Mercado, em dias e horários por ela estabelecidos, a fim de receber instruções ou participar de reuniões que poderão ser realizadas em outros locais.

8.18. A licitante adjudicatária deverá assumir, de forma objetiva, toda e qualquer responsabilidade perante terceiros, pela execução das obras de adequação e demais serviços no espaço concedido, pertinente ao objeto da presente licitação, devendo indenizar a municipalidade e/ou terceiros por todo e qualquer prejuízo ou dano causado inclusive ao patrimônio histórico e cultural do prédio do Mercado Público de Bonito de Santa Fé, que venham ocorrer por conta da execução do contrato.

8.19. A licitante adjudicatária obriga-se a atender e zelar pela manutenção de todas as determinações emanadas, atuais e futuras, dos órgãos responsáveis pela preservação do patrimônio histórico do Município de Bonito de Santa Fé.

8.20. A licitante adjudicatária deverá observar com rigor as disposições do Código do Consumidor, responsabilizando-se pela aprovação dos órgãos técnicos da Prefeitura, os projetos e memoriais das adequações da área objeto da concessão, as quais deverão atender às exigências legais pertinentes, bem como realizá-las e concluí-las no prazo previsto no edital.

8.21. As despesas relativas a serviços e facilidades, tais como água, esgoto, energia elétrica, telefone, gás, conservação e limpeza, coleta de lixo, etc..., correrão por conta das licitantes adjudicatárias.

8.22. Não utilizar a área concedida para fins diversos do estabelecido no ANEXO I e II do Edital Convocatório.

8.23. Não ceder no todo ou em parte, a área objeto da concessão a terceiros, seja a que título for.

8.24. Zelar pela limpeza e conservação da área, devendo providenciar, às suas expensas, as obras e serviços que se fizerem necessários para a sua manutenção.

8.25. Arcar com todas as despesas decorrentes da concessão de uso ora licitadas, inclusive as relativas à lavratura e registro do competente instrumento, bem como eventuais taxas e tarifas.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO OU RENOVAÇÃO

9.1. O (A) CONCESSIONÁRIO (A) que deixar de cumprir qualquer Cláusula da Presente Concessão de Uso, poderá tê-la rescindida, principalmente se vier a ocorrer:

- a) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais;
- b) A sublocação total ou parcial da loja, a associação com outrem, à cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação com qualquer outra pessoa jurídica;
- c) O desatendimento das determinações regulares oriundos do Decreto Municipal;
- d) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- e) Razões de interesse público e exaradas no processo administrativo a que se refere a Concessão;
- f) A dissolução da sociedade ou o falecimento do (a) CONCESSIONÁRIO (A);
- g) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a exploração da atividade;
- h) O atraso acumulado de 03 (três) parcelas mensais e consecutivas das obrigações financeiras;
- i) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da continuidade da exploração da atividade comercial.

9.1.1. Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.1.2. A rescisão poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral e escrito do MUNICÍPIO;
- b) Amigável, por acordo entre as partes, não isentando o (a) CONCESSIONÁRIO (A) do pagamento antecipado das parcelas vencidas;
- c) Judicial.

9.1.3. A rescisão ou revogação acarretará:

- a) Desocupação imediata do espaço físico e o pagamento de valores de multas e outros encargos devidos;
- b) Retenção da Garantia Contratual, salvo no caso de rescisão amigável.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO SEGURO

10.1. Serão de inteira responsabilidade da licitante adjudicatária todos os seguros necessários, inclusive os relativos à responsabilidade civil e ao ressarcimento eventual dos danos materiais ou pessoais causados a seus empregados ou a terceiros, bem como multas e/ou indenizações por danos ambientais e ao patrimônio histórico.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

11.1. A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada pelo Poder Concedente através de seus agentes especialmente designados para este fim, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

11.1.1. As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos empregados mencionados nesta Cláusula deverão ser solicitadas à Diretoria do responsável no MUNICÍPIO DE BONITO DE SANTA FÉ – CONCEDENTE, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. O prazo de vigência contratual será de 60 (SESSENTA) meses, contados a partir da data de assinatura do Contrato.

12.2. Quaisquer modificações dos atos constitutivos da adjudicatária, durante o período de vigência do instrumento contratual, deverão ser encaminhadas para conhecimento e registro na Secretaria Municipal de Administração, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da modificação.

12.3. É vedada a transferência do contrato de concessão.

12.4. A transferência do controle acionário da adjudicatária contratada ou a realização de fusões, cisões e incorporações deverão ter prévia anuência do Órgão Gestor do Mercado.

12.5. A transferência do controle acionário e a realização das alterações devem ser solicitadas conjuntamente pelos interessados.

12.6. As alterações de que tratam os subitens anteriores somente poderão ocorrer após a vigência de 01(um) ano do prazo contratual e do cumprimento das correspondentes obrigações nele previstas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. As partes elegem como privilegiado, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ou resultantes do presente, o Foro da Comarca de São José de Piranhas, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo.

E, por assim estarem justos e acertados, assinam o presente Termo em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, como adiante se vê.

Bonito de Santa Fé - PB, 30 de Junho de 2022.

Prefeitura Municipal de Bonito de Santa Fé

ANTÔNIO LUCENA FILHO

Prefeito Constitucional

Contratante

SOEDJA CRISTINA FRADE VIEIRA

CPF: 021.451.564-88

Contratado

TESTEMUNHAS:

Nome: _____

CPF: _____

Nome: _____

CPF: _____

Publicado por:
Francimagna Feitosa Pinto
Código Identificador:A21B752B

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO

CONCORRÊNCIA Nº 01/2022 PMBSF

TERMO CONTRATO DE CONCESSÃO N.º 250/2022

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE CONCESSÃO DE USO ONEROSO DO ESPAÇO “BOX” DO MERCADO PÚBLICO DE BONITO DE SANTA FÉ QUE O MUNICÍPIO DE BONITO DE SANTA FÉ OUTORGA A **JOSÉ RENE RAMALHO**, PARA EXPLORAR COMERCIALMENTE, POR FORÇA DA CLASSIFICAÇÃO OBTIDA NO PROCESSO DE LICITAÇÃO, MODALIDADE CONCORRÊNCIA Nº 01/2022 PMBSF

Pelo presente instrumento firmado entre as partes, tendo de um lado o **A PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ**, ESTADO DA PARAÍBA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Aurea Dias de Almeida, Nº 228, Centro, Bonito de Santa Fé, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º **08.924.037/0001-18**, por seu representante legal **ANTÔNIO LUCENA FILHO**, CPF: 570.882.094-20 a partir de agora, denominada simplesmente CONCEDENTE, e de outro lado a, **JOSÉ RENE RAMALHO**, PORTADOR DO CPF: 370.163.855-15, RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA MARIA DINIZ DE SOUSA, S/N, BAIRRO CENTRO, BONITO DE SANTA FÉ – PB, CEP: 58.960-000, doravante denominado (a) **CONCESSIONÁRIO (A)**, para explorar comercialmente o espaço do Box Item 03 do Mercado Público Municipal de Bonito de Santa, com 09 metros quadrados de área útil, de acordo com as seguintes Cláusulas e Condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O espaço público objeto desta Concessão de Uso a título oneroso, acima identificado, destina-se, exclusivamente, a explorar comercialmente com o ramo de atividade Segmento de Salão de Beleza, Cosmético e Perfumaria, sendo, portanto, terminantemente vedado seu uso para qualquer outro fim, sem prévia e expressa autorização do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DISPOSIÇÕES GERAIS

2.1. O uso do espaço físico para a exploração de atividade comercial dar-se-á em regime e Concessão de Uso, a Título Oneroso do espaço Box nº 08 do Mercado Público de Bonito de Santa Fé, mediante outorga do presente termo administrativo.

2.1.1. O imóvel objeto da presente Concessão de Uso não poderá ser vendido, cedido, transferido, locado, permutado ou emprestado a terceiros, no todo ou em parte, nem mesmo por força de sucessão comercial ou cessão e transferência de quotas do capital.

2.1.2. A Concessão de Uso ora outorgada não assegura ao (a) **CONCESSIONÁRIO (A)** o direito de exclusividade na exploração de seu ramo de negócio no Mercado Municipal de Bonito de Santa Fé em que este está localizado.

2.1.3. O (A) **CONCESSIONÁRIO (A)** deverá realizar às suas expensas as obras necessárias à instalação e/ou funcionamento de seu negócio, desde que não alterem a estrutura da área ocupada, nem prejudiquem a segurança das pessoas ou bens, NÃO SENDO O MUNICÍPIO RESPONSÁVEL SOLIDARIAMENTE EM CASO DE OCORRÊNCIA DE EVENTUAIS DANOS A TERCEIROS (PESSOAS OU BENS), de acordo com as seguintes condições:

- a) Toda e qualquer obra ou modificação a ser introduzida no imóvel, deverá ser previamente submetida a apreciação de uma equipe formada pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo e Secretário de Serviços Públicos e do Desenvolvimento Setorial e observada as diretrizes gerais referentes às restrições de ocupação dos espaços a ser concedidos, considerando-se suas características de edifício tombado pelo patrimônio histórico, e pelo Município expressamente autorizada;
- b) Quaisquer benfeitorias realizadas no imóvel objeto da presente Concessão de Uso sejam elas necessárias úteis ou voluptuárias,

passarão a pertencer ao Município de pleno direito, não podendo constituir-se em motivo de indenização, compensação, ou retenção por parte do (a) **CONCESSIONÁRIO (A)**;

2.1.4. Suportar integralmente todas as despesas com projetos, construções, material, mão de obra, encargos financeiros, tributários, previdenciários e outros, relativos à execução das adequações necessárias à implantação do empreendimento, bem como daquelas relacionadas com a preservação do patrimônio histórico.

2.1.5. Para melhor caracterização deste Instrumento, incorporam-se ao mesmo, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

- a) O Decreto Municipal N.º 34/2021, Decreto Municipal n.º 35/2021 e Lei Municipal n.º 791/2021, definidor das normas gerais sobre o contrato e sua execução;
- b) Proposta de preços.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1. A vigência da Presente Concessão de Uso será de 05 (cinco) anos, a contar da sua assinatura, encerrando-se no primeiro dia útil após o término deste prazo, podendo, havendo interesse das partes, ser renovado por igual período.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO

4.1. Pelo uso do espaço físico a **CONCESSIONÁRIA** pagará a título de concessão o valor de **R\$ 250,00 (Duzentos e Cinquenta Reais)**.

4.2. Pelo uso do espaço físico a **CONCESSIONÁRIA** pagará a importância mensal de **R\$ 150,00 (Cento e Cinquenta Reais)**

4.3. O primeiro pagamento vencerá em trinta dias após o início das atividades.

4.4. Depositar mensalmente, até o quinto dia útil subsequente ao mês do vencimento, na conta bancária indicada pelo poder concedente, o valor correspondente ao preço pela concessão.

4.5. A Concessionária fica obrigada, ainda, a participar do rateio das despesas pela manutenção das áreas comuns, de uso do povo, em valor correspondente proporcionalmente à área ocupada.

4.5.1. Deverá ser depositado, também até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido, em conta bancária a ser indicada pelo poder concedente ou quem a este delegar, o valor do rateio das despesas de manutenção das áreas de uso comum.

4.6. O valor do preço será reajustado na periodicidade de 12 (doze) meses, com base no INPC ou outro índice oficial equivalente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS MULTAS

5.1. As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas ao **CONCESSIONÁRIO (A)** e ao contratado são as previstas na Lei nº 8.666/93 e nesta Concorrência.

5.2. Pelo descumprimento total ou parcial das obrigações, poderá o Município aplicar as adquirentes as seguintes sanções, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste Edital:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município de Bonito de Santa Fé, por um prazo não superior a dois anos;
- d) Declaração de inidoneidade para contratar ou transacionar com o Município de Bonito de Santa Fé.

5.3. A recusa da adjudicatária em assinar o Contrato de Concessão dentro do prazo estabelecido implicará na perda do direito de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 24(vinte e quatro) meses, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades previstas na legislação que regulamenta a matéria.

5.4. Aplicam-se aos licitantes as penalidades previstas na Seção III - Dos Crimes e das Penas, da Lei Federal nº 8.666/93.

5.5. Pelo descumprimento de suas obrigações, a Concessionária sujeitar-se-á às seguintes penalidades:

5.5.1. Multa de 1% (um por cento) do valor proposto por dia de atraso não justificado e aceito para o início e entrega das obras de instalação nas áreas concedidas, até o máximo de 60(sessenta) dias.

5.5.2. Multa de 2% (dois por cento) do valor proposto por dia de paralisação não justificada e aceita pelo Município, até o máximo de 15(quinze) dias.

5.5.3. Pelo atraso no início da operacionalização, por culpa da Concessionária ou de seus subordinados, será aplicada a multa diária de 1% (um por cento) do valor proposto.

5.5.4. Multa de 50% (cinquenta por cento) do valor proposto, na hipótese inexecução total do ajuste e rescisão do contrato por culpa da empresa contratada.

5.5.5. Multa de 10% (dez por cento) do valor proposto, por inexecução parcial do ajuste, por executar os serviços em desconformidade com o exigido no contrato e seus anexos.

5.6. As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui a de outras.

5.7. As multas previstas neste item não têm caráter compensatório e consequentemente, seu pagamento não exime a empresa contratada da reparação dos danos, perdas ou prejuízos a que tenha dado causa, seja à administração, seja ao público em geral.

5.8. O Município poderá, a qualquer tempo antes da contratação, desclassificar a proposta ou desqualificar a licitante, sem que a esta caiba o direito à indenização ou reembolso, na hipótese de vir a ser comprovada a existência de fato ou circunstância que desabone sua idoneidade financeira, que comprometa sua capacidade técnica ou administrativa, ou ainda, que reduza sua capacidade de operação.

CLÁUSULA SEXTA – DA INTERVENÇÃO

6.1. Caberá a intervenção pelo Poder Concedente, em caráter excepcional, nos casos relacionados abaixo com o fim exclusivo de assegurar a regularidade e a adequação na execução dos serviços, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes:

a) Desvirtuamento do uso da área concessionada;

b) Modificação ou alteração não autorizada do patrimônio histórico e cultural objeto da concessão;

6.2. Intervenção far-se-á por ato motivado da Administração, que conterá a designação do Interventor, o prazo da intervenção, os objetivos e os limites da medida.

6.3. O período da intervenção não será superior a 180 (cento e oitenta) dias, findo o qual o interventor proporá ao Poder Concedente ou a extinção da concessão ou a devolução da obra à Concessionária.

6.4. Cessada a intervenção e não ocorrendo a extinção da concessão, haverá a imediata prestação de contas pelo interventor, que responderá pelos atos praticados durante a sua gestão, sem prejuízo de responsabilidade pela concedente e do direito à indenização pelo concessionário e pela concedente.

6.5. Durante o processo de intervenção e antes de ser decretada a extinção de que trata o subitem 6.3 acima, será assegurado a Concessionária o direito à ampla defesa.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO PODER CONCEDENTE

7.1. Proceder à vistoria final para a verificação da adequação das instalações e equipamentos necessários ao funcionamento dos estabelecimentos, às expensas destes.

7.2. Autorizar formalmente o início das operações, após proceder à vistoria de que trata o item 7.1.

7.3. Fiscalizar permanentemente a execução dos serviços concedidos.

7.4. Intervir na execução dos serviços, mediante Decreto do Executivo, quando necessário, a fim de assegurar sua regularidade e o fiel cumprimento do contrato e das normas legais pertinentes.

7.5. Aplicar as penalidades previstas nas leis que regem a matéria e, especificamente, no Contrato de Concessão.

7.6. Entregar a Concessionária a área escolhida totalmente livre e desembaraçada de pessoas e coisas.

7.7. Declarar extinta a Concessão, quando não observadas as condições previstas no Edital de Concorrência nº 01/2021 PMBSF e anexo.

7.8. Cumprir e fazer cumprir as disposições legais e contratuais.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONCESSIONÁRIO (A)

8.1. O prazo para a ocupação e necessárias adequações dos espaços a serem concedidos constantes do objeto desta licitação é de até 180 dias (cento e oitenta) dias corridos, contados a partir do primeiro dia útil seguinte ao da assinatura do Contrato de Concessão, prorrogáveis por igual período em caso de fatos supervenientes e autorizado pelo poder concedente.

8.2. Ao término do Contrato a concessionária deverá devolver o espaço que lhe serviu de objeto em idênticas condições que o recebeu.

8.3. Manter, durante a vigência do contrato, as mesmas condições que propiciaram a sua habilitação no processo licitatório, apresentando sempre que solicitados pela Concedente os documentos comprobatórios de regularidade fiscal / trabalhista.

8.4. Cumprir fielmente todos os prazos previstos no Edital.

8.5. Depositar mensalmente, até o quinto dia útil subsequente ao mês do vencimento, na conta bancária indicada pelo poder concedente, o valor correspondente ao preço pela Concessão e pelo rateio das despesas de manutenção das áreas de uso comum.

8.6. Suportar integralmente todas as despesas com projetos, construções, material, mão de obra, encargos financeiros, tributários, previdenciários e outros, relativos à execução das adequações necessárias à implantação do empreendimento, bem como daquelas relacionadas com a preservação do patrimônio histórico.

8.7. Serão de inteira responsabilidade da licitante adjudicatária todos os seguros necessários, inclusive os relativos à responsabilidade civil e ao ressarcimento eventual dos danos materiais ou pessoais causados a seus empregados ou a terceiros, bem como multas e/ou indenizações por danos ambientais e ao patrimônio histórico.

8.8. Executar as obras e serviços necessários à adequação da área escolhida, objeto da Concessão, na conformidade das disposições legais e contratuais.

8.8.1. O (A) CONCESSIONÁRIO (A) deverá realizar às suas expensas as obras necessárias à instalação e/ou funcionamento de seu negócio, desde que não alterem a estrutura da área ocupada, nem prejudiquem a segurança das pessoas ou bens, NÃO SENDO O MUNICÍPIO RESPONSÁVEL SOLIDARIAMENTE EM CASO DE OCORRÊNCIA DE EVENTUAIS DANOS A TERCEIROS (PESSOAS OU BENS), de acordo com as seguintes condições:

c) a) Toda e qualquer obra ou modificação a ser introduzida no imóvel, deverá ser previamente submetida à apreciação de uma equipe formada pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo e Secretário de Serviços Públicos e do Desenvolvimento Setorial e observada as diretrizes gerais referentes às restrições de ocupação dos espaços a ser concedidos, considerando-se suas características de edifício tombado pelo patrimônio histórico, e pelo Município expressamente autorizada;

8.9. Prestar, em caráter permanente, serviços eficientes para todos os usuários.

8.10. Acatar prontamente as determinações da fiscalização do Município de Bonito de Santa Fé.

8.11. Atender a todas as prescrições legais e regulamentadoras.

8.12. Todo material proveniente de remoção ou entulho, decorrente do processo de implantação das obras de reforma e adequação dos espaços concedidos, deverá ser removido para locais previamente aprovados pela Prefeitura do Município de, não podendo, em hipótese alguma, permanecer no local.

8.13. A licitante adjudicatária deverá efetuar a manutenção do local de Bonito de Santa Fé a obra, de maneira a permitir o uso regular por parte dos concessionários e usuários, promovendo a varrição, limpeza e conservação do local até o final do serviço, com especial cuidado no tocante a preservar as condições de higiene dos produtos ali comercializados, considerando o caráter alimentar destes.

8.14. Todos os locais e equipamentos, bens e propriedades danificados em decorrência das obras e serviços executados, deverão ser imediatamente refeitos e construídos de acordo com as boas técnicas e normas vigentes, sem causar nenhum ônus ao Órgão Gestor do Mercado, concessionários e usuários do Mercado Público de Bonito de Santa Fé.

8.15. A licitante adjudicatária será responsável pela segurança do trabalho de seus funcionários e de todos os atos por eles praticados.

8.16. A licitante adjudicatária ficará responsável a qualquer tempo pela quantidade e qualidade das obras e serviços executados e pelo material utilizado.

8.17. A licitante adjudicatária obriga-se a comparecer sempre que solicitado, ao Órgão Gestor do Mercado, em dias e horários por ela estabelecidos, a fim de receber instruções ou participar de reuniões que poderão ser realizadas em outros locais.

8.18. A licitante adjudicatária deverá assumir, de forma objetiva, toda e qualquer responsabilidade perante terceiros, pela execução das obras de adequação e demais serviços no espaço concedido, pertinente ao objeto da presente licitação, devendo indenizar a municipalidade e/ou terceiros por todo e qualquer prejuízo ou dano causado inclusive ao patrimônio histórico e cultural do prédio do Mercado Público de

Bonito de Santa Fé, que venham ocorrer por conta da execução do contrato.

8.19. A licitante adjudicatária obriga-se a atender e zelar pela manutenção de todas as determinações emanadas, atuais e futuras, dos órgãos responsáveis pela preservação do patrimônio histórico do Município de Bonito de Santa Fé.

8.20. A licitante adjudicatária deverá observar com rigor as disposições do Código do Consumidor, responsabilizando-se pela aprovação dos órgãos técnicos da Prefeitura, os projetos e memoriais das adequações da área objeto da concessão, as quais deverão atender às exigências legais pertinentes, bem como realizá-las e concluí-las no prazo previsto no edital.

8.21. As despesas relativas a serviços e facilidades, tais como água, esgoto, energia elétrica, telefone, gás, conservação e limpeza, coleta de lixo, etc..., correrão por conta das licitantes adjudicatárias.

8.22. Não utilizar a área concedida para fins diversos do estabelecido no ANEXO I e II do Edital Convocatório.

8.23. Não ceder no todo ou em parte, a área objeto da concessão a terceiros, seja a que título for.

8.24. Zelar pela limpeza e conservação da área, devendo providenciar, às suas expensas, as obras e serviços que se fizerem necessários para a sua manutenção.

8.25. Arcar com todas as despesas decorrentes da concessão de uso ora licitadas, inclusive as relativas à lavratura e registro do competente instrumento, bem como eventuais taxas e tarifas.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO OU RENOVAÇÃO

9.1. O (A) CONCESSIONÁRIO (A) que deixar de cumprir qualquer Cláusula da Presente Concessão de Uso, poderá tê-la rescindida, principalmente se vier a ocorrer:

- O cumprimento irregular de cláusulas contratuais;
- A sublocação total ou parcial da loja, a associação com outrem, à cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação com qualquer outra pessoa jurídica;
- O desatendimento das determinações regulares oriundos do Decreto Municipal;
- A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- Razões de interesse público e exaradas no processo administrativo a que se refere à Concessão;
- A dissolução da sociedade ou o falecimento do (a) CONCESSIONÁRIO (A);
- A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a exploração da atividade;
- O atraso acumulado de 03 (três) parcelas mensais e consecutivas das obrigações financeiras;
- A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da continuidade da exploração da atividade comercial.

9.1.1. Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.1.2. A rescisão poderá ser:

- Determinada por ato unilateral e escrito do MUNICÍPIO;
- Amigável, por acordo entre as partes, não isentando o (a) CONCESSIONÁRIO (A) do pagamento antecipado das parcelas vencidas;
- Judicial.

9.1.3. A rescisão ou revogação acarretará:

- Desocupação imediata do espaço físico e o pagamento de valores de multas e outros encargos devidos;
- Retenção da Garantia Contratual, salvo no caso de rescisão amigável.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO SEGURO

10.1. Serão de inteira responsabilidade da licitante adjudicatária todos os seguros necessários, inclusive os relativos à responsabilidade civil e ao ressarcimento eventual dos danos materiais ou pessoais causados a seus empregados ou a terceiros, bem como multas e/ou indenizações por danos ambientais e ao patrimônio histórico.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

11.1. A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada pelo Poder Concedente através de seus agentes especialmente designados para este fim, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências

relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

11.1.1. As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos empregados mencionados nesta Cláusula deverão ser solicitadas à Diretoria do responsável no MUNICÍPIO DE BONITO DE SANTA FÉ – CONCEDENTE, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. O prazo de vigência contratual será de 60 (SESSENTA) meses, contados a partir da data de assinatura do Contrato.

12.2. Quaisquer modificações dos atos constitutivos da adjudicatária, durante o período de vigência do instrumento contratual, deverão ser encaminhadas para conhecimento e registro na Secretaria Municipal de Administração, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da modificação.

12.3. É vedada a transferência do contrato de concessão.

12.4. A transferência do controle acionário da adjudicatária contratada ou a realização de fusões, cisões e incorporações deverão ter prévia anuência do Órgão Gestor do Mercado.

12.5. A transferência do controle acionário e a realização das alterações devem ser solicitadas conjuntamente pelos interessados.

12.6. As alterações de que tratam os subitens anteriores somente poderão ocorrer após a vigência de 01(um) ano do prazo contratual e do cumprimento das correspondentes obrigações nele previstas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. As partes elegem como privilegiado, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ou resultantes do presente, o Foro da Comarca de São José de Piranhas, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo.

E, por assim estarem justos e acertados, assinam o presente Termo em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, como adiante se vê.

Bonito de Santa Fé - PB, 30 de Junho de 2022.

Prefeitura Municipal de Bonito de Santa Fé

ANTÔNIO LUCENA FILHO

Prefeito Constitucional

Contratante

JOSÉ RENE RAMALHO

CPF: 370.163.855-15

Contratado

TESTEMUNHAS:

Nome: _____

CPF: _____

Nome: _____

CPF: _____

Publicado por:

Francimagna Feitosa Pinto

Código Identificador:E4C2AE1F

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO

CONCORRÊNCIA Nº 01/2022 PMBSF

TERMO CONTRATO DE CONCESSÃO N.º 248/2022

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE CONCESSÃO DE USO ONEROSO DO ESPAÇO “BOX” DO MERCADO PÚBLICO DE BONITO DE SANTA FÉ QUE O MUNICÍPIO DE BONITO DE SANTA FÉ OUTORGA A **MARIA DO SOCORRO DE ABREU BEZERRA**, PARA EXPLORAR COMERCIALMENTE, POR FORÇA DA CLASSIFICAÇÃO OBTIDA NO PROCESSO DE LICITAÇÃO, MODALIDADE CONCORRÊNCIA Nº 01/2022PMBSF

Pelo presente instrumento firmado entre as partes, tendo de um lado o **A PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ**, ESTADO DA PARAÍBA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Aurea Dias de Almeida, Nº 228, Centro, Bonito de Santa Fé, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º **08.924.037/0001-18**, por seu representante legal **ANTÔNIO LUCENA FILHO**, CPF: 570.882.094-20 a partir de agora, denominado simplesmente **CONCEDENTE**, e de outro lado a, **MARIA DO SOCORRO DE ABREU BEZERRA**, PORTADORA DO CPF: 033.085.774-61, RESIDENTE E DOMICILIADA NA ALTO BELO HORIZONTE, S/N, BAIRRO ALTO BELO HORIZONTE, BONITO DE SANTA FÉ – PB, CEP: 58.960-000, doravante denominado(a) **CONCESSIONÁRIO (A)**, para explorar comercialmente o espaço do Box Item 06 do Mercado Público Municipal de Bonito de Santa Fé, com 09 metros quadrados de área útil, de acordo com as seguintes Cláusulas e Condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O espaço público objeto desta Concessão de Uso a título oneroso, acima identificado, destina-se, exclusivamente, a explorar comercialmente com o ramo de atividade Segmento de Escritórios e Consultorias: Estudo de Gravação, DEC, Festas, Escrt. Funerária, Escrit. Material de Construção, Consultório/Psicologia, sendo, portanto, terminantemente vedado seu uso para qualquer outro fim, sem prévia e expressa autorização do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DISPOSIÇÕES GERAIS

2.1. O uso do espaço físico para a exploração de atividade comercial dar-se-á em regime e Concessão de Uso, a Título Oneroso do espaço Box nº 14 do Mercado Público de Bonito de Santa Fé, mediante outorga do presente termo administrativo.

2.1.1. O imóvel objeto da presente Concessão de Uso não poderá ser vendido, cedido, transferido, locado, permutado ou emprestado a terceiros, no todo ou em parte, nem mesmo por força de sucessão comercial ou cessão e transferência de quotas do capital.

2.1.2. A Concessão de Uso ora outorgada não assegura ao (a) CONCESSIONÁRIO (A) o direito de exclusividade na exploração de seu ramo de negócio no Mercado Municipal de Bonito de Santa Fé em que este está localizado.

2.1.3. O (A) CONCESSIONÁRIO (A) deverá realizar às suas expensas as obras necessárias à instalação e/ou funcionamento de seu negócio, desde que não alterem a estrutura da área ocupada, nem prejudiquem a segurança das pessoas ou bens, NÃO SENDO O MUNICÍPIO RESPONSÁVEL SOLIDARIAMENTE EM CASO DE OCORRÊNCIA DE EVENTUAIS DANOS A TERCEIROS (PESSOAS OU BENS), de acordo com as seguintes condições:

a) Toda e qualquer obra ou modificação a ser introduzida no imóvel, deverá ser previamente submetida à apreciação de uma equipe formada pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo e Secretário de Serviços Públicos e do Desenvolvimento Setorial e observada as diretrizes gerais referentes às restrições de ocupação dos espaços a serem concedidos, considerando-se suas características de edifício tombado pelo patrimônio histórico, e pelo Município expressamente autorizada;

b) Quaisquer benfeitorias realizadas no imóvel objeto da presente Concessão de Uso, sejam elas necessárias, úteis ou voluptuárias, passarão a pertencer ao Município de pleno direito, não podendo constituir-se em motivo de indenização, compensação, ou retenção por parte do (a) CONCESSIONÁRIO (A);

2.1.4. Suportar integralmente todas as despesas com projetos, construções, material, mão de obra, encargos financeiros, tributários, previdenciários e outros, relativos à execução das adequações necessárias à implantação do empreendimento, bem como daquelas relacionadas com a preservação do patrimônio histórico.

2.1.5. Para melhor caracterização deste Instrumento, incorporam-se ao mesmo, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

a) O Decreto Municipal N.º 34/2021, Decreto Municipal n.º 35/2021 e Lei Municipal n.º 791/2021, definidor das normas gerais sobre o contrato e sua execução;

b) Proposta de preços.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1. A vigência da Presente Concessão de Uso será de 05 (cinco) anos, a contar da sua assinatura, encerrando-se no primeiro dia útil após o término deste prazo, podendo, havendo interesse das partes, ser renovado por igual período.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO

4.1. Pelo uso do espaço físico a CONCESSIONÁRIA pagará a título de concessão o valor de **R\$ 350,00 (Trezentos e Cinquenta Reais)**.

4.2. Pelo uso do espaço físico a CONCESSIONÁRIA pagará a importância mensal de **R\$ 150,00 (Cento e Cinquenta Reais)**.

4.3. O primeiro pagamento vencerá em trinta dias após o início das atividades.

4.4. Depositar mensalmente, até o quinto dia útil subsequente ao mês do vencimento, na conta bancária indicada pelo poder concedente, o valor correspondente ao preço pela concessão.

4.5. A Concessionária fica obrigada, ainda, a participar do rateio das despesas pela manutenção das áreas comuns, de uso do povo, em valor correspondente proporcionalmente à área ocupada.

4.5.1. Deverá ser depositado, também até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido, em conta bancária a ser indicada pelo poder concedente ou quem a este delegar, o valor do rateio das despesas de manutenção das áreas de uso comum.

4.6. O valor do preço será reajustado na periodicidade de 12 (doze) meses, com base no INPC ou outro índice oficial equivalente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS MULTAS

5.1. As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas ao CONCESSIONÁRIO (A) e ao contratado são as previstas na Lei nº 8.666/93 e nesta Concorrência.

5.2. Pelo descumprimento total ou parcial das obrigações, poderá o Município aplicar as adquirentes as seguintes sanções, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste Edital:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município de Bonito de Santa Fé, por um prazo não superior a dois anos;

d) Declaração de inidoneidade para contratar ou transacionar com o Município de Bonito de Santa Fé.

5.3. A recusa da adjudicatária em assinar o Contrato de Concessão dentro do prazo estabelecido implicará na perda do direito de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 24(vinte e quatro) meses, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades previstas na legislação que regulamenta a matéria.

5.4. Aplicam-se aos licitantes as penalidades previstas na Seção III - Dos Crimes e das Penas, da Lei Federal nº 8.666/93.

5.5. Pelo descumprimento de suas obrigações, a Concessionária sujeitar-se-á às seguintes penalidades:

5.5.1. Multa de 1% (um por cento) do valor proposto por dia de atraso não justificado e aceito para o início e entrega das obras de instalação nas áreas concedidas, até o máximo de 60(sessenta) dias.

5.5.2. Multa de 2% (dois por cento) do valor proposto por dia de paralisação não justificada e aceita pelo Município, até o máximo de 15(quinze) dias.

5.5.3. Pelo atraso no início da operacionalização, por culpa da Concessionária ou de seus subordinados, será aplicada a multa diária de 1% (um por cento) do valor proposto.

5.5.4. Multa de 50% (cinquenta por cento) do valor proposto, na hipótese inexecução total do ajuste e rescisão do contrato por culpa da empresa contratada.

5.5.5. Multa de 10% (dez por cento) do valor proposto, por inexecução parcial do ajuste, por executar os serviços em desconformidade com o exigido no contrato e seus anexos.

5.6. As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui a de outras.

5.7. As multas previstas neste item não têm caráter compensatório e consequentemente, seu pagamento não exime a empresa contratada da reparação dos danos, perdas ou prejuízos a que tenha dado causa, seja à administração, seja ao público em geral.

5.8. O Município poderá, a qualquer tempo antes da contratação, desclassificar a proposta ou desqualificar a licitante, sem que a esta caiba o direito à indenização ou reembolso, na hipótese de vir a ser comprovada a existência de fato ou circunstância que desabone sua

idoneidade financeira, que comprometa sua capacidade técnica ou administrativa, ou ainda, que reduza sua capacidade de operação.

CLÁUSULA SEXTA – DA INTERVENÇÃO

6.1. Caberá a intervenção pelo Poder Concedente, em caráter excepcional, nos casos relacionados abaixo com o fim exclusivo de assegurar a regularidade e a adequação na execução dos serviços, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes:

a) Desvirtuamento do uso da área concessionada;

b) Modificação ou alteração não autorizada do patrimônio histórico e cultural objeto da concessão;

6.2. Intervenção far-se-á por ato motivado da Administração, que conterá a designação do Interventor, o prazo da intervenção, os objetivos e os limites da medida.

6.3. O período da intervenção não será superior a 180 (cento e oitenta) dias, findo o qual o interventor proporá ao Poder Concedente ou a extinção da concessão ou a devolução da obra à Concessionária.

6.4. Cessada a intervenção e não ocorrendo a extinção da concessão, haverá a imediata prestação de contas pelo interventor, que responderá pelos atos praticados durante a sua gestão, sem prejuízo de responsabilidade pela concedente e do direito à indenização pelo concessionário e pela concedente.

6.5. Durante o processo de intervenção e antes de ser decretada a extinção de que trata o subitem 6.3 acima, será assegurado à Concessionária o direito à ampla defesa.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO PODER CONCEDENTE

7.1. Proceder à vistoria final para a verificação da adequação das instalações e equipamentos necessários ao funcionamento dos estabelecimentos, às expensas destes.

7.2. Autorizar formalmente o início das operações, após proceder à vistoria de que trata o item 7.1.

7.3. Fiscalizar permanentemente a execução dos serviços concedidos.

7.4. Intervir na execução dos serviços, mediante Decreto do Executivo, quando necessário, a fim de assegurar sua regularidade e o fiel cumprimento do contrato e das normas legais pertinentes.

7.5. Aplicar as penalidades previstas nas leis que regem a matéria e, especificamente, no Contrato de Concessão.

7.6. Entregar a Concessionária a área escolhida totalmente livre e desembaraçada de pessoas e coisas.

7.7. Declarar extinta a Concessão, quando não observadas as condições previstas no Edital de Concorrência nº 01/2021 PMBSF e anexo.

7.8. Cumprir e fazer cumprir as disposições legais e contratuais.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONCESSIONÁRIO (A)

8.1. O prazo para a ocupação e necessárias adequações dos espaços a serem concedidos constantes do objeto desta licitação é de até 180 dias (cento e oitenta) dias corridos, contados a partir do primeiro dia útil seguinte ao da assinatura do Contrato de Concessão, prorrogáveis por igual período em caso de fatos supervenientes e autorizado pelo poder concedente.

8.2. Ao término do Contrato a concessionária deverá devolver o espaço que lhe serviu de objeto em idênticas condições que o recebeu.

8.3. Manter, durante a vigência do contrato, as mesmas condições que propiciaram a sua habilitação no processo licitatório, apresentando sempre que solicitados pela Concedente os documentos comprobatórios de regularidade fiscal / trabalhista.

8.4. Cumprir fielmente todos os prazos previstos no Edital.

8.5. Depositar mensalmente, até o quinto dia útil subsequente ao mês do vencimento, na conta bancária indicada pelo poder concedente, o valor correspondente ao preço pela Concessão e pelo rateio das despesas de manutenção das áreas de uso comum.

8.6. Suportar integralmente todas as despesas com projetos, construções, material, mão de obra, encargos financeiros, tributários, previdenciários e outros, relativos à execução das adequações necessárias à implantação do empreendimento, bem como daquelas relacionadas com a preservação do patrimônio histórico.

8.7. Serão de inteira responsabilidade da licitante adjudicatária todos os seguros necessários, inclusive os relativos à responsabilidade civil

e ao ressarcimento eventual dos danos materiais ou pessoais causados a seus empregados ou a terceiros, bem como multas e/ou indenizações por danos ambientais e ao patrimônio histórico.

8.8. Executar as obras e serviços necessários à adequação da área escolhida, objeto da Concessão, na conformidade das disposições legais e contratuais.

8.8.1. O (A) CONCESSIONÁRIO (A) deverá realizar às suas expensas as obras necessárias à instalação e/ou funcionamento de seu negócio, desde que não alterem a estrutura da área ocupada, nem prejudiquem a segurança das pessoas ou bens, NÃO SENDO O MUNICÍPIO RESPONSÁVEL SOLIDARIAMENTE EM CASO DE OCORRÊNCIA DE EVENTUAIS DANOS A TERCEIROS (PESSOAS OU BENS), de acordo com as seguintes condições:

c) a) Toda e qualquer obra ou modificação a ser introduzida no imóvel, deverá ser previamente submetida à apreciação de uma equipe formada pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo e Secretário de Serviços Públicos e do Desenvolvimento Setorial e

observada as diretrizes gerais referentes às restrições de ocupação dos espaços a ser concedidos, considerando-se suas características de edifício tombado pelo patrimônio histórico, e pelo Município expressamente autorizada;

8.9. Prestar, em caráter permanente, serviços eficientes para todos os usuários.

8.10. Acatar prontamente as determinações da fiscalização do Município de Bonito de Santa Fé.

8.11. Atender a todas as prescrições legais e regulamentadoras.

8.12. Todo material proveniente de remoção ou entulho, decorrente do processo de implantação das obras de reforma e adequação dos espaços concedidos, deverá ser removido para locais previamente aprovados pela Prefeitura do Município de, não podendo, em hipótese alguma, permanecer no local.

8.13. A licitante adjudicatária deverá efetuar a manutenção do local de Bonito de Santa Fé a obra, de maneira a permitir o uso regular por parte dos concessionários e usuários, promovendo a varrição, limpeza e conservação do local até o final do serviço, com especial cuidado no tocante a preservar as condições de higiene dos produtos ali comercializados, considerando o caráter alimentar destes.

8.14. Todos os locais e equipamentos, bens e propriedades danificados em decorrência das obras e serviços executados, deverão ser imediatamente refeitos e construídos de acordo com as boas técnicas e normas vigentes, sem causar nenhum ônus ao Órgão Gestor do Mercado, concessionários e usuários do Mercado Público de Bonito de Santa Fé.

8.15. A licitante adjudicatária será responsável pela segurança do trabalho de seus funcionários e de todos os atos por eles praticados.

8.16. A licitante adjudicatária ficará responsável a qualquer tempo pela quantidade e qualidade das obras e serviços executados e pelo material utilizado.

8.17. A licitante adjudicatária obriga-se a comparecer sempre que solicitado, ao Órgão Gestor do Mercado, em dias e horários por ela estabelecidos, a fim de receber instruções ou participar de reuniões que poderão ser realizadas em outros locais.

8.18. A licitante adjudicatária deverá assumir, de forma objetiva, toda e qualquer responsabilidade perante terceiros, pela execução das obras de adequação e demais serviços no espaço concedido, pertinente ao objeto da presente licitação, devendo indenizar a municipalidade e/ou terceiros por todo e qualquer prejuízo ou dano causado inclusive ao patrimônio histórico e cultural do prédio do Mercado Público de Bonito de Santa Fé, que venham ocorrer por conta da execução do contrato.

8.19. A licitante adjudicatária obriga-se a atender e zelar pela manutenção de todas as determinações emanadas, atuais e futuras, dos órgãos responsáveis pela preservação do patrimônio histórico do Município de Bonito de Santa Fé.

8.20. A licitante adjudicatária deverá observar com rigor as disposições do Código do Consumidor, responsabilizando-se pela aprovação dos órgãos técnicos da Prefeitura, os projetos e memoriais das adequações da área objeto da concessão, as quais deverão atender às exigências legais pertinentes, bem como realizá-las e concluí-las no prazo previsto no edital.

8.21. As despesas relativas a serviços e facilidades, tais como água, esgoto, energia elétrica, telefone, gás, conservação e limpeza, coleta de lixo, etc..., correrão por conta das licitantes adjudicatárias.

8.22. Não utilizar a área concedida para fins diversos do estabelecido no ANEXO I e II do Edital Convocatório.

8.23. Não ceder no todo ou em parte, a área objeto da concessão a terceiros, seja a que título for.

8.24. Zelar pela limpeza e conservação da área, devendo providenciar, às suas expensas, as obras e serviços que se fizerem necessários para a sua manutenção.

8.25. Arcar com todas as despesas decorrentes da concessão de uso ora licitadas, inclusive as relativas à lavratura e registro do competente instrumento, bem como eventuais taxas e tarifas.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO OU RENOVAÇÃO

9.1. O (A) CONCESSIONÁRIO (A) que deixar de cumprir qualquer Cláusula da Presente Concessão de Uso, poderá tê-la rescindida, principalmente se vier a ocorrer:

- a) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais;
- b) A sublocação total ou parcial da loja, a associação com outrem, à cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação com qualquer outra pessoa jurídica;
- c) O desatendimento das determinações regulares oriundos do Decreto Municipal;
- d) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- e) Razões de interesse público e exaradas no processo administrativo a que se refere a Concessão;
- f) A dissolução da sociedade ou o falecimento do (a) CONCESSIONÁRIO (A);
- g) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a exploração da atividade;
- h) O atraso acumulado de 03 (três) parcelas mensais e consecutivas das obrigações financeiras;
- i) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da continuidade da exploração da atividade comercial.

9.1.1. Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.1.2. A rescisão poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral e escrito do MUNICÍPIO;
- b) Amigável, por acordo entre as partes, não isentando o (a) CONCESSIONÁRIO (A) do pagamento antecipado das parcelas vencidas;
- c) Judicial.

9.1.3. A rescisão ou revogação acarretará:

- a) Desocupação imediata do espaço físico e o pagamento de valores de multas e outros encargos devidos;
- b) Retenção da Garantia Contratual, salvo no caso de rescisão amigável.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO SEGURO

10.1. Serão de inteira responsabilidade da licitante adjudicatária todos os seguros necessários, inclusive os relativos à responsabilidade civil e ao ressarcimento eventual dos danos materiais ou pessoais causados a seus empregados ou a terceiros, bem como multas e/ou indenizações por danos ambientais e ao patrimônio histórico.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

11.1. A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada pelo Poder Concedente através de seus agentes especialmente designados para este fim, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

11.1.1. As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos empregados mencionados nesta Cláusula deverão ser solicitadas à Diretoria do responsável no MUNICÍPIO DE BONITO DE SANTA FÉ – CONCEDENTE, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. O prazo de vigência contratual será de 60 (SESSENTA) meses, contados a partir da data de assinatura do Contrato.

12.2. Quaisquer modificações dos atos constitutivos da adjudicatária, durante o período de vigência do instrumento contratual, deverão ser encaminhadas para conhecimento e registro na Secretaria Municipal

de Administração, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da modificação.

12.3. É vedada a transferência do contrato de concessão.

12.4. A transferência do controle acionário da adjudicatária contratada ou a realização de fusões, cisões e incorporações deverão ter prévia anuência do Órgão Gestor do Mercado.

12.5. A transferência do controle acionário e a realização das alterações devem ser solicitadas conjuntamente pelos interessados.

12.6. As alterações de que tratam os subitens anteriores somente poderão ocorrer após a vigência de 01(um) ano do prazo contratual e do cumprimento das correspondentes obrigações nele previstas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. As partes elegem como privilegiado, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ou resultantes do presente, o Foro da Comarca de São José de Piranhas, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo.

E, por assim estarem justos e acertados, assinam o presente Termo em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, como adiante se vê.

Bonito de Santa Fé - PB, 30 de Junho de 2022.

Prefeitura Municipal de Bonito de Santa Fé

ANTÔNIO LUCENA FILHO

Prefeito Constitucional

Contratante

MARIA DO SOCORRO DE ABREU BEZERRA

CPF: 033.085.774-61

Contratado

TESTEMUNHAS:

Nome: _____

CPF: _____

Nome: _____

CPF: _____

Publicado por:

Francimagna Feitosa Pinto

Código Identificador:580550D2

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO

CONCORRÊNCIA Nº 01/2022 PMBSF

TERMO CONTRATO DE CONCESSÃO N.º 247/2022

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE CONCESSÃO DE USO ONEROSO DO ESPAÇO “BOX” DO MERCADO PÚBLICO DE BONITO DE SANTA FÉ QUE O MUNICÍPIO DE BONITO DE SANTA FÉ OUTORGA A **SARAH HERCULANO FEITOSA**, PARA EXPLORAR COMERCIALMENTE, POR FORÇA DA CLASSIFICAÇÃO OBTIDA NO PROCESSO DE LICITAÇÃO, MODALIDADE CONCORRÊNCIA Nº 01/2022PMBSF

Pelo presente instrumento firmado entre as partes, tendo de um lado o **A PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ**, ESTADO DA PARAÍBA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Aurea Dias de Almeida, Nº 228, Centro, Bonito de Santa Fé, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º **08.924.037/0001-18**, por seu representante legal **ANTÔNIO LUCENA FILHO**, CPF: 570.882.094-20 a partir de agora, denominado simplesmente **CONCEDENTE**, e de outro lado a, **SARAH HERCULANO FEITOSA**, PORTADORA DO CPF: 125.798.284-27, RESIDENTE E DOMICILIADA NA RUA Francisco Timóteo, Nº67, BAIRRO CENTRO, BONITO DE SANTA FÉ – PB, CEP: 58.960-000, doravante denominado(a) **CONCESSIONÁRIO (A)**, para explorar comercialmente o espaço do Box Item 06 do Mercado Público Municipal de Bonito de Santa Fé, com 09 metros quadrados de área útil, de acordo com as seguintes Cláusulas e Condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O espaço público objeto desta Concessão de Uso a título oneroso, acima identificado, destina-se, exclusivamente, a explorar comercialmente com o ramo de atividade Segmento de Escritórios e Consultorias: Estudo de Gravação, DEC, Festas, Escrt. Funerária, Escrit. Material de Construção, Consultório/Psicologia, sendo, portanto, terminantemente vedado seu uso para qualquer outro fim, sem prévia e expressa autorização do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DISPOSIÇÕES GERAIS

2.1. O uso do espaço físico para a exploração de atividade comercial dar-se-á em regime de Concessão de Uso, a Título Oneroso do espaço Box nº 27 do Mercado Público de Bonito de Santa Fé, mediante outorga do presente termo administrativo.

2.1.1. O imóvel objeto da presente Concessão de Uso não poderá ser vendido, cedido, transferido, locado, permutado ou emprestado a terceiros, no todo ou em parte, nem mesmo por força de sucessão comercial ou cessão e transferência de quotas do capital.

2.1.2. A Concessão de Uso ora outorgada não assegura ao (a) CONCESSIONÁRIO (A) o direito de exclusividade na exploração de seu ramo de negócio no Mercado Municipal de Bonito de Santa Fé em que este está localizado.

2.1.3. O (A) CONCESSIONÁRIO (A) deverá realizar às suas expensas as obras necessárias à instalação e/ou funcionamento de seu negócio, desde que não alterem a estrutura da área ocupada, nem prejudiquem a segurança das pessoas ou bens, NÃO SENDO O MUNICÍPIO RESPONSÁVEL SOLIDARIAMENTE EM CASO DE OCORRÊNCIA DE EVENTUAIS DANOS A TERCEIROS (PESSOAS OU BENS), de acordo com as seguintes condições:

a) Toda e qualquer obra ou modificação a ser introduzida no imóvel, deverá ser previamente submetida à apreciação de uma equipe formada pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo e Secretário de Serviços Públicos e do Desenvolvimento Setorial e observada as diretrizes gerais referentes às restrições de ocupação dos espaços a serem concedidos, considerando-se suas características de edifício tombado pelo patrimônio histórico, e pelo Município expressamente autorizada;

b) Quaisquer benfeitorias realizadas no imóvel objeto da presente Concessão de Uso, sejam elas necessárias, úteis ou voluptuárias, passarão a pertencer ao Município de pleno direito, não podendo constituir-se em motivo de indenização, compensação, ou retenção por parte do (a) CONCESSIONÁRIO (A);

2.1.4. Suportar integralmente todas as despesas com projetos, construções, material, mão de obra, encargos financeiros, tributários, previdenciários e outros, relativos à execução das adequações necessárias à implantação do empreendimento, bem como daquelas relacionadas com a preservação do patrimônio histórico.

2.1.5. Para melhor caracterização deste Instrumento, incorporam-se ao mesmo, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

a) O Decreto Municipal N.º 34/2021, Decreto Municipal n.º 35/2021 e Lei Municipal n.º 791/2021, definidor das normas gerais sobre o contrato e sua execução;

b) Proposta de preços.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1. A vigência da Presente Concessão de Uso será de 05 (cinco) anos, a contar da sua assinatura, encerrando-se no primeiro dia útil após o término deste prazo, podendo, havendo interesse das partes, ser renovado por igual período.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO

4.1. Pelo uso do espaço físico a CONCESSIONÁRIA pagará a título de concessão o valor de **R\$ 400,00 (Quatrocentos Reais)**.

4.2. Pelo uso do espaço físico a CONCESSIONÁRIA pagará a importância mensal de **R\$ 150,00 (Cento e Cinquenta Reais)**.

4.3. O primeiro pagamento vencerá em trinta dias após o início das atividades.

4.4. Depositar mensalmente, até o quinto dia útil subsequente ao mês do vencimento, na conta bancária indicada pelo poder concedente, o valor correspondente ao preço pela concessão.

4.5. A Concessionária fica obrigada, ainda, a participar do rateio das despesas pela manutenção das áreas comuns, de uso do povo, em valor correspondente proporcionalmente à área ocupada.

4.5.1. Deverá ser depositado, também até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido, em conta bancária a ser indicada pelo poder concedente ou quem a este delegar, o valor do rateio das despesas de manutenção das áreas de uso comum.

4.6. O valor do preço será reajustado na periodicidade de 12 (doze) meses, com base no INPC ou outro índice oficial equivalente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS MULTAS

5.1. As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas ao CONCESSIONÁRIO (A) e ao contratado são as previstas na Lei nº 8.666/93 e nesta Concorrência.

5.2. Pelo descumprimento total ou parcial das obrigações, poderá o Município aplicar as adquirentes as seguintes sanções, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste Edital:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município de Bonito de Santa Fé, por um prazo não superior a dois anos;

d) Declaração de inidoneidade para contratar ou transacionar com o Município de Bonito de Santa Fé.

5.3. A recusa da adjudicatária em assinar o Contrato de Concessão dentro do prazo estabelecido implicará na perda do direito de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 24(vinte e quatro) meses, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades previstas na legislação que regulamenta a matéria.

5.4. Aplicam-se aos licitantes as penalidades previstas na Seção III - Dos Crimes e das Penas, da Lei Federal nº 8.666/93.

5.5. Pelo descumprimento de suas obrigações, a Concessionária sujeitar-se-á às seguintes penalidades:

5.5.1. Multa de 1% (um por cento) do valor proposto por dia de atraso não justificado e aceito para o início e entrega das obras de instalação nas áreas concedidas, até o máximo de 60(sessenta) dias.

5.5.2. Multa de 2% (dois por cento) do valor proposto por dia de paralisação não justificada e aceita pelo Município, até o máximo de 15(quinze) dias.

5.5.3. Pelo atraso no início da operacionalização, por culpa da Concessionária ou de seus subordinados, será aplicada a multa diária de 1% (um por cento) do valor proposto.

5.5.4. Multa de 50% (cinquenta por cento) do valor proposto, na hipótese inexecução total do ajuste e rescisão do contrato por culpa da empresa contratada.

5.5.5. Multa de 10% (dez por cento) do valor proposto, por inexecução parcial do ajuste, por executar os serviços em desconformidade com o exigido no contrato e seus anexos.

5.6. As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui a de outras.

5.7. As multas previstas neste item não têm caráter compensatório e consequentemente, seu pagamento não exime a empresa contratada da reparação dos danos, perdas ou prejuízos a que tenha dado causa, seja à administração, seja ao público em geral.

5.8. O Município poderá, a qualquer tempo antes da contratação, desclassificar a proposta ou desqualificar a licitante, sem que a esta caiba o direito à indenização ou reembolso, na hipótese de vir a ser comprovada a existência de fato ou circunstância que desabone sua idoneidade financeira, que comprometa sua capacidade técnica ou administrativa, ou ainda, que reduza sua capacidade de operação.

CLÁUSULA SEXTA - DA INTERVENÇÃO

6.1. Caberá a intervenção pelo Poder Concedente, em caráter excepcional, nos casos relacionados abaixo com o fim exclusivo de assegurar a regularidade e a adequação na execução dos serviços, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes:

a) Desvirtuamento do uso da área concessionada;

b) Modificação ou alteração não autorizada do patrimônio histórico e cultural objeto da concessão;

6.2. Intervenção far-se-á por ato motivado da Administração, que conterá a designação do Interventor, o prazo da intervenção, os objetivos e os limites da medida.

6.3. O período da intervenção não será superior a 180 (cento e oitenta) dias, findo o qual o interventor proporá ao Poder Concedente ou a extinção da concessão ou a devolução da obra à Concessionária.

6.4. Cessada a intervenção e não ocorrendo a extinção da concessão, haverá a imediata prestação de contas pelo interventor, que responderá pelos atos praticados durante a sua gestão, sem prejuízo de responsabilidade pela concedente e do direito à indenização pelo concessionário e pela concedente.

6.5. Durante o processo de intervenção e antes de ser decretada a extinção de que trata o subitem 6.3 acima, será assegurado à Concessionária o direito à ampla defesa.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO PODER CONCEDENTE

7.1. Proceder à vistoria final para a verificação da adequação das instalações e equipamentos necessários ao funcionamento dos estabelecimentos, às expensas destes.

7.2. Autorizar formalmente o início das operações, após proceder à vistoria de que trata o item 7.1.

7.3. Fiscalizar permanentemente a execução dos serviços concedidos.

7.4. Intervir na execução dos serviços, mediante Decreto do Executivo, quando necessário, a fim de assegurar sua regularidade e o fiel cumprimento do contrato e das normas legais pertinentes.

7.5. Aplicar as penalidades previstas nas leis que regem a matéria e, especificamente, no Contrato de Concessão.

7.6. Entregar a Concessionária a área escolhida totalmente livre e desembaraçada de pessoas e coisas.

7.7. Declarar extinta a Concessão, quando não observadas às condições previstas no Edital de Concorrência nº 01/2021 PMBSF e anexo.

7.8. Cumprir e fazer cumprir as disposições legais e contratuais.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONCESSIONÁRIO (A)

8.1. O prazo para a ocupação e necessárias adequações dos espaços a serem concedidos constantes do objeto desta licitação é de até 180 dias (cento e oitenta) dias corridos, contados a partir do primeiro dia útil seguinte ao da assinatura do Contrato de Concessão, prorrogáveis por igual período em caso de fatos supervenientes e autorizado pelo poder concedente.

8.2. Ao término do Contrato a concessionária deverá devolver o espaço que lhe serviu de objeto em idênticas condições que o recebeu.

8.3. Manter, durante a vigência do contrato, as mesmas condições que propiciaram a sua habilitação no processo licitatório, apresentando sempre que solicitados pela Concedente os documentos comprobatórios de regularidade fiscal / trabalhista.

8.4. Cumprir fielmente todos os prazos previstos no Edital.

8.5. Depositar mensalmente, até o quinto dia útil subsequente ao mês do vencimento, na conta bancária indicada pelo poder concedente, o valor correspondente ao preço pela Concessão e pelo rateio das despesas de manutenção das áreas de uso comum.

8.6. Suportar integralmente todas as despesas com projetos, construções, material, mão de obra, encargos financeiros, tributários, previdenciários e outros, relativos à execução das adequações necessárias à implantação do empreendimento, bem como daquelas relacionadas com a preservação do patrimônio histórico.

8.7. Serão de inteira responsabilidade da licitante adjudicatária todos os seguros necessários, inclusive os relativos à responsabilidade civil e ao ressarcimento eventual dos danos materiais ou pessoais causados a seus empregados ou a terceiros, bem como multas e/ou indenizações por danos ambientais e ao patrimônio histórico.

8.8. Executar as obras e serviços necessários à adequação da área escolhida, objeto da Concessão, na conformidade das disposições legais e contratuais.

8.8.1. O (A) CONCESSIONÁRIO (A) deverá realizar às suas expensas as obras necessárias à instalação e/ou funcionamento de seu negócio, desde que não alterem a estrutura da área ocupada, nem prejudiquem a segurança das pessoas ou bens, NÃO SENDO O MUNICÍPIO RESPONSÁVEL SOLIDARIAMENTE EM CASO DE OCORRÊNCIA DE EVENTUAIS DANOS A TERCEIROS (PESSOAS OU BENS), de acordo com as seguintes condições:

c) a) Toda e qualquer obra ou modificação a ser introduzida no imóvel, deverá ser previamente submetida à apreciação de uma equipe

formada pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo e Secretário de Serviços Públicos e do Desenvolvimento Setorial e

observada as diretrizes gerais referentes às restrições de ocupação dos espaços a ser concedidos, considerando-se suas características de edifício tombado pelo patrimônio histórico, e pelo Município expressamente autorizada;

8.9. Prestar, em caráter permanente, serviços eficientes para todos os usuários.

8.10. Acatar prontamente as determinações da fiscalização do Município de Bonito de Santa Fé.

8.11. Atender a todas as prescrições legais e regulamentadoras.

8.12. Todo material proveniente de remoção ou entulho, decorrente do processo de implantação das obras de reforma e adequação dos espaços concedidos, deverá ser removido para locais previamente aprovados pela Prefeitura do Município de, não podendo, em hipótese alguma, permanecer no local.

8.13. A licitante adjudicatária deverá efetuar a manutenção do local de Bonito de Santa Fé a obra, de maneira a permitir o uso regular por parte dos concessionários e usuários, promovendo a varrição, limpeza e conservação do local até o final do serviço, com especial cuidado no tocante a preservar as condições de higiene dos produtos ali comercializados, considerando o caráter alimentar destes.

8.14. Todos os locais e equipamentos, bens e propriedades danificados em decorrência das obras e serviços executados, deverão ser imediatamente refeitos e construídos de acordo com as boas técnicas e normas vigentes, sem causar nenhum ônus ao Órgão Gestor do Mercado, concessionários e usuários do Mercado Público de Bonito de Santa Fé.

8.15. A licitante adjudicatária será responsável pela segurança do trabalho de seus funcionários e de todos os atos por eles praticados.

8.16. A licitante adjudicatária ficará responsável a qualquer tempo pela quantidade e qualidade das obras e serviços executados e pelo material utilizado.

8.17. A licitante adjudicatária obriga-se a comparecer sempre que solicitado, ao Órgão Gestor do Mercado, em dias e horários por ela estabelecidos, a fim de receber instruções ou participar de reuniões que poderão ser realizadas em outros locais.

8.18. A licitante adjudicatária deverá assumir, de forma objetiva, toda e qualquer responsabilidade perante terceiros, pela execução das obras de adequação e demais serviços no espaço concedido, pertinente ao objeto da presente licitação, devendo indenizar a municipalidade e/ou terceiros por todo e qualquer prejuízo ou dano causado inclusive ao patrimônio histórico e cultural do prédio do Mercado Público de Bonito de Santa Fé, que venham ocorrer por conta da execução do contrato.

8.19. A licitante adjudicatária obriga-se a atender e zelar pela manutenção de todas as determinações emanadas, atuais e futuras, dos órgãos responsáveis pela preservação do patrimônio histórico do Município de Bonito de Santa Fé.

8.20. A licitante adjudicatária deverá observar com rigor as disposições do Código do Consumidor, responsabilizando-se pela aprovação dos órgãos técnicos da Prefeitura, os projetos e memoriais das adequações da área objeto da concessão, as quais deverão atender às exigências legais pertinentes, bem como realizá-las e concluí-las no prazo previsto no edital.

8.21. As despesas relativas a serviços e facilidades, tais como água, esgoto, energia elétrica, telefone, gás, conservação e limpeza, coleta de lixo, etc..., correrão por conta das licitantes adjudicatárias.

8.22. Não utilizar a área concedida para fins diversos do estabelecido no ANEXO I e II do Edital Convocatório.

8.23. Não ceder no todo ou em parte, a área objeto da concessão a terceiros, seja a que título for.

8.24. Zelar pela limpeza e conservação da área, devendo providenciar, às suas expensas, as obras e serviços que se fizerem necessários para a sua manutenção.

8.25. Arcar com todas as despesas decorrentes da concessão de uso ora licitadas, inclusive as relativas à lavratura e registro do competente instrumento, bem como eventuais taxas e tarifas.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO OU RENOVAÇÃO

9.1. O (A) CONCESSIONÁRIO (A) que deixar de cumprir qualquer Cláusula da Presente Concessão de Uso, poderá tê-la rescindida, principalmente se vier a ocorrer:

a) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais;

- b) A sublocação total ou parcial da loja, a associação com outrem, à cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação com qualquer outra pessoa jurídica;
- c) O desatendimento das determinações regulares oriundos do Decreto Municipal;
- d) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- e) Razões de interesse público e exaradas no processo administrativo a que se refere a Concessão;
- f) A dissolução da sociedade ou o falecimento do (a) CONCESSIONÁRIO (A);
- g) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a exploração da atividade;
- h) O atraso acumulado de 03 (três) parcelas mensais e consecutivas das obrigações financeiras;
- i) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da continuidade da exploração da atividade comercial.

9.1.1. Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.1.2. A rescisão poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral e escrito do MUNICÍPIO;
- b) Amigável, por acordo entre as partes, não isentando o (a) CONCESSIONÁRIO (A) do pagamento antecipado das parcelas vencidas;
- c) Judicial.

9.1.3. A rescisão ou revogação acarretará:

- a) Desocupação imediata do espaço físico e o pagamento de valores de multas e outros encargos devidos;
- b) Retenção da Garantia Contratual, salvo no caso de rescisão amigável.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO SEGURO

10.1. Serão de inteira responsabilidade da licitante adjudicatária todos os seguros necessários, inclusive os relativos à responsabilidade civil e ao ressarcimento eventual dos danos materiais ou pessoais causados a seus empregados ou a terceiros, bem como multas e/ou indenizações por danos ambientais e ao patrimônio histórico.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

11.1. A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada pelo Poder Concedente através de seus agentes especialmente designados para este fim, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

11.1.1. As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos empregados mencionados nesta Cláusula deverão ser solicitadas à Diretoria do responsável no MUNICÍPIO DE BONITO DE SANTA FÉ – CONCEDENTE, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. O prazo de vigência contratual será de 60 (SESSENTA) meses, contados a partir da data de assinatura do Contrato.

12.2. Quaisquer modificações dos atos constitutivos da adjudicatória, durante o período de vigência do instrumento contratual, deverão ser encaminhadas para conhecimento e registro na Secretaria Municipal de Administração, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da modificação.

12.3. É vedada a transferência do contrato de concessão.

12.4. A transferência do controle acionário da adjudicatária contratada ou a realização de fusões, cisões e incorporações deverão ter prévia anuência do Órgão Gestor do Mercado.

12.5. A transferência do controle acionário e a realização das alterações devem ser solicitadas conjuntamente pelos interessados.

12.6. As alterações de que tratam os subitens anteriores somente poderão ocorrer após a vigência de 01(um) ano do prazo contratual e do cumprimento das correspondentes obrigações nele previstas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. As partes elegem como privilegiado, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ou resultantes do presente, o Foro da Comarca de São José de Piranhas, com renúncia expressa a qualquer outro, por

mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo.

E, por assim estarem justos e acertados, assinam o presente Termo em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, como adiante se vê.

Bonito de Santa Fé - PB, 30 de Junho de 2022.

Prefeitura Municipal de Bonito de Santa Fé
ANTÔNIO LUCENA FILHO
 Prefeito Constitucional
 Contratante

SARAH HERCULANO FEITOSA
 CPF: 125.798.284-27
 Contratado

TESTEMUNHAS:

Nome: _____
 CPF: _____

Nome: _____
 CPF: _____

Publicado por:
 Francimagna Feitosa Pinto
Código Identificador:8E1D70E0

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO

CONCORRÊNCIA Nº 01/2022 PMBSF

TERMO CONTRATO DE CONCESSÃO N.º 246/2022

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE CONCESSÃO DE USO ONEROSO DO ESPAÇO “BOX” DO MERCADO PÚBLICO DE BONITO DE SANTA FÉ QUE O MUNICÍPIO DE BONITO DE SANTA FÉ OUTORGA A MARIA ZULEIDE RIBEIRO DE ANDRADE, PARA EXPLORAR COMERCIALMENTE, POR FORÇA DA CLASSIFICAÇÃO OBTIDA NO PROCESSO DE LICITAÇÃO, MODALIDADE CONCORRÊNCIA Nº 01/2022PMBSF

Pelo presente instrumento firmado entre as partes, tendo de um lado o **A PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ, ESTADO DA PARAÍBA**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Aurea Dias de Almeida, Nº 228, Centro, Bonito de Santa Fé, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º **08.924.037/0001-18**, por seu representante legal **ANTÔNIO LUCENA FILHO**, CPF: 570.882.094-20 a partir de agora, denominado simplesmente **CONCEDENTE**, e de outro lado a, **MARIA ZULEIDE RIBEIRO DE ANDRADE**, PORTADORA DO CPF: 102.275.904-30, RESIDENTE E DOMICILIADA NA RUA MÃE HUMBELINA, Nº220, BAIRRO CENTRO, BONITO DE SANTA FÉ – PB, CEP: 58.960-000, doravante denominado(a) **CONCESSIONÁRIO (A)**, para explorar comercialmente o espaço do Box Item 05 do Mercado Público Municipal de Bonito de Santa Fé, com 09 metros quadrados de área útil, de acordo com as seguintes Cláusulas e Condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O espaço público objeto desta Concessão de Uso a título oneroso, acima identificado, destina-se, exclusivamente, a explorar comercialmente com o ramo de atividade Segmento de Comércio Diverso: Material de caça e pesca, Artesanatos, Material Plástico, Floricultura, Peças de Moto, Cama/Mesa e Banho, Ouro e Bijouteria, Artigos Religiosos, de Couro e Esportivos, Material Eletrônico, Livraria e Variedades, sendo, portanto, terminantemente vedado seu uso para qualquer outro fim, sem prévia e expressa autorização do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DISPOSIÇÕES GERAIS

2.1. O uso do espaço físico para a exploração de atividade comercial dar-se-á em regime e Concessão de Uso, a Título Oneroso do espaço

Box nº 07 do Mercado Público de Bonito de Santa Fé, mediante outorga do presente termo administrativo.

2.1.1. O imóvel objeto da presente Concessão de Uso não poderá ser vendido, cedido, transferido, locado, permutado ou emprestado a terceiros, no todo ou em parte, nem mesmo por força de sucessão comercial ou cessão e transferência de quotas do capital.

2.1.2. A Concessão de Uso ora outorgada não assegura ao (a) CONCESSIONÁRIO (A) o direito de exclusividade na exploração de seu ramo de negócio no Mercado Municipal de Bonito de Santa Fé em que este está localizado.

2.1.3. O (A) CONCESSIONÁRIO (A) deverá realizar às suas expensas as obras necessárias à instalação e/ou funcionamento de seu negócio, desde que não alterem a estrutura da área ocupada, nem prejudiquem a segurança das pessoas ou bens, NÃO SENDO O MUNICÍPIO RESPONSÁVEL SOLIDARIAMENTE EM CASO DE OCORRÊNCIA DE EVENTUAIS DANOS A TERCEIROS (PESSOAS OU BENS), de acordo com as seguintes condições:

a) Toda e qualquer obra ou modificação a ser introduzida no imóvel, deverá ser previamente submetida à apreciação de uma equipe formada pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo e Secretário de Serviços Públicos e do Desenvolvimento Setorial e observada as diretrizes gerais referentes às restrições de ocupação dos espaços a serem concedidos, considerando-se suas características de edifício tombado pelo patrimônio histórico, e pelo Município expressamente autorizada;

b) Quaisquer benfeitorias realizadas no imóvel objeto da presente Concessão de Uso, sejam elas necessárias, úteis ou voluptuárias, passarão a pertencer ao Município de pleno direito, não podendo constituir-se em motivo de indenização, compensação, ou retenção por parte do (a) CONCESSIONÁRIO (A);

2.1.4. Suportar integralmente todas as despesas com projetos, construções, material, mão de obra, encargos financeiros, tributários, previdenciários e outros, relativos à execução das adequações necessárias à implantação do empreendimento, bem como daquelas relacionadas com a preservação do patrimônio histórico.

2.1.5. Para melhor caracterização deste Instrumento, incorporam-se ao mesmo, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

a) O Decreto Municipal N.º 34/2021, Decreto Municipal n.º 35/2021 e Lei Municipal n.º 791/2021, definidor das normas gerais sobre o contrato e sua execução;

b) Proposta de preços.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1. A vigência da Presente Concessão de Uso será de 05 (cinco) anos, a contar da sua assinatura, encerrando-se no primeiro dia útil após o término deste prazo, podendo, havendo interesse das partes, ser renovado por igual período.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO

4.1. Pelo uso do espaço físico a CONCESSIONÁRIA pagará a título de concessão o valor de **R\$ 300,00 (Trezentos Reais)**.

4.2. Pelo uso do espaço físico a CONCESSIONÁRIA pagará a importância mensal de **R\$ 150,00 (Cento e Cinquenta Reais)**.

4.3. O primeiro pagamento vencerá em trinta dias após o início das atividades.

4.4. Depositar mensalmente, até o quinto dia útil subsequente ao mês do vencimento, na conta bancária indicada pelo poder concedente, o valor correspondente ao preço pela concessão.

4.5. A Concessionária fica obrigada, ainda, a participar do rateio das despesas pela manutenção das áreas comuns, de uso do povo, em valor correspondente proporcionalmente à área ocupada.

4.5.1. Deverá ser depositado, também até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido, em conta bancária a ser indicada pelo poder concedente ou quem a este delegar, o valor do rateio das despesas de manutenção das áreas de uso comum.

4.6. O valor do preço será reajustado na periodicidade de 12 (doze) meses, com base no INPC ou outro índice oficial equivalente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS MULTAS

5.1. As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas ao CONCESSIONÁRIO (A) e ao contratado são as previstas na Lei nº 8.666/93 e nesta Concorrência.

5.2. Pelo descumprimento total ou parcial das obrigações, poderá o Município aplicar as adquirentes as seguintes sanções, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste Edital:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município de Bonito de Santa Fé, por um prazo não superior a dois anos;

d) Declaração de inidoneidade para contratar ou transacionar com o Município de Bonito de Santa Fé.

5.3. A recusa da adjudicatária em assinar o Contrato de Concessão dentro do prazo estabelecido implicará na perda do direito de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 24(vinte e quatro) meses, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades previstas na legislação que regulamenta a matéria.

5.4. Aplicam-se aos licitantes as penalidades previstas na Seção III - Dos Crimes e das Penas, da Lei Federal nº 8.666/93.

5.5. Pelo descumprimento de suas obrigações, a Concessionária sujeitar-se-á às seguintes penalidades:

5.5.1. Multa de 1% (um por cento) do valor proposto por dia de atraso não justificado e aceito para o início e entrega das obras de instalação nas áreas concedidas, até o máximo de 60(sessenta) dias.

5.5.2. Multa de 2% (dois por cento) do valor proposto por dia de paralisação não justificada e aceita pelo Município, até o máximo de 15(quinze) dias.

5.5.3. Pelo atraso no início da operacionalização, por culpa da Concessionária ou de seus subordinados, será aplicada a multa diária de 1% (um por cento) do valor proposto.

5.5.4. Multa de 50% (cinquenta por cento) do valor proposto, na hipótese inexecução total do ajuste e rescisão do contrato por culpa da empresa contratada.

5.5.5. Multa de 10% (dez por cento) do valor proposto, por inexecução parcial do ajuste, por executar os serviços em desconformidade com o exigido no contrato e seus anexos.

5.6. As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui a de outras.

5.7. As multas previstas neste item não têm caráter compensatório e consequentemente, seu pagamento não exime a empresa contratada da reparação dos danos, perdas ou prejuízos a que tenha dado causa, seja à administração, seja ao público em geral.

5.8. O Município poderá, a qualquer tempo antes da contratação, desclassificar a proposta ou desqualificar a licitante, sem que a esta caiba o direito à indenização ou reembolso, na hipótese de vir a ser comprovada a existência de fato ou circunstância que desabone sua idoneidade financeira, que comprometa sua capacidade técnica ou administrativa, ou ainda, que reduza sua capacidade de operação.

CLÁUSULA SEXTA – DA INTERVENÇÃO

6.1. Caberá a intervenção pelo Poder Concedente, em caráter excepcional, nos casos relacionados abaixo com o fim exclusivo de assegurar a regularidade e a adequação na execução dos serviços, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes:

a) Desvirtuamento do uso da área concessionada;

b) Modificação ou alteração não autorizada do patrimônio histórico e cultural objeto da concessão;

6.2. Intervenção far-se-á por ato motivado da Administração, que conterá a designação do Interventor, o prazo da intervenção, os objetivos e os limites da medida.

6.3. O período da intervenção não será superior a 180 (cento e oitenta) dias, findo o qual o interventor proporá ao Poder Concedente ou a extinção da concessão ou a devolução da obra à Concessionária.

6.4. Cessada a intervenção e não ocorrendo a extinção da concessão, haverá a imediata prestação de contas pelo interventor, que responderá pelos atos praticados durante a sua gestão, sem prejuízo de responsabilidade pela concedente e do direito à indenização pelo concessionário e pela concedente.

6.5. Durante o processo de intervenção e antes de ser decretada a extinção de que trata o subitem 6.3 acima, será assegurado à Concessionária o direito à ampla defesa.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO PODER CONCEDENTE

- 7.1.** Proceder à vistoria final para a verificação da adequação das instalações e equipamentos necessários ao funcionamento dos estabelecimentos, às expensas destes.
- 7.2.** Autorizar formalmente o início das operações, após proceder à vistoria de que trata o item 7.1.
- 7.3.** Fiscalizar permanentemente a execução dos serviços concedidos.
- 7.4.** Intervir na execução dos serviços, mediante Decreto do Executivo, quando necessário, a fim de assegurar sua regularidade e o fiel cumprimento do contrato e das normas legais pertinentes.
- 7.5.** Aplicar as penalidades previstas nas leis que regem a matéria e, especificamente, no Contrato de Concessão.
- 7.6.** Entregar a Concessionária a área escolhida totalmente livre e desembaraçada de pessoas e coisas.
- 7.7.** Declarar extinta a Concessão, quando não observadas as condições previstas no Edital de Concorrência nº 01/2021 PMBSF e anexo.
- 7.8.** Cumprir e fazer cumprir as disposições legais e contratuais.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONCESSIONÁRIO (A)

- 8.1.** O prazo para a ocupação e necessárias adequações dos espaços a serem concedidos constantes do objeto desta licitação é de até 180 dias (cento e oitenta) dias corridos, contados a partir do primeiro dia útil seguinte ao da assinatura do Contrato de Concessão, prorrogáveis por igual período em caso de fatos supervenientes e autorizado pelo poder concedente.
- 8.2.** Ao término do Contrato a concessionária deverá devolver o espaço que lhe serviu de objeto em idênticas condições que o recebeu.
- 8.3.** Manter, durante a vigência do contrato, as mesmas condições que propiciaram a sua habilitação no processo licitatório, apresentando sempre que solicitados pela Concedente os documentos comprobatórios de regularidade fiscal / trabalhista.
- 8.4.** Cumprir fielmente todos os prazos previstos no Edital.
- 8.5.** Depositar mensalmente, até o quinto dia útil subsequente ao mês do vencimento, na conta bancária indicada pelo poder concedente, o valor correspondente ao preço pela Concessão e pelo rateio das despesas de manutenção das áreas de uso comum.
- 8.6.** Suportar integralmente todas as despesas com projetos, construções, material, mão de obra, encargos financeiros, tributários, previdenciários e outros, relativos à execução das adequações necessárias à implantação do empreendimento, bem como daquelas relacionadas com a preservação do patrimônio histórico.
- 8.7.** Serão de inteira responsabilidade da licitante adjudicatária todos os seguros necessários, inclusive os relativos à responsabilidade civil e ao ressarcimento eventual dos danos materiais ou pessoais causados a seus empregados ou a terceiros, bem como multas e/ou indenizações por danos ambientais e ao patrimônio histórico.
- 8.8.** Executar as obras e serviços necessários à adequação da área escolhida, objeto da Concessão, na conformidade das disposições legais e contratuais.
- 8.8.1.** O (A) CONCESSIONÁRIO (A) deverá realizar às suas expensas as obras necessárias à instalação e/ou funcionamento de seu negócio, desde que não alterem a estrutura da área ocupada, nem prejudiquem a segurança das pessoas ou bens, NÃO SENDO O MUNICÍPIO RESPONSÁVEL SOLIDARIAMENTE EM CASO DE OCORRÊNCIA DE EVENTUAIS DANOS A TERCEIROS (PESSOAS OU BENS), de acordo com as seguintes condições:
- c) a)** Toda e qualquer obra ou modificação a ser introduzida no imóvel, deverá ser previamente submetida à apreciação de uma equipe formada pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo e Secretário de Serviços Públicos e do Desenvolvimento Setorial e observada as diretrizes gerais referentes às restrições de ocupação dos espaços a ser concedidos, considerando-se suas características de edifício tombado pelo patrimônio histórico, e pelo Município expressamente autorizada;
- 8.9.** Prestar, em caráter permanente, serviços eficientes para todos os usuários.
- 8.10.** Acatar prontamente as determinações da fiscalização do Município de Bonito de Santa Fé.
- 8.11.** Atender a todas as prescrições legais e regulamentadoras.
- 8.12.** Todo material proveniente de remoção ou entulho, decorrente do processo de implantação das obras de reforma e adequação dos espaços concedidos, deverá ser removido para locais previamente

aprovados pela Prefeitura do Município de, não podendo, em hipótese alguma, permanecer no local.

- 8.13.** A licitante adjudicatária deverá efetuar a manutenção do local de Bonito de Santa Fé a obra, de maneira a permitir o uso regular por parte dos concessionários e usuários, promovendo a varrição, limpeza e conservação do local até o final do serviço, com especial cuidado no tocante a preservar as condições de higiene dos produtos ali comercializados, considerando o caráter alimentar destes.
- 8.14.** Todos os locais e equipamentos, bens e propriedades danificados em decorrência das obras e serviços executados, deverão ser imediatamente refeitos e construídos de acordo com as boas técnicas e normas vigentes, sem causar nenhum ônus ao Órgão Gestor do Mercado, concessionários e usuários do Mercado Público de Bonito de Santa Fé.
- 8.15.** A licitante adjudicatária será responsável pela segurança do trabalho de seus funcionários e de todos os atos por eles praticados.
- 8.16.** A licitante adjudicatária ficará responsável a qualquer tempo pela quantidade e qualidade das obras e serviços executados e pelo material utilizado.
- 8.17.** A licitante adjudicatária obriga-se a comparecer sempre que solicitado, ao Órgão Gestor do Mercado, em dias e horários por ela estabelecidos, a fim de receber instruções ou participar de reuniões que poderão ser realizadas em outros locais.
- 8.18.** A licitante adjudicatária deverá assumir, de forma objetiva, toda e qualquer responsabilidade perante terceiros, pela execução das obras de adequação e demais serviços no espaço concedido, pertinente ao objeto da presente licitação, devendo indenizar a municipalidade e/ou terceiros por todo e qualquer prejuízo ou dano causado inclusive ao patrimônio histórico e cultural do prédio do Mercado Público de Bonito de Santa Fé, que venham ocorrer por conta da execução do contrato.
- 8.19.** A licitante adjudicatária obriga-se a atender e zelar pela manutenção de todas as determinações emanadas, atuais e futuras, dos órgãos responsáveis pela preservação do patrimônio histórico do Município de Bonito de Santa Fé.
- 8.20.** A licitante adjudicatária deverá observar com rigor as disposições do Código do Consumidor, responsabilizando-se pela aprovação dos órgãos técnicos da Prefeitura, os projetos e memoriais das adequações da área objeto da concessão, as quais deverão atender às exigências legais pertinentes, bem como realizá-las e concluí-las no prazo previsto no edital.
- 8.21.** As despesas relativas a serviços e facilidades, tais como água, esgoto, energia elétrica, telefone, gás, conservação e limpeza, coleta de lixo, etc..., correrão por conta das licitantes adjudicatárias.
- 8.22.** Não utilizar a área concedida para fins diversos do estabelecido no ANEXO I e II do Edital Convocatório.
- 8.23.** Não ceder no todo ou em parte, a área objeto da concessão a terceiros, seja a que título for.
- 8.24.** Zelar pela limpeza e conservação da área, devendo providenciar, às suas expensas, as obras e serviços que se fizerem necessários para a sua manutenção.
- 8.25.** Arcar com todas as despesas decorrentes da concessão de uso ora licitadas, inclusive as relativas à lavratura e registro do competente instrumento, bem como eventuais taxas e tarifas.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO OU RENOVAÇÃO

- 9.1.** O (A) CONCESSIONÁRIO (A) que deixar de cumprir qualquer Cláusula da Presente Concessão de Uso, poderá tê-la rescindida, principalmente se vier a ocorrer:
- a)** O cumprimento irregular de cláusulas contratuais;
- b)** A sublocação total ou parcial da loja, a associação com outrem, à cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação com qualquer outra pessoa jurídica;
- c)** O desatendimento das determinações regulares oriundos do Decreto Municipal;
- d)** A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- e)** Razões de interesse público e exaradas no processo administrativo a que se refere a Concessão;
- f)** A dissolução da sociedade ou o falecimento do (a) CONCESSIONÁRIO (A);
- g)** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a exploração da atividade;

h) O atraso acumulado de 03 (três) parcelas mensais e consecutivas das obrigações financeiras;

i) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da continuidade da exploração da atividade comercial.

9.1.1. Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.1.2. A rescisão poderá ser:

a) Determinada por ato unilateral e escrito do MUNICÍPIO;

b) Amigável, por acordo entre as partes, não isentando o (a) CONCESSIONÁRIO (A) do pagamento antecipado das parcelas vencidas;

c) Judicial.

9.1.3. A rescisão ou revogação acarretará:

a) Desocupação imediata do espaço físico e o pagamento de valores de multas e outros encargos devidos;

b) Retenção da Garantia Contratual, salvo no caso de rescisão amigável.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO SEGURO

10.1. Serão de inteira responsabilidade da licitante adjudicatária todos os seguros necessários, inclusive os relativos à responsabilidade civil e ao ressarcimento eventual dos danos materiais ou pessoais causados a seus empregados ou a terceiros, bem como multas e/ou indenizações por danos ambientais e ao patrimônio histórico.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

11.1. A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada pelo Poder Concedente através de seus agentes especialmente designados para este fim, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

11.1.1. As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos empregados mencionados nesta Cláusula deverão ser solicitadas à Diretoria do responsável no MUNICÍPIO DE BONITO DE SANTA FÉ – CONCEDENTE, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. O prazo de vigência contratual será de 60 (SESSENTA) meses, contados a partir da data de assinatura do Contrato.

12.2. Quaisquer modificações dos atos constitutivos da adjudicatária, durante o período de vigência do instrumento contratual, deverão ser encaminhadas para conhecimento e registro na Secretaria Municipal de Administração, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da modificação.

12.3. É vedada a transferência do contrato de concessão.

12.4. A transferência do controle acionário da adjudicatária contratada ou a realização de fusões, cisões e incorporações deverão ter prévia anuência do Órgão Gestor do Mercado.

12.5. A transferência do controle acionário e a realização das alterações devem ser solicitadas conjuntamente pelos interessados.

12.6. As alterações de que tratam os subitens anteriores somente poderão ocorrer após a vigência de 01(um) ano do prazo contratual e do cumprimento das correspondentes obrigações nele previstas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. As partes elegem como privilegiado, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ou resultantes do presente, o Foro da Comarca de São José de Piranhas, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo.

E, por assim estarem justos e acertados, assinam o presente Termo em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, como adiante se vê.

Bonito de Santa Fé - PB, 30 de Junho de 2022.

Prefeitura Municipal de Bonito de Santa Fé
ANTÔNIO LUCENA FILHO
Prefeito Constitucional
Contratante

MARIA ZULEIDE RIBEIRO DE ANDRADE

CPF: 102.275.904-30

Contratado

TESTEMUNHAS:

Nome: _____

CPF: _____

Nome: _____

CPF: _____

Publicado por:

Francimagna Feitosa Pinto

Código Identificador:5AA862F3

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO

CONCORRÊNCIA Nº 01/2022 PMBSF

TERMO CONTRATO DE CONCESSÃO N.º 240/2022

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE CONCESSÃO DE USO ONEROSO DO ESPAÇO “BOX” DO MERCADO PÚBLICO DE BONITO DE SANTA FÉ QUE O MUNICÍPIO DE BONITO DE SANTA FÉ OUTORGA A ALINE DANTAS FURTADO, PARA EXPLORAR COMERCIALMENTE, POR FORÇA DA CLASSIFICAÇÃO OBTIDA NO PROCESSO DE LICITAÇÃO, MODALIDADE CONCORRÊNCIA Nº 01/2022 PMBSF

Pelo presente instrumento firmado entre as partes, tendo de um lado o **A PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ**, ESTADO DA PARAÍBA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Aurea Dias de Almeida, Nº 228, Centro, Bonito de Santa Fé, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º **08.924.037/0001-18**, por seu representante legal **ANTÔNIO LUCENA FILHO**, CPF: 570.882.094-20 a partir de agora, denominada simplesmente CONCEDENTE, e de outro lado a, **ALINE DANTAS FURTADO**, PORTADORA DO CPF: 098.829.234-37, RESIDENTE E DOMICILIADA NA RUA PROJETADA, S/N, BAIRRO CENTRO, BONITO DE SANTA FÉ – PB, CEP: 58.960-000, doravante denominado (a) **CONCESSIONÁRIO (A)**, para explorar comercialmente o espaço do Box Item 03 do Mercado Público Municipal de Bonito de Santa, com 09 metros quadrados de área útil, de acordo com as seguintes Cláusulas e Condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O espaço público objeto desta Concessão de Uso a título oneroso, acima identificado, destina-se, exclusivamente, a explorar comercialmente com o ramo de atividade Segmento de Salão de Beleza, Cosmético e Perfumaria, sendo, portanto, terminantemente vedado seu uso para qualquer outro fim, sem prévia e expressa autorização do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DISPOSIÇÕES GERAIS

2.1. O uso do espaço físico para a exploração de atividade comercial dar-se-á em regime e Concessão de Uso, a Título Oneroso do espaço Box nº 26 do Mercado Público de Bonito de Santa Fé, mediante outorga do presente termo administrativo.

2.1.1. O imóvel objeto da presente Concessão de Uso não poderá ser vendido, cedido, transferido, locado, permutado ou emprestado a terceiros, no todo ou em parte, nem mesmo por força de sucessão comercial ou cessão e transferência de quotas do capital.

2.1.2. A Concessão de Uso ora outorgada não assegura ao (a) CONCESSIONÁRIO (A) o direito de exclusividade na exploração de seu ramo de negócio no Mercado Municipal de Bonito de Santa Fé em que este está localizado.

2.1.3. O (A) CONCESSIONÁRIO (A) deverá realizar às suas expensas as obras necessárias à instalação e/ou funcionamento de seu negócio, desde que não alterem a estrutura da área ocupada, nem

prejudiquem a segurança das pessoas ou bens, NÃO SENDO O MUNICÍPIO RESPONSÁVEL SOLIDARIAMENTE EM CASO DE OCORRÊNCIA DE EVENTUAIS DANOS A TERCEIROS (PESSOAS OU BENS), de acordo com as seguintes condições:

a) Toda e qualquer obra ou modificação a ser introduzida no imóvel, deverá ser previamente submetida a apreciação de uma equipe formada pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo e Secretário de Serviços Públicos e do Desenvolvimento Setorial e observada as diretrizes gerais referentes às restrições de ocupação dos espaços a ser concedidos, considerando-se suas características de edifício tombado pelo patrimônio histórico, e pelo Município expressamente autorizada;

b) Quaisquer benfeitorias realizadas no imóvel objeto da presente Concessão de Uso sejam elas necessárias úteis ou voluptuárias, passarão a pertencer ao Município de pleno direito, não podendo constituir-se em motivo de indenização, compensação, ou retenção por parte do (a) CONCESSIONÁRIO (A);

2.1.4. Suportar integralmente todas as despesas com projetos, construções, material, mão de obra, encargos financeiros, tributários, previdenciários e outros, relativos à execução das adequações necessárias à implantação do empreendimento, bem como daquelas relacionadas com a preservação do patrimônio histórico.

2.1.5. Para melhor caracterização deste Instrumento, incorporam-se ao mesmo, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

a) O Decreto Municipal N.º 34/2021, Decreto Municipal n.º 35/2021 e Lei Municipal n.º 791/2021, definidor das normas gerais sobre o contrato e sua execução;

b) Proposta de preços.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1. A vigência da Presente Concessão de Uso será de 05 (cinco) anos, a contar da sua assinatura, encerrando-se no primeiro dia útil após o término deste prazo, podendo, havendo interesse das partes, ser renovado por igual período.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO

4.1. Pelo uso do espaço físico a CONCESSIONÁRIA pagará a título de concessão o valor de **R\$ 600,00 (Seiscentos Reais)**.

4.2. Pelo uso do espaço físico a CONCESSIONÁRIA pagará a importância mensal de **R\$ 150,00 (Cento e Cinquenta Reais)**.

4.3. O primeiro pagamento vencerá em trinta dias após o início das atividades.

4.4. Depositar mensalmente, até o quinto dia útil subsequente ao mês do vencimento, na conta bancária indicada pelo poder concedente, o valor correspondente ao preço pela concessão.

4.5. A Concessionária fica obrigada, ainda, a participar do rateio das despesas pela manutenção das áreas comuns, de uso do povo, em valor correspondente proporcionalmente à área ocupada.

4.5.1. Deverá ser depositado, também até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido, em conta bancária a ser indicada pelo poder concedente ou quem a este delegar, o valor do rateio das despesas de manutenção das áreas de uso comum.

4.6. O valor do preço será reajustado na periodicidade de 12 (doze) meses, com base no INPC ou outro índice oficial equivalente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS MULTAS

5.1. As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas ao CONCESSIONÁRIO (A) e ao contratado são as previstas na Lei nº 8.666/93 e nesta Concorrência.

5.2. Pelo descumprimento total ou parcial das obrigações, poderá o Município aplicar as adquirentes as seguintes sanções, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste Edital:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município de Bonito de Santa Fé, por um prazo não superior a dois anos;

d) Declaração de inidoneidade para contratar ou transacionar com o Município de Bonito de Santa Fé.

5.3. A recusa da adjudicatária em assinar o Contrato de Concessão dentro do prazo estabelecido implicará na perda do direito de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 24(vinte e quatro) meses, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades previstas na legislação que regulamenta a matéria.

5.4. Aplicam-se aos licitantes as penalidades previstas na Seção III - Dos Crimes e das Penas, da Lei Federal nº 8.666/93.

5.5. Pelo descumprimento de suas obrigações, a Concessionária sujeitar-se-á às seguintes penalidades:

5.5.1. Multa de 1% (um por cento) do valor proposto por dia de atraso não justificado e aceito para o início e entrega das obras de instalação nas áreas concedidas, até o máximo de 60(sessenta) dias.

5.5.2. Multa de 2% (dois por cento) do valor proposto por dia de paralisação não justificada e aceita pelo Município, até o máximo de 15(quinze) dias.

5.5.3. Pelo atraso no início da operacionalização, por culpa da Concessionária ou de seus subordinados, será aplicada a multa diária de 1% (um por cento) do valor proposto.

5.5.4. Multa de 50% (cinquenta por cento) do valor proposto, na hipótese inexecução total do ajuste e rescisão do contrato por culpa da empresa contratada.

5.5.5. Multa de 10% (dez por cento) do valor proposto, por inexecução parcial do ajuste, por executar os serviços em desconformidade com o exigido no contrato e seus anexos.

5.6. As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui a de outras.

5.7. As multas previstas neste item não têm caráter compensatório e consequentemente, seu pagamento não exime a empresa contratada da reparação dos danos, perdas ou prejuízos a que tenha dado causa, seja à administração, seja ao público em geral.

5.8. O Município poderá, a qualquer tempo antes da contratação, desclassificar a proposta ou desqualificar a licitante, sem que a esta caiba o direito à indenização ou reembolso, na hipótese de vir a ser comprovada a existência de fato ou circunstância que desabone sua idoneidade financeira, que comprometa sua capacidade técnica ou administrativa, ou ainda, que reduza sua capacidade de operação.

CLÁUSULA SEXTA – DA INTERVENÇÃO

6.1. Caberá a intervenção pelo Poder Concedente, em caráter excepcional, nos casos relacionados abaixo com o fim exclusivo de assegurar a regularidade e a adequação na execução dos serviços, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes:

a) Desvirtuamento do uso da área concessionada;

b) Modificação ou alteração não autorizada do patrimônio histórico e cultural objeto da concessão;

6.2. Intervenção far-se-á por ato motivado da Administração, que conterá a designação do Interventor, o prazo da intervenção, os objetivos e os limites da medida.

6.3. O período da intervenção não será superior a 180 (cento e oitenta) dias, findo o qual o interventor proporá ao Poder Concedente ou a extinção da concessão ou a devolução da obra à Concessionária.

6.4. Cessada a intervenção e não ocorrendo a extinção da concessão, haverá a imediata prestação de contas pelo interventor, que responderá pelos atos praticados durante a sua gestão, sem prejuízo de responsabilidade pela concedente e do direito à indenização pelo concessionário e pela concedente.

6.5. Durante o processo de intervenção e antes de ser decretada a extinção de que trata o subitem 6.3 acima, será assegurado a Concessionária o direito à ampla defesa.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO PODER CONCEDENTE

7.1. Proceder à vistoria final para a verificação da adequação das instalações e equipamentos necessários ao funcionamento dos estabelecimentos, às expensas destes.

7.2. Autorizar formalmente o início das operações, após proceder à vistoria de que trata o item 7.1.

7.3. Fiscalizar permanentemente a execução dos serviços concedidos.

7.4. Intervir na execução dos serviços, mediante Decreto do Executivo, quando necessário, a fim de assegurar sua regularidade e o fiel cumprimento do contrato e das normas legais pertinentes.

7.5. Aplicar as penalidades previstas nas leis que regem a matéria e, especificamente, no Contrato de Concessão.

7.6. Entregar a Concessionária a área escolhida totalmente livre e desembaraçada de pessoas e coisas.

7.7. Declarar extinta a Concessão, quando não observadas as condições previstas no Edital de Concorrência nº 01/2021 PMBSF e anexo.

7.8. Cumprir e fazer cumprir as disposições legais e contratuais.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONCESSIONÁRIO (A)

8.1. O prazo para a ocupação e necessárias adequações dos espaços a serem concedidos constantes do objeto desta licitação é de até 180 dias (cento e oitenta) dias corridos, contados a partir do primeiro dia útil seguinte ao da assinatura do Contrato de Concessão, prorrogáveis por igual período em caso de fatos supervenientes e autorizado pelo poder concedente.

8.2. Ao término do Contrato a concessionária deverá devolver o espaço que lhe serviu de objeto em idênticas condições que o recebeu.

8.3. Manter, durante a vigência do contrato, as mesmas condições que propiciaram a sua habilitação no processo licitatório, apresentando sempre que solicitados pela Concedente os documentos comprobatórios de regularidade fiscal / trabalhista.

8.4. Cumprir fielmente todos os prazos previstos no Edital.

8.5. Depositar mensalmente, até o quinto dia útil subsequente ao mês do vencimento, na conta bancária indicada pelo poder concedente, o valor correspondente ao preço pela Concessão e pelo rateio das despesas de manutenção das áreas de uso comum.

8.6. Suportar integralmente todas as despesas com projetos, construções, material, mão de obra, encargos financeiros, tributários, previdenciários e outros, relativos à execução das adequações necessárias à implantação do empreendimento, bem como daquelas relacionadas com a preservação do patrimônio histórico.

8.7. Serão de inteira responsabilidade da licitante adjudicatária todos os seguros necessários, inclusive os relativos à responsabilidade civil e ao ressarcimento eventual dos danos materiais ou pessoais causados a seus empregados ou a terceiros, bem como multas e/ou indenizações por danos ambientais e ao patrimônio histórico.

8.8. Executar as obras e serviços necessários à adequação da área escolhida, objeto da Concessão, na conformidade das disposições legais e contratuais.

8.8.1. O (A) CONCESSIONÁRIO (A) deverá realizar às suas expensas as obras necessárias à instalação e/ou funcionamento de seu negócio, desde que não alterem a estrutura da área ocupada, nem prejudiquem a segurança das pessoas ou bens, NÃO SENDO O MUNICÍPIO RESPONSÁVEL SOLIDARIAMENTE EM CASO DE OCORRÊNCIA DE EVENTUAIS DANOS A TERCEIROS (PESSOAS OU BENS), de acordo com as seguintes condições:

c) a) Toda e qualquer obra ou modificação a ser introduzida no imóvel, deverá ser previamente submetida à apreciação de uma equipe formada pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo e Secretário de Serviços Públicos e do Desenvolvimento Setorial e observada as diretrizes gerais referentes às restrições de ocupação dos espaços a ser concedidos, considerando-se suas características de edifício tombado pelo patrimônio histórico, e pelo Município expressamente autorizada;

8.9. Prestar, em caráter permanente, serviços eficientes para todos os usuários.

8.10. Acatar prontamente as determinações da fiscalização do Município de Bonito de Santa Fé.

8.11. Atender a todas as prescrições legais e regulamentadoras.

8.12. Todo material proveniente de remoção ou entulho, decorrente do processo de implantação das obras de reforma e adequação dos espaços concedidos, deverá ser removido para locais previamente aprovados pela Prefeitura do Município de, não podendo, em hipótese alguma, permanecer no local.

8.13. A licitante adjudicatária deverá efetuar a manutenção do local de Bonito de Santa Fé a obra, de maneira a permitir o uso regular por parte dos concessionários e usuários, promovendo a varrição, limpeza e conservação do local até o final do serviço, com especial cuidado no tocante a preservar as condições de higiene dos produtos ali comercializados, considerando o caráter alimentar destes.

8.14. Todos os locais e equipamentos, bens e propriedades danificados em decorrência das obras e serviços executados, deverão ser imediatamente refeitos e construídos de acordo com as boas técnicas e normas vigentes, sem causar nenhum ônus ao Órgão Gestor do

Mercado, concessionários e usuários do Mercado Público de Bonito de Santa Fé.

8.15. A licitante adjudicatária será responsável pela segurança do trabalho de seus funcionários e de todos os atos por eles praticados.

8.16. A licitante adjudicatária ficará responsável a qualquer tempo pela quantidade e qualidade das obras e serviços executados e pelo material utilizado.

8.17. A licitante adjudicatária obriga-se a comparecer sempre que solicitado, ao Órgão Gestor do Mercado, em dias e horários por ela estabelecidos, a fim de receber instruções ou participar de reuniões que poderão ser realizadas em outros locais.

8.18. A licitante adjudicatária deverá assumir, de forma objetiva, toda e qualquer responsabilidade perante terceiros, pela execução das obras de adequação e demais serviços no espaço concedido, pertinente ao objeto da presente licitação, devendo indenizar a municipalidade e/ou terceiros por todo e qualquer prejuízo ou dano causado inclusive ao patrimônio histórico e cultural do prédio do Mercado Público de Bonito de Santa Fé, que venham ocorrer por conta da execução do contrato.

8.19. A licitante adjudicatária obriga-se a atender e zelar pela manutenção de todas as determinações emanadas, atuais e futuras, dos órgãos responsáveis pela preservação do patrimônio histórico do Município de Bonito de Santa Fé.

8.20. A licitante adjudicatária deverá observar com rigor as disposições do Código do Consumidor, responsabilizando-se pela aprovação dos órgãos técnicos da Prefeitura, os projetos e memoriais das adequações da área objeto da concessão, as quais deverão atender às exigências legais pertinentes, bem como realizá-las e concluí-las no prazo previsto no edital.

8.21. As despesas relativas a serviços e facilidades, tais como água, esgoto, energia elétrica, telefone, gás, conservação e limpeza, coleta de lixo, etc..., correrão por conta das licitantes adjudicatárias.

8.22. Não utilizar a área concedida para fins diversos do estabelecido no ANEXO I e II do Edital Convocatório.

8.23. Não ceder no todo ou em parte, a área objeto da concessão a terceiros, seja a que título for.

8.24. Zelar pela limpeza e conservação da área, devendo providenciar, às suas expensas, as obras e serviços que se fizerem necessários para a sua manutenção.

8.25. Arcar com todas as despesas decorrentes da concessão de uso ora licitadas, inclusive as relativas à lavratura e registro do competente instrumento, bem como eventuais taxas e tarifas.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO OU RENOVAÇÃO

9.1. O (A) CONCESSIONÁRIO (A) que deixar de cumprir qualquer Cláusula da Presente Concessão de Uso, poderá tê-la rescindida, principalmente se vier a ocorrer:

a) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais;

b) A sublocação total ou parcial da loja, a associação com outrem, a cessão ou

transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação com qualquer outra pessoa jurídica;

c) O desatendimento das determinações regulares oriundos do Decreto Municipal;

d) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

e) Razões de interesse público e exaradas no processo administrativo a que se refere à Concessão;

f) A dissolução da sociedade ou o falecimento do (a) CONCESSIONÁRIO (A);

g) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a exploração da atividade;

h) O atraso acumulado de 03 (três) parcelas mensais e consecutivas das obrigações financeiras;

i) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da continuidade da exploração da atividade comercial.

9.1.1. Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.1.2. A rescisão poderá ser:

a) Determinada por ato unilateral e escrito do MUNICÍPIO;

b) Amigável, por acordo entre as partes, não isentando o (a) CONCESSIONÁRIO (A) do pagamento antecipado das parcelas vencidas;

c) Judicial.

9.1.3. A rescisão ou revogação acarretará:

- a) Desocupação imediata do espaço físico e o pagamento de valores de multas e outros encargos devidos;
- b) Retenção da Garantia Contratual, salvo no caso de rescisão amigável.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO SEGURO

10.1. Serão de inteira responsabilidade da licitante adjudicatária todos os seguros necessários, inclusive os relativos à responsabilidade civil e ao ressarcimento eventual dos danos materiais ou pessoais causados a seus empregados ou a terceiros, bem como multas e/ou indenizações por danos ambientais e ao patrimônio histórico.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

11.1. A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada pelo Poder Concedente através de seus agentes especialmente designados para este fim, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

11.1.1. As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos empregados mencionados nesta Cláusula deverão ser solicitadas à Diretoria do responsável no MUNICÍPIO DE BONITO DE SANTA FÉ – CONCEDENTE, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. O prazo de vigência contratual será de 60 (SESSENTA) meses, contados a partir da data de assinatura do Contrato.

12.2. Quaisquer modificações dos atos constitutivos da adjudicatária, durante o período de vigência do instrumento contratual, deverão ser encaminhadas para conhecimento e registro na Secretaria Municipal de Administração, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da modificação.

12.3. É vedada a transferência do contrato de concessão.

12.4. A transferência do controle acionário da adjudicatária contratada ou a realização de fusões, cisões e incorporações deverão ter prévia anuência do Órgão Gestor do Mercado.

12.5. A transferência do controle acionário e a realização das alterações devem ser solicitadas conjuntamente pelos interessados.

12.6. As alterações de que tratam os subitens anteriores somente poderão ocorrer após a vigência de 01(um) ano do prazo contratual e do cumprimento das correspondentes obrigações nele previstas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. As partes elegem como privilegiado, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ou resultantes do presente, o Foro da Comarca de São José de Piranhas, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo.

E, por assim estarem justos e acertados, assinam o presente Termo em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, como adiante se vê.

Bonito de Santa Fé - PB, 30 de Junho de 2022.

Prefeitura Municipal de Bonito de Santa Fé

ANTÔNIO LUCENA FILHO

Prefeito Constitucional

Contratante

ALINE DANTAS FURTADO

CPF: 098.829.234-37

Contratado

TESTEMUNHAS:

Nome: _____

CPF: _____

Nome: _____

CPF: _____

Publicado por:

Francimagna Feitosa Pinto

Código Identificador:CE4A7F83

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONCORRÊNCIA Nº 01/2022 PMBSF

TERMO CONTRATO DE CONCESSÃO N.º 239/2022

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE CONCESSÃO DE USO ONEROSO DO ESPAÇO “BOX” DO MERCADO PÚBLICO DE BONITO DE SANTA FÉ QUE O MUNICÍPIO DE BONITO DE SANTA FÉ OUTORGA A **DANIELA CAVALCANTI LUCENA**, PARA EXPLORAR COMERCIALMENTE, POR FORÇA DA CLASSIFICAÇÃO OBTIDA NO PROCESSO DE LICITAÇÃO, MODALIDADE CONCORRÊNCIA Nº 01/2022 PMBSF

Pelo presente instrumento firmado entre as partes, tendo de um lado o **A PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ**, ESTADO DA PARAÍBA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Aurea Dias de Almeida, Nº 228, Centro, Bonito de Santa Fé, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º **08.924.037/0001-18**, por seu representante legal **ANTÔNIO LUCENA FILHO**, CPF: 570.882.094-20 a partir de agora, denominada simplesmente **CONCEDENTE**, e de outro lado a, **DANIELA CAVALCANTI LUCENA**, PORTADORA DO CPF: 072.036.684-44, RESIDENTE E DOMICILIADA NA RUA PROJETADA, Nº 22, BAIRRO CENTRO, BONITO DE SANTA FÉ – PB, CEP: 58.960-000, doravante denominado (a) **CONCESSIONÁRIO (A)**, para explorar comercialmente o espaço do Box Item 03 do Mercado Público Municipal de Bonito de Santa, com 09 metros quadrados de área útil, de acordo com as seguintes Cláusulas e Condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O espaço público objeto desta Concessão de Uso a título oneroso, acima identificado, destina-se, exclusivamente, a explorar comercialmente com o ramo de atividade Segmento de Salão de Beleza, Cosmético e Perfumaria, sendo, portanto, terminantemente vedado seu uso para qualquer outro fim, sem prévia e expressa autorização do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DISPOSIÇÕES GERAIS

2.1. O uso do espaço físico para a exploração de atividade comercial dar-se-á em regime e Concessão de Uso, a Título Oneroso do espaço Box nº 20 do Mercado Público de Bonito de Santa Fé, mediante outorga do presente termo administrativo.

2.1.1. O imóvel objeto da presente Concessão de Uso não poderá ser vendido, cedido, transferido, locado, permutado ou emprestado a terceiros, no todo ou em parte, nem mesmo por força de sucessão comercial ou cessão e transferência de quotas do capital.

2.1.2. A Concessão de Uso ora outorgada não assegura ao (a) **CONCESSIONÁRIO (A)** o direito de exclusividade na exploração de seu ramo de negócio no Mercado Municipal de Bonito de Santa Fé em que este está localizado.

2.1.3. O (A) **CONCESSIONÁRIO (A)** deverá realizar às suas expensas as obras necessárias à instalação e/ou funcionamento de seu negócio, desde que não alterem a estrutura da área ocupada, nem prejudiquem a segurança das pessoas ou bens, **NÃO SENDO O MUNICÍPIO RESPONSÁVEL SOLIDARIAMENTE EM CASO DE OCORRÊNCIA DE EVENTUAIS DANOS A TERCEIROS (PESSOAS OU BENS)**, de acordo com as seguintes condições:

a) Toda e qualquer obra ou modificação a ser introduzida no imóvel, deverá ser previamente submetida a apreciação de uma equipe formada pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo e Secretário de Serviços Públicos e do Desenvolvimento Setorial e observada as diretrizes gerais referentes às restrições de ocupação dos espaços a ser concedidos, considerando-se suas características de edifício tombado pelo patrimônio histórico, e pelo Município expressamente autorizada;

b) Quaisquer benfeitorias realizadas no imóvel objeto da presente Concessão de Uso sejam elas necessárias úteis ou voluptuárias, passarão a pertencer ao Município de pleno direito, não podendo constituir-se em motivo de indenização, compensação, ou retenção por parte do (a) CONCESSIONÁRIO (A);

2.1.4. Suportar integralmente todas as despesas com projetos, construções, material, mão de obra, encargos financeiros, tributários, previdenciários e outros, relativos à execução das adequações necessárias à implantação do empreendimento, bem como daquelas relacionadas com a preservação do patrimônio histórico.

2.1.5. Para melhor caracterização deste Instrumento, incorporam-se ao mesmo, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

a) O Decreto Municipal N.º 34/2021, Decreto Municipal n.º 35/2021 e Lei Municipal n.º 791/2021, definidor das normas gerais sobre o contrato e sua execução;

b) Proposta de preços.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1. A vigência da Presente Concessão de Uso será de 05 (cinco) anos, a contar da sua assinatura, encerrando-se no primeiro dia útil após o término deste prazo, podendo, havendo interesse das partes, ser renovado por igual período.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO

4.1. Pelo uso do espaço físico a CONCESSIONÁRIA pagará a título de concessão o valor de **R\$ 800,00 (Oitocentos Reais)**.

4.2. Pelo uso do espaço físico a CONCESSIONÁRIA pagará a importância mensal de **R\$ 150,00 (Cento e Cinquenta Reais)**

4.3. O primeiro pagamento vencerá em trinta dias após o início das atividades.

4.4. Depositar mensalmente, até o quinto dia útil subsequente ao mês do vencimento, na conta bancária indicada pelo poder concedente, o valor correspondente ao preço pela concessão.

4.5. A Concessionária fica obrigada, ainda, a participar do rateio das despesas pela manutenção das áreas comuns, de uso do povo, em valor correspondente proporcionalmente à área ocupada.

4.5.1. Deverá ser depositado, também até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido, em conta bancária a ser indicada pelo poder concedente ou quem a este delegar, o valor do rateio das despesas de manutenção das áreas de uso comum.

4.6. O valor do preço será reajustado na periodicidade de 12 (doze) meses, com base no INPC ou outro índice oficial equivalente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS MULTAS

5.1. As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas ao CONCESSIONÁRIO (A) e ao contratado são as previstas na Lei nº 8.666/93 e nesta Concorrência.

5.2. Pelo descumprimento total ou parcial das obrigações, poderá o Município aplicar as adquirentes as seguintes sanções, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste Edital:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município de Bonito de Santa Fé, por um prazo não superior a dois anos;

d) Declaração de inidoneidade para contratar ou transacionar com o Município de Bonito de Santa Fé.

5.3. A recusa da adjudicatária em assinar o Contrato de Concessão dentro do prazo estabelecido implicará na perda do direito de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 24(vinte e quatro) meses, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades previstas na legislação que regulamenta a matéria.

5.4. Aplicam-se aos licitantes as penalidades previstas na Seção III - Dos Crimes e das Penas, da Lei Federal nº 8.666/93.

5.5. Pelo descumprimento de suas obrigações, a Concessionária sujeitar-se-á às seguintes penalidades:

5.5.1. Multa de 1% (um por cento) do valor proposto por dia de atraso não justificado e aceito para o início e entrega das obras de instalação nas áreas concedidas, até o máximo de 60(sessenta) dias.

5.5.2. Multa de 2% (dois por cento) do valor proposto por dia de paralisação não justificada e aceita pelo Município, até o máximo de 15(quinze) dias.

5.5.3. Pelo atraso no início da operacionalização, por culpa da Concessionária ou de seus subordinados, será aplicada a multa diária de 1% (um por cento) do valor proposto.

5.5.4. Multa de 50% (cinquenta por cento) do valor proposto, na hipótese inexecução total do ajuste e rescisão do contrato por culpa da empresa contratada.

5.5.5. Multa de 10% (dez por cento) do valor proposto, por inexecução parcial do ajuste, por executar os serviços em desconformidade com o exigido no contrato e seus anexos.

5.6. As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui a de outras.

5.7. As multas previstas neste item não têm caráter compensatório e consequentemente, seu pagamento não exime a empresa contratada da reparação dos danos, perdas ou prejuízos a que tenha dado causa, seja à administração, seja ao público em geral.

5.8. O Município poderá, a qualquer tempo antes da contratação, desclassificar a proposta ou desqualificar a licitante, sem que a esta caiba o direito à indenização ou reembolso, na hipótese de vir a ser comprovada a existência de fato ou circunstância que desabone sua idoneidade financeira, que comprometa sua capacidade técnica ou administrativa, ou ainda, que reduza sua capacidade de operação.

CLÁUSULA SEXTA – DA INTERVENÇÃO

6.1. Caberá a intervenção pelo Poder Concedente, em caráter excepcional, nos casos relacionados abaixo com o fim exclusivo de assegurar a regularidade e a adequação na execução dos serviços, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes:

a) Desvirtuamento do uso da área concessionada;

b) Modificação ou alteração não autorizada do patrimônio histórico e cultural objeto da concessão;

6.2. Intervenção far-se-á por ato motivado da Administração, que conterá a designação do Interventor, o prazo da intervenção, os objetivos e os limites da medida.

6.3. O período da intervenção não será superior a 180 (cento e oitenta) dias, findo o qual o interventor proporá ao Poder Concedente ou a extinção da concessão ou a devolução da obra à Concessionária.

6.4. Cessada a intervenção e não ocorrendo a extinção da concessão, haverá a imediata prestação de contas pelo interventor, que responderá pelos atos praticados durante a sua gestão, sem prejuízo de responsabilidade pela concedente e do direito à indenização pelo concessionário e pela concedente.

6.5. Durante o processo de intervenção e antes de ser decretada a extinção de que trata o subitem 6.3 acima, será assegurado a Concessionária o direito à ampla defesa.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO PODER CONCEDENTE

7.1. Proceder à vistoria final para a verificação da adequação das instalações e equipamentos necessários ao funcionamento dos estabelecimentos, às expensas destes.

7.2. Autorizar formalmente o início das operações, após proceder à vistoria de que trata o item 7.1.

7.3. Fiscalizar permanentemente a execução dos serviços concedidos.

7.4. Intervir na execução dos serviços, mediante Decreto do Executivo, quando necessário, a fim de assegurar sua regularidade e o fiel cumprimento do contrato e das normas legais pertinentes.

7.5. Aplicar as penalidades previstas nas leis que regem a matéria e, especificamente, no Contrato de Concessão.

7.6. Entregar a Concessionária a área escolhida totalmente livre e desembaraçada de pessoas e coisas.

7.7. Declarar extinta a Concessão, quando não observadas às condições previstas no Edital de Concorrência nº 01/2021 PMBSF e anexo.

7.8. Cumprir e fazer cumprir as disposições legais e contratuais.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONCESSIONÁRIO (A)

8.1. O prazo para a ocupação e necessárias adequações dos espaços a serem concedidos constantes do objeto desta licitação é de até 180 dias (cento e oitenta) dias corridos, contados a partir do primeiro dia útil seguinte ao da assinatura do Contrato de Concessão, prorrogáveis

por igual período em caso de fatos supervenientes e autorizado pelo poder concedente.

8.2. Ao término do Contrato a concessionária deverá devolver o espaço que lhe serviu de objeto em idênticas condições que o recebeu.

8.3. Manter, durante a vigência do contrato, as mesmas condições que propiciaram a sua habilitação no processo licitatório, apresentando sempre que solicitados pela Concedente os documentos comprobatórios de regularidade fiscal / trabalhista.

8.4. Cumprir fielmente todos os prazos previstos no Edital.

8.5. Depositar mensalmente, até o quinto dia útil subsequente ao mês do vencimento, na conta bancária indicada pelo poder concedente, o valor correspondente ao preço pela Concessão e pelo rateio das despesas de manutenção das áreas de uso comum.

8.6. Suportar integralmente todas as despesas com projetos, construções, material, mão de obra, encargos financeiros, tributários, previdenciários e outros, relativos à execução das adequações necessárias à implantação do empreendimento, bem como daquelas relacionadas com a preservação do patrimônio histórico.

8.7. Serão de inteira responsabilidade da licitante adjudicatária todos os seguros necessários, inclusive os relativos à responsabilidade civil e ao ressarcimento eventual dos danos materiais ou pessoais causados a seus empregados ou a terceiros, bem como multas e/ou indenizações por danos ambientais e ao patrimônio histórico.

8.8. Executar as obras e serviços necessários à adequação da área escolhida, objeto da Concessão, na conformidade das disposições legais e contratuais.

8.8.1. O (A) CONCESSIONÁRIO (A) deverá realizar às suas expensas as obras necessárias à instalação e/ou funcionamento de seu negócio, desde que não alterem a estrutura da área ocupada, nem prejudiquem a segurança das pessoas ou bens, NÃO SENDO O MUNICÍPIO RESPONSÁVEL SOLIDARIAMENTE EM CASO DE OCORRÊNCIA DE EVENTUAIS DANOS A TERCEIROS (PESSOAS OU BENS), de acordo com as seguintes condições:

c) **a)** Toda e qualquer obra ou modificação a ser introduzida no imóvel, deverá ser previamente submetida à apreciação de uma equipe formada pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo e Secretário de Serviços Públicos e do Desenvolvimento Setorial e observada as diretrizes gerais referentes às restrições de ocupação dos espaços a ser concedidos, considerando-se suas características de edifício tombado pelo patrimônio histórico, e pelo Município expressamente autorizada;

8.9. Prestar, em caráter permanente, serviços eficientes para todos os usuários.

8.10. Acatar prontamente as determinações da fiscalização do Município de Bonito de Santa Fé.

8.11. Atender a todas as prescrições legais e regulamentadoras.

8.12. Todo material proveniente de remoção ou entulho, decorrente do processo de implantação das obras de reforma e adequação dos espaços concedidos, deverá ser removido para locais previamente aprovados pela Prefeitura do Município de, não podendo, em hipótese alguma, permanecer no local.

8.13. A licitante adjudicatária deverá efetuar a manutenção do local de Bonito de Santa Fé a obra, de maneira a permitir o uso regular por parte dos concessionários e usuários, promovendo a variação, limpeza e conservação do local até o final do serviço, com especial cuidado no tocante a preservar as condições de higiene dos produtos ali comercializados, considerando o caráter alimentar destes.

8.14. Todos os locais e equipamentos, bens e propriedades danificados em decorrência das obras e serviços executados, deverão ser imediatamente refeitos e construídos de acordo com as boas técnicas e normas vigentes, sem causar nenhum ônus ao Órgão Gestor do Mercado, concessionários e usuários do Mercado Público de Bonito de Santa Fé.

8.15. A licitante adjudicatária será responsável pela segurança do trabalho de seus funcionários e de todos os atos por eles praticados.

8.16. A licitante adjudicatária ficará responsável a qualquer tempo pela quantidade e qualidade das obras e serviços executados e pelo material utilizado.

8.17. A licitante adjudicatária obriga-se a comparecer sempre que solicitado, ao Órgão Gestor do Mercado, em dias e horários por ela estabelecidos, a fim de receber instruções ou participar de reuniões que poderão ser realizadas em outros locais.

8.18. A licitante adjudicatária deverá assumir, de forma objetiva, toda e qualquer responsabilidade perante terceiros, pela execução das obras

de adequação e demais serviços no espaço concedido, pertinente ao objeto da presente licitação, devendo indenizar a municipalidade e/ou terceiros por todo e qualquer prejuízo ou dano causado inclusive ao patrimônio histórico e cultural do prédio do Mercado Público de Bonito de Santa Fé, que venham ocorrer por conta da execução do contrato.

8.19. A licitante adjudicatária obriga-se a atender e zelar pela manutenção de todas as determinações emanadas, atuais e futuras, dos órgãos responsáveis pela preservação do patrimônio histórico do Município de Bonito de Santa Fé.

8.20. A licitante adjudicatária deverá observar com rigor as disposições do Código do Consumidor, responsabilizando-se pela aprovação dos órgãos técnicos da Prefeitura, os projetos e memoriais das adequações da área objeto da concessão, as quais deverão atender às exigências legais pertinentes, bem como realizá-las e concluí-las no prazo previsto no edital.

8.21. As despesas relativas a serviços e facilidades, tais como água, esgoto, energia elétrica, telefone, gás, conservação e limpeza, coleta de lixo, etc..., correrão por conta das licitantes adjudicatárias.

8.22. Não utilizar a área concedida para fins diversos do estabelecido no ANEXO I e II do Edital Convocatório.

8.23. Não ceder no todo ou em parte, a área objeto da concessão a terceiros, seja a que título for.

8.24. Zelar pela limpeza e conservação da área, devendo providenciar, às suas expensas, as obras e serviços que se fizerem necessários para a sua manutenção.

8.25. Arcar com todas as despesas decorrentes da concessão de uso ora licitadas, inclusive as relativas à lavratura e registro do competente instrumento, bem como eventuais taxas e tarifas.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO OU RENOVAÇÃO

9.1. O (A) CONCESSIONÁRIO (A) que deixar de cumprir qualquer Cláusula da Presente Concessão de Uso, poderá tê-la rescindida, principalmente se vier a ocorrer:

a) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais;

b) A sublocação total ou parcial da loja, a associação com outrem, a cessão ou

transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação com qualquer outra pessoa jurídica;

c) O desatendimento das determinações regulares oriundos do Decreto Municipal;

d) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

e) Razões de interesse público e exaradas no processo administrativo a que se refere à Concessão;

f) A dissolução da sociedade ou o falecimento do (a) CONCESSIONÁRIO (A);

g) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a exploração da atividade;

h) O atraso acumulado de 03 (três) parcelas mensais e consecutivas das obrigações financeiras;

i) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da continuidade da exploração da atividade comercial.

9.1.1. Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.1.2. A rescisão poderá ser:

a) Determinada por ato unilateral e escrito do MUNICÍPIO;

b) Amigável, por acordo entre as partes, não isentando o (a) CONCESSIONÁRIO (A) do pagamento antecipado das parcelas vencidas;

c) Judicial.

9.1.3. A rescisão ou revogação acarretará:

a) Desocupação imediata do espaço físico e o pagamento de valores de multas e outros encargos devidos;

b) Retenção da Garantia Contratual, salvo no caso de rescisão amigável.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO SEGURO

10.1. Serão de inteira responsabilidade da licitante adjudicatária todos os seguros necessários, inclusive os relativos à responsabilidade civil e ao ressarcimento eventual dos danos materiais ou pessoais causados a seus empregados ou a terceiros, bem como multas e/ou indenizações por danos ambientais e ao patrimônio histórico.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

11.1. A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada pelo Poder Concedente através de seus agentes especialmente designados para este fim, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

11.1.1. As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos empregados mencionados nesta Cláusula deverão ser solicitadas à Diretoria do responsável no MUNICÍPIO DE BONITO DE SANTA FÉ – CONCEDENTE, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. O prazo de vigência contratual será de 60 (SESSENTA) meses, contados a partir da data de assinatura do Contrato.

12.2. Quaisquer modificações dos atos constitutivos da adjudicatória, durante o período de vigência do instrumento contratual, deverão ser encaminhadas para conhecimento e registro na Secretaria Municipal de Administração, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da modificação.

12.3. É vedada a transferência do contrato de concessão.

12.4. A transferência do controle acionário da adjudicatária contratada ou a realização de fusões, cisões e incorporações deverão ter prévia anuência do Órgão Gestor do Mercado.

12.5. A transferência do controle acionário e a realização das alterações devem ser solicitadas conjuntamente pelos interessados.

12.6. As alterações de que tratam os subitens anteriores somente poderão ocorrer após a vigência de 01(um) ano do prazo contratual e do cumprimento das correspondentes obrigações nele previstas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. As partes elegem como privilegiado, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ou resultantes do presente, o Foro da Comarca de São José de Piranhas, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo.

E, por assim estarem justos e acertados, assinam o presente Termo em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, como adiante se vê.

Bonito de Santa Fé - PB, Bonito de Santa Fé - PB, 30 de Junho de 2022.

Prefeitura Municipal de Bonito de Santa Fé

ANTÔNIO LUCENA FILHO

Prefeito Constitucional

Contratante

DANIELA CAVALCANTI LUCENA

CPF: 072.036.684-44

Contratado

TESTEMUNHAS:

Nome: _____

CPF: _____

Nome: _____

CPF: _____

Publicado por:

Francimagna Feitosa Pinto

Código Identificador:7DBF381C

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO**

CONCORRÊNCIA Nº 01/2022 PMBSF

TERMO CONTRATO DE CONCESSÃO N.º 249/2022

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE CONCESSÃO DE USO ONEROSO DO ESPAÇO “BOX” DO MERCADO PÚBLICO DE BONITO DE SANTA FÉ QUE O MUNICÍPIO DE BONITO DE

SANTA FÉ OUTORGA A **JOSÉ PEREIRA DE SOUSA**, PARA EXPLORAR COMERCIALMENTE, POR FORÇA DA CLASSIFICAÇÃO OBTIDA NO PROCESSO DE LICITAÇÃO, MODALIDADE CONCORRÊNCIA Nº 01/2022PMBSF

Pelo presente instrumento firmado entre as partes, tendo de um lado o **A PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ**, ESTADO DA PARAÍBA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Aurea Dias de Almeida, Nº 228, Centro, Bonito de Santa Fé, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º **08.924.037/0001-18**, por seu representante legal **ANTÔNIO LUCENA FILHO**, CPF: 570.882.094-20 a partir de agora, denominado simplesmente **CONCEDENTE**, e de outro lado a, **JOSÉ PEREIRA DE SOUSA**, PORTADOR DO CPF: 080.759.424-50, RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA Francisco Timóteo, S/N, BAIRRO CENTRO, BONITO DE SANTA FÉ – PB, CEP: 58.960-000, doravante denominado(a) **CONCESSIONÁRIO (A)**, para explorar comercialmente o espaço do Box Item 06 do Mercado Público Municipal de Bonito de Santa Fé, com 09 metros quadrados de área útil, de acordo com as seguintes Cláusulas e Condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O espaço público objeto desta Concessão de Uso a título oneroso, acima identificado, destina-se, exclusivamente, a explorar comercialmente com o ramo de atividade Segmento de Escritórios e Consultorias: Estudo de Gravação, DEC, Festas, Escrt. Funerária, Escrit. Material de Construção, Consultório/Psicologia, sendo, portanto, terminantemente vedado seu uso para qualquer outro fim, sem prévia e expressa autorização do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DISPOSIÇÕES GERAIS

2.1. O uso do espaço físico para a exploração de atividade comercial dar-se-á em regime e Concessão de Uso, a Título Oneroso do espaço Box nº 32 do Mercado Público de Bonito de Santa Fé, mediante outorga do presente termo administrativo.

2.1.1. O imóvel objeto da presente Concessão de Uso não poderá ser vendido, cedido, transferido, locado, permutado ou emprestado a terceiros, no todo ou em parte, nem mesmo por força de sucessão comercial ou cessão e transferência de quotas do capital.

2.1.2. A Concessão de Uso ora outorgada não assegura ao (a) **CONCESSIONÁRIO (A)** o direito de exclusividade na exploração de seu ramo de negócio no Mercado Municipal de Bonito de Santa Fé em que este está localizado.

2.1.3. O (A) **CONCESSIONÁRIO (A)** deverá realizar às suas expensas as obras necessárias à instalação e/ou funcionamento de seu negócio, desde que não alterem a estrutura da área ocupada, nem prejudiquem a segurança das pessoas ou bens, **NÃO SENDO O MUNICÍPIO RESPONSÁVEL SOLIDARIAMENTE EM CASO DE OCORRÊNCIA DE EVENTUAIS DANOS A TERCEIROS (PESSOAS OU BENS)**, de acordo com as seguintes condições:

a) Toda e qualquer obra ou modificação a ser introduzida no imóvel, deverá ser previamente submetida à apreciação de uma equipe formada pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo e Secretário de Serviços Públicos e do Desenvolvimento Setorial e observada as diretrizes gerais referentes às restrições de ocupação dos espaços a serem concedidos, considerando-se suas características de edifício tombado pelo patrimônio histórico, e pelo Município expressamente autorizada;

b) Quaisquer benfeitorias realizadas no imóvel objeto da presente Concessão de Uso, sejam elas necessárias, úteis ou voluptuárias, passarão a pertencer ao Município de pleno direito, não podendo constituir-se em motivo de indenização, compensação, ou retenção por parte do (a) **CONCESSIONÁRIO (A)**;

2.1.4. Suportar integralmente todas as despesas com projetos, construções, material, mão de obra, encargos financeiros, tributários, previdenciários e outros, relativos à execução das adequações necessárias à implantação do empreendimento, bem como daquelas relacionadas com a preservação do patrimônio histórico.

2.1.5. Para melhor caracterização deste Instrumento, incorporam-se ao mesmo, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

- a) O Decreto Municipal N.º 34/2021, Decreto Municipal n.º 35/2021 e Lei Municipal n.º 791/2021, definidor das normas gerais sobre o contrato e sua execução;
- b) Proposta de preços.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1. A vigência da Presente Concessão de Uso será de 05 (cinco) anos, a contar da sua assinatura, encerrando-se no primeiro dia útil após o término deste prazo, podendo, havendo interesse das partes, ser renovado por igual período.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO

4.1. Pelo uso do espaço físico a CONCESSIONÁRIA pagará a título de concessão o valor de **R\$ 300,00 (Trezentos Reais)**.

4.2. Pelo uso do espaço físico a CONCESSIONÁRIA pagará a importância mensal de **R\$ 150,00 (Cento e Cinquenta Reais)**.

4.3. O primeiro pagamento vencerá em trinta dias após o início das atividades.

4.4. Depositar mensalmente, até o quinto dia útil subsequente ao mês do vencimento, na conta bancária indicada pelo poder concedente, o valor correspondente ao preço pela concessão.

4.5. A Concessionária fica obrigada, ainda, a participar do rateio das despesas pela manutenção das áreas comuns, de uso do povo, em valor correspondente proporcionalmente à área ocupada.

4.5.1. Deverá ser depositado, também até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido, em conta bancária a ser indicada pelo poder concedente ou quem a este delegar, o valor do rateio das despesas de manutenção das áreas de uso comum.

4.6. O valor do preço será reajustado na periodicidade de 12 (doze) meses, com base no INPC ou outro índice oficial equivalente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS MULTAS

5.1. As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas ao CONCESSIONÁRIO (A) e ao contratado são as previstas na Lei nº 8.666/93 e nesta Concorrência.

5.2. Pelo descumprimento total ou parcial das obrigações, poderá o Município aplicar as adquirentes as seguintes sanções, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste Edital:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município de Bonito de Santa Fé, por um prazo não superior a dois anos;
- d) Declaração de inidoneidade para contratar ou transacionar com o Município de Bonito de Santa Fé.

5.3. A recusa da adjudicatária em assinar o Contrato de Concessão dentro do prazo estabelecido implicará na perda do direito de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 24(vinte e quatro) meses, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades previstas na legislação que regulamenta a matéria.

5.4. Aplicam-se aos licitantes as penalidades previstas na Seção III - Dos Crimes e das Penas, da Lei Federal nº 8.666/93.

5.5. Pelo descumprimento de suas obrigações, a Concessionária sujeitar-se-á às seguintes penalidades:

5.5.1. Multa de 1% (um por cento) do valor proposto por dia de atraso não justificado e aceito para o início e entrega das obras de instalação nas áreas concedidas, até o máximo de 60(sessenta) dias.

5.5.2. Multa de 2% (dois por cento) do valor proposto por dia de paralisação não justificada e aceita pelo Município, até o máximo de 15(quinze) dias.

5.5.3. Pelo atraso no início da operacionalização, por culpa da Concessionária ou de seus subordinados, será aplicada a multa diária de 1% (um por cento) do valor proposto.

5.5.4. Multa de 50% (cinquenta por cento) do valor proposto, na hipótese inexecução total do ajuste e rescisão do contrato por culpa da empresa contratada.

5.5.5. Multa de 10% (dez por cento) do valor proposto, por inexecução parcial do ajuste, por executar os serviços em desconformidade com o exigido no contrato e seus anexos.

5.6. As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui a de outras.

5.7. As multas previstas neste item não têm caráter compensatório e consequentemente, seu pagamento não exime a empresa contratada da

reparação dos danos, perdas ou prejuízos a que tenha dado causa, seja à administração, seja ao público em geral.

5.8. O Município poderá, a qualquer tempo antes da contratação, desclassificar a proposta ou desqualificar a licitante, sem que a esta caiba o direito à indenização ou reembolso, na hipótese de vir a ser comprovada a existência de fato ou circunstância que desabone sua idoneidade financeira, que comprometa sua capacidade técnica ou administrativa, ou ainda, que reduza sua capacidade de operação.

CLÁUSULA SEXTA – DA INTERVENÇÃO

6.1. Caberá a intervenção pelo Poder Concedente, em caráter excepcional, nos casos relacionados abaixo com o fim exclusivo de assegurar a regularidade e a adequação na execução dos serviços, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes:

- a) Desvirtuamento do uso da área concessionada;
- b) Modificação ou alteração não autorizada do patrimônio histórico e cultural objeto da concessão;

6.2. Intervenção far-se-á por ato motivado da Administração, que conterá a designação do Interventor, o prazo da intervenção, os objetivos e os limites da medida.

6.3. O período da intervenção não será superior a 180 (cento e oitenta) dias, findo o qual o interventor proporá ao Poder Concedente ou a extinção da concessão ou a devolução da obra à Concessionária.

6.4. Cessada a intervenção e não ocorrendo a extinção da concessão, haverá a imediata prestação de contas pelo interventor, que responderá pelos atos praticados durante a sua gestão, sem prejuízo de responsabilidade pela concedente e do direito à indenização pelo concessionário e pela concedente.

6.5. Durante o processo de intervenção e antes de ser decretada a extinção de que trata o subitem 6.3 acima, será assegurado à Concessionária o direito à ampla defesa.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO PODER CONCEDENTE

7.1. Proceder à vistoria final para a verificação da adequação das instalações e equipamentos necessários ao funcionamento dos estabelecimentos, às expensas destes.

7.2. Autorizar formalmente o início das operações, após proceder à vistoria de que trata o item 7.1.

7.3. Fiscalizar permanentemente a execução dos serviços concedidos.

7.4. Intervir na execução dos serviços, mediante Decreto do Executivo, quando necessário, a fim de assegurar sua regularidade e o fiel cumprimento do contrato e das normas legais pertinentes.

7.5. Aplicar as penalidades previstas nas leis que regem a matéria e, especificamente, no Contrato de Concessão.

7.6. Entregar a Concessionária a área escolhida totalmente livre e desembaraçada de pessoas e coisas.

7.7. Declarar extinta a Concessão, quando não observadas às condições previstas no Edital de Concorrência nº 01/2021 PMBSF e anexo.

7.8. Cumprir e fazer cumprir as disposições legais e contratuais.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONCESSIONÁRIO (A)

8.1. O prazo para a ocupação e necessárias adequações dos espaços a serem concedidos constantes do objeto desta licitação é de até 180 dias (cento e oitenta) dias corridos, contados a partir do primeiro dia útil seguinte ao da assinatura do Contrato de Concessão, prorrogáveis por igual período em caso de fatos supervenientes e autorizado pelo poder concedente.

8.2. Ao término do Contrato a concessionária deverá devolver o espaço que lhe serviu de objeto em idênticas condições que o recebeu.

8.3. Manter, durante a vigência do contrato, as mesmas condições que propiciaram a sua habilitação no processo licitatório, apresentando sempre que solicitados pela Concedente os documentos comprobatórios de regularidade fiscal / trabalhista.

8.4. Cumprir fielmente todos os prazos previstos no Edital.

8.5. Depositar mensalmente, até o quinto dia útil subsequente ao mês do vencimento, na conta bancária indicada pelo poder concedente, o valor correspondente ao preço pela Concessão e pelo rateio das despesas de manutenção das áreas de uso comum.

8.6. Suportar integralmente todas as despesas com projetos, construções, material, mão de obra, encargos financeiros, tributários, previdenciários e outros, relativos à execução das adequações necessárias à implantação do empreendimento, bem como daquelas relacionadas com a preservação do patrimônio histórico.

8.7. Serão de inteira responsabilidade da licitante adjudicatária todos os seguros necessários, inclusive os relativos à responsabilidade civil e ao ressarcimento eventual dos danos materiais ou pessoais causados a seus empregados ou a terceiros, bem como multas e/ou indenizações por danos ambientais e ao patrimônio histórico.

8.8. Executar as obras e serviços necessários à adequação da área escolhida, objeto da Concessão, na conformidade das disposições legais e contratuais.

8.8.1. O (A) CONCESSIONÁRIO (A) deverá realizar às suas expensas as obras necessárias à instalação e/ou funcionamento de seu negócio, desde que não alterem a estrutura da área ocupada, nem prejudiquem a segurança das pessoas ou bens, NÃO SENDO O MUNICÍPIO RESPONSÁVEL SOLIDARIAMENTE EM CASO DE OCORRÊNCIA DE EVENTUAIS DANOS A TERCEIROS (PESSOAS OU BENS), de acordo com as seguintes condições:

c) a) Toda e qualquer obra ou modificação a ser introduzida no imóvel, deverá ser previamente submetida à apreciação de uma equipe formada pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo e Secretário de Serviços Públicos e do Desenvolvimento Setorial e observada as diretrizes gerais referentes às restrições de ocupação dos espaços a ser concedidos, considerando-se suas características de edifício tombado pelo patrimônio histórico, e pelo Município expressamente autorizada;

8.9. Prestar, em caráter permanente, serviços eficientes para todos os usuários.

8.10. Acatar prontamente as determinações da fiscalização do Município de Bonito de Santa Fé.

8.11. Atender a todas as prescrições legais e regulamentadoras.

8.12. Todo material proveniente de remoção ou entulho, decorrente do processo de implantação das obras de reforma e adequação dos espaços concedidos, deverá ser removido para locais previamente aprovados pela Prefeitura do Município de, não podendo, em hipótese alguma, permanecer no local.

8.13. A licitante adjudicatária deverá efetuar a manutenção do local de Bonito de Santa Fé a obra, de maneira a permitir o uso regular por parte dos concessionários e usuários, promovendo a varrição, limpeza e conservação do local até o final do serviço, com especial cuidado no tocante a preservar as condições de higiene dos produtos ali comercializados, considerando o caráter alimentar destes.

8.14. Todos os locais e equipamentos, bens e propriedades danificados em decorrência das obras e serviços executados, deverão ser imediatamente refeitos e construídos de acordo com as boas técnicas e normas vigentes, sem causar nenhum ônus ao Órgão Gestor do Mercado, concessionários e usuários do Mercado Público de Bonito de Santa Fé.

8.15. A licitante adjudicatária será responsável pela segurança do trabalho de seus funcionários e de todos os atos por eles praticados.

8.16. A licitante adjudicatária ficará responsável a qualquer tempo pela quantidade e qualidade das obras e serviços executados e pelo material utilizado.

8.17. A licitante adjudicatária obriga-se a comparecer sempre que solicitado, ao Órgão Gestor do Mercado, em dias e horários por ela estabelecidos, a fim de receber instruções ou participar de reuniões que poderão ser realizadas em outros locais.

8.18. A licitante adjudicatária deverá assumir, de forma objetiva, toda e qualquer responsabilidade perante terceiros, pela execução das obras de adequação e demais serviços no espaço concedido, pertinente ao objeto da presente licitação, devendo indenizar a municipalidade e/ou terceiros por todo e qualquer prejuízo ou dano causado inclusive ao patrimônio histórico e cultural do prédio do Mercado Público de Bonito de Santa Fé, que venham ocorrer por conta da execução do contrato.

8.19. A licitante adjudicatária obriga-se a atender e zelar pela manutenção de todas as determinações emanadas, atuais e futuras, dos órgãos responsáveis pela preservação do patrimônio histórico do Município de Bonito de Santa Fé.

8.20. A licitante adjudicatária deverá observar com rigor as disposições do Código do Consumidor, responsabilizando-se pela aprovação dos órgãos técnicos da Prefeitura, os projetos e memoriais

das adequações da área objeto da concessão, as quais deverão atender às exigências legais pertinentes, bem como realizá-las e concluí-las no prazo previsto no edital.

8.21. As despesas relativas a serviços e facilidades, tais como água, esgoto, energia elétrica, telefone, gás, conservação e limpeza, coleta de lixo, etc..., correrão por conta das licitantes adjudicatárias.

8.22. Não utilizar a área concedida para fins diversos do estabelecido no ANEXO I e II do Edital Convocatório.

8.23. Não ceder no todo ou em parte, a área objeto da concessão a terceiros, seja a que título for.

8.24. Zelar pela limpeza e conservação da área, devendo providenciar, às suas expensas, as obras e serviços que se fizerem necessários para a sua manutenção.

8.25. Arcar com todas as despesas decorrentes da concessão de uso ora licitadas, inclusive as relativas à lavratura e registro do competente instrumento, bem como eventuais taxas e tarifas.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO OU RENOVAÇÃO

9.1. O (A) CONCESSIONÁRIO (A) que deixar de cumprir qualquer Cláusula da Presente Concessão de Uso, poderá tê-la rescindida, principalmente se vier a ocorrer:

a) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais;

b) A sublocação total ou parcial da loja, a associação com outrem, à cessão ou

transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação com qualquer outra pessoa jurídica;

c) O desatendimento das determinações regulares oriundos do Decreto Municipal;

d) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

e) Razões de interesse público e exaradas no processo administrativo a que se refere a Concessão;

f) A dissolução da sociedade ou o falecimento do (a) CONCESSIONÁRIO (A);

g) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a exploração da atividade;

h) O atraso acumulado de 03 (três) parcelas mensais e consecutivas das obrigações financeiras;

i) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da continuidade da exploração da atividade comercial.

9.1.1. Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.1.2. A rescisão poderá ser:

a) Determinada por ato unilateral e escrito do MUNICÍPIO;

b) Amigável, por acordo entre as partes, não isentando o (a) CONCESSIONÁRIO (A) do pagamento antecipado das parcelas vencidas;

c) Judicial.

9.1.3. A rescisão ou revogação acarretará:

a) Desocupação imediata do espaço físico e o pagamento de valores de multas e outros encargos devidos;

b) Retenção da Garantia Contratual, salvo no caso de rescisão amigável.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO SEGURO

10.1. Serão de inteira responsabilidade da licitante adjudicatária todos os seguros necessários, inclusive os relativos à responsabilidade civil e ao ressarcimento eventual dos danos materiais ou pessoais causados a seus empregados ou a terceiros, bem como multas e/ou indenizações por danos ambientais e ao patrimônio histórico.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

11.1. A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada pelo Poder Concedente através de seus agentes especialmente designados para este fim, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

11.1.1. As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos empregados mencionados nesta Cláusula deverão ser solicitadas à Diretoria do responsável no MUNICÍPIO DE BONITO DE SANTA FÉ – CONCEDENTE, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. O prazo de vigência contratual será de 60 (SESSENTA) meses, contados a partir da data de assinatura do Contrato.

12.2. Quaisquer modificações dos atos constitutivos da adjudicatória, durante o período de vigência do instrumento contratual, deverão ser encaminhadas para conhecimento e registro na Secretaria Municipal de Administração, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da modificação.

12.3. É vedada a transferência do contrato de concessão.

12.4. A transferência do controle acionário da adjudicatária contratada ou a realização de fusões, cisões e incorporações deverão ter prévia anuência do Órgão Gestor do Mercado.

12.5. A transferência do controle acionário e a realização das alterações devem ser solicitadas conjuntamente pelos interessados.

12.6. As alterações de que tratam os subitens anteriores somente poderão ocorrer após a vigência de 01(um) ano do prazo contratual e do cumprimento das correspondentes obrigações nele previstas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. As partes elegem como privilegiado, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ou resultantes do presente, o Foro da Comarca de São José de Piranhas, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo.

E, por assim estarem justos e acertados, assinam o presente Termo em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, como adiante se vê.

Bonito de Santa Fé - PB, 30 de Junho de 2022.

Prefeitura Municipal de Bonito de Santa Fé

ANTÔNIO LUCENA FILHO

Prefeito Constitucional

Contratante

JOSÉ PEREIRA DE SOUSA

CPF: 080.759.424-50

Contratado

TESTEMUNHAS:

Nome: _____

CPF: _____

Nome: _____

CPF: _____

Publicado por:

Francimagna Feitosa Pinto

Código Identificador:EF33162D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 092/2022 - FRANCISCO DE ASSIS LUCENA CLEMENTE

PORTARIA Nº. 092/2022

O PREFEITO MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ, ESTADO DA PARAIBA, no uso das atribuições que lhe confere pela Lei Orgânica do Município, lei 431/2001 c/c lei 487/2004 e suas alterações, 554/2008, 630/2012, 624/2012, e alterações e 728/2018 e 752/2019. Proc. Administrativo de nº 057/2022.

Considerando que o Sr. **Francisco de Assis Lucena Clemente**, foi admitido neste município pelas normas previstas na CLT no dia 17/10/1987, para o cargo de **Escriturário**, lotado na Secretaria Municipal de Administração a época e que o mencionado cargo teve sua nomenclatura redenominado para **Agente Administrativo** e consoante Parecer favorável da Advocacia Geral do Município.

RESOLVE:

Art. 1º. RATIFICAR a nomenclatura que redenominou cargo de **Escriturário** admitido no dia 17/10/1987, para **Agente**

Administrativo ao servidor **FRANCISCO DE ASSIS LUCENA CLEMENTE**, matrícula nº. 00135, conforme portaria nº 1.967, e às fls. 10, da presente CTPS nº 88575 – Série 00004/PB, conforme a lei municipal nº 631/2012 e alterações, lei 728/2018 e 752/2019, o referido é lotado na Secretaria Municipal de Administração e Coordenação deste Município.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se, e Cumpra-se.

Prefeito Constitucional do Município de Bonito de Santa Fé, Estado da Paraíba/PB, em 14 de julho de 2022.

ANTONIO LUCENA FILHO

Prefeito Municipal

Publicado por:

Antonio Furtado de Figueiredo Neto

Código Identificador:1EA35F4D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 093/2022 - ARENILDE PEREIRA CARDOSO DE FIGUEIREDO

PORTARIA Nº. 093/2022

O PREFEITO MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ, ESTADO DA PARAIBA, no uso das atribuições que lhe confere pela Lei Orgânica do Município lei 431/2001 c/c lei 487/2004 e suas alterações, 554/2008, 630/2012 e 624/2012. Proc. Administrativo 2022.

Considerando que a Sra. **ARENILDE PEREIRA CARDOSO DE FIGUEIREDO**, foi admitida neste município para o cargo de Auxiliar de Serviços no dia 28/01/1988, lotada na Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social, a mesmo necessita se afastar em virtude licença-prêmio, conforme Proc. Administrativo.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER, licença-prêmio de 90 (noventa) dias a Sra. **ARENILDE PEREIRA CARDOSO DE FIGUEIREDO**, ocupante do cargo de **Auxiliar de Serviços Gerais**, matrícula nº 0000370, lotada na Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social de acordo com a Lei de 624/2012, para o período compreendido de: 14/07/2022 a 15/10/2022. Do período aquisitivo de 28/01/2008 a 28/01/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se, e Cumpra-se.

Prefeito Constitucional do Município de Bonito de Santa Fé, Estado da Paraíba/PB, em 14 de julho de 2022.

ANTONIO LUCENA FILHO

Prefeito Municipal

Publicado por:

Antonio Furtado de Figueiredo Neto

Código Identificador:0B7BA5FB

ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO****GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO**

Processo Administrativo nº 0100/2022

Pregão Eletrônico nº 0022/2022

OBJETO: Contratação de empresa para fornecer materiais de construção para manutenção de vias públicas e imóveis do município de Catingueira-PB

VENCEDORES:

- EMILIA GOMES DA SILVA SOUZA - Tipo: ME - LC123: Sim – CNPJ 19.525.990/0001-00; com valor Global de R\$ 111.384,00 (Cento e onze mil trezentos e oitenta e quatro reais), vencendo o item 0006.

- RICARDO PEREIRA DO NASCIMENTO - Tipo: Ltda/Eireli - CNPJ 03.115.654/0001-59; com valor Global de R\$ 130.438,42 (Cento e trinta mil quatrocentos e trinta e oito reais e quarenta e dois centavos), vencendo os itens 0002, 0005, 0009, 0013, 0014, 0015, 0016, 0017, 0018, 0021, 0022, 0023 e 0024.

Tendo esta licitação o Valor Global de R\$ 241. 822,42 (Duzentos e quarenta e um mil oitocentos e vinte e dois reais e quarenta e dois centavos).

Após análise do processo, e, estando o mesmo de acordo com a lei, HOMOLOGO, nos termos da Lei 10.520/02, em consequência, ficam convocados os licitantes vencedores para assinatura do termo de contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos termos do art. 64, da Lei 8.666/93, do citado diploma legal, sob as penalidades da lei.

Catingueira/PB, 12 de julho de 2022.

SUÉLIO FÉLIX DE ALENCAR

Prefeito de Catingueira/PB

Publicado por:

Ionara Félix Tavares

Código Identificador:40B99112

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

GABINETE DO PREFEITO EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Administrativo nº 0099/2022
Pregão Eletrônico nº 0021/2022

OBJETO: Contratação dos serviços do transporte de estudantes da rede municipal de ensino do município de Catingueira-PB.

VENCEDORES:

- ADRIANO LEITE MEDERIOS | Tipo: CPF - nº 054.326.144-13; com valor Global de R\$ R\$ 19.166,40 (Dezenove mil cento e sessenta e seis reais e quarenta centavos), vencendo o item 0007.

- EDIVALDO GOMES DA SILVA | Tipo: CPF – nº 927.343.164-04; com valor Global de R\$ 20.908,80 (Vinte mil novecentos e oito reais e oitenta centavos), vencendo o item 0003.

- EWERTON FELLIPE SOARES GOMES | Tipo: CPF – nº 115.286.664-88; com valor Global de R\$ 22.406,40 (Vinte e dois mil quatrocentos e seis reais e quarenta centavos), vencendo o item 0002.

- HUGO DOS SANTOS ASSIS | Tipo: CPF – nº 083.988.664-03; com valor Global de R\$ 26.136,00 (Vinte e seis mil cento e trinta e seis reais), vencendo o item 0004.

- JOSE ALCIMAR CAETANO DA SILVA | Tipo: CPF - nº 088.840.704-14; com valor Global de R\$ 24.273,60 (Vinte e quatro mil duzentos e setenta e três reais e sessenta centavos), vencendo o item 0005.

- JOSÉ ELENILDO RODRIGUES DA SILVA | Tipo: CPF – nº 081.586.264-40; com valor Global de R\$ 39.204,00 (Trinta e nove mil duzentos e quatro reais), vencendo o item 0008.

- JOSÉ WELLINGTON PEREIRA DOS SANTOS | Tipo: CPF – nº 091.780.254-35; com valor Global de R\$ 15.681,60 (Quinze mil seiscentos e oitenta e um reais e sessenta centavos), vencendo o item 0009.

- JUCIENIO CAMPOS DE SOUZA | Tipo: CPF – nº 024.341.954-66; com valor Global de R\$ 24.273,60 (Vinte e quatro mil duzentos e setenta e três reais e sessenta centavos), vencendo o item 0006.

- LEONARDO RODRIGUES DE LUCENA | Tipo: CPF – nº 095.378.514-94; com valor Global de R\$ 9.336,00 (Nove mil trezentos e trinta e seis reais), vencendo o item 0001.

Tendo esta licitação o Valor Global de R\$ 201.386,40 (Duzentos e um mil trezentos e oitenta e seis reais e quarenta centavos).

Após análise do processo, e, estando o mesmo de acordo com a lei, HOMOLOGO, nos termos da Lei 10.520/02, em consequência, ficam convocados os licitantes vencedores para assinatura do termo de contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos termos do art. 64, da Lei 8.666/93, do citado diploma legal, sob as penalidades da lei.

Catingueira/PB, 12 de julho de 2022.

SUÉLIO FÉLIX DE ALENCAR

Prefeito de Catingueira/PB

Publicado por:

Ionara Félix Tavares

Código Identificador:3AE2F111

ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAL VELHO

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CURRAL VELHO HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2022

Nos termos do relatório final apresentado pela Comissão Permanente de Licitação e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Tomada de Preços nº 00006/2022, que objetiva: Contratação de uma pessoa jurídica para prestar serviço de mão-de-obra roçando os matos que estão invadindo as laterais das estradas de terra batida, que liga a cidade a zona rural do Município de Curral Velho /PB, devendo ser 01 (um) metro de recuo de cada lado da estrada, conforme termo de referência; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório e ADJUDICO o seu objeto a: FORTTE CONSTRUCAO E SERVICOS LTDA - R\$ 72.182,20 (setenta e dois mil, cento e oitenta e dois reais e vinte centavos).

Curral Velho - PB, 22 de Junho de 2022

TÁCIO SAMUEL BARBOSA DINIZ

Prefeito

Publicado por:

Damião Allisson Cavalcante Diniz

Código Identificador:D6AF96B3

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CURRAL VELHO EXTRATO DE CONTRATO DE Nº 065/2022 DA TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2022

OBJETO: Contratação de uma pessoa jurídica para prestar serviço de mão-de-obra roçando os matos que estão invadindo as laterais das estradas de terra batida, que liga a cidade a zona rural do Município de Curral Velho /PB, devendo ser 01 (um) metro de recuo de cada lado da estrada, conforme termo de referência. **FUNDAMENTO LEGAL:** Tomada de Preços nº 00006/2022. **DOTAÇÃO:** FONTE DE RECURSOS: RECURSOS ORDINÁRIOS DA PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CURRAL VELHO **DOTAÇÃO:** 08.000 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA 15 452 1004 2012 (MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA) 121, 122 E 356 (Nº FICHA) 1.500.0000, 1.501.0000 e 1.704.0000, 3.3.90.39 00 (OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA); 26 782 1006 1017 (CONSTRUÇÃO E MELHORIA DE ESTRADAS VICINAIS) 086 E 087 (Nº FICHA) 1.500.0000 E 1.700.0000, 4.4.90.51 00 (OBRAS E INSTALAÇÕES);conforme QDD 2022, ficando automaticamente incorporadas as dotações do orçamento anual (LOA) aprovado por lei para o exercício seguinte.. **VIGÊNCIA:** até o final do exercício

financeiro de 2022. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Curral Velho e FORTTE CONSTRUCAO E SERVICOS LTDA - R\$ 72.182,20 (setenta e dois mil, cento e oitenta e dois reais e vinte centavos).

Curral Velho - PB, 23 de Junho de 2022

TÁCIO SAMUEL BARBOSA DINIZ
Prefeito

Publicado por:
Damião Allisson Cavalcante Diniz
Código Identificador:CAE01146

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
AVISO PARA ASSINATURA DE CONTRATO TOMADA DE PREÇO Nº 004/2022

O **MUCIPIO DE DIAMANTE/PB** através de sua Comissão de Permanente de Licitação **CONVOCA** o licitante, na ordem de classificação **CONCRETISA CONSTRUTORA LTDA, CNPJ nº 09.913.177/0001-53**, situada na Rua João Claudino Vieira, nº 13, Centro, Conceição/PB, para assinar em até 5 (cinco) dias o termo do contrato. Caso não compareça, será convocado o segundo classificado até que seja efetivada a contratação.

Em tempo, registramos que as empresas deverão comparecer no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Diamante, localizada à Rua Possidônio José da Costa, 881, Bairro Centro – Diamante – PB.

Diamante, 13 de julho de 2022.

FRANCISCO JEÂNIO PEREIRA FRANCO
Presidente da CPL

Publicado por:
Francisco Jeanio Pereira Franco
Código Identificador:00DEAC2D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
AVISO PARA ASSINATURA DE CONTRATO TOMADA DE PREÇO Nº 005/2022

O **MUCIPIO DE DIAMANTE/PB** através de sua Comissão de Permanente de Licitação **CONVOCA** o licitante, na ordem de **NIEMAIA CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ: 10.641.065/0001-70**, situada na Fazenda Várzea de Jurema, S/N, Bivar Olinto, Patos – PB, para assinar em até 5 (cinco) dias o termo do contrato. Caso não compareça, será convocado o segundo classificado até que seja efetivada a contratação.

Em tempo, registramos que as empresas deverão comparecer no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Diamante, localizada à Rua Possidônio José da Costa, 881, Bairro Centro – Diamante – PB.

Diamante, 13 de julho de 2022.

FRANCISCO JEÂNIO PEREIRA FRANCO
Presidente da CPL

Publicado por:
Francisco Jeanio Pereira Franco
Código Identificador:C0E21D49

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE EMAS

AMANDA NUNES ALBINO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO TOMADA DE PREÇOS Nº 0005/2020

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

TOMADA DE PREÇOS nº 0005/2020

CONTRATO Nº 00041/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE EMAS-PB

CONTRATADA: M.J.B. PAIXÃO EIRELI-ME- CNPJ nº 07.156.006/0001-00.

OBJETO: Constitui objeto do presente Termo Aditivo prorrogação de prazo de execução do contrato nº 0041/2020, por mais 12 (doze) meses a partir da assinatura do presente termo. O objeto do contrato é os serviços: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE ESCOLAR COM QUATRO SALAS DE AULA, TERMO DE CONVÊNIO Nº 496/2019.

PRAZO DE VIGENCIA: 16/07/2023

DATA DE ASSINATURA: 13 de julho de 2022.

ANA ALVES DE ARAUJO LOUREIRO -
Prefeita Municipal

Publicado por:
Amanda Nunes Albino
Código Identificador:CA6B6434

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA
PROCESSO 2022.267.2-007.06/06

TOMADA DE PREÇO 00006/2022

AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO.

A Comissão Especial de Licitação do Município de Esperança/PB, torna público aos interessados que a Licitação na modalidade Tomada de Preços nº 00006/2022, destinada a “Contratação de Empresa para Execução de Serviços de Reforma e Ampliação da Escola Municipal Olímpia Souto, Município de Esperança/PB, será REVOGADA em função de parecer técnico emitido pelo DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA, o qual constatou erros na planilha orçamentária, podendo gerar problemas futuros, sendo assim, o departamento de engenharia irá fazer as devidas correções para futura publicação. Os autos do processo licitatório, encontram-se com vistas franqueada aos licitantes na sala da CEL do Município de Esperança/PB ou pelo e-mail esperanca.pb.certames@gmail.com.

Esperança/PB, 13 de julho de 2022.

NOBSON PEDRO DE ALMEIDA
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Emerson David Alves da Costa
Código Identificador:1675962D

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARACY

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARACY PB

EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: Contratação de empresa para confecção de adesivos e placas, para diversas secretarias, Fundo Municipal de Saúde e Fundo de Assistência Social do Município de Igaracy-PB. **FUNDAMENTO LEGAL:** Pregão Presencial nº 00021/2022. **DOTAÇÃO:** Recursos Próprios do Município de Igaracy: 02.000 GABINETE DO PREFEITO, 04 122 1002 2003 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DA PREFEITO, 018 3.3.90.39 00 1.5001.0000 OUTROS SERVIÇOS TERCEIRO – PESSOA JURIDICA; 03.000 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, 04 122 1008 1006 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA SEC. DE ADMINISTRAÇÃO, 030 3.3.90.39 00 1.5001.0000 OUTROS SERVIÇOS TERCEIRO – PESSOA JURIDICA; 04.000 SECRETARIA DE FINANÇAS, 04 123 1002 2010 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA

SECRETARIA DE FINANÇAS, 050 3.3.90.39 00 1.5001.0000 OUTROS SERVIÇOS TERCEIRO – PESSOA JURIDICA; 05.000 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, 15 452 1002 2011 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, 076 3.3.90.39 00 1.500.0000 OUTROS SERVIÇOS TERCEIRO – PESSOA JURIDICA; 06.000 SECRETARIA DE SAÚDE, 06.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, 10 301 1011 2015 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE, 101 3.3.90.39 00 1.500.1002 OUTROS SERVIÇOS TERCEIRO – PESSOA JURIDICA; 07.000 SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E REC. HÍDRICOS, 04 122 1012 2036 MANUT. DA SEC. DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E REC. HÍDRICOS, 194 3.3.90.39 00 1.501.0000 OUTROS SERVIÇOS TERCEIRO – PESSOA JURIDICA; 08.000 SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL, 14 244 1013 2040 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL, 220 3.3.90.39 00 1.500.0000 OUTROS SERVIÇOS TERCEIRO – PESSOA JURIDICA; 08.001 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 09.000 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E TURISMO, 12 368 1016 2061 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, 319 3.3.90.39 00 1.500.1001 OUTROS SERVIÇOS TERCEIRO – PESSOA JURIDICA; 10.000 SECRETARIA DE CULTURA, 13 695 1018 2068 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE CULTURA, 365 3.3.90.39 00 1.501.0000 OUTROS SERVIÇOS TERCEIRO – PESSOA JURIDICA; VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2022. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Igaracy e: CT Nº 00067/2022 - 13.07.22 - JONATHAS DE ARAUJO LEITE - R\$ 99.500,00.

Publicado por:
George Carlos Vieira Lopes
Código Identificador:CA4C11E0

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1051/2022 DE: 17 DE JUNHO DE 2022

DENOMINA-SE DE RUA MARIA ALVES DE PAULO, A RUA PROJETADA, LOCALIZADA NO SETOR 04, NA VILA MOCÓ, NA CIDADE DE ITAPORANGA/PB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPORANGA, ESTADO DA PARAÍBA, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica denominada de **RUA MARIA ALVES DE PAULO**, a Rua Projetada (Estrada que dá acesso ao Sítio Caiçara), localizada no Setor 04, na Vila Mocó, limitando-se ao Norte com a Rua Projetada 10, ao Sul com a Rua Projetada 02, ao Leste com a Rua Projetada 09 e ao Oeste com a Rua Antônio Horácio Neves.

Art. 2º. Fica, o Prefeito Municipal, autorizado a mandar confeccionar uma placa com os dizeres: **RUA MARIA ALVES DE PAULO**.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itaporanga(PB), 17 de Junho de 2022.

DIVALDO DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marianna Neves de Almeida
Código Identificador:38480742

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOCA CLAUDINO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
INEXIGIBILIDADE Nº IN00006/2022

RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE Nº IN00006/2022

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Inexigibilidade de Licitação nº IN00006/2022, que objetiva: Contratação de shows artísticos das bandas CAVALEIROS DO FORRÓ, BONDE DO BRASIL E GILSON MANIA, para apresentações em praça pública no dia 25 de julho de 2022 na festa de comemoração dos 28 anos de emancipação política do município de Joca Claudino/PB; RATIFICO o correspondente procedimento e ADJUDICO o seu objeto a: BONDE DO BRASIL PROMOCOES E EDICOES MUSICAIS LTDA - R\$ 60.000,00; GRUPO MUSICAL CAVALEIROS DO FORRO LTDA - R\$ 72.000,00; LELEKA PRODUCOES E LOCACOES EIRELI - R\$ 10.000,00.

Joca Claudino - PB, 13 de Julho de 2022

RINALDO CIPRIANO DE SOUSA -
Prefeito

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOCA CLAUDINO

GESTOR E FISCAL DO CONTRATO - INEXIGIBILIDADE Nº IN00006/2022

Nos termos da norma vigente e observado o disposto no respectivo processo, que objetiva: Contratação de shows artísticos das bandas CAVALEIROS DO FORRÓ, BONDE DO BRASIL E GILSON MANIA, para apresentações em praça pública no dia 25 de julho de 2022 na festa de comemoração dos 28 anos de emancipação política do município de Joca Claudino/PB; DESIGNO os servidor Clodoaldo José de Araújo Souza, Secretário, como Gestor; e o senhor Herlesons Sarllan Anacleto de Almeida, Advogado, para Fiscal, dos contratos decorrentes da Inexigibilidade de Licitação nº IN00006/2022, especialmente para acompanhar e fiscalizar a execução dos referidos contratos, respectivamente.

Joca Claudino - PB, 13 de Julho de 2022

RINALDO CIPRIANO DE SOUSA -
Prefeito

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOCA CLAUDINO

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO: Exposição de Motivos nº IN00006/2022. OBJETO: Contratação de shows artísticos das bandas CAVALEIROS DO FORRÓ, BONDE DO BRASIL E GILSON MANIA, para apresentações em praça pública no dia 25 de julho de 2022 na festa de comemoração dos 28 anos de emancipação política do município de Joca Claudino/PB. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. AUTORIZAÇÃO: Secretaria Municipal de Cultura e Turismo. RATIFICAÇÃO: Prefeito, em 13/07/2022.

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOCA CLAUDINO

EXTRATO DE CONTRATOS

OBJETO: Contratação de shows artísticos das bandas CAVALEIROS DO FORRÓ, BONDE DO BRASIL E GILSON MANIA, para apresentações em praça pública no dia 25 de julho de 2022 na festa de comemoração dos 28 anos de emancipação política do município de Joca Claudino/PB. FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação nº IN00006/2022. DOTAÇÃO: 02.110 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO 13 392 0010 2069

EVENTOS TRADICIONAIS E CULTURAIS 15001000 Recursos Livres (Ordinário) 000667 3390.39 99 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2022. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Joca Claudino e: CT Nº 00042/2022 - 13.07.22 - GRUPO MUSICAL CAVALEIROS DO FORRO LTDA - R\$ 72.000,00; CT Nº 00043/2022 - 13.07.22 - LELEKA PRODUÇÕES E LOCAÇÕES EIRELI - R\$ 10.000,00; CT Nº 00044/2022 - 13.07.22 - BONDE DO BRASIL PROMOÇÕES E EDIÇÕES MUSICAIS LTDA - R\$ 60.000,00

Publicado por:
Arthur de Almeida Pinto
Código Identificador:6BF4C2BD

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 00023/2021**

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO
CONTRATO Nº 00048/2021**

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 00023/2021
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOCA CLAUDINO/PB
CONTRATADA: CLECIAN GONCALVES SANTANA.
CNPJ: 21.455.988/0001-53

OBJETO DO CONTRATO: Contratação de empresa para fornecimento parcelado e diário de Material de Construção destinado a atender as diversas Secretarias do município de Joca Claudino/PB.

OBJETO DO ADITIVO: Trata-se do PRIMEIRO TERMO ADITIVO que tem por objeto a alteração de quantitativos e acréscimo de 25% (Vinte e cinco por cento) ao Contrato Administrativo de nº 00048/2021 firmado em 20 de agosto de 2021, cujo objeto é a Contratação de empresa para fornecimento parcelado e diário de Material de Construção destinado a atender as diversas Secretarias do município de Joca Claudino/PB.

VALOR DO ADITIVO: R\$ 135.526,16 (CENTO E TRINTA E CINCO MIL, QUINHENTOS E VINTE E SEIS REAIS E DEZESSEIS CENTAVOS)

NOVO VALOR CONTRATUAL: R\$ 708.262,46 (SETECENTOS E OITO MIL, DUZENTOS E SESENTA E DOIS REAIS E QUARENTA E SEIS CENTAVOS)

FUNDAMENTO: O presente Termo Aditivo se fundamenta no art. 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93, bem como na Cláusula Décima do Contrato originário de nº 00048/2021.

DA RATIFICAÇÃO: As demais cláusulas do contrato em referência permanecem inalteradas e são pelo presente termo aditivo, ratificadas

Joca Claudino - PB, 13 de julho de 2022

RINALDO CIPRIANO DE SOUSA

Publicado por:
Arthur de Almeida Pinto
Código Identificador:C0E8CA3B

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JURIPIRANGA**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
GABINETE DO PREFEITO - AVISO DE
LICITAÇÃO/PREGÃO ELETRÔNICO - PROCESSO
LICITATÓRIO Nº 053/2022 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº
014/2022.**

AVISO DE LICITAÇÃO/PREGÃO ELETRÔNICO

Processo Licitatório Nº 053/2022 – Pregão Eletrônico Nº 014/2022. Aquisição. Tipo menor preço POR ITEM. A presente licitação tem como objeto a Contratação de empresa visando a Aquisição de PATRULHA MECANIZADA, tipo RETROESCAVADEIRA 0 (Zero) Km, em atendimento ao Convênio nº 921482/2021 celebrado entre o Ministério da Agricultura, pecuária e abastecimento e o Município de Juripiranga-PB, de acordo com as especificações do Termo de Referência constante do Anexo I. Valor estimado da contratação é o valor de R\$ 526.166,66 (Quinhentos e vinte e seis mil

cento e sessenta e seis e sessenta e seis centavos). Recebimento das propostas no dia 14 de Julho de 2022 a partir das 12:00hrs, abertura e julgamento das propostas dia 27 de Julho de 2022 a partir das 09:00hrs, início da sessão de disputa dia 27 de Julho de 2022 às 09:30hrs, pelo sistema BNC (Banco Nacional de Compras). Maiores Informações na Sala de Licitações localizada na Rua São Paulo, 67, Centro – Juripiranga – PB. Os editais e anexos e outras informações podem ser obtidos no mesmo endereço da sessão de abertura no horário das 07:30 às 13:00, segunda a quinta e na sexta-feira, ou, ainda através dos e-mails: ljuripiranga@gmail.com –

CAMILA CAVALCANTE DE MELO ROCHA -
Pregoeira do Município de Juripiranga-PB.

Publicado por:
Camila Cavalcante de Melo Rocha
Código Identificador:3DEBAF48

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALTA**

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CERTIDÃO MUNICIPAL**

CERTIDÃO MUNICIPAL

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente, no uso de suas atribuições certifica para fins de atendimento à solicitação da empresa requerente a viabilidade de implantação do empreendimento: Usina de Geração Solar Fotovoltaica, com potência máxima de 3 Kwp, cuja atividade é considerada de baixo impacto de degradação ambiental no âmbito local, no imóvel rural denominado Fazenda Malta/PB, situado na zona rural do município de MALTA - PB, de propriedade de Manoel Benedito de Lucena Filho, com as seguintes coordenadas geográficas: Latitude 6º 90'49,77" O, e Longitude 37º 49' 15,07" S, através do projeto elaborado pelas empresas ACHINO ENERGIAS, LTDA. Contudo o empreendimento/atividade deverá atender ao disposto na legislação ambiental e florestal vigente, cujo terreno deve possuir reserva legal averbada, por ser imóvel em área rural.

O requerente são as empresas ACHINO ENERGIAS LTDA, Estrada do Aviário, 40 - Galpão 6 - Xerém, Duque de Caxias, CEP 25250-597, CNPJ: 21.832.017/0001-85.

Esta certidão está vinculada à exatidão das informações prestadas pelo requerente e informações contidas no cadastro Ambiental Rural (CAR) em anexo.

A presente certidão foi emitida sem rasuras e/ou colagem e tem validade indeterminada.

MALTA, 13 de Julho de 2022.

HILDO BARBOSA MONTEIRO

Secretário de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente

Publicado por:
Ricardo de Sousa Nascimento
Código Identificador:10D6B1B7

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CERTIDÃO MUNICIPAL**

CERTIDÃO MUNICIPAL

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente, no uso de suas atribuições certifica para fins de atendimento à solicitação da empresa requerente a viabilidade de implantação do empreendimento: Usina de Geração Solar Fotovoltaica, com potência máxima de 4,99 Kwp, cuja atividade é considerada de baixo impacto de degradação ambiental no âmbito local, no imóvel rural denominado Fazenda Cupiras/PB, situado na zona rural do município de MALTA - PB, de propriedade de Manoel Benedito de Lucena Filho, com as seguintes coordenadas geográficas: Latitude 6º55'57.1''S e Longitude 37º30'03.8''O, através do projeto elaborado pelas empresas ACHINO ENERGIAS, LTDA. Contudo o empreendimento/atividade deverá atender ao disposto na legislação ambiental e florestal vigente, cujo terreno deve possuir reserva legal averbada, por ser imóvel em área rural.

O requerente são as empresas ACHINO ENERGIAS LTDA, Estrada do Aviário, 40 - Galpão 6 - Xerém, Duque de Caxias, CEP 25250-597, CNPJ: 21.832.017/0001-85.

Esta certidão está vinculada à exatidão das informações prestadas pelo requerente e informações contidas no cadastro Ambiental Rural (CAR) em anexo.

A presente certidão foi emitida sem rasuras e/ou colagem e tem validade indeterminada.

MALTA, 10 de Julho de 2022.

HILDO BARBOSA MONTEIRO

Secretário de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente

Publicado por:
Ricardo de Sousa Nascimento
Código Identificador:B082741E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO LICENÇA SIMPLIFICADA

LICENÇA SIMPLIFICADA

A Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente de Malta, fundamentada na Resolução CONAMA nº 237/1997 e art. 2º e 6º, seus parágrafos e incisos e demais legislações vigentes sobre a matéria,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Simplificada a MONTESE ENERGY LTDA, Estrada do Aviário, 40 - Galpão 6 - Xerém, Duque de Caxias, CEP: 25.250-597, CNPJ: 26.954.403/0001-63 e a empresa FOTON SOLAR LTDA, Rua Quintino Bocaiúva, 625 - Sala 9 - João Pessoa, Paraíba, CEP: 58.040-320, CNPJ: 35.672.192/0001-67 para localização, implantação e Operação de geração de energia solar fotovoltaica, porte pequeno, potencial poluidor pequeno, classe 1, empreendimento em localização, com P.A. (Ponto de amarração) nas coordenadas - Latitude 6º 90'49,77" O, e Longitude 37º 49' 15,07" S. Mediante o cumprimento da legislação vigente e dos seguintes condicionantes:

I – Executar todas as medidas mencionadas no Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS aprovado, para as etapas de segregação, acondicionamento, coleta, transporte, destinação e disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados no empreendimento.

Prazo: durante a execução das atividades:

II – Realizar as ações de educação ambiental interna e externa, conforme metodologia descrita no Plano de Educação Ambiental, apresentando relatório das atividades, contendo registro fotográfico e lista de presença.

Prazo: 180 dias:

III – Apresentar relatório técnico acerca da execução do PRAD, conforme cronograma apresentado.

Prazo: 180 dias:

IV – Apresentar Autorização de Supressão de Vegetação – ASV, emitida pela Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

Prazo: 30 dias:

V – Apresentar comprovação (ficha de controle de EPI, devidamente assinado pelo funcionário) do fornecimento dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI, para todos os colaboradores.

Prazo: 15 dias após o início das atividades:

VI – Apresentar comprovação (lista de presença, certificados e relatório fotográfico) dos treinamentos sobre o uso correto do EPI, primeiros socorros, combate a incêndio e levantamento manual de carga/peso.

Prazo: 30 dias após o início das atividades:

VII – Deverá ser fixado no quadro de avisos, em local de fácil visualização, placas ou cartazes, contendo telefones de emergência, tais como: do corpo de bombeiros, hospital, médico e pronto socorro mais próximos e outras informações relevantes.

Prazo: Antes do início das atividades:

VIII – Todo o empreendimento deve estar adequado de acordo com os programas de segurança do trabalho e meio ambiente.

Prazo: Durante a vigência da Licença:

IX – Manter cópia desta licença em local visível na empresa.

X – O descumprimento de quaisquer dessas condicionantes acarretará em multas, suspensão ou cancelamento desta licença de acordo com a legislação vigente.

Art. 2º. Esta licença refere-se à análise de viabilidade ambiental de competência da Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos, cabendo ao interessado obter a anuência e/ou autorizações pertinentes das outras instâncias no âmbito Estadual e Federal, quando couber, para que alcance seus efeitos legais.

Malta/PB, 13 de julho de 2022.

HILDO BARBOSA MONTEIRO

Secretário de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente

Publicado por:
Ricardo de Sousa Nascimento
Código Identificador:710B36BA

ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE MATARACA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MATARACA EXTRATO DE CONTRATO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MATARACA

EXTRATO DE CONTRATOS

OBJETO: Aquisição parcelada de medicamentos, materiais médicos e hospitalares diversos destinados ao Fundo Municipal de Saúde deste Município. **FUNDAMENTO LEGAL:** Pregão Eletrônico nº 00005/2022. **DOTAÇÃO:** Recursos Próprios do Município de Mataraca: 2037 – Manut. Prog. Assist. a Farmácia Básica; 2041 – Manut Fundo Municipal de Saúde; 2050 – Teto Municipal da Média e Alta Complex. Ambulatorial e Hospitalar; 3390.30 – Material de Consumo.. **VIGÊNCIA:** até o final do exercício financeiro de 2022. **PARTES CONTRATANTES:** Fundo Municipal de Saúde de Mataraca e: CT Nº 00023/2022 - 13.07.22 - PHARMAPLUS LTDA - R\$ 335.190,00; CT Nº 00024/2022 - 13.07.22 - DROGAFONTE LTDA - R\$ 536.205,75.

Publicado por:
Maria de Lourdes da Silva
Código Identificador:A41AAA58

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MATARACA EXTRATO DE CONTRATO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MATARACA

EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: Aquisição de materiais de consumo odontológicos destinado ao programa de Saúde Bucal de Mataraca. **FUNDAMENTO LEGAL:** Pregão Eletrônico nº 00006/2022. **DOTAÇÃO:** Recursos Próprios do Município de Mataraca: 2038 – Manut. Prog. Saúde Bucal; 2041 – Manut. Fundo Municipal de Saúde; 2051 – Piso de Atenção Básica Fixo – PAB Fixo; 3390.30 – Outros Serv. de Terceiros Pessoa Jurídica.. **VIGÊNCIA:** até o final do exercício financeiro de 2022. **PARTES CONTRATANTES:** Fundo Municipal de Saúde de Mataraca e: CT Nº 00025/2022 - 13.07.22 - ORTOSHOP COMERCIO LTDA - R\$ 211.258,00.

Publicado por:
Maria de Lourdes da Silva
Código Identificador:C2182CDC

GABINETE DO PREFEITO HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 00001/2022

Nos termos do relatório final apresentado pela Comissão Permanente de Licitação e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Tomada de Preços nº 00001/2022, que objetiva: Contratação de uma

empresa especializada em construção civil para Construção de uma Creche 1º Infância Tipo A, no Município; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório e ADJUDICO o seu objeto a: B & F EDIFICARE ENGENHARIA LTDA - R\$ 1.271.817,09.

Mataraca - PB, 13 de Julho de 2022

EGBERTO COUTINHO MADRUGA -
Prefeito

Publicado por:
Maria de Lourdes da Silva
Código Identificador:245E9F44

GABINETE DO PREFEITO CONVOCAÇÃO PARA ASSINAR CONTRATO

CONVOCAÇÃO PARA ASSINAR CONTRATO

PROCESSO: Tomada de Preços nº 00001/2022. OBJETO: Contratação de uma empresa especializada em construção civil para Construção de uma Creche 1º Infância Tipo A, no Município. NOTIFICAÇÃO: Convocamos a seguinte empresa para no prazo de 05 (cinco) dias consecutivos, considerados da data desta publicação, comparecer junto a Comissão Permanente de Licitação objetivando a assinatura do respectivo contrato, sob pena de incidência da cominação prevista no Art. 81, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores: B & F Edificare Engenharia Ltda - CNPJ 29.842.086/0001-81. INFORMAÇÕES: na sede da CPL, Rua Daniel Toscano, 28 - Centro - Mataraca - PB, no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis. Telefone: (083) 3297-1130.

Mataraca - PB, 13 de Julho de 2022

MARIA DE LOURDES DA SILVA -
Presidente da Comissão

Publicado por:
Maria de Lourdes da Silva
Código Identificador:AC5FBE3C

ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTADAS

GABINETE DO PREFEITO PORTARIA Nº 57, DE 13 DE JULHO DE 2022 - EXONERAÇÃO - ALISSON MARTINIANO DA SILVA

PORTARIA Nº 57, DE 13 DE JULHO DE 2022

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE MONTADAS, ESTADO DA PARAÍBA, no uso das suas atribuições legais e em conformidade com o que estabelece o art. 11, II; art. 35, I; art. 37, I e art. 38, III da Lei Municipal nº 257, de 30 de maio de 1997 c/c o art. 1º, III, art. 5º e 54, II do Decreto Municipal nº 627, de 28 de dezembro de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o senhor **Alisson Martiniano da Silva**, do cargo em comissão de **Secretário de Gabinete**, de lotação na Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 2º A presente portaria passa a vigorar da data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se a Portaria nº 47, de 6 de junho de 2022.

JONAS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antônio Veríssimo de Souza Segundo
Código Identificador:7B9852A9

GABINETE DO PREFEITO PORTARIA Nº 58, DE 13 DE JULHO DE 2022 - NOMEAÇÃO E DESIGNAÇÃO - WISLEY DE OLIVEIRA DE ANDRADE

PORTARIA Nº 58, DE 13 DE JULHO DE 2022

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE MONTADAS, ESTADO DA PARAÍBA, no uso das suas atribuições legais e em conformidade com o que estabelece o art. 10, I, art. 11, II; art. 16 § 4º; art. 22, parágrafo único e art. 43 § 3º da Lei Municipal nº 257, de 30 de maio de 1997 c/c o art. 2º, § 1º, III; art. 5º e 54, I do Decreto Municipal nº 627, de 28 de dezembro de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o senhor **Wisley de Oliveira de Andrade**, para ocupar o cargo em comissão de **Secretário de Gabinete**, com lotação na Secretaria Municipal de Finanças, com vencimento alusivo ao cargo.

Parágrafo único. O alusivo servidor fica designado para ocupar a função do **Gestor de Recursos do RPPS**.

Art. 2º A presente portaria passa a vigorar a partir da data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se todas as disposições em contrário.

JONAS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antônio Veríssimo de Souza Segundo
Código Identificador:61C6C529

ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL EXTRATO DO CONTRATO REF. AO PE 01037/2022/FMAS

OBJETO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA DO REFERIDO EDITAL. FUNDAMENTO LEGAL: nos termos da Lei Federal nº. 10.520/02, Decreto nº 10.024/19, Lei Complementar Federal nº. 123/2006 e a Lei nº. 8.666/93; Decreto Municipal nº. 1.115/2019 - ALTERADA - PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 045/2022, Pregão Eletrônico nº 0.10.37/2022- SRP. VIGÊNCIA: Do presente contrato tem vigência até 12 (doze) meses, a partir da data de assinatura do contrato. PARTES CONTRATANTES: Fundo Municipal de Assistência Social/ ANNA LORENA LEITE NÓBREGA LAGO e a empresa: **J.T.A. COMERCIO DE ARTIGOS DESCARTAVEIS LTDA**, inscrito (a) no CNPJ sob o nº 21.318.384/0001- 65, com valor global de R\$ 9.469,00 (nove mil, quatrocentos e sessenta e nove reais)- **Nº 45.3.01/2022/CSL; P E B MARTINS**, inscrita no CNPJ sob o nº 45.231.243/0001-79, com valor global de R\$ 55.358,80 (cinquenta e cinco mil, trezentos e cinquenta e oito reais e oitenta centavos)- **CT 45.3.03/2022/CSL; WANUTCY SILVA OLIVEIRA LTDA**, inscrito no CNPJ 22.826.328/0001-02, com valor global de R\$ 103.722,00 (CENTO E TRÊS MIL, SETECENTOS E VINTE E DOIS REAIS)- **CT 45.3.02/2022/CSL.**

Monteiro - PB, 07 de julho de 2022.

ANNA LORENA LEITE NÓBREGA LAGO
Gestora FMAS

Publicado por:
Erinaldo Araújo Sousa
Código Identificador:2DF0C001

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MONTEIRO EXTRATO DO CONTRATO REF. AO PE 01037/2022/PMM

OBJETO: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA DO REFERIDO EDITAL. FUNDAMENTO LEGAL: nos termos da Lei Federal nº. 10.520/02, Decreto nº 10.024/19, Lei Complementar Federal nº. 123/2006 e a Lei nº. 8.666/93; Decreto Municipal nº. 1.115/2019 -

ALTERADA – PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 045/2022, Pregão Eletrônico nº 0.10.37/2022- SRP. VIGÊNCIA: Do presente contrato tem vigência até 12 (doze) meses a partir da data de assinatura do contrato. PARTES CONTRATANTES: Fundo Municipal de Educação/ ANNA LORENA LEITE NÓBREGA LAGO e as empresas **J.T.A. COMERCIO DE ARTIGOS DESCARTAVEIS LTDA**, inscrito (a) no CNPJ sob o nº 21.318.384/0001-65, com valor global R\$ 18.056,00 (DEZOITO MIL, CINQUENTA E SEIS REAIS)- **45.2.01/2022/CSL; P E B MARTINS**, inscrita no CNPJ sob o nº 45.231.243/0001-79, com valor global de R\$ 154.090,20 (cento e cinquenta e quatro mil, noventa reais e vinte centavos)- **45.2.03/2022/CSL; WANUTCY SILVA OLIVEIRA LTDA**, inscrito no CNPJ 22.826.328/0001-02, com valor global de R\$ 567.276,00 (QUINHENTOS E SESSENTA E SETE MIL, DUZENTOS E SETENTA E SEIS REAIS)-CT **45.2.02/2022/CSL**.

Monteiro - PB, 07 de julho de 2022.

ANNA LORENA LEITE NÓBREGA LAGO
Gestora FME

Publicado por:
Erinaldo Araújo Sousa
Código Identificador:979BCB9E

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONTEIRO EXTRATO DO CONTRATO REF. AO PE 01037/2022/FMS

OBJETO: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA DO REFERIDO EDITAL. FUNDAMENTO LEGAL: nos termos da Lei Federal nº. 10.520/02, Decreto nº 10.024/19, Lei Complementar Federal nº. 123/2006 e a Lei nº. 8.666/93; Decreto Municipal nº. 1.115/2019 - ALTERADA – PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 045/2022, Pregão Eletrônico nº 0.10.37/2022- SRP. VIGÊNCIA: Do presente contrato tem vigência até 12 (doze) meses a partir da data de assinatura do contrato. PARTES CONTRATANTES: Fundo Municipal de Saúde/ ANA PAULA BARBOSA OLIVEIRA MORATO e as empresas **JTA COMERCIO DE ARTIGOS DESCARTAVEIS LTDA** inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 21.318.384/0001-65, com valor global de R\$ 13.513,00 (treze mil, quinhentos e treze reais)- **45.1.01/2022/CSL; P E B MARTINS**, inscrita no CNPJ sob o nº 45.231.243/0001-79, com valor global de R\$ 167.887,00 (cento e sessenta e sete mil, oitocentos e oitenta e sete reais)- **45.1.03/2022/CSL; WANUTCY SILVA OLIVEIRA LTDA**, inscrito no CNPJ 22.826.328/0001-02, com valor global de R\$ 310.417,00 (TREZENTOS E DEZ, QUATROCENTOS E DEZESETE) – CT **45.1.02/2022/CSL**.

Monteiro - PB, 07 DE JULHO DE 2022.

ANA PAULA BARBOSA OLIVEIRA MORATO
Gestora do FMS.

Publicado por:
Erinaldo Araújo Sousa
Código Identificador:2F867366

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 0.10.42/2022- SRP

A Comissão Permanente de Licitação da prefeitura Municipal de Monteiro, através da Pregoeira Oficial e Equipe de Apoio, devidamente nomeados pela Prefeitura Municipal de Monteiro, **TORNA PÚBLICO** e comunica aos interessados que se encontra aberta à licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** nº. **0.10.42/2022**, cujo objeto o **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL E EQUIPAMENTOS MEDICOS HOSPITALARES CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL**. DATA DA ABERTURA: **26 DE JULHO DE 2022 ÀS 09H00MIN (HORÁRIO LOCAL)**. Valor R\$ 546.338,70. Cópia do edital de demais documentos pertinentes estará á disposição no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Monteiro, à Rua Dr. Alcindo Bezerra de Menezes, 13, Centro, 1º Andar, nesta Cidade, no horário

de expediente das 07h30min às 13h00min. Outras informações pelo telefone 3351-1510 ou 3351-1544, <http://www.comprasgovernamentais.gov.br/>, www.monteiro.pb.gov.br e <https://tramita.tce.pb.gov.br/tramita/pages/main.jsf>.

Monteiro-PB 13 de Julho de 2022.

ANNE RAFAELLE DE SANTA CRUZ MELO
Pregoeira

Publicado por:
Erinaldo Araújo Sousa
Código Identificador:C17348C9

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO EXTRATO DO CONTRATO REF. AO PE 01037/2022/PMM

OBJETO: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA DO REFERIDO EDITAL. FUNDAMENTO LEGAL: nos termos da Lei Federal nº. 10.520/02, Decreto nº 10.024/19, Lei Complementar Federal nº. 123/2006 e a Lei nº. 8.666/93; Decreto Municipal nº. 1.115/2019 - ALTERADA – PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 045/2022, Pregão Eletrônico nº 0.10.37/2022- SRP. VIGÊNCIA: Do presente contrato tem vigência até 12 (doze) meses a partir da data de assinatura do contrato. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Monteiro/ ANNA LORENA LEITE NÓBREGA LAGO e as empresas **J.T.A. COMERCIO DE ARTIGOS DESCARTAVEIS LTDA**, inscrito (a) no CNPJ sob o nº 21.318.384/0001-65, com valor global R\$ 9.146,20 (NOVE MIL, CENTO E QUARENTA E SEIS REAIS E VINTE CENTAVOS)-CT **45.0.01/2022; P E B MARTINS**, inscrita no CNPJ sob o nº 45.231.243/0001-79, com valor global de R\$ 64.035,60 (SESSENTA E QUATRO MIL, TRINTA E CINCO REAIS E SESSENTA CENTAVOS)- CT **45.0.03/2022; WANUTCY SILVA OLIVEIRA LTDA**, inscrito no CNPJ 22.826.328/0001-02, com valor global de R\$ 105.466,00 (cento e cinco mil, quatrocentos e sessenta e seis reais)- CT **45.0.02/2022**.

Monteiro - PB, 07 de julho de 2022.

ANNA LORENA LEITE NÓBREGA LAGO
Prefeita

Publicado por:
Erinaldo Araújo Sousa
Código Identificador:B0BCF467

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO ATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO TP 0.2.005/2022

De acordo com o relatório final da Comissão Permanente de Licitação, **HOMOLOGO** o procedimento da **Tomada de Preços nº. 0.2.005/2022**, que em como objetivo a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO EM COMUNIDADES RURAIS DE BAIXO DOS CANUDOS E LAGOA DE CIMA NO MUNICIPIO DE MONTEIRO/PB, ADJUDICAR** o objeto licitado em favor da empresa vencedora: **LIVRAMENTO CONSTRUÇÕES, SERVIÇOS E PROJETOS EIRELI EPP**, CNPJ **09.326.532/0001-98**, no valor global de **R\$ 398.366,47** (TREZENTOS E NOVENTA E OITO MIL E TREZENTOS E SESSENTA E SEIS REAIS E QUARENTA E SETE CENTAVOS).

Monteiro, 13 de Julho de 2022.

ANNA LORENA LEITE NÓBREGA LAGO
Prefeita

Publicado por:
Erinaldo Araújo Sousa
Código Identificador:F49137E9

ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA LAVRADA

**GABINETE
SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DE CONSELHO**

PORTARIA
Nº 082/2022 – GP

Dispõe sobre: Substituição de Membros do Conselho Municipal de Saúde - CMS

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA LAVRADA, ESTADO DA PARAÍBA**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica, Constituições Federal, Estadual e legislação de regência;
CONSIDERANDO os termos da **Lei Municipal nº 139**, de 20 de janeiro de 2014 e demais normativos legais que regulam o Conselho Municipal de Saúde, Órgão vinculado à Secretaria Municipal de Saúde;
CONSIDERANDO a necessidade de regularização do Conselho Municipal de Saúde (CMS) e, respeitando as indicações representativas, escolhidas e apresentadas pelas Entidades e instâncias competentes para o encargo;

RESOLVE:

Art. 1º. Substituir, através deste ato, os membros integrantes do **Conselho Municipal DE saúde (CMS)** deste Município, nomeados através da Portaria 206/2020- GP, para o período de 17 de julho de 2022 à 11 de dezembro de 2020, constituído na seguinte representação:

MEMBROS SUBSTITUTOS

I – REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

TITULAR: MARIA ÂNGELA LUCIA DA SILVA
SUPLENTE: MARIA DAS VITÓRIAS SOUTO

Art. 2º. Os demais membros deste Conselho, permanecem inalterados conforme Portaria 206 de 16 de dezembro de 2020.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Pedra Lavrada/PB, em 13 de julho de 2022.

JOSÉ ANTÔNIO VASCONCELOS DA COSTA
Prefeito

Publicado por:
Osvaldo Januário de Lima
Código Identificador:535C226A

**GABINETE
SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DE CONSELHO**

PORTARIA
Nº 083/2022 – GP

Dispõe sobre: Substituição de Membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA LAVRADA, ESTADO DA PARAÍBA**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica, Constituições Federal, Estadual e legislação de regência;
CONSIDERANDO os termos da **Lei Municipal nº 159/2015**, e demais normativos legais que regulam o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente - CMDCA, Órgão vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho, Cidadania e Habitação;

CONSIDERANDO a necessidade de regularização do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente – CMDCA e, respeitando as indicações representativas, escolhidas e apresentadas pelas Entidades e instâncias competentes para o encargo;

RESOLVE:

Art. 1º. Substituir, através deste ato, os membros integrantes do **Conselho Municipal Da criança e do adolescente – CMDCA**, nomeados através da Portaria 003/2022- GP, para o período de 17 de julho de 2022 à 06 de janeiro de 2024, constituído na seguinte representação:

MEMBROS SUBSTITUTOS

I – REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:
TITULAR: MARIA ÂNGELA LUCIA DA SILVA
SUPLENTE: MARIA DAS VITÓRIAS SOUTO

Art. 2º. Os demais membros deste Conselho, permanecem inalterados conforme Portaria 003 de 06 de janeiro de 2022.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Pedra Lavrada/PB, em 13 de julho de 2022.

JOSÉ ANTÔNIO VASCONCELOS DA COSTA
Prefeito

Publicado por:
Osvaldo Januário de Lima
Código Identificador:89CA803C

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PICUÍ**

**GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO -
PE00009/2022**

Espécie: Registro de Preços nº00014/2022 – Pregão Eletrônico nº 00009/2022, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº **220113PE00009**.
OBJETO: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS DE FORMA PARCELADA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, CONFORME DISPOSIÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA.
EMPRESA VENCEDORA: Ata 19 - 06.07.22 - ULTRA LICITAÇÕES LTDA - R\$ 33.608,00. **VIGÊNCIA:** 06/07/2022 a 06/07/2023. Ata disponível no endereço eletrônico: <http://picui.pb.gov.br/transparência>

Publicado por:
Wallysson Bruno Macedo Barros
Código Identificador:4825D89E

**GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATOS - PE00009/2022**

OBJETO: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS DE FORMA PARCELADA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, CONFORME DISPOSIÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Eletrônico nº 00009/2022. **DOTAÇÃO:** Recursos Próprios do Município de Picuí: 20.100 – GABINETE DO PREFEITO 04.122.1002.1003 – 4.4.90.52.00.00 04.122.1002.2002 – 3.3.90.30.00.00 20.200 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 04.122.1002.2004 – 3.3.90.30.00.00 / 4.4.90.52.00.00 20.300 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E GESTÃO

04.122.1002.2004 – 3.3.90.30.00.00 / 4.4.90.52.00.00 20.400 – SECRETARIA DA FAZENDA 04.123.1002.2007 – 3.3.90.30.00.00 / 4.4.90.52.00.00 20.500 – SECRETARIA DA AGRICULTURA 20.122.2009.1101 – 4.4.90.52.00.00 20.122.2009.1138 – 4.4.90.52.00.00 20.122.2009.2010 – 3.3.90.30.00.00 / 4.4.90.52.00.00 20.600 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTOS 12.122.2028.1143 – 4.4.90.52.00.00 12.122.2028.2094 – 3.3.90.30.00.00 / 4.4.90.52.00.00 12.361.2011.1123 – 4.4.90.52.00.00 12.361.2011.1141 – 4.4.90.52.00.00 12.361.2011.2015 – 3.3.90.30.00.00 / 4.4.90.52.00.00 12.361.2011.2021 – 3.3.90.30.00.00 12.361.2011.2082 – 3.3.90.30.00.00 / 4.4.90.52.00.00 12.361.2028.1090 – 4.4.90.52.00.00 12.365.2010.1036 – 4.4.90.52.00.00 12.365.2010.1037 – 4.4.90.52.00.00 12.365.2010.2083 – 3.3.90.30.00.00 / 4.4.90.52.00.00 12.366.2007.2028 – 3.3.90.30.00.00 13.392.2008.1038 – 4.4.90.52.00.00 27.812.2014.1043 – 4.4.90.52.00.00 27.812.2014.2032 – 3.3.90.30.00.00 10.122.2023.2096 – 3.3.90.30.00.00 / 4.4.90.52.00.00 10.301.2004.1144 – 4.4.90.52.00.00 10.301.2004.2034 – 3.3.90.30.00.00 10.301.2004.2078 – 3.3.90.30.00.00 10.302.2005.1052 – 4.4.90.52.00.00 10.302.2005.1054 – 4.4.90.52.00.00 10.302.2005.1058 – 4.4.90.52.00.00 10.302.2005.1128 – 4.4.90.52.00.00 10.302.2005.1145 – 4.4.90.52.00.00 10.302.2005.2037 – 3.3.90.30.00.00 / 4.4.90.52.00.00 10.302.2005.2038 – 3.3.90.30.00.00 / 4.4.90.52.00.00 10.302.2005.2040 – 3.3.90.30.00.00 10.302.2005.2041 – 3.3.90.30.00.00 10.302.2005.2081 – 3.3.90.30.00.00 / 4.4.90.52.00.00 10.302.2023.1060 – 4.4.90.52.00.00 10.302.2023.1094 – 4.4.90.52.00.00 10.302.2023.1114 – 4.4.90.52.00.00 10.303.2004.1113 – 4.4.90.52.00.00 10.304.2025.1115 – 4.4.90.52.00.00 10.303.2004.2073 – 3.3.90.30.00.00 / 4.4.90.52.00.00 10.304.2025.2098 – 3.3.90.30.00.00 / 4.4.90.52.00.00 10.305.2025.2097 – 3.3.90.30.00.00 / 4.4.90.52.00.00 20.800 – FUNDO MUNICIPAL ASSISTÊNCIA SOCIAL 08.122.2001.1136 – 4.4.90.52.00.00 08.241.2029.1067 – 4.4.90.52.00.00 08.241.2029.2103 – 3.3.90.30.00.00 08.243.2001.2093 – 3.3.90.30.00.00 08.243.2006.1070 – 4.4.90.52.00.00 08.243.2006.2049 – 3.3.90.30.00.00 08.243.2013.2050 – 3.3.90.30.00.00 / 4.4.90.52.00.00 08.243.2016.2077 – 3.3.90.30.00.00 08.243.2016.2085 – 3.3.90.30.00.00 / 4.4.90.52.00.00 08.244.2001.2055 – 3.3.90.30.00.00 / 4.4.90.52.00.00 08.244.2001.2056 – 3.3.90.30.00.00 / 4.4.90.52.00.00 08.244.2001.2090 – 3.3.90.30.00.00 08.244.2006.1096 – 4.4.90.52.00.00 08.244.2006.2061 – 3.3.90.30.00.00 / 4.4.90.52.00.00 08.244.2013.1148 – 4.4.90.52.00.00 08.244.2013.2062 – 3.3.90.30.00.00 / 4.4.90.52.00.00 20.900 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA 15.452.1002.1084 – 4.4.90.52.00.00 15.452.1002.2064 – 3.3.90.30.00.00. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2022. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Picuí e: CT Nº 00222/2022 - 06.07.22 - ULTRA LICITAÇÕES LTDA - R\$ 33.608,00.

Publicado por:

Wallysson Bruno Macedo Barros
Código Identificador:304CF036

GABINETE DO PREFEITO AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00031/2022

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Antônio Firmino – Centro Administrativo, 348 - Monte Santo - Picuí - PB, por meio do site www.portaldecompraspublicas.com.br, licitação modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, para: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, DE FORMA PARCELADA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, CONFORME DISPOSIÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA. Abertura da sessão pública: 09:00 horas do dia 26 de Julho de 2022. Início da fase de lances: para ocorrer nessa mesma sessão pública. Referência: horário de Brasília - DF. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Federal nº 10.024/19; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas.

Informações: das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (083) 3371-2126. E-mail: pmp.cpl@picui.pb.gov.br. Edital: www.picui.pb.gov.br/licitacoes; www.tce.pb.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br.

Picuí - PB, 13 de Julho de 2022

OLIVÂNIO DANTAS REMÍGIO

Prefeito Constitucional

Publicado por:

Wallysson Bruno Macedo Barros
Código Identificador:6C3ABAE5

GABINETE DO PREFEITO AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00032/2022

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Antônio Firmino – Centro Administrativo, 348 - Monte Santo - Picuí - PB, por meio do site www.portaldecompraspublicas.com.br, licitação modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, visando formar Sistema de Registro de Preços objetivando contratações futuras, para: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA REFERENTE A MÃO DE OBRA DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO A EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA REFERENTE A MÃO DE OBRA DE BORRACHARIA, DOS VEÍCULOS DA LINHA LEVE E PESADA, PERTENCENTES E AGREGADOS AO MUNICIPIOPARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS REPARTIÇÕES MUNICIPAIS, CONFORME DISPOSIÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA. Abertura da sessão pública: 09:00 horas do dia 27 de Julho de 2022. Início da fase de lances: para ocorrer nessa mesma sessão pública. Referência: horário de Brasília - DF. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Federal nº 10.024/19; Decreto Municipal nº 125/14; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (083) 3371-2126. E-mail: pmp.cpl@picui.pb.gov.br. Edital: www.picui.pb.gov.br/licitacoes; www.tce.pb.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br.

Picuí - PB, 13 de Julho de 2022

OLIVÂNIO DANTAS REMÍGIO

Prefeito Constitucional

Publicado por:

Wallysson Bruno Macedo Barros
Código Identificador:5CBC319D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 395/2022

O Secretário de Administração no uso das atribuições contidas no Art. 12, inciso III da Lei Municipal nº 1335, de 26/03/2008,

CONSIDERANDO as disposições do art. 77 da Lei Complementar Municipal nº 001/2008 que reza que “*após cada período de 12 (doze) meses de exercício o servidor fará jus a 30 (trinta) dias de férias*”;

CONSIDERANDO que a **posse** do (a) servidor (a) ocorreu em **05 de novembro de 2002** e que entrou em **exercício no cargo em 05 de novembro de 2002**, a cada dia 05 de novembro de cada ano ocorre a conclusão do período aquisitivo de férias do (a) servidor (a), iniciando a partir de tal data o direito ao gozo das férias;

CONSIDERANDO que o (a) servidor (a) requereu as férias relativas ao **período aquisitivo 2019/2020**, que se completou em **05 de novembro de 2020**;

CONSIDERANDO a manifestação favorável do (a) Secretário (a) da Pasta onde está lotado (a) o (a) servidor (a), exercendo o juízo

discrecionário, considerando a prejudicialidade dos serviços na repartição;

Considerando o disposto no **Parecer PMP/PJM/Nº 474/2022** da Procuradoria Jurídica do Município.

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias à servidora **TARTAIANA MACEJANA LUCIANO CUNHA LIMA FARIAS**, matrícula nº 0000765, Agente de Saúde Pública, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, relativas ao período de 2019/2020, nos termos do Art. 77 do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis de Picuí, contados a partir de 18/07/2022 A 16/08/2022.

Picuí-PB, 13 de julho de 2022.

JEAN RONNIE DE AZEVEDO DANTAS
Secretário de Administração

Publicado por:
Wallysson Bruno Macedo Barros
Código Identificador:859680A4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 396/2022

O Secretário de Administração no uso das atribuições contidas no Art. 12, inciso III da Lei Municipal nº 1335, de 26/03/2008,

CONSIDERANDO as disposições do art. 77 da Lei Complementar Municipal nº 001/2008 que reza que “*após cada período de 12 (doze) meses de exercício o servidor fará jus a 30 (trinta) dias de férias*”;

CONSIDERANDO que a **posse** do (a) servidor (a) ocorreu em **10 de maio de 2018** e que entrou em **exercício no cargo em 10 de maio de 2018**, a cada dia 10 de maio de cada ano ocorre a conclusão do período aquisitivo de férias do (a) servidor (a), iniciando a partir de tal data o direito ao gozo das férias;

CONSIDERANDO que o (a) servidor (a) requereu as férias relativas ao **período aquisitivo 2020/2021**, que se completou em **10 de maio de 2021**;

CONSIDERANDO a manifestação favorável do (a) Secretário (a) da Pasta onde está lotado (a) o (a) servidor (a), exercendo o juízo discrecionário, considerando a prejudicialidade dos serviços na repartição;

Considerando o disposto no **Parecer PMP/PJM/Nº 469/2022** da Procuradoria Jurídica do Município.

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias ao servidor **EDJANCLEIDE ALEXANDRE LIMA**, matrícula nº 2017271, Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, relativas ao período de 2020/2021, nos termos do Art. 77 do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis de Picuí, contados a partir de 21/07/2022 a 19/08/2022.

Picuí-PB, 13 de julho de 2022.

JEAN RONNIE DE AZEVEDO DANTAS
Secretário de Administração

Publicado por:
Wallysson Bruno Macedo Barros
Código Identificador:2739B4E9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 397/2022

O Secretário de Administração no uso das atribuições contidas no Art. 12, inciso III da Lei Municipal nº 1335, de 26/03/2008,

CONSIDERANDO as disposições do art. 77 da Lei Complementar Municipal nº 001/2008 que reza que “*após cada período de 12 (doze) meses de exercício o servidor fará jus a 30 (trinta) dias de férias*”;

CONSIDERANDO que a **posse** do (a) servidor (a) ocorreu em **16 de janeiro de 2012** e que entrou em **exercício no cargo em 01 de fevereiro de 2012**, a cada dia 01 de fevereiro de cada ano ocorre a conclusão do período aquisitivo de férias do (a) servidor (a), iniciando a partir de tal data o direito ao gozo das férias;

CONSIDERANDO que o (a) servidor (a) requereu as férias relativas ao **período aquisitivo 2020/2021**, que se completou em **01 de fevereiro de 2021**;

CONSIDERANDO a manifestação favorável do (a) Secretário (a) da Pasta onde está lotado (a) o (a) servidor (a), exercendo o juízo discrecionário, considerando a prejudicialidade dos serviços na repartição;

Considerando o disposto no **Parecer PMP/PJM/Nº 472/2022** da Procuradoria Jurídica do Município.

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias ao servidor **BRUNO RICARDO DE LIMA**, matrícula nº 65499, Auxiliar Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, relativas ao período de 2020/2021, nos termos do Art. 77 do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis de Picuí, contados a partir de 21/07/2022 a 19/08/2022.

Picuí-PB, 13 de julho de 2022.

JEAN RONNIE DE AZEVEDO DANTAS
Secretário de Administração

Publicado por:
Wallysson Bruno Macedo Barros
Código Identificador:B240AC74

ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇO DANTAS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO EXTRATO DE TERMO ADITIVO

QUARTO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº 00055/2018-CPL

OBJETO: Contratação de empresa especializada para locação de software e prestação de serviços de atualização e atendimento técnico para os sistemas de Contabilidade Pública. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 00025/2018. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Recursos Próprios do Município de Poço Dantas. OBJETO DO ADITIVO: Constitui objeto deste ADITIVO, a prorrogação do prazo de vigência, previsto na Cláusula Sétima do Contrato, que será prorrogado para mais 12 (doze) meses. Portanto, o referido contrato passará a vigorar até o dia 01 de agosto do ano de 2023. O contrato será reajustado em 10.70%, conforme previsão contratual na cláusula décima do contrato que traz a seguinte redação: “o reajuste de preço O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até o respectivo limite fixado no Art. 65, § 1º da Lei 8.666/93. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.” Portanto, o valor do contrato passará a ser reajustado para R\$ 1.722,01 (mil setecentos e vinte e dois reais e um centavo). Ficam as demais Cláusulas contratuais inalteradas. Município de Poço Dantas e a Empresa STAF TECNOLOGIA LTDA. Data de Assinatura: 13 de julho de 2022.

Publicado por:
Abimael Alves Diniz
Código Identificador:DCE18A24

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBAL

COMISSAO PERMANENTE DE LICITACAO
AVISO DE JULGAMENTO HABILITAÇÃO TOMADA DE
PREÇO Nº 005/2022

OBJETO: EXECUÇÃO DE OBRA CIVIL PÚBLICA DE CONSTRUÇÃO DE QUADRA COBERTA E VESTUÁRIO, EM ESCOLA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NA CIDADE DE POMBAL-PB.

A Prefeitura Municipal de Pombal, através da Comissão Permanente de Licitação da PMP, constituída pela portaria n.º 103/2022 de 05 de abril de 2022, comunica aos interessados que, após exame da documentação da referida Tomada de Preço, foram HABILITADAS: Nenhuma. INABILITADA: - IGOR BRASIL LINS EIRELI - por não atender o item 5, subitem 5.5.2. A empresa não apresentou acervo técnico referente a: ESTRUTURA METÁLICA PARA COLUNAS E TRAVAMENTOS, conforme conta no parecer técnico da engenharia. Ficam franqueadas vistas ao processo, abrindo-se o prazo recursal na forma da Lei.

Pombal, 13 de julho de 2022.

LEONARDO FARIAS DA SILVA
Presidente da CPL

Publicado por:
Jackelyne de Oliveira Silva
Código Identificador:93434318

COMISSAO PERMANENTE DE LICITACAO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº
016/2022

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBAL** torna público para conhecimento dos interessados nos termos da Lei 10.520/02 e disposições da Lei 8.666/93 e suas alterações, Lei complementar n.º 123/2006, bem como toda legislação correlata, que realizará licitação na modalidade Pregão eletrônico, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, do tipo menor preço por item, em sessão pública na página eletrônica www.portaldecompraspublicas.com.br/, no dia **28 de julho de 2022 às 08h01min**. Objetivo: AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS ESPECIAIS (SUPLEMENTOS). Mais informações e aquisição do edital completo no <https://www.pombal.pb.gov.br/pregao-eletronico/>; www.portaldecompraspublicas.com.br/ ou no Departamento de Licitações situada na Praça Mons. Valeriano Pereira, 15, 1º andar, Centro, Pombal-PB, CEP.: 58.840-000, no horário das 07h:00min às 11h:00min e 13h:00min às 17h:00min ou pelo e-mail: licitacao@pombal.pb.gov.br.

Pombal, 13 de julho de 2022.

LEONARDO FARIAS DA SILVA
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Jackelyne de Oliveira Silva
Código Identificador:F1691FE4

GABINETE
DISTRATO DO CONTRATO N.º 545/2021 TOMADA DE
PREÇOS 004/2021

Pombal, 08 de julho de 2022.

OBJETO: OBRA CIVIL PÚBLICA DE PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM NAS COMUNIDADES VÁRZEA COMPRIDA DOS LEITES E FLORES NO MUNICÍPIO DE POMBAL-PB.

CONTRATO Nº 545/2021
CONTRATADA: MAURILIO FERREIRA DA SILVA EIRELI
CNPJ: 12.541.735/0001-01

RAZÕES DO DISTRATO: Em virtude da solicitação da empresa a partir do indeferimento do pedido de reequilíbrio econômico financeiro por parte da secretaria responsável. Por isso, justifica-se o distrato para que se garanta a continuidade do objeto licitado.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 79, II da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações.

ABMAEL DE SOUSA LACERDA
Prefeito

MAURILIO FERREIRA DA SILVA EIRELI
Contratado

Publicado por:
Jackelyne de Oliveira Silva
Código Identificador:208FB439

GABINETE
EXTRATO ADITIVO

Pombal, 10 de junho de 2022

ADITIVO: Quinto aditivo do contrato n.º 0215/2018
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICO.
CONTRATADA: JACINTA GOMES DE FARIAS ME
CNPJ: 17.558.221/0001-82
MOTIVO: Prorrogação de Prazo
VIGENCIA DO ADITIVO: 11 de junho de 2022 a 31 de dezembro de 2022.
FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA: art. 57, II da Lei 8.666/93.

ABMAEL DE SOUSA LACERDA
Prefeito/ Contratante

JACINTA GOMES DE FARIAS ME
Contratada

Publicado por:
Jackelyne de Oliveira Silva
Código Identificador:5730C78D

GABINETE
EXTRATO DE CONTRATO SN

Pombal/PB, 12 de julho de 2022.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DO ARTISTA “BEL SILVA” PARA REALIZAR SHOW EM PRAÇA PÚBLICA EM COMEMORAÇÃO A TRADICIONAL FESTA DE ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE POMBAL-PB.

CONTRATADO: MANOEL CANDIDO DA SILVA FILHO
CNPJ: 702.502.164-42
VIGÊNCIA: 24/08/2022
VALOR: R\$ 1.800,00 (Hum Mil e Oitocentos Reais)

DOTAÇÃO: 02.110 Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo - 23 695 1052 2059 Promoção de Eventos Sociais, Culturais e Esportivos - 3390.36 99 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física.

ABMAEL DE SOUSA LACERDA
Prefeito

MANOEL CANDIDO DA SILVA FILHO
Contratado

Publicado por:
Jackelyne de Oliveira Silva
Código Identificador:F04CA218

GABINETE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2022 EXTRATO DA ATA DE
REGISTRO DE PREÇOS Nº 209/2022

No dia 08 de julho de 2022, a Prefeitura Municipal de Pombal, situada Na Praça Mons. Valeriano Pereira, 15, 1º andar, Centro, Pombal-PB, CEP.: 58.840-000, inscrito no CNPJ sob o n.º 08.948.697/0001-39, ora representado pelo Senhor Prefeito Municipal Abmael de Sousa Lacerda, portador do CPF/MF n.º 132.872.144-20, RG n.º 249.256-2ªVIA - SSP-PB residente e domiciliado à Rua Vicente de Paula Leite, 611, Centro, Pombal-PB, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, alterações, subsidiariamente a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, Decreto Municipal 1.353/2009 e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico nº 013/2022, RESOLVE registrar o prego ofertado pelo Fornecedor:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 209/2022

Fornecedor: RIO VALE AUTOMOTORES LTDA

CNPJ: 00.585.424/0001-65

Item: 01.

Valor: R\$ 390.000,00 (trezentos e noventa mil reais).

Da validade de ata de registro de preço: A ata de registro de preço terá validade de 12 (doze) meses, a contar de sua publicação no Diário Oficial.

Dos órgãos participantes: Participará deste certame a Prefeitura Municipal.

Pombal/PB, 08 de julho de 2022.

ABMAEL DE SOUSA LACERDA

Prefeito/ Contratante

RIO VALE AUTOMOTORES LTDA

Proponente Vencedor

Publicado por:

Jackelyne de Oliveira Silva

Código Identificador:73986088

ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRINCESA ISABEL

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRINCESA ISABEL
EXTRATO DO 3º ADITIVO DE REEQUILÍBRIO
ECONÔMICO E FINANCEIROS AO CONTRATO Nº 058/2021**

Pregão Presencial Nº 006/2021. Contratante: Prefeitura de Princesa Isabel/PB. Contratada: Maria Clebia Rodrigues Pereira-ME, CNPJ: 23.364.049/0001-29. Considerando, a necessidade de continuação do fornecimento contratado e a cláusula quarta do referido contrato. Considerando, a solicitação do Sr. Ademir Cordeiro Florentino, CPF: 046.767.534-11, representante da contratada protocolado no dia 01/04/2022 (vide peça anexa), onde requer um reajuste nos preços contratados dos itens abaixo relacionados. Desta forma, com o reequilíbrio econômico e financeiro dos preços unitários contratados deste contrato, os novos preços unitários implicarão nos preços unitários iniciais contratados no montante de R\$ 38.774,67 (trinta e oito mil, setecentos e setenta e quatro reais, sessenta e sete centavos). Ficam ratificadas todas as demais cláusulas contratuais que não foram modificadas pelo presente termo aditivo. Contratantes: Ricardo P. do Nascimento (Pela contratante) e o Sr. Ademir Cordeiro Florentino (Pela contratada).

Princesa Isabel-PB, 06 de julho de 2022.

RICARDO PEREIRA DO NASCIMENTO -

Prefeito

Publicado por:

Jacé Alves de Oliveira

Código Identificador:CACCEB9C

ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA/PB - AVISO
DE PRETENSA CONTRATAÇÃO DIRETA - DISPENSA DE
LICITAÇÃO Nº DV00027/2022**

A Prefeitura Municipal de Santa Cecília manifesta o interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados na contratação direta, com base no Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21, que objetiva: Contratação de empresa especializada em Serviços de Engenharia Agrônoma para controle de Pragas e Vetores urbanos nas diversas Secretarias e Departamentos da Prefeitura Municipal, Fundos Municipais de Saúde e Assistência Social do Município de Santa Cecília/PB. O interessado poderá obter o respectivo Termo de Referência com a especificação do objeto pretendido junto a Comissão de Licitação, sediada na Av. Santa Cecília, 214 - Centro - Santa Cecília - PB, ou acessando: licitacaoscpb@gmail.com. **A referida comissão estará recebendo as propostas até o dia 19 de Julho de 2022**, nos horários e endereços abaixo indicados, e que poderão ser encaminhadas também pelo e-mail: licitacaoscpb@gmail.com. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21; Lei Complementar nº 123/06; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: no horário das 08:00 às 13:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado.

Santa Cecília - PB, 13 de Julho de 2022

MARIA LUCRÉCIA FREITAS SOARES

Servidor Responsável

Publicado por:

Ernando Souza de Sales

Código Identificador:DC7B4056

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA/PB -
RESULTADO FASE HABILITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS
Nº 00002/2022**

OBJETO: Contratação de empresa do ramo de engenharia para construção de 01 (uma) creche municipal 1º infância, conforme Processo nº SEE-PRC-2022/05408, Convênio – 2022 – Santa Cecília – Programa Paraíba Primeira Infância – 100 Crianças. **LICITANTES HABILITADOS:** APN CONSTRUÇOES E SERVICOS EIRELI; CONCRENOR CONSTRUÇOES DO NORDESTE EIRELI; DUARTE MARTINS CONSTRUÇOES, SERVICOS E LOCAÇOES LTDA; ESTRUTURAL SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL E LOCAÇÕES EIRELI; FC – FERNANDES CARVALHO CONSTRUTORA LTDA. **LICITANTES INABILITADOS:** JJ CONSTRUTORA LTDA; SILVA E LEITE CONSTRUÇOES E SERVICOS LTDA; TORRES CONSTRUÇOES LTDA; TRABES CONSTRUÇOES E SERVICOS LTDA – EPP. Dos atos decorrentes do procedimento licitatório, caberão recursos nos termos do Art. 109, da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações. Comunica-se que, em não havendo interposição de recursos, a sessão pública para abertura dos envelopes Proposta de Preços será realizada no dia **22/07/2022, às 10:00 horas**, no mesmo local da primeira reunião. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, Av. Santa Cecília, 214 - Centro - Santa Cecília - PB, no horário das 08:00 às 13:00 horas dos dias úteis. E-mail: licitacaoscpb@gmail.com.

Santa Cecília - PB, 13 de julho de 2022

MARIA LUCRÉCIA FREITAS SOARES -

Presidenta da Comissão

Publicado por:

Ernando Souza de Sales

Código Identificador:2ACAE726

ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DOS GARROTES

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DO JULGAMENTO DA CONCORRÊNCIA
PÚBLICA Nº 001/2022, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE
SANTANA DOS GARROTES/PB.**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DOS GARROTES/PB** - através da sua Comissão Permanente de Licitação comunica a todos os interessados que da análise das propostas comerciais apresentadas pelos licitantes habilitados, referente ao processo licitatório nº **001/2022**, na modalidade **CONCORRÊNCIA PÚBLICA**, que tem como objeto a concessão de espaço público, constituída por 6 (seis) quiosques, todos localizados no Praça de Eventos, localizada na Rua Arnaldo Leite, Centro, Santana dos Garrotes/PB, para fins de exploração comercial, cujo processo e julgamento serão realizados de acordo com os preceitos contidos na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações e Lei Federal nº 8.987 de 13 de fevereiro de 1995. De acordo com os prazos estipulados no Art. 41 § 1ª da Lei nº 8.666/93, nenhuma empresa entrou com recursos de impugnação de edital. A Comissão Permanente de Licitação decide, com base no Relatório Técnico, anexo aos autos deste processo:

CLASSIFICAR os licitantes, por preencher os pré-requisitos estabelecidos pelo instrumento convocatório: **AILTON JOSÉ LOPES** – CPF Nº **045.074.964-97**, residente na Rua Severino Teotônio dos Santos, SN – Santana dos Garrotes – PB, com valor de **R\$ 1.100,00** (hum mil e cem reais); **MARIA DE LOURDES AURELIANO NUNES** – CPF Nº **467.134.414-91**, residente na Rua 13 de maio, 64, Centro, Santana dos Garrotes – PB, com valor de **R\$ 1.050,00** (hum mil e cinquenta reais); **EDNALDO SOARES FERREIRA** – CPF Nº **050.321.654-25**, residente na Rua Antônio Teotônio, 213 – Santana dos Garrotes – PB, com valor de **R\$ 1.050,00** (hum mil e cinquenta reais); **ELISÂNGELA COELHO SOUZA** – CPF Nº **052.097.264-36**, residente na Rua Augustinho Braz de Araújo, SN – Santana dos Garrotes – PB, com valor de **R\$ 1.050,00** (hum mil e cinquenta reais); **THIAGO CIRILO ALVINO** – CPF Nº **041.907.314-04**, residente na Rua Arnaldo Leite, 10 – Santana dos Garrotes – PB, com valor de **R\$ 1.100,00** (hum mil e cem reais) e **VALDECY HONÓRIO DE ARAÚJO** – CPF Nº **350.674.034-20**, residente na Rua Doutor Felizardo Dantas, 144, Centro – Santana dos Garrotes – PB, com valor de **R\$ 1.050,00** (hum mil e cinquenta reais).

Declarar vencedora os licitantes: **AILTON JOSÉ LOPES** – CPF Nº **045.074.964-97**, residente na Rua Severino Teotônio dos Santos, SN – Santana dos Garrotes – PB, com valor de **R\$ 1.100,00** (hum mil e cem reais); **MARIA DE LOURDES AURELIANO NUNES** – CPF Nº **467.134.414-91**, residente na Rua 13 de maio, 64, Centro, Santana dos Garrotes – PB, com valor de **R\$ 1.050,00** (hum mil e cinquenta reais); **EDNALDO SOARES FERREIRA** – CPF Nº **050.321.654-25**, residente na Rua Antônio Teotônio, 213 – Santana dos Garrotes – PB, com valor de **R\$ 1.050,00** (hum mil e cinquenta reais); **ELISÂNGELA COELHO SOUZA** – CPF Nº **052.097.264-36**, residente na Rua Augustinho Braz de Araújo, SN – Santana dos Garrotes – PB, com valor de **R\$ 1.050,00** (hum mil e cinquenta reais); **THIAGO CIRILO ALVINO** – CPF Nº **041.907.314-04**, residente na Rua Arnaldo Leite, 10 – Santana dos Garrotes – PB, com valor de **R\$ 1.100,00** (hum mil e cem reais) e **VALDECY HONÓRIO DE ARAÚJO** – CPF Nº **350.674.034-20**, residente na Rua Doutor Felizardo Dantas, 144, Centro – Santana dos Garrotes – PB, com valor de **R\$ 1.050,00** (hum mil e cinquenta reais), por terem apresentado as propostas mais vantajosas para a administração e por ter atendido todos os requisitos do Edital.

Santana dos Garrotes/PB, 13 de julho de 2022.

CLERISTON CLESSIO RODRIGUES DE OLIVEIRA
Presidente da CPL

Publicado por:
Robson Marcos Delfino Laurêncio
Código Identificador:15EA8CD3

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE JULGAMENTO DE RECURSO**

**AVISO DE JULGAMENTO DE RECURSO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00025/2022**

Objeto: Aquisição de um veículo automotor, tipo caminhão, zero quilômetro, destinado ao município de Condado.

A Pregoeira Oficial torna público aos interessados que, após análise do recurso interposto pela empresa UNIDAS VEÍCULOS E SERVIÇOS LTDA contra a decisão da pregoeira oficial que classificou e habilitou a empresa AUDAX CAMINHÕES LTDA, julgou-se improcedente o Recurso Administrativo, mantendo sua decisão anterior, com amparo no art. 17, inciso VI, e 47 do Decreto 10.024/2019, visto que a comprovação do exigido no edital 9.8.9, relativo a Autorização de Funcionamento (Alvará), foi suprida mediante diligência prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993, bem como da análise de outros documentos apresentados. As informações a respeito da decisão foram remetidas ao Prefeito, que confirmou a decisão da Pregoeira Oficial. Os atos das decisões da Pregoeira e do Prefeito de Condado encontram à disposição dos interessados.

Condado, 13 de julho de 2022

KALLIANY MICHELLE LEITE DOS SANTOS
Pregoeira Oficial do Município

Publicado por:
Joabe de Sa Lourenco
Código Identificador:853AFAC4

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DISPENSA 032/2022**

**CONTRATO Nº 00356/2022
DISPENSA Nº 032/2022**

OBJETO: DESTINADO PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DOS GRUPOS DO SCFV – SERVIÇO DE CONVENIÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS, LOCALIZADO NA COMUNIDADE DE DOIS RIACHOS, A CARGO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Fundamento: art. 24, inciso X da Lei 8.666/93

FONTE DE RECURSO: As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta do Orçamento Anual do Município (2022),

FONTE DE RECURSOS: recursos próprios
02.08 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.122.2003.2061 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

3.3.90.36.01 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P. FISICA

FAVORECIDO: - **JOSÉ DANIEL NETO**, CPF Nº **030.908.614-02**

VALOR MENSAL: R\$ 350,00(trezentos e cinquenta reais)

valor global: R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais)

DATA DO CONTRATO: 08/07/2022

VIGÊNCIA: 31/12/2022

ITENS: Todo serviço voltado ao fornecimento ou serviços descritos no objeto contratual.

São Francisco/PB, 08/07/2022

GERONCIO SUCUPIRA JUNIOR
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Francisco Lopes de Lima
Código Identificador:0D17D53D

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPÉ**

GABINETE DO PREFEITO
RESENHA Nº 046/2022

O **PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE SAPÉ-PB**, usando das atribuições, que lhe são conferidas e tendo em vista os servidores abaixo relacionados, teve **DEFERIDO** o seguinte pedido de Licença para Tratamento de Saúde e Licença para Tratamento de Pessoa da Família.

Matrícula	Nome	Função	Lotação	Período
000748	Ana Lúcia da Silva	Professor P1	Sec. de Educação	de 04/07/2022 a 02/10/2022
2123302	Cristiane Vieira Falcão	Recepcionista	Sec. de Saúde	de 16/06/2022 a 15/08/2022
2123121	Everaldo Inácio Ferreira	Motorista	Sec. de Saúde	de 17/06/2022 a 16/07/2022
2071890	Josefa Pontes de Oliveira	Professor P1	Sec. de Educação	de 10/07/2022 a 09/08/2022
2084939	José Arimatéia da Silva	Auxiliar de Serviços Gerais	Sec. de Saúde	de 15/06/2022 a 14/08/2022
000807	Josenilda dos Santos Nascimento	Professor P1	Sec. de Educação	de 04/07/2022 a 03/08/2022
000804	Josélia Jesus Sousa da Silva	Professor P1	Sec. de Educação	de 06/07/2022 a 05/08/2022
2122816	Naayara Silva Ferreira	Enfermeiro	Sec. de Saúde	de 04/07/2022 a 17/07/2022
000734	Vitória Doraci Santos da Silva	Auxiliar de Serviços Gerais	Sec. de Educação	de 04/07/2022 a 02/10/2022

Sapé, 13 de julho de 2022.

SIDNEI PAIVA DE FREITAS
Prefeito

Publicado por:
Ozineide Ferreira de Souza
Código Identificador:498259B6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 155/2022 SAPÉ 01 DE JULHO DE 2022.

O **PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE SAPÉ**, Estado da Paraíba, no uso das atribuições que lhe confere o art. 68, inciso XI c/c o art. 88, inciso I, todos da Lei Orgânica do Município de Sapé, tendo em vista o que consta o Protocolo nº 1.191/2022.

R E S O L V E :

Exonerar a pedido a servidora **ELAINE ARAÚJO CHAVES**, matrícula nº 2123763, do cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Básica II - Geografia, lotada na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo.

Gabinete do Prefeito, em 01 de julho de 2022.

SIDNEI PAIVA DE FREITAS
Prefeito

Publicado por:
Ozineide Ferreira de Souza
Código Identificador:92D665A6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 156/2022 SAPÉ 01 DE JULHO DE 2022.

O **PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE SAPÉ**, Estado da Paraíba, no uso das atribuições que lhe confere o art. 68, inciso XI c/c o art. 88, inciso I, todos da Lei Orgânica do Município de Sapé, tendo em vista o que consta o Protocolo nº 1.437/2022.

R E S O L V E :

Exonerar a pedido o servidor **ERIVALDO FRANCISCO DA COSTA NETO**, matrícula nº 0020859, do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, lotado na Secretaria de Saúde.

Gabinete do Prefeito, em 01 de julho de 2022.

SIDNEI PAIVA DE FREITAS
Prefeito

Publicado por:
Ozineide Ferreira de Souza
Código Identificador:6B852B33

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 157/2022 SAPÉ 11 DE JULHO DE 2022.

O **PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE SAPÉ**, Estado da Paraíba, no uso das atribuições que lhe confere o art. 68, inciso XI c/c o art. 88, inciso I, todos da Lei Orgânica do Município de Sapé.

R E S O L V E :

Exonerar o senhor **ERIVALDO OLIVEIRA DA SILVA**, matrícula nº 2123715, do cargo de provimento em comissão de DIRETOR ESCOLAR da Escola Municipal de Ensino Fundamental Cassiano Ribeiro Coutinho, com código INEP 25090240, deste Município, porte D-3, símbolo CDE-D3, lotado na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo.

Gabinete do Prefeito, em 11 de julho de 2022.

SIDNEI PAIVA DE FREITAS
Prefeito

Publicado por:
Ozineide Ferreira de Souza
Código Identificador:C5B0B8B9

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 159/2022 SAPÉ 13 DE JULHO DE 2022.

O **PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE SAPÉ**, Estado da Paraíba, no uso das atribuições que lhe confere o art. 68, inciso XI c/c o art. 88, inciso I, todos da Lei Orgânica do Município de Sapé, tendo em vista o que consta o Protocolo nº 1.580/2022.

R E S O L V E :

Exonerar a pedido o servidor **WELLINGTON LAURENTINO BEZERRA**, matrícula nº 2123533, do cargo de provimento efetivo de Técnico de Controle Interno. Lotado na Controladoria Geral do Município.

Gabinete do Prefeito, em 13 de julho de 2022.

SIDNEI PAIVA DE FREITAS
Prefeito

Publicado por:
Ozineide Ferreira de Souza
Código Identificador:90B132EB

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 158/2022 SAPÉ 11 DE JULHO DE 2022.

O **PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE SAPE**, Estado da Paraíba, no uso das atribuições que lhe confere o art. 68, inciso XI, combinado com o art. 88, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município de Sapé; CONSIDERANDO, o que dispõe a Lei Municipal n.º 1.042/2011; CONSIDERANDO, o Decreto nº 2.628/2017, e de acordo com o disposto na Lei nº 1.327/2019, de 05 de dezembro de 2019 que dispõe sobre a Estrutura Organizacional do Município de Sapé e redefine sua Estrutura de Cargos Comissionado.

R E S O L V E :

Nomear a senhora **BERNADETE CLEBIA CALAZANS MESSIAS**, para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETOR ESCOLAR da Escola Municipal de Ensino Fundamental Cassiano Ribeiro Coutinho, com código INEP 25090240, deste Município, porte D-3, símbolo CDE-D3, lotado na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo.

Gabinete do Prefeito, em 11 de julho de 2022.

SIDNEI PAIVA DE FREITAS

Prefeito

Publicado por:

Ozineide Ferreira de Souza

Código Identificador:09566091

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 159/2022 SAPÉ 13 DE JULHO DE 2022.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE SAPÉ, Estado da Paraíba, no uso das atribuições que lhe confere o art. 68, inciso XI c/c o art. 88, inciso I, todos da Lei Orgânica do Município de Sapé, tendo em vista o que consta o Protocolo nº 1.580/2022.

RESOLVE:

Exonerar a pedido o servidor **WELLINGTON LAURENTINO BEZERRA**, matrícula nº 2123533, do cargo de provimento efetivo de Técnico de Controle Interno. Lotado na Controladoria Geral do Município.

Gabinete do Prefeito, em 13 de julho de 2022.

SIDNEI PAIVA DE FREITAS

Prefeito

Publicado por:

Ozineide Ferreira de Souza

Código Identificador:FD6172DC

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 160/2022 SAPÉ 13 DE JULHO DE 2022.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE SAPÉ, Estado da Paraíba, no uso das atribuições que lhe confere o art. 68, da Lei Orgânica do Município de Sapé, e Art. 12, §1º da Lei nº 796/2000 e tendo em vista a classificação no Concurso Público realizado nos termos do Edital do Concurso Público, homologado em 14/08/2020.

RESOLVE:

Nomear o senhor **RIANN WESLEY TAVARES LOTATO DA SILVA**, inscrição nº 43.22.1.5.2.2, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico de Controle Interno. Lotado na Controladoria Geral do Município.

Gabinete do Prefeito, em 13 de julho de 2022.

SIDNEI PAIVA DE FREITAS

Prefeito

Publicado por:

Ozineide Ferreira de Souza

Código Identificador:B9A5F650

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 161/2022 SAPÉ 13 DE JULHO DE 2022.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE SAPÉ, Estado da Paraíba, no uso das atribuições que lhe confere o art. 68, da Lei Orgânica do Município de Sapé, e Art. 12, §1º da Lei nº 796/2000 e tendo em vista a classificação no Concurso Público realizado nos termos do Edital do Concurso Público, homologado em 14/08/2020.

RESOLVE:

Nomear o senhor **WELLINGTON LAURENTINO BEZERRA**, inscrição nº 43.8.6.28.1.1, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Auditor de Controle Interno. Lotado na Controladoria Geral do Município.

Gabinete do Prefeito, em 13 de julho de 2022.

SIDNEI PAIVA DE FREITAS

Prefeito

Publicado por:

Ozineide Ferreira de Souza

Código Identificador:04C25707

ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOLEDADE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTENTE MECANICO COM PRESTAÇÃO IMEDIATA E EDISPONIBILIDADE DE 24 HORAS DIARIAS NO TERRITORIO DO MUNICIPIO DE SOLEDADE – PB. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº DV00024/2022. DOTAÇÃO: Recursos Próprios do Município de Soledade: 02.003 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO 04 122 2003 2003 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 000030 3390.39 99 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2022. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Soledade e: CT Nº 00148/2022 - 21.06.22 - KEVILLY ROCHA DE ARRUDA 70066296404 - R\$ 12.000,00.

Publicado por:

David Pierre Gonçalves Pereira

Código Identificador:4BDE7AAE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: REFORMA, AMPLIAÇÃO DA CRECHE MUNICIPAL MARINALDO CASTELO BRANCO. FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 00004/2022. DOTAÇÃO: 02.005 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA 12 365 2011 1027 CONSTRUÇÃO/RECUPERAÇÃO DE CRECHES 15001001 Recursos não Vinculados de Impostos – MDE 15401030 Transferências do FUNDEB – Impostos e Transferências de Impostos – 30% 15421030 Transferências do FUNDEB – Complementação da União – VAAT – 30% 15750000 Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educaçã. VIGÊNCIA: até 10/02/2023. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Soledade e: CT Nº 00146/2022 - 10.06.22 - JCB NETO CONSTRUÇÕES EIRELI - R\$ 1.355.086,65.

Publicado por:

David Pierre Gonçalves Pereira

Código Identificador:C8ADC49A

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO EXTRATO DE ADITIVO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA OS SERVIÇOS CONTINUADOS DE LOCAÇÃO DE VEICULO TIPO COMPACTADOR E SERVIÇO DE COLETA DE LIXO NOS TURNOS MANHA E TARDE E DESTINAÇÃO FINAL EM ATERRO SANITARIO DOS RESIDUOS SOLIDOS DO MUNICIPIO DE SOLEDADE-PB. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 00044/2021. ADITAMENTO: Dar continuidade a execução do objeto contratado. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Soledade e: CT Nº 00110/2021 - Jose Vicente da Silva Neto MEI - CNPJ: 14.728.500/0001-59 - 2º Aditivo - prorroga o prazo por mais 12 meses. ASSINATURA: 08.07.22

Publicado por:

David Pierre Gonçalves Pereira

Código Identificador:EFA6E078

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO RESULTADO FASE PROPOSTA - TOMADA DE PREÇOS Nº 00006/2022

OBJETO: CONSTRUÇÃO DE CRECHE PADRÃO B DO PROGRAMA INTEGRA PARAIBA PARA ATENDER AS

NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOLEDADE-PB. LICITANTE DECLARADO VENCEDOR e respectivo valor total da contratação: CONSTRUTORA REALIZAR EIRELI - Valor: R\$ 651.447,54. Dos atos decorrentes do procedimento licitatório, caberão recursos nos termos do Art. 109, da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, Rua José Francisco de Araújo, 62 - Centro - Soledade - PB, no horário das 07:00 as 13:00 horas dos dias úteis. Telefone: (083) 3383-1725/1094. E-mail: licita.soledade@gmail.com.

Soledade - PB, 04 de Julho de 2022

DAVID PIERRE GONÇALVES PEREIRA

Presidente da Comissão

Publicado por:

David Pierre Gonçalves Pereira

Código Identificador:B5D0A892

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - DISPENSA Nº DV00024/2022

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Dispensa de Licitação nº DV00024/2022, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTENTE MECANICO COM PRESTAÇÃO IMEDIATA E EDISPONIBILIDADE DE 24 HORAS DIARIAS NO TERRITORIO DO MUNICIPIO DE SOLEDADE - PB; RATIFICO o correspondente procedimento e ADJUDICO o seu objeto a: KEVILLY ROCHA DE ARRUDA 70066296404 - R\$ 12.000,00.

Soledade - PB, 21 de Junho de 2022

GERALDO MOURA RAMOS

Prefeito

Publicado por:

David Pierre Gonçalves Pereira

Código Identificador:38836D9D

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO EXTRATO DE RESCISÃO CONTRATUAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA E ELÉTRICO DE CAMINHÕES, ÔNIBUS E VEÍCULOS LEVES, MAQUINAS PESADAS QUE SEJAM DE URGENCIA, COM PRESTAÇÃO IMEDIATA E DISPONIBILIDADE DE 24:00 HORAS DIÁRIAS NO TERRITÓRIO DO MUNICIPIO DE SOLEDADE. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº DV00006/2022. RESCISÃO: Nos termos das disposições contidas no respectivo instrumento contratual e na legislação pertinente. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Soledade e: CT Nº 00027/2022 - Luan Kaio Lopes Neves 10557918413 - Rescindido - de comum acordo entre as partes. ASSINATURA: 16.05.22

Publicado por:

David Pierre Gonçalves Pereira

Código Identificador:CF021706

INST PREVI SERV MUNIC DE SOLEDADE IPSOL ATA DA 4ª (QUARTA) REUNIÃO DO CONSELHO PREVIDENCIÁRIO E DO CONSELHO FISCAL REALIZADA NO DIA 26 DE MAIO DE 2022. (RETIFICAÇÃO)

No dia 26 de maio de 2022, às 13:00 horas, no IPSOL, reuniram-se o Conselho Municipal de Previdência e o Conselho Fiscal. Disponibilizado o balancete referente ao mês de abril de 2022. Foi informado que durante o exercício de abril de 2022 o IPSOL arrecadou com contribuições previdenciárias o montante de R\$ 488.563,86 (quatrocentos e oitenta e oito mil e quinhentos e sessenta e três reais e oitenta e seis centavos). Informado que os repasses da competência abril de 2022 encontram-se em situação regular, como também o Parcelamento 01413/2018, com as parcelas de 40/60

quitadas. Foi informado que no mês de abril de 2022 houve crédito de Compensação Previdenciária (Comprev) no valor de R\$ 37.632,01 (trinta e sete mil seiscentos e trinta e dois reais e um centavo). Foi informado que a rentabilidade dos fundos de investimento em abril de 2022 foi de R\$ 112.358,55 (cento e doze mil e trezentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e cinco centavos). Foi disponibilizado Planilha com a descrição de cada Fundo de Investimentos que o IPSOL utiliza, com saldo, rentabilidade financeira e percentual mês de abril de 2022, rentabilidade anual percentual, descrição por enquadramento na Resolução CMN 3922 e total por cada instituição financeira (anexo). Em abril de 2022 foi pago a Aposentados e Pensionistas o valor de R\$ 501.018,34 (quinhentos e um mil e dezoito reais e trinta e quatro centavos). Foi informado que as despesas administrativas do mês de abril de 2022 no valor de R\$ 39.447,07 (trinta e nove mil e quatrocentos e quarenta e sete reais e sete centavos). O total do valor transferido para a conta da taxa de administração no mês de abril de 2022 foi de R\$ 34.728,78 (trinta e quatro mil e setecentos e vinte e oito reais e setenta e oito centavos). Justificando o valor a maior, em relação a média dos meses anteriores, pela compra de um computador All In One Dell e um Ar condicionado Elgin de 30.000 Btus. Foi informado que o saldo financeiro em 30 de abril de 2022 foi no valor de R\$ 24.236.730,56 (vinte e quatro milhões e duzentos e trinta e seis mil e setecentos e trinta reais e cinquenta e seis centavos). Os Conselheiros Fiscais emitiram parecer favorável por unanimidade pela aprovação das contas mês de abril de 2022. Foi informado aos conselheiros que foi solicitado um parecer jurídico em relação as alíquotas dos meses de abril a julho de 2021, tendo o mesmo entendido que houve diferença de alíquota. Foi oficiado a Prefeitura e a Câmara de Vereadores sobre a diferença de valores, tendo a Câmara se prontificado a pagar a diferença e a Prefeitura solicitado que seja tomado os procedimentos para o parcelamento desses valores bem como a regularização dos parcelamentos 404/16 e 195/17 (que estão inseridos os parcelamentos 2120/13, 2119/13, 628/14, 051/17 e 1948/17), o que poderá ser feito pela junção de todos os valores e, consequentemente, reparcelamento, o que foi aprovado por todos. Foi informado que os conselheiros Felipe Rafael de Sousa Cordeiro, Fernando César Ramos Pereira Segundo, Carlos Gilmar Lira Ribeiro e o membro do comitê de investimento David Pierre Gonçalves Pereira participaram de um evento sobre o tema investimento em Recife, que ocorreu dia 12 de maio. Foi reforçada sobre a importância da participação de todos no curso da nova certificação oferecido aos conselheiros e diretores, que ocorrerá nos dias 08 e 09 de junho, na sede do IPSOL, data decidida após discussão no grupo de WhatsApp dos conselheiros do IPSOL. Participaram desta reunião: Guilherme Luiz Araújo Souto Gonzaga Batista, Sandro Rogério de Lima Couto, Carlos Gilmar Lira Ribeiro, Francisco José Fialho Avelino, Libéria Deilane Albuquerque dos Santos, Felipe Rafael de Sousa Cordeiro, Alessandro Tomé Ramos, Wellington Di Karlos de Oliveira Gouveia Ramos Pereira, Fernando César Ramos Pereira Segundo, Kelly de Almeida Cunha e Rosemary Teodoro de Oliveira. Ausente Maria Cecília Nóbrega Licarião, que deverá apresentar a justificativa na próxima reunião. Esteve presente na reunião o contador Marcylio de Queiroz Silva. A ata será digitalizada e publicada no site do IPSOL e também no Diário Oficial da FAMUP.

Conselho Municipal de Previdência:

Guilherme Luiz Souto Araújo Gonzaga Batista

Maria Cecília Nóbrega Licarião AUSENTE

Sandro Rogério de Lima Couto

Carlos Gilmar Lira Ribeiro

Francisco José Fialho Avelino

Libéria Deilane Albuquerque dos Santos

Conselho Fiscal

Felipe Rafael de Sousa Cordeiro

Alessandro Tomé Ramos

Wellington Di Karlos de Oliveira Gouveia Ramos Pereira

Fernando César Ramos Pereira Segundo

Kelly de Almeida Cunha

Rosemary Teodoro de Oliveira

Marcylio de Queiroz Silva (Contador)

Publicado por:

Guilherme Luiz Araújo Souto Gonzaga Batista

Código Identificador:ED7AC819

**INST PREVI SERV MUNIC DE SOLEDADE IPSOL
ATA DA 5ª (QUINTA) REUNIÃO DO CONSELHO
PREVIDENCIÁRIO E DO CONSELHO FISCAL REALIZADA
NO DIA 07 DE JULHO DE 2022.**

No dia 07 de julho de 2022, às 13:00 horas, no IPSOL, reuniram-se o Conselho Municipal de Previdência e o Conselho Fiscal, reunião a qual estava marcada para ocorrer dia 30 de junho de 2022 que por motivo do falecimento da mãe do conselheiro Wellington Di Karlos de Oliveira Gouveia Ramos Pereira foi adiada para hoje. Disponibilizado o balancete referente ao mês de maio de 2022. Foi informado que durante o exercício de maio de 2022 o IPSOL arrecadou com contribuições previdenciárias o montante de R\$ 503.059,15 (quinhentos e três mil e cinquenta e nove reais e quinze centavos). Informado que os repasses da competência maio de 2022 encontram-se em situação regular, como também o Parcelamento 01413/2018, com as parcelas de 41/60 quitadas. Foi informado que no mês de maio de 2022 houve crédito de Compensação Previdenciária (Comprev) no valor de R\$ 37.632,01 (trinta e sete mil seiscentos e trinta e dois reais e um centavo). Foi informado que a rentabilidade dos fundos de investimento em abril de 2022 foi de R\$ 226.703,27 (duzentos e vinte e seis mil e setecentos e três reais e vinte e sete centavos). Foi disponibilizado Planilha com a descrição de cada Fundo de Investimentos que o IPSOL utiliza, com saldo, rentabilidade financeira e percentual mês de maio de 2022, rentabilidade anual percentual, descrição por enquadramento na Resolução CMN 3922 e total por cada instituição financeira (anexo). Em maio de 2022 foi pago a Aposentados e Pensionistas o valor de R\$ 495.698,15 (quatrocentos e noventa e cinco mil e seiscentos e noventa e oito reais e quinze centavos). Foi informado as despesas administrativas do mês de maio de 2022 no valor de R\$ 32.615,64 (trinta e dois mil e seiscentos e quinze reais e sessenta e quatro centavos). O total do valor transferido para a conta da taxa de administração no mês de maio de 2022 foi de R\$ 34.728,78 (trinta e quatro mil e setecentos e vinte e oito reais e setenta e oito centavos). Foi informado que o saldo financeiro em 31 de maio de 2022 foi no valor de R\$ 24.439.342,55 (vinte e quatro milhões e quatrocentos e trinta e nove mil e trezentos e quarenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos). Os Conselheiros Fiscais emitiram parecer favorável por unanimidade pela aprovação das contas mês de maio de 2022. Participaram desta reunião: Maria Cecília Nóbrega Licarião, Guilherme Luiz Araújo Souto Gonzaga Batista, Sandro Rogério de Lima Couto, Carlos Gilmar Lira Ribeiro, Francisco José Fialho Avelino, Felipe Rafael de Sousa Cordeiro, Alessandro Tomé Ramos, Fernando César Ramos Pereira Segundo e Kelly de Almeida Cunha. Ausentes: Libéria Deilane Albuquerque dos Santos, Wellington Di Karlos de Oliveira Gouveia Ramos Pereira e Rosemary Teodoro de Oliveira, que deverão apresentar a justificativa na próxima reunião. A conselheira Maria Cecília Nóbrega Licarião apresentou justificativa por falta na última reunião por motivo de compromisso excepcional no trabalho, o que foi aceite pelos demais presentes. Esteve presente na reunião o contador Marcylio de Queiroz Silva. A ata será digitalizada e publicada no site do IPSOL e também no Diário Oficial da FAMUP.

Conselho Municipal de Previdência:

Guilherme Luiz Souto Araújo Gonzaga Batista
Maria Cecília Nóbrega Licarião
Sandro Rogério de Lima Couto
Carlos Gilmar Lira Ribeiro
Francisco José Fialho Avelino
Libéria Deilane Albuquerque dos Santos: AUSENTE

Conselho Fiscal

Felipe Rafael de Sousa Cordeiro
Alessandro Tomé Ramos
Wellington Di Karlos de Oliveira Gouveia Ramos Pereira: AUSENTE
Fernando César Ramos Pereira Segundo
Kelly de Almeida Cunha

Rosemary Teodoro de Oliveira: AUSENTE

Marcylio de Queiroz Silva (Contador)

Publicado por:

Guilherme Luiz Araújo Souto Gonzaga Batista

Código Identificador:208F634C

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E
PLANEJAMENTO**

PORTARIA Nº 234/2022, DE 13 DE JULHO DE 2022.

O Secretário-Executivo de Administração e Planejamento, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município, pela Lei Complementar nº 05/2002 e pelo disposto na Lei nº 838/2020, art. 27, **Resolve:**

Art. 1º Conceder à servidora, **NEIDE CORDEIRO DE OLIVEIRA RAMOS PEREIRA**, sob matrícula nº **1888**, ocupante do cargo de **PROFESSORA**, LICENÇA PRÊMIO, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, de 01/07/2022 a 28/12/2022, referente a 10 (dez) anos de serviços para com esta Municipalidade.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo os seus efeitos ao dia 01 de Julho de 2022.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Soledade, 13 de Julho de 2022.

JOSÉ WESLY SOUZA DA SILVA

Secretário-Executivo de Administração e Planejamento

Publicado por:

Jose Wesly Souza da Silva

Código Identificador:0F73652E

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E
PLANEJAMENTO**

PORTARIA Nº 235/2022, DE 13 DE JULHO DE 2022.

O Secretário-Executivo de Administração e Planejamento, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município, pela Lei Complementar nº 05/2002 e pelo disposto na Lei nº 838/2020, art. 27, **Resolve:**

Art. 1º Conceder ao servidor, **AMAURY RAMOS PEREIRA**, sob matrícula nº **935**, ocupante do cargo de **PROFESSOR**, LICENÇA PRÊMIO, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, de 01/07/2022 a 28/12/2022, referente a 20 (vinte) anos de serviços para com esta Municipalidade.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo os seus efeitos ao dia 01 de Julho de 2022.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Soledade, 13 de Julho de 2022.

JOSÉ WESLY SOUZA DA SILVA

Secretário-Executivo de Administração e Planejamento

Publicado por:

Jose Wesly Souza da Silva

Código Identificador:41E5BF76

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E
PLANEJAMENTO**

PORTARIA Nº 236/2022, DE 13 DE JULHO DE 2022.

O Secretário-Executivo de Administração e Planejamento, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município, pela Lei Complementar nº 05/2002 e pelo disposto na Lei nº 838/2020, art. 27, **Resolve:**

Art. 1º Conceder à servidora, **MARIA IVANILDA DE SOUSA**, sob matrícula nº **572**, ocupante do cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**, LICENÇA PRÊMIO, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, de 01/07/2022 a 28/12/2022, referente a 30 (trinta) anos de serviços para com esta Municipalidade.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo os seus efeitos ao dia 01 de Julho de 2022.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Soledade, 13 de Julho de 2022.

JOSÉ WESLY SOUZA DA SILVA

Secretário-Executivo de Administração e Planejamento

Publicado por:

Jose Wesly Souza da Silva

Código Identificador:A2F852B6

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UIRAUNA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
OFÍCIO Nº 25/2022

Gabinete do Prefeito Municipal de Bernardino Batista,
Antonio Aldo Andrade de Sousa;
Prefeitura de Bernardino Batista/PB
Rua Ednete Abrantes de Abreu,
S/N, Centro,
Bernardino Batista/PB

Assunto: Prorrogação da Cessão de Servidor Efetivo

Com o devido respeito e saudações de estilo, venho, através deste expediente, perante Vossa Excelência, SOLICITAR a prorrogação por mais 06 (seis) meses a contar da presente data, da cessão do servidor Manoel Olimpio de Almeida Filho, ocupante de cargo efetivo de Digitador, da estrutura organizacional da Secretaria de Saúde e Meio Ambiente de Bernardino Batista, inscrito no CPF sob o nº 079.088.234-59 e no RG sob o nº 3423834, para ficar à disposição da Secretaria de Saúde do Município de Uiraúna-PB.

Informo ainda que este município arcará com a remuneração salarial do respectivo servidor, bem como todos os recolhimentos previdenciários.

Por último, aproveitamos a oportunidade para apresentar os votos de elevada estima e consideração.

Gabinete da Prefeita Constitucional do Município de Uiraúna, Estado da Paraíba, em 30 de junho de 2022.

MARIA SULENE DANTAS SARMENTO

Prefeita Municipal de Uiraúna

Publicado por:

Isabel Fernandes Lima

Código Identificador:45654AEB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO N.º. 00037/2022

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO N.º. 00037/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº

Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO PASSEIO 0KM COM ENTREGA IMEDIATA AO MUNICÍPIO DE UIRAÚNA

Vencedores: - NOVOS TEMPOS COMERCIO DE VEICULOS LTDA vencendo no item: 1; perfazendo o Valor Global de 569.600,00 (Quinhentos e Sessenta e Nove Mil e Seiscentos Reais).

Após análise do processo, e, estando o mesmo de acordo com a Lei, ADJUDICO e HOMOLOGO em 13/07/2022, nos termos da Lei 10.520/2002, em consequência, fica convocado os licitantes vencedor(es) para a assinatura do termo de contrato, nos termos do art. 64, *caput*, do citado diploma legal, sob as penalidades da lei.

MARIA SULENE DANTAS SARMENTO

Prefeito Constitucional

EXTRATO DE CONTRATO

Prefeitura Municipal de Uiraúna

PREGÃO 00037/2022

Nº. CONTRATO 00176/2022

Contratante: Prefeitura Municipal de Uiraúna

Contratado: NOVOS TEMPOS COMERCIO DE VEICULOS LTDA
Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO PASSEIO 0KM COM ENTREGA IMEDIATA AO MUNICÍPIO DE UIRAÚNA

Valor: R\$ 569.600,00 (Quinhentos e Sessenta e Nove Mil e Seiscentos Reais)

Data do Contrato: 13 de Julho de 2022

Vigência: 13/07/2023

MARIA SULENE DANTAS SARMENTO

Prefeita Constitucional

Publicado por:

Isabel Fernandes Lima

Código Identificador:7C8BC203

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 019/2022 - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONALSUPLEMENTAR,EDÁOUTRAS PROVIDÊNCIAS

Secretaria das Finanças, Orçamentos e Controle das Despesas
Departamento de Contabilidade

Decreto nº 0019/2022

Em, 2 de Maio de 2022.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONALSUPLEMENTAR,E DÁOUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE BONITO DE SANTA Fé, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe a Lei nº 0809, de 6 de dezembro de 2021.

Art. 1º - Fica autorizado o Crédito Adicional Suplementar na quantia de R\$ 1.815.195,00 (Um Milhão, Oitocentos e Quinze Mil e Cento e Noventa e Cinco Reais) destinado ao reforço de dotações no Orçamento vigente, como segue:

02.010	Gabinete do Prefeito			
04.122.2002.2002	Manutenção do Gabinete do Prefeito			
0000026	3390.14.99	15001000	Diárias - Civil	70,00
0000031	3390.35.99	15001000	Serviços de Consultoria	688,00
Total da Ação				758,00
Total da Unidade Orçamentária				758,00

02.020	Advocacia Geral do Município			
04 122 2002 2004	Manutenção das Atividades da Advocacia Geral			
0000058	3390.39 99	15001000	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	107,00
Total da Ação				107,00
Total da Unidade Orçamentária				107,00
02.030	Secretaria de Administração e Coordenação			
04 122 2002 2005	Manutenção da Secretaria de Administração e Coordenação			
0000089	4490.52 99	15001000	Equipamentos e Material Permanente	36.512,00
Total da Ação				36.512,00
Total da Unidade Orçamentária				36.512,00
02.040	Secretaria do Planejamento e Urbanismo-SEPLAN			
04 122 2002 2007	Manutenção das Atividades da Secretaria de Planejamento e Urbanismo-SEPLAN			
0000103	3390.30 99	15001000	Material de Consumo	1.129,00
0000107	3390.39 99	15001000	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	29.223,00
Total da Ação				30.352,00
Total da Unidade Orçamentária				30.352,00
02.060	Secretaria da Educação			
12 361 1001 1003	Construção, reforma e ampliação de Unidades Escolares			
0000155	4490.51 99	15401030	Obras e Instalações	24.331,00
Total da Ação				24.331,00
12 361 1001 2010	Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental-MDE			
0000181	3390.36 99	15001000	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	6.000,00
Total da Ação				6.000,00
12 365 1001 2011	Manutenção das Atividades do Ensino Infantil - MDE			
0000222	3390.39 99	15001001	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	3.714,00
Total da Ação				3.714,00
12 361 1001 2012	Manutenção da Educação de Jovens e Adultos - MDE			
0000237	3390.30 99	15001001	Material de Consumo	52.001,00
Total da Ação				52.001,00
12 361 1001 2015	Manutenção do Ensino Fundamental - Fundeb - 30%			
0000257	3190.04 99	15401030	Contratação por Tempo Determinado	9.600,00
0000266	3390.30 99	15401030	Material de Consumo	112.274,00
Total da Ação				121.874,00
12 361 1001 2017	Manutenção do Salário Educação -QSE			
0000286	3390.39 99	15500000	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	3.700,00
Total da Ação				3.700,00
12 365 1001 2021	Manutenção do Ensino Infantil - Fundeb 70%			
0000309	3190.11 99	15401070	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	178.630,00
0000312	3191.13 99	15401070	Contribuições Patronais (19)(I)	148.000,00
Total da Ação				326.630,00
12 361 1001 2024	Manutenção da Merenda Escolar do PNAE-EJA			
0000329	3390.30 99	15520000	Material de Consumo	526,00
Total da Ação				526,00
12 361 1001 2028	Manutenção do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE			
0000347	3390.36 99	15401030	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	34.319,00
0000350	3390.39 99	15001001	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	5.714,00
Total da Ação				40.033,00
12 365 1001 2029	Manutenção da Educação Infantil FUNDEB 50% VAAT			
0000354	3190.04 83	15420000	Contratação por Tempo Determinado	43.685,00
Total da Ação				43.685,00
12 361 1001 2032	Manutenção do Ensino Fundamental - VAAF			
0000360	3190.04 99	15411070	Contratação por Tempo Determinado	54.389,00
0000364	3390.30 99	15411030	Material de Consumo	135.055,00
Total da Ação				189.444,00
Total da Unidade Orçamentária				811.938,00
02.070	Secretaria de Saúde			
10 301 2002 2033	Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde			
0000381	3190.04 99	15001002	Contratação por Tempo Determinado	32.889,00
0000383	3190.13 99	15001002	Obrigações Patronais	183.426,00
0000400	3390.35 99	15001002	Serviços de Consultoria	2.001,00
0000404	3390.39 99	15001002	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	40.508,00
Total da Ação				258.824,00
Total da Unidade Orçamentária				258.824,00
02.080	Secretaria da Agricultura,Meio Ambiente,Recursos Hídricos e Minerais			
20 606 2002 2039	Manutenção da Secretariada Agricultura,MeioAmbiente, Recursos Hídricos e Minerais			
0000457	3390.30 99	15001000	Material de Consumo	84.088,00
0000460	3390.36 99	15001000	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	7.300,00
0000461	3390.39 99	15001000	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	4.765,00
Total da Ação				96.153,00
Total da Unidade Orçamentária				96.153,00
02.090	Secretaria dos Serviços Públicos e do Desenvolvimento Setorial			
26 782 1002 2042	Recuperação de Estradas Vicinais			
0000515	3390.36 99	15001000	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	9.800,00
Total da Ação				9.800,00
Total da Unidade Orçamentária				9.800,00
02.100	Secretaria do Trabalho e Assitencia Social			
08 243 1003 2045	Manutenção do Conselho Tutelar			
0000540	3390.93 99	15001000	Indenizações e Restituições	69,00
Total da Ação				69,00
08 244 2002 2046	Manutenção das Atividades da Secretaria de Trabalho e Ação Social			
0000548	3350.43 99	15001000	Subvenções Sociais	2.424,00
Total da Ação				2.424,00
Total da Unidade Orçamentária				2.493,00
02.110	Secretaria da Cultura,Turismo, Esporte e Lazer			
23 695 2002 2050	Promoção de Eventos Sociais e Culturais			
0000603	3390.30 99	15001000	Material de Consumo	3.200,00
Total da Ação				3.200,00
Total da Unidade Orçamentária				3.200,00
02.140	Secretaria de Transportes			

26 122 2002 2054		Manutenção da Secretaria de Transportes	
0000659	3390.36 99	15001000	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
0000660	3390.39 99	15001000	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Total da Ação			4.787,00
Total da Unidade Orçamentária			4.787,00
02.150	Fundo Municipal de Saúde		
10 301 1004 2055		Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde Atenção Primária	
0000705	3390.18 99	16000000	Auxílio Financeiro a Estudantes
0000713	3390.93 99	16000000	Indenizações e Restituições
Total da Ação			67.426,00
10 301 1004 2056		Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Assistência Farmacêutica	
0000720	3390.30 99	15001002	Material de Consumo
Total da Ação			6.520,00
10 302 1004 2058		Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde Atenção Especializada.	
0000762	3390.30 99	16000000	Material de Consumo
0000767	3390.39 99	16000000	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Total da Ação			16.333,00
10 301 1004 2059		Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Gestão do SUS	
0000790	3390.39 99	16000000	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Total da Ação			5.898,00
10 301 1004 2060		Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde Atenção Primária - Recursos Próprios	
0000803	3390.30 99	15001002	Material de Consumo
0000805	3390.36 99	15001002	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
0000806	3390.39 99	15001002	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Total da Ação			58.089,00
10 302 1004 2061		Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde Atenção Especializada - Recursos Próprios	
0000813	3190.04 99	15001002	Contratação por Tempo Determinado
0000824	3390.30 99	15001002	Material de Consumo
0000829	3390.39 99	15001002	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Total da Ação			352.021,00
Total da Unidade Orçamentária			506.287,00
02.160	Fundo Municipal de Assistência Social		
08 244 1003 2064		Bloco da Proteção Social Básica	
0000901	3390.39 99	16600000	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Total da Ação			7.010,00
08 244 1003 2066		Bloco de Financiamento da Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único	
0000933	3390.35 99	16600000	Serviços de Consultoria
Total da Ação			15.000,00
08 244 1003 2069		FundoMunicipaldeAssistênciaSocial/FMAS-CofinanciamentoMunicipaldos Serviços,Programas e Projetos do SUAS	
0000957	3190.04 99	15001000	Contratação por Tempo Determinado
0000972	3390.39 99	15001000	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Total da Ação			7.091,00
08 244 1003 2072		Manutenção de Benefícios Eventuais	
0001001	3390.32 99	15001000	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
Total da Ação			17.683,00
Total da Unidade Orçamentária			46.784,00
02.162	Secretaria de Transparência e Controle Interno-SETRACL		
04 124 2002 2079		Manutenção das atividades da Secretaria de Transparência e Controle Interno-SETRACL.	
0001097	3390.39 99	15001000	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Total da Ação			7.200,00
Total da Unidade Orçamentária			7.200,00
Total de Suplementações			1.815.195,00

Art. 2º - Constituem recursos para complementar a abertura do Crédito de que trata o artigo 1º deste Decreto Anulação Parcial de dotações consignadas no Orçamento vigente, no valor de R\$ 1.815.195,00 (Um Milhão, Oitocentos e Quinze Mil e Cento e Noventa e Cinco Reais), como segue:

02.020	Advocacia Geral do Município		
04 122 2002 2004		Manutenção das Atividades da Advocacia Geral	
0000056	3390.35 99	15001000	Serviços de Consultoria
0000057	3390.36 99	15001000	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
Total da Ação			50.107,00
Total da Unidade Orçamentária			50.107,00
02.050	Secretaria das Finanças, Orçamentos e Controle das Despesas		
04 123 2002 2008		Manutenção das Atividades da Secretaria de Finanças, Orçamentos e Controle de Despesas	
0000136	3390.36 99	15001000	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
Total da Ação			10.000,00
Total da Unidade Orçamentária			10.000,00
02.060	Secretaria da Educação		
12 361 1001 1003		Construção, reforma e ampliação de Unidades Escolares	
0000152	3390.39 99	15001001	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Total da Ação			200.000,00
12 365 1001 1004		Construção, Ampliação e Reforma de Creche	
0000158	3390.39 99	15001001	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Total da Ação			100.000,00
12 361 1001 1005		Construção de Quadras Escolares com Vestiário	
0000163	4490.51 99	15690000	Obras e Instalações
Total da Ação			60.843,00
12 361 1001 2010		Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental-MDE	
0000180	3390.35 99	15001001	Serviços de Consultoria
0000182	3390.36 99	15001001	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
Total da Ação			78.300,00
12 365 1001 2011		Manutenção das Atividades do Ensino Infantil - MDE	
0000214	3190.13 99	15001001	Obrigações Patronais
Total da Ação			30.352,00
12 361 1001 2012		Manutenção da Educação de Jovens e Adultos - MDE	
Total da Ação			108.652,00
Total da Unidade Orçamentária			54.367,00
Total da Ação			54.367,00

0000239	3390.35 99	15001001	Serviços de Consultoria	10.000,00
0000241	3390.36 99	15001001	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	40.000,00
Total da Ação				50.000,00
12 361 1001 2017			Manutenção do Salário Educação -QSE	
0000285	3390.36 99	15500000	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	100.000,00
Total da Ação				100.000,00
12 361 1001 2028			Manutenção do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	
0000348	3390.36 99	15530000	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	10.000,00
0000349	3390.36 99	17010000	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	30.000,00
Total da Ação				40.000,00
12 361 1001 2032			Manutenção do Ensino Fundamental - VAAF	
0000362	3190.13 99	15411070	Obrigações Patronais	40.000,00
0000365	3390.36 99	15411030	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	20.000,00
Total da Ação				60.000,00
Total da Unidade Orçamentária				773.862,00
02.070	Secretaria de Saúde			
10 301 2002 2033			Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde	
0000382	3190.11 99	15001002	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	258.824,00
Total da Ação				258.824,00
Total da Unidade Orçamentária				258.824,00
02.080	Secretaria da Agricultura,Meio Ambiente,Recursos Hídricos e Minerais			
20 606 2002 2037			Apoio ao Pequeno Produtor Rural	
0000445	3390.32 99	15001000	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	96.153,00
Total da Ação				96.153,00
20 606 2002 2039			Manutenção da Secretariada Agricultura,MeioAmbiente, Recursos Hídricos e Minerais	
0000451	3190.13 99	15001000	Obrigações Patronais	44.940,00
Total da Ação				44.940,00
Total da Unidade Orçamentária				141.093,00
02.090	Secretaria dos Serviços Públicos e do Desenvolvimento Setorial			
17 512 1002 1012			Ações de Saneamento Básico	
0000475	4490.51 99	15001000	Obras e Instalações	9.800,00
Total da Ação				9.800,00
Total da Unidade Orçamentária				9.800,00
02.100	Secretaria do Trabalho e Assitencia Social			
08 241 1003 2048			FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO	
0000585	3390.33 99	15001000	Passagens e Despesas com Locomoção	2.493,00
Total da Ação				2.493,00
23 244 1003 2049			Desenvolvimento de Ações para os Segmentos do Empreendedorismo	
0000591	3390.36 99	15001000	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	758,00
Total da Ação				758,00
Total da Unidade Orçamentária				3.251,00
02.110	Secretaria da Cultura,Turismo, Esporte e Lazer			
27 812 2002 2052			Apoio ao Desporto Amador	
0000639	3390.31 99	15001000	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras (6)(I)	3.200,00
Total da Ação				3.200,00
Total da Unidade Orçamentária				3.200,00
02.140	Secretaria de Transportes			
26 122 2002 2054			Manutenção da Secretaria de Transportes	
0000651	3190.11 99	15001000	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	4.787,00
Total da Ação				4.787,00
Total da Unidade Orçamentária				4.787,00
02.150	Fundo Municipal de Saúde			
10 302 1004 1023			Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde em Atenção Especializada	
0000679	4490.51 99	16010000	Obras e Instalações	150.000,00
0000681	4490.52 99	16010000	Equipamentos e Material Permanente	56.287,00
Total da Ação				206.287,00
10 301 1004 1024			Construção, Reforma e Ampliação de UBS	
0000685	4490.51 99	26310000	Obras e Instalações	200.000,00
Total da Ação				200.000,00
10 301 1004 1027			Construção do Centros de Especialidades Odontológicas - CEO	
0000691	4490.51 99	26010000	Obras e Instalações	100.000,00
Total da Ação				100.000,00
Total da Unidade Orçamentária				506.287,00
02.160	Fundo Municipal de Assistência Social			
08 244 1003 1030			Aquisição de veículo para o CRAS	
0000892	4490.52 99	16650000	Equipamentos e Material Permanente	46.784,00
Total da Ação				46.784,00
Total da Unidade Orçamentária				46.784,00
02.162	Secretaria de Transparência e Controle Interno-SETRACI.			
04 124 2002 2079			Manutenção das atividades da Secretaria de Transparência e Controle Interno-SETRACI.	
0001086	3190.11 99	15001000	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	7.200,00
Total da Ação				7.200,00
Total da Unidade Orçamentária				7.200,00
Total de Anulações				1.815.195,00
Total de Outras Fontes				0,00
Total Geral de Fontes				1.815.195,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

ANTONIO LUCENA FILHO
Prefeito

Publicado por:
Antonio Furtado de Figueiredo Neto
Código Identificador:11CBC6EF

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATARACA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 0012/2022

Secretaria de Finanças
Departamento de Contabilidade
Decreto nº 0012/2022 Em, 1 de Junho de 2022.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE MATARACA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe a Lei nº 0527, de 27 de outubro de 2021.

Art. 1º - Fica autorizado o Crédito Adicional Suplementar na quantia de R\$ 481.952,81 (Quatrocentos e Oitenta e Um Mil, Novecentos e Cinquenta e Dois Reais e Oitenta e Um Centavos) destinado ao reforço de dotações no Orçamento vigente, como segue:

02.010	GABINETE DO PREFEITO			
04 122 0021 2002	Manut. das Atividades do Gabinete			
0000014	3390.30 99	15001000	Material de Consumo	9.173,19
Total da Ação				9.173,19
Total da Unidade Orçamentária				9.173,19
02.020	SECRETARIA GERAL DO MUNICIPIO			
04 122 0021 2003	Secretaria Geral do Município			
0000030	3390.30 99	15001000	Material de Consumo	2.133,21
Total da Ação				2.133,21
Total da Unidade Orçamentária				2.133,21
02.040	PROCURADORIA JURIDICA			
03 062 0020 2006	Manutencao dos Servicos da Procuradoria Juridica			
0000051	3390.14 99	15001000	Diárias - Civil	1.120,00
Total da Ação				1.120,00
Total da Unidade Orçamentária				1.120,00
02.050	SECRETARIA DE EDUCACAO E DESPORTOS			
12 361 0188 2008	Manut. das Atividades do Ensino Fundamen tal			
0000085	3390.39 99	15001001	Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica	18.364,16
Total da Ação				18.364,16
27 812 0224 2015	Manutenção das Atividades Desportivas			
0000370	3390.31 99	15001000	Premiações Cult.Art.Cient.Desp.e Outras	6.000,00
0000093	3390.39 99	15001000	Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica	7.686,47
0000094	3390.48 99	15001000	Outros Aux. Finan. a Pessoas Físicas	5.000,00
Total da Ação				18.686,47
12 361 0188 2048	Manutenção das Atividades do FUNDEB 70%			
0000095	3190.04 99	15401070	Contratação por Tempo Determinado	172.218,61
Total da Ação				172.218,61
12 365 0188 2072	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL E PRÉ-ESCOLAR			
0000568	3190.11 99	15421030	Vencimentos e Vant. Fixas Pessoal Civil	34.314,00
Total da Ação				34.314,00
Total da Unidade Orçamentária				243.583,24
02.070	SECRETARIA DE ACAO SOCIAL			
08 244 0468 2018	Manutencao do Fundo Municipal de Assist. social			
0000129	3390.30 99	15001000	Material de Consumo	13.802,59
Total da Ação				13.802,59
14 243 0483 2025	Manutencao do Conselho Tutelar do Municí pio			
0000144	3390.14 99	15001000	Diárias - Civil	800,00
Total da Ação				800,00
08 244 0487 2058	Piso Básico Variavel - Serv. Conv. Fortal Vínculo - SCFV			
0000466	3390.36 99	17010000	Outros Serv. de Terceiros Pessoa Física	6.112,00
Total da Ação				6.112,00
08 244 0487 2068	Manut Programa Criança Feliz			
0000393	3190.11 99	16600000	Vencimentos e Vant. Fixas Pessoal Civil	3.249,00
0000395	3190.13 99	16600000	Obrigações Patronais	724,00
0000397	3390.30 99	16600000	Material de Consumo	13,00
Total da Ação				3.986,00
Total da Unidade Orçamentária				24.700,59
02.080	SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENT			
20 605 0111 2027	Manutencao da Secretaria de Agricultura e Abastecimento			
0000189	4490.52 99	15001000	Equipamentos e Material Permanente	1.424,00
Total da Ação				1.424,00
Total da Unidade Orçamentária				1.424,00
02.090	SECRETARIA DE IND, COM E TURISMO			
13 695 0247 2028	Manutencao das Ativ.Turist. no Município			
0000194	3390.30 99	15001000	Material de Consumo	762,00
0000197	3390.39 99	15001000	Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica	576,54
Total da Ação				1.338,54
Total da Unidade Orçamentária				1.338,54
02.110	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO			
04 122 0021 2032	Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração			
0000247	3390.14 99	15001000	Diárias - Civil	1.442,00
Total da Ação				1.442,00
Total da Unidade Orçamentária				1.442,00
02.120	SECRETARIA DE FINANÇAS			
04 122 0021 2033	Manutenção das Atividades da Secretaria de Finanças			
0000258	3390.14 99	15001000	Diárias - Civil	335,00
0000263	3390.39 99	15001000	Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica	92.610,00
Total da Ação				92.945,00

Total da Unidade Orçamentária				92.945,00
02.130				FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MATARACA
10 301 0428 2035				Manut. do Prog.Saude na Família-PSF
0000274	3390.30 99	16000000	Material de Consumo	10.046,29
Total da Ação				10.046,29
10 301 0428 2036				Manut. do Prog. de Agentes Comun. de Saúde-PACS
0000283	3390.39 99	16000000	Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica	2.388,99
Total da Ação				2.388,99
10 301 0428 2041				Manut Fundo Municipal de Saude
0000299	3390.14 99	15001002	Diárias - Civil	1.000,00
Total da Ação				1.000,00
10 301 0428 2050				Teto Municipal da Média e Alta Complex Ambulatorial e Hospitalar
0000308	3190.04 99	16000000	Contratação por Tempo Determinado	26.259,00
0000310	3390.30 99	16000000	Material de Consumo	6.595,85
Total da Ação				32.854,85
Total da Unidade Orçamentária				46.290,13
02.140				Secretaria de Cultura do Município
13 392 0247 2045				Manut. do Programa de Desenv. Cultural
0000351	3190.11 99	15001000	Vencimentos e Vant. Fixas Pessoal Civil	2.479,00
0000354	3390.39 99	15001000	Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica	24.600,71
Total da Ação				27.079,71
Total da Unidade Orçamentária				27.079,71
02.150				SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENV TERRITORIAL
18 541 0103 2070				Manutenção da Sec. Munic. de Meio Ambiente e Desenv. Territorial
0000429	3190.04 99	15001000	Contratação por Tempo Determinado	3.923,20
0000441	4490.52 99	15001000	Equipamentos e Material Permanente	26.800,00
Total da Ação				30.723,20
Total da Unidade Orçamentária				30.723,20
Total de Suplementações				481.952,81

Art. 2º - Constituem recursos para complementar a abertura do Crédito de que trata o artigo 1º deste Decreto Anulação Parcial de dotações consignadas no Orçamento vigente, no valor de R\$ 481.952,81 (Quatrocentos e Oitenta e Um Mil, Novecentos e Cinquenta e Dois Reais e Oitenta e Um Centavos), como segue:

02.010				GABINETE DO PREFEITO
04 122 0021 2002				Manut. das Atividades do Gabinete
0000012	3190.11 99	15001000	Vencimentos e Vant. Fixas Pessoal Civil	80.000,00
0000017	3390.39 99	15001000	Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica	9.173,19
0000019	4490.51 99	15001000	Obras e Instalações	5.000,00
Total da Ação				94.173,19
Total da Unidade Orçamentária				94.173,19
02.020				SECRETARIA GERAL DO MUNICIPIO
04 122 0021 2003				Secretaria Geral do Município
0000034	3390.39 99	15001000	Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica	2.133,21
Total da Ação				2.133,21
Total da Unidade Orçamentária				2.133,21
02.040				PROCURADORIA JURIDICA
03 062 0020 2006				Manutencao dos Servicos da Procuradoria Juridica
0000055	3390.36 99	15001000	Outros Serv. de Terceiros Pessoa Física	1.424,00
Total da Ação				1.424,00
Total da Unidade Orçamentária				1.424,00
02.050				SECRETARIA DE EDUCACAO E DESPORTOS
12 361 0188 2008				Manut. das Atividades do Ensino Fundamen tal
0000080	3390.30 99	15001001	Material de Consumo	980,77
0000083	3390.35 99	15001001	Serviços de Consultoria	17.038,68
0000084	3390.36 99	15001001	Outros Serv. de Terceiros Pessoa Física	149,61
0000088	4490.52 99	15001001	Equipamentos e Material Permanente	195,10
Total da Ação				18.364,16
27 812 0224 2015				Manutenção das Atividades Desportivas
0000092	3390.36 99	15001000	Outros Serv. de Terceiros Pessoa Física	15.283,00
Total da Ação				15.283,00
12 361 0188 2048				Manutenção das Atividades do FUNDEB 70%
0000096	3190.11 99	15401070	Vencimentos e Vant. Fixas Pessoal Civil	172.218,61
Total da Ação				172.218,61
12 365 0188 2072				MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL E PRÉ-ESCOLAR
0001603	3390.30 99	15421030	Material de Consumo	20.000,00
0001604	3390.36 99	15421030	Outros Serv. de Terceiros Pessoa Física	10.000,00
0001605	3390.39 99	15421030	Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica	4.314,00
Total da Ação				34.314,00
Total da Unidade Orçamentária				240.179,77
02.070				SECRETARIA DE ACAO SOCIAL
08 244 0468 2018				Manutencao do Fundo Municipal de Assist. social
0000133	3390.36 99	15001000	Outros Serv. de Terceiros Pessoa Física	7.732,19
0000514	3390.36 99	17010000	Outros Serv. de Terceiros Pessoa Física	3.112,00
0000134	3390.39 99	15001000	Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica	6.070,40
Total da Ação				16.914,59
08 244 0487 2058				Piso Básico Variavel - Serv. Conv. Fortal Vínculo - SCFV
0000464	3390.30 99	17010000	Material de Consumo	3.000,00
Total da Ação				3.000,00
08 244 0487 2068				Manut Programa Criança Feliz
0000391	3190.04 99	16600000	Contratação por Tempo Determinado	3.249,00
0000402	3390.14 99	16600000	Diárias - Civil	724,00
0000399	3390.36 99	16600000	Outros Serv. de Terceiros Pessoa Física	13,00
Total da Ação				3.986,00
Total da Unidade Orçamentária				23.900,59
02.090				SECRETARIA DE IND, COM E TURISMO
13 695 0247 2028				Manutencao das Ativ.Turist. no Município
0000195	3390.33 99	15001000	Passagens e Despesas com Locomoção	669,00

0000196	3390.36 99	15001000	Outros Serv. de Terceiros Pessoa Física	214,00
Total da Ação				883,00
Total da Unidade Orçamentária				883,00
02.100	SECRETARIA DE OBRAS PUBLICAS E SERV. URB			
04 451 0021 2029	Manut. das Ativ. da Secret de Obras Pub e Serv Urb			
0000224	3390.30 99	15001000	Material de Consumo	5.259,01
0000226	3390.36 99	15001000	Outros Serv. de Terceiros Pessoa Física	200,00
Total da Ação				5.459,01
Total da Unidade Orçamentária				5.459,01
02.110	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO			
04 122 0021 2032	Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração			
0000248	3390.30 99	15001000	Material de Consumo	8.323,00
0000252	3390.39 99	15001000	Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica	635,00
Total da Ação				8.958,00
Total da Unidade Orçamentária				8.958,00
02.120	SECRETARIA DE FINANÇAS			
04 122 0021 2033	Manutenção das Atividades da Secretaria de Finanças			
0000261	3390.35 99	15001000	Serviços de Consultoria	749,00
Total da Ação				749,00
Total da Unidade Orçamentária				749,00
02.130	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MATARACA			
10 302 0428 1031	Aquisicao de Veiculo p/ Saude			
0000527	4490.52 99	15001002	Equipamentos e Material Permanente	1.000,00
Total da Ação				1.000,00
10 301 0428 2035	Manut. do Prog.Saude na Familia-PSF			
0000276	3390.36 99	16000000	Outros Serv. de Terceiros Pessoa Física	1.425,00
0000277	3390.39 99	16000000	Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica	12.380,29
Total da Ação				13.805,29
10 301 0428 2050	Teto Municipal da Média e Alta Complex Ambulatorial e Hospitalar			
0000312	3390.36 99	16000000	Outros Serv. de Terceiros Pessoa Física	96,00
0000313	3390.39 99	16000000	Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica	3.194,00
Total da Ação				3.290,00
10 301 0428 2051	Piso de			
0000314	3390.30 99	16000000	Atenção Básica Fixo-PAB Fixo	
Total da Ação				996,85
10 301 0428 2057	Outros Prog Fin Trans Fundo a Fundo-FNS			
0000349	3390.39 99	16000000	Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica	27.197,99
Total da Ação				27.197,99
Total da Unidade Orçamentária				46.290,13
02.140	Secretaria de Cultura do Município			
13 392 0247 2045	Manut. do Programa de Desenv. Cultural			
0000353	3390.36 99	15001000	Outros Serv. de Terceiros Pessoa Física	27.079,71
Total da Ação				27.079,71
Total da Unidade Orçamentária				27.079,71
02.150	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENV TERRITORIAL			
18 541 0103 2070	Manutenção da Sec. Munic. de Meio Ambiente e Desenv. Territorial			
0000431	3190.13 99	15001000	Obrigações Patronais	3.923,20
0000435	3390.30 99	15001000	Material de Consumo	20.000,00
0000437	3390.36 99	15001000	Outros Serv. de Terceiros Pessoa Física	6.800,00
Total da Ação				30.723,20
Total da Unidade Orçamentária				30.723,20
Total de Anulações				481.952,81
Total de Outras Fontes				0,00
Total Geral de Fontes				481.952,81

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

EGBERTO COUTINHO MADRUGA

Prefeito Constitucional

Decreto nº 0013/2022 Em, 1 de Junho de 2022.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE MATARACA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe a Lei nº 0544, de 19 de maio de 2022, combinada com a Lei nº 0527, de 27 de outubro de 2021.

Art. 1º - Fica autorizado o Crédito Adicional Especial na quantia de R\$ 147.063,72 (Cento e Quarenta e Sete Mil, Sessenta e Três Reais e Setenta e Dois Centavos) destinado ao reforço de dotações no Orçamento vigente, como segue:

02.050	SECRETARIA DE EDUCACAO E DESPORTOS			
12 361 0188 1002	Const.Ampl.Ref. e Equip. Unidades Escol Ares			
0001607	4490.51 99	15710000	Obras e Instalações	147.063,72
Total da Ação				147.063,72
Total da Unidade Orçamentária				147.063,72
Total de Suplementações				147.063,72

Art. 2º - Constituem recursos para complementar a abertura do Crédito de que trata o artigo 1º deste Decreto o Superavit Financeiro apurado no exercício anterior na forma do artigo 43, parágrafo primeiro, inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64, no valor de R\$ 147.063,72 (Cento e Quarenta e Sete Mil, Sessenta e Três Reais e Setenta e Dois Centavos).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

EGBERTO COUTINHO MADRUGA

Prefeito Constitucional

Decreto nº 0015/2022 Em, 1 de Junho de 2022.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE MATARACA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe a Lei nº 0544, de 19 de maio de 2022, combinada com a Lei nº 0527, de 27 de outubro de 2021.

Art. 1º - Fica autorizado o Crédito Adicional Especial na quantia de R\$ 997.515,22 (Novecentos e Noventa e Sete Mil, Quinhentos e Quinze Reais e Vinte e Dois Centavos) destinado ao reforço de dotações no Orçamento vigente, como segue:

02.050	SECRETARIA DE EDUCACAO E DESPORTOS			
12 365 0185 1040	CONST/ AMPL/ RECUP E EQUIPAGEM DE CRECHE			
0001608	4490.51 99	15710000	Obras e Instalações	997.515,22
Total da Ação				997.515,22
Total da Unidade Orçamentária				997.515,22
Total de Suplementações				997.515,22

Art. 2º - Constituem recursos para complementar a abertura do Crédito de que trata o artigo 1º deste Decreto o Excesso de Arrecadação, apurado até o mês do exercício na forma do artigo 43, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, no valor de R\$ 997.515,22 (Novecentos e Noventa e Sete Mil, Quinhentos e Quinze Reais e Vinte e Dois Centavos).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

EGBERTO COUTINHO MADRUGA

Prefeito Constitucional

Decreto nº 0017/2022 Em, 22 de Junho de 2022.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE MATARACA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe a Lei nº 0527, de 27 de outubro de 2021.

Art. 1º - Fica autorizado o Crédito Adicional Suplementar na quantia de R\$ 12.512,00 (Doze Mil e Quinhentos e Doze Reais) destinado ao reforço de dotações no Orçamento vigente, como segue:

02.050	SECRETARIA DE EDUCACAO E DESPORTOS			
12 361 0188 2064	Prog Nac de Apoio Transp Escolar-PNATE			
0000106	3390.33 99	15530000	Passagens e Despesas com Locomoção	12.512,00
Total da Ação				12.512,00
Total da Unidade Orçamentária				12.512,00
Total de Suplementações				12.512,00

Art. 2º - Constituem recursos para complementar a abertura do Crédito de que trata o artigo 1º deste Decreto o Superavit Financeiro apurado no exercício anterior na forma do artigo 43, parágrafo primeiro, inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64, no valor de R\$ 12.512,00 (Doze Mil e Quinhentos e Doze Reais).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

EGBERTO COUTINHO MADRUGA

Prefeito Constitucional

Publicado por:
Wanderley Bernardo da Silva
Código Identificador:64B84D74

GABINETE DO PREFEITO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO							
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL							
JANEIRO A JUNHO DE 2022/BIMESTRE MAIO-JUNHO							
RREO - Anexo I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)							R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA(a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	45.000.000,00	47.065.406,41	10.087.885,56	21,43	27.874.237,50	59,22	19.191.168,91
Receitas Correntes	43.634.186,00	44.497.197,19	9.606.781,56	21,59	26.090.738,28	58,63	18.406.458,91
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.856.095,00	2.154.787,36	238.574,89	11,07	1.451.226,87	67,35	703.560,49
Impostos	1.831.573,00	2.130.265,36	228.164,89	10,71	1.438.606,87	67,53	691.658,49
Taxas	24.522,00	24.522,00	10.410,00	42,45	12.620,00	51,46	11.902,00
Contribuições	640.000,00	640.000,00	123.852,06	19,35	450.041,74	70,32	189.958,26
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	640.000,00	640.000,00	123.852,06	19,35	450.041,74	70,32	189.958,26
Receita Patrimonial	87.218,00	420.149,16	174.199,67	41,46	420.149,16	100,00	0,00
Valores Mobiliários	87.218,00	420.149,16	174.199,67	41,46	420.149,16	100,00	0,00
Receita de Serviços	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
Transferências Correntes	40.929.961,00	41.153.161,33	9.070.154,94	22,04	23.757.063,17	57,73	17.396.098,16
Transferências da União e de suas Entidades	21.549.011,79	21.771.646,45	5.015.711,59	23,04	12.338.069,05	56,67	9.433.577,40
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	10.224.838,21	10.225.403,88	2.157.823,16	21,10	5.953.369,65	58,22	4.272.034,23
Transferências de Outras Instituições Públicas	9.156.111,00	9.156.111,00	1.896.620,19	20,71	5.465.624,47	59,69	3.690.486,53
Outras Receitas Correntes	20.912,00	29.099,34	0,00	0,00	12.257,34	42,12	16.842,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	20.912,00	29.099,34	0,00	0,00	12.257,34	42,12	16.842,00

Receitas de Capital	1.365.814,00	2.568.209,22	481.104,00	18,73	1.783.499,22	69,45	784.710,00
Alienação de Bens	0,00	179.650,00	0,00	0,00	179.650,00	100,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	179.650,00	0,00	0,00	179.650,00	100,00	0,00
Transferências de Capital	1.365.814,00	2.388.559,22	481.104,00	20,14	1.603.849,22	67,15	784.710,00
Transferências da União e de suas Entidades	1.065.814,00	1.065.814,00	481.104,00	45,14	481.104,00	45,14	584.710,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	300.000,00	1.322.745,22	0,00	0,00	1.122.745,22	84,88	200.000,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	45.000.000,00	47.065.406,41	10.087.885,56	21,43	27.874.237,50	59,22	19.191.168,91
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V)=(III+IV)	45.000.000,00	47.065.406,41	10.087.885,56	21,43	27.874.237,50	59,22	19.191.168,91
DEFICIT (VI) ¹	-	-	-	-	0,00	-	-
TOTAL (VII) - (V + VI)	45.000.000,00	47.065.406,41	10.087.885,56	21,43	27.874.237,50	59,22	19.191.168,91
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	-	-	0,00	-	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	-	-	-	-	-
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	-	0,00	-	-	0,00	-	-

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e - f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e - h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ² (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	45.000.000,00	46.187.374,99	7.886.502,82	21.588.962,83	24.598.412,16	7.785.702,82	21.488.162,83	24.699.212,16	20.992.583,50	100.800,00
Despesas Correntes	38.648.828,56	38.685.642,03	7.233.276,57	20.154.353,72	18.531.288,31	7.132.476,57	20.053.553,72	18.632.088,31	19.584.846,84	100.800,00
Pessoal e Encargos Sociais	24.789.962,82	24.926.315,88	4.577.408,53	13.276.768,72	11.649.547,16	4.577.408,53	13.276.768,72	11.649.547,16	12.864.859,94	0,00
Outras Despesas Correntes	13.858.865,74	13.759.326,15	2.655.868,04	6.877.585,00	6.881.741,15	2.555.068,04	6.776.785,00	6.982.541,15	6.719.986,90	100.800,00
Despesas de Capital	5.914.829,58	7.065.391,10	653.226,25	1.434.609,11	5.630.781,99	653.226,25	1.434.609,11	5.630.781,99	1.407.736,66	0,00
Investimentos	5.082.259,58	6.232.821,10	548.009,60	1.102.590,98	5.130.230,12	548.009,60	1.102.590,98	5.130.230,12	1.102.590,98	0,00
Amortização da Dívida	832.570,00	832.570,00	105.216,65	332.018,13	500.551,87	105.216,65	332.018,13	500.551,87	305.145,68	0,00
Reserva de Contingência	436.341,86	436.341,86	0,00	0,00	436.341,86	0,00	0,00	436.341,86	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X)=(VIII+IX)	45.000.000,00	46.187.374,99	7.886.502,82	21.588.962,83	24.598.412,16	7.785.702,82	21.488.162,83	24.699.212,16	20.992.583,50	100.800,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	45.000.000,00	46.187.374,99	7.886.502,82	21.588.962,83	24.598.412,16	7.785.702,82	21.488.162,83	24.699.212,16	20.992.583,50	100.800,00
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	6.386.074,67	-	-	-
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	45.000.000,00	46.187.374,99	7.886.502,82	21.588.962,83	-	7.785.702,82	27.874.237,50	-	20.992.583,50	100.800,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	-	-	0,00	-	-	0,00	-	-

FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Finanças - em 8 de julho de 2022 às 15:21:35

Publicado por:
Wanderley Bernardo da Silva
Código Identificador:2AF7D28D

GABINETE DO PREFEITO DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A JUNHO DE 2022/BIMESTRE MAIO-JUNHO

RREO - Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")										R\$ 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c)=(a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b / total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d / total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	45.000.000,00	46.187.374,99	7.886.502,82	21.588.962,83	100,00	24.598.412,16	7.785.702,82	21.488.162,83	100,00	24.699.212,16

Legislativa	2.000.000,00	2.000.000,00	263.444,60	826.333,31	3,83	1.173.666,69	263.444,60	826.333,31	3,85	1.173.666,69	0,00
Ação Legislativa	2.000.000,00	2.000.000,00	263.444,60	826.333,31	3,83	1.173.666,69	263.444,60	826.333,31	3,85	1.173.666,69	0,00
Essencial à Justiça	227.624,00	226.470,00	38.223,33	112.136,67	0,52	114.333,33	38.223,33	112.136,67	0,52	114.333,33	0,00
Def. Interesse Públ. no Proc. Judiciário	227.624,00	226.470,00	38.223,33	112.136,67	0,52	114.333,33	38.223,33	112.136,67	0,52	114.333,33	0,00
Administração	9.243.975,00	9.213.398,52	1.829.505,50	5.098.671,57	23,62	4.114.726,95	1.770.705,50	5.039.871,57	23,45	4.173.526,95	0,00
Administração Geral	4.787.476,00	4.788.511,48	1.001.787,99	2.632.938,85	12,20	2.155.572,63	942.987,99	2.574.138,85	11,98	2.214.372,63	0,00
Administração Financeira	832.570,00	832.570,00	105.216,65	332.018,13	1,54	500.551,87	105.216,65	332.018,13	1,55	500.551,87	0,00
Infra-Estrutura Urbana	3.623.929,00	3.592.317,04	722.500,86	2.133.714,59	9,88	1.458.602,45	722.500,86	2.133.714,59	9,93	1.458.602,45	0,00
Assistência Social	1.683.737,00	1.683.737,00	284.746,89	776.333,83	3,60	907.403,17	284.746,89	776.333,83	3,61	907.403,17	0,00
Assistência ao Idoso	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00	0,00
Assistência Comunitária	1.613.737,00	1.613.737,00	284.746,89	776.333,83	3,60	837.403,17	284.746,89	776.333,83	3,61	837.403,17	0,00
Saúde	9.790.384,68	9.790.384,68	2.035.710,33	5.318.763,81	24,64	4.471.620,87	2.035.710,33	5.318.763,81	24,75	4.471.620,87	0,00
Atenção Básica	8.584.883,68	8.571.494,64	1.743.223,37	4.815.850,24	22,31	3.755.644,40	1.743.223,37	4.815.850,24	22,41	3.755.644,40	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.073.838,00	1.086.950,00	266.839,40	434.956,19	2,01	651.993,81	266.839,40	434.956,19	2,02	651.993,81	0,00
Vigilância Epidemiológica	131.663,00	131.940,04	25.647,56	67.957,38	0,31	63.982,66	25.647,56	67.957,38	0,32	63.982,66	0,00
Trabalho	472.268,00	472.268,00	94.110,35	267.152,86	1,24	205.115,14	94.110,35	267.152,86	1,24	205.115,14	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	472.268,00	472.268,00	94.110,35	267.152,86	1,24	205.115,14	94.110,35	267.152,86	1,24	205.115,14	0,00
Educação	15.799.154,88	16.988.346,82	2.650.850,54	7.173.107,60	33,23	9.815.239,22	2.650.850,54	7.173.107,60	33,38	9.815.239,22	0,00
Ensino Fundamental	14.899.154,88	15.090.831,60	2.547.760,81	7.070.017,87	32,75	8.020.813,73	2.547.760,81	7.070.017,87	32,90	8.020.813,73	0,00
Educação Infantil	900.000,00	1.897.515,22	103.089,73	103.089,73	0,48	1.794.425,49	103.089,73	103.089,73	0,48	1.794.425,49	0,00
Cultura	554.279,00	573.265,06	153.382,29	391.322,79	1,81	181.942,27	111.382,29	349.322,79	1,63	223.942,27	0,00
Difusão Cultural	143.790,00	143.790,00	65.440,33	114.167,71	0,53	29.622,29	23.440,33	72.167,71	0,34	71.622,29	0,00
Turismo	410.489,00	429.475,06	87.941,96	277.155,08	1,28	152.319,98	87.941,96	277.155,08	1,29	152.319,98	0,00
Direitos da Cidadania	197.285,00	198.085,00	32.020,28	95.835,50	0,44	102.249,50	32.020,28	95.835,50	0,45	102.249,50	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	197.285,00	198.085,00	32.020,28	95.835,50	0,44	102.249,50	32.020,28	95.835,50	0,45	102.249,50	0,00
Urbanismo	2.602.339,58	2.720.168,78	255.808,05	839.358,51	3,89	1.880.810,27	255.808,05	839.358,51	3,91	1.880.810,27	0,00
Infra-Estrutura Urbana	1.657.640,58	1.811.167,41	158.097,10	567.949,28	2,63	1.243.218,13	158.097,10	567.949,28	2,64	1.243.218,13	0,00
Serviços Urbanos	271.264,00	235.566,37	0,00	0,00	0,00	235.566,37	0,00	0,00	0,00	235.566,37	0,00
Recursos Hídricos	673.435,00	673.435,00	97.710,95	271.409,23	1,26	402.025,77	97.710,95	271.409,23	1,26	402.025,77	0,00
Habitação	157.749,00	157.749,00	20.556,37	60.016,76	0,28	97.732,24	20.556,37	60.016,76	0,28	97.732,24	0,00
Habitação Urbana	157.749,00	157.749,00	20.556,37	60.016,76	0,28	97.732,24	20.556,37	60.016,76	0,28	97.732,24	0,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIA	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c)=(a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e)=(a-d)	INSCRITAS EM RESTOS PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b / total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d / total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	45.000.000,00	46.187.374,99	7.886.502,82	21.588.962,83	100,00	24.598.412,16	7.785.702,82	21.488.162,83	100,00	24.699.212,16	0,00
Saneamento	139.790,00	139.790,00	0,00	5.953,00	0,03	133.837,00	0,00	5.953,00	0,03	133.837,00	0,00
Serviços Urbanos	139.790,00	139.790,00	0,00	5.953,00	0,03	133.837,00	0,00	5.953,00	0,03	133.837,00	0,00
Gestão Ambiental	554.673,00	536.614,84	74.495,17	254.612,26	1,18	282.002,58	74.495,17	254.612,26	1,18	282.002,58	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	554.673,00	536.614,84	74.495,17	254.612,26	1,18	282.002,58	74.495,17	254.612,26	1,18	282.002,58	0,00
Agricultura	756.526,00	658.978,96	76.370,20	212.100,93	0,98	446.878,03	76.370,20	212.100,93	0,99	446.878,03	0,00
Abastecimento	756.526,00	658.978,96	76.370,20	212.100,93	0,98	446.878,03	76.370,20	212.100,93	0,99	446.878,03	0,00
Transporte	29.934,00	30.597,00	0,00	5.850,00	0,03	24.747,00	0,00	5.850,00	0,03	24.747,00	0,00
Transporte Rodoviário	29.934,00	30.597,00	0,00	5.850,00	0,03	24.747,00	0,00	5.850,00	0,03	24.747,00	0,00
Desporto e Lazer	353.939,00	361.179,47	77.278,92	151.413,43	0,70	209.766,04	77.278,92	151.413,43	0,70	209.766,04	0,00
Transporte Rodoviário	60.307,00	60.307,00	0,00	0,00	0,00	60.307,00	0,00	0,00	0,00	60.307,00	0,00
Desporto Comunitário	293.632,00	300.872,47	77.278,92	151.413,43	0,70	149.459,04	77.278,92	151.413,43	0,70	149.459,04	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	436.341,86	436.341,86	0,00	0,00	0,00	436.341,86	0,00	0,00	0,00	436.341,86	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Def. Interesse Públ. no Proc. Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infra-Estrutura Urbana	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência ao Idoso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Comunitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Atenção Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIA	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c)=(a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e)=(a-d)	INSCRITAS EM RESTOS PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b / total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d / total d)		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Difusão Cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Urbanismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infra-Estrutura Urbana	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Hídricos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Urbana	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Serviços Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Abastecimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Rodoviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desporto e Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Rodoviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desporto Comunitário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III)=(I+II)	45.000.000,00	46.187.374,99	7.886.502,82	21.588.962,83	100,00	24.598.412,16	7.785.702,82	21.488.162,83	100,00	24.699.212,16	0,00

FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Finanças - em 8 de julho de 2022 as 15:21:38

Publicado por:
Wanderley Bernardo da Silva
Código Identificador:5763A105

GABINETE DO PREFEITO

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO DE 2022/BIMESTRE MAIO-JUNHO

RREO – ANEXO XII (LC 141/2012, art. 35)				RS 1,00
RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITAS DE IMPOSTOS (I)	1.831.573,00	2.130.265,36	1.438.606,87	67,53
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	108.353,00	108.353,00	86.218,30	79,57
IPTU	108.353,00	108.353,00	86.218,30	79,57
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.200,00	2.200,00	2.200,00	100,00
ITBI	1.200,00	2.200,00	2.200,00	100,00
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.224.652,00	1.224.652,00	555.128,21	45,33
ISS	1.224.652,00	1.224.652,00	555.128,21	45,33
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	497.368,00	795.060,36	795.060,36	100,00
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	23.655.080,15	23.655.080,15	14.587.689,34	61,67
Cota-Parte ITR	3.220,00	3.220,00	1.150,50	35,73
Cota-Parte FPM	11.119.326,17	11.119.326,17	7.240.903,62	65,12
Cota-Parte ICMS	12.357.495,99	12.357.495,99	7.240.072,51	58,59
Cota-Parte IPI-Exportação	7.257,99	7.257,99	3.826,87	52,73
Cota-Parte IPVA	156.615,00	156.615,00	96.270,80	61,47
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	11.165,00	11.165,00	5.465,04	48,95
Desoneração ICMS - LC 87/1996	11.165,00	11.165,00	5.465,04	48,95
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	25.486.653,15	25.785.345,51	16.026.296,21	61,67

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	(e/c) x 100	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	(f/c) x 100	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	4.827.409,84	4.828.409,84	3.062.728,61	144,24	3.062.728,61	144,24	2.978.367,06	142,46	63,43
Despesas Correntes	4.744.324,84	4.745.324,84	2.995.332,17	63,12	2.995.332,17	63,12	2.910.970,62	61,34	0,00
Despesas de Capital	83.085,00	83.085,00	67.396,44	81,12	67.396,44	81,12	67.396,44	81,12	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	209.126,00	208.126,00	903,00	0,43	903,00	0,43	903,00	0,43	0,43
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	209.126,00	208.126,00	903,00	0,43	903,00	0,43	903,00	0,43	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	5.036.535,84	5.036.535,84	3.063.631,61	144,67	3.063.631,61	144,67	2.979.270,06	142,90	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	3.063.631,61	3.063.631,61	2.979.270,06
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	3.063.631,61	3.063.631,61	2.979.270,06

Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)	2.403.944,43	2.403.944,43	2.403.944,43
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)	2.403.944,43	2.403.944,43	2.403.944,43
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)1	659.687,18	659.687,18	575.325,63
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00		
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC nº 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	19,12	19,12	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência	Saldo Final (não aplicado) (aa) (l) = (h - (i ou j) ou k)		
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2020 (saldo final = XIXd)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2019 (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO	Valor Mínimo para aplicação ASPS (m)	Valor Aplicado em ASPS Exercício no (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o)	Total em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r)	Total de RP a pagos (s)	Total de pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v)
Empenhos de 2021	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2019	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2018	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2016 e Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)										
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)										
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII) (Artigo 24 § 1º e 2º da LC 141/2012)										

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24 § 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo Inicial (no exercício atual) (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência	Saldo Final (não aplicado) (aa) = (w - (x ou y))		
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2020 a serem compensados (XXIV) (saldo inicial = XXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2019 a serem compensados (XXV) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Proveniente da União	0,00	0,00	0,00	
Proveniente dos Estados	0,00	0,00	0,00	
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO									
DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o Bimestre (e)	(e/c) x 100	Até o Bimestre (f)	(f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	3.757.473,84	3.743.084,80	1.753.121,63	46,96	1.753.121,63	46,96	1.739.168,65	46,59	0,00
Despesas Correntes	3.747.374,84	3.733.262,84	1.753.121,63	46,96	1.753.121,63	46,96	1.739.168,65	46,59	0,00
Despesas de Capital	10.099,00	9.821,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	864.712,00	878.824,00	434.053,19	98,78	434.053,19	98,78	431.703,21	98,23	0,00
Despesas Correntes	398.898,00	423.259,06	209.305,19	49,45	209.305,19	49,45	206.955,21	48,90	0,00
Despesas de Capital	465.814,00	455.564,94	224.748,00	49,33	224.748,00	49,33	224.748,00	49,33	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	131.663,00	131.940,04	67.957,38	51,51	67.957,38	51,51	67.957,38	51,51	0,00
Despesas Correntes	131.663,00	131.940,04	67.957,38	51,51	67.957,38	51,51	67.957,38	51,51	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	4.753.848,84	4.753.848,84	2.255.132,20	0,00	2.255.132,20	197,25	2.255.132,20	196,32	0,00

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos
			Até o Bimestre	% (d/c) x	Até o Bimestre	(e/c) x	Até o Bimestre	(f/c) x	

OUTROS ENTES		(c)	(d)	100	(e)	100	(f)	100	a Pagar não Processados (g)
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	8.584.883,68	8.571.494,64	4.815.850,24	128,55	4.815.850,24	128,55	4.717.535,71	127,39	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	1.073.838,00	1.086.950,00	434.956,19	83,45	434.956,19	83,45	432.606,21	82,90	0,00
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	131.663,00	131.940,04	67.957,38	51,51	67.957,38	51,51	67.957,38	51,51	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	9.790.384,68	9.790.384,68	5.318.763,81	263,50	5.318.763,81	263,50	5.318.763,81	261,79	0,00
(-) Despesas executadas com recursos provenientes das transferências de recursos de outros entes									
TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (XLVIII)									

FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Finanças - em 8 de julho de 2022
as 15:25:34

Publicado por:
Wanderley Bernardo da Silva
Código Identificador:9D031AEE

GABINETE DO PREFEITO

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE				
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
JANEIRO A JUNHO DE 2022/BIMESTRE MAIO-JUNHO				
RREO – Anexo VIII (LDB, Art. 72)				
RREO – Anexo VIII (LDB, Art. 72)				
RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a) x 100
1-RECEITAS DE IMPOSTOS	1.831.573,00	2.130.265,36	1.438.606,87	67,53
1.1-Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	108.353,00	108.353,00	86.218,30	79,57
1.1.1-IPTU	108.353,00	108.353,00	86.218,30	79,57
1.1.2-Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2-Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	1.200,00	2.200,00	2.200,00	100,00
1.2.1-ITBI	1.200,00	2.200,00	2.200,00	100,00
1.2.2-Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3-Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	1.224.652,00	1.224.652,00	555.128,21	45,33
1.3.1-ISS	1.224.652,00	1.224.652,00	555.128,21	45,33
1.3.2-Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4-Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	497.368,00	795.060,36	795.060,36	100,00
1.4.1-IRRF	497.368,00	795.060,36	795.060,36	100,00
1.4.2-Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
2-RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	23.655.080,15	23.655.080,15	14.587.689,34	61,67
2.1-Cota-Parte FPM	11.122.546,17	11.122.546,17	7.242.054,12	65,13
2.1.1-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	11.119.326,17	11.119.326,17	7.240.903,62	65,12
2.1.2-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.3-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	3.220,00	3.220,00	1.150,50	35,73
2.2-Cota-Parte ICMS	12.357.495,99	12.357.495,99	7.240.072,51	58,59
2.3-ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	11.165,00	11.165,00	5.465,04	48,95
2.4-Cota-Parte IPI-Exportação	7.257,99	7.257,99	3.826,87	52,73
2.5-Cota-Parte ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
2.6-Cota-Parte IPVA	156.615,00	156.615,00	96.270,80	61,47
2.7-Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	25.486.653,15	25.785.345,51	16.026.296,21	62,15

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a) x 100
4-RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00
5-RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	574.881,00	703.536,56	215.873,56	30,68
5.1-Transferências do Salário-Educação	194.476,00	194.476,00	0,00	0,00
5.2-Transferências Diretas - PDDE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3-Transferências Diretas - PNAE	237.458,00	237.458,00	0,00	0,00
5.4-Transferências Diretas - PNATE	55.729,00	55.729,00	0,00	0,00
5.5-Outras Transferências do FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6-Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	87.218,00	215.873,56	215.873,56	100,00
6-RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1-Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2-Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
7-RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
8-OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	574.881,00	703.536,56	215.873,56	30,68
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
10-RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	4.699.692,99	4.699.692,99	1.425.799,05	30,34
10.1-Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20,00% de 2.1.1)	2.223.865,22	2.223.865,22	715.150,66	32,16
10.2-Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20,00% de 2.2)	2.471.499,18	2.471.499,18	710.623,02	28,75
10.3-ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20,00% de 2.3)	2.233,00	2.233,00	0,00	0,00
10.4-Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20,00% de 2.4)	1.451,59	1.451,59	0,00	0,00
10.5-Cota-Parte ITR Destinados ao FUNDEB – (20% de 2.5)	644,00	644,00	25,37	3,94
10.6-Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20,00% de 2.6)	0,00	0,00	0,00	0,00
11-RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	12.243.329,00	12.371.984,56	4.230.320,76	34,19
11.1-FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	9.243.329,00	9.371.984,56	2.916.067,90	129,49

11.1.1-Principal	9.156.111,00	9.156.111,00	2.700.194,34	29,49
11.1.2-Rendimentos de Aplicação Financeira	87.218,00	215.873,56	215.873,56	100,00
11.2-FUNDEB - Complementação da União - VAAF	1.200.000,00	1.200.000,00	412.780,84	34,40
11.2.1-Principal	1.200.000,00	1.200.000,00	412.780,84	34,40
11.2.2-Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3-FUNDEB - Complementação da União - VAAT	1.800.000,00	1.800.000,00	901.472,02	50,08
11.3.1-Principal	1.800.000,00	1.800.000,00	901.472,02	50,08
11.3.2-Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	4.456.418,01	4.456.418,01	1.274.395,29	28,60
[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	1.274.395,29			
[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	0,00			

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
13-PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	8.768.239,91	8.768.239,91	5.695.209,57	84,78	5.695.209,57	84,78	0,00
13.1-Com Educação Infantil	648.000,00	648.000,00	103.089,73	15,91	103.089,73	15,91	0,00
13.2-Com Ensino Fundamental	8.120.239,91	8.120.239,91	5.592.119,84	68,87	5.592.119,84	68,87	0,00
14-OUTRAS DESPESAS	3.409.871,07	3.409.871,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1-Com Educação Infantil	252.000,00	252.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2-Com Ensino Fundamental	3.157.871,07	3.157.871,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	12.178.110,98	12.178.110,98	5.695.209,57	46,77	5.695.209,57	46,77	0,00

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	0,00
16.1 - FUNDEB 70%	0,00
16.2 - FUNDEB 30%	0,00
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	0,00
17.1 - FUNDEB 70%	0,00
17.2 - FUNDEB 30%	0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)	0,00
INDICADORES DO FUNDEB	VALOR
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)	100,00
19.1 - Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração do Magistério $[1] (13 - (16.1 + 17.1)) / (11 \times 100) \%$	141,87
19.2 - Máximo de 30% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério $(14 - (16.2 + 17.2)) / (11 \times 100) \%$	0,00
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício $(100 - (19.1 + 19.2)) \%$	(41,87)
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE	VALOR
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2021 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	0,00
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2022(2)	0,00

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d) x 100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d) x 100	
22-EDUCAÇÃO INFANTIL	900.000,00	900.000,00	103.089,73	11,45	103.089,73	11,45	0,00
22.1-Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22-EDUCAÇÃO INFANTIL	900.000,00	900.000,00	103.089,73	11,45	103.089,73	11,45	0,00
22.2-Pré-Escola	900.000,00	900.000,00	103.089,73	11,45	103.089,73	11,45	0,00
22.2.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	900.000,00	900.000,00	103.089,73	11,45	103.089,73	11,45	0,00
22.2.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23-ENSINO FUNDAMENTAL	13.942.147,88	13.944.248,88	6.823.960,46	95,79	6.823.960,46	95,79	0,00
23.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	11.278.110,98	11.278.110,98	5.592.119,84	49,58	5.592.119,84	49,58	0,00
23.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.664.036,90	2.666.137,90	1.231.840,62	46,20	1.231.840,62	46,20	0,00
24-ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25-ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26-ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27-OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	14.842.147,88	14.844.248,88	6.927.050,19	46,66	6.927.050,19	46,66	0,00

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
29-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	1.274.395,29
30-DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	1.314.252,86
31-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	0,00
32-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
33-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO (4)	0,00
34-CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (44 j)	0,00
35-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32+ 33 + 34) [6]	2.588.648,15
36-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) – (35)) [6]	4.338.402,04
37-PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((36) / (3) x 100) % [6] - LIMITE CONSTITUCIONAL 25% [5]	27,07

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE								
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)	
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d) x 100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d) x 100		
38-DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO							
39-DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	194.476,00	194.476,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40-DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41-DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	801.822,00	846.435,00	215.840,80	25,50	215.840,80	25,50	0,00
42-TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (38+ 39 + 40 + 41)	996.298,00	1.040.911,00	215.840,80	20,74	215.840,80	20,74	0,00
43-TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (28 + 42)	15.838.445,88	15.885.159,88	7.142.890,99	44,97	7.142.890,99	44,97	0,00

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2022 (j)
44-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
44.1-Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
44.2-Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS DO FUNDEB	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
45-DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	7.484.841,26	0,00
46-(+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	4.014.447,20	0,00
47-(-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	7.445.957,62	0,00
47.1-ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO	5.512.010,33	0,00
47.2-RESTOS A PAGAR	1.933.947,29	0,00
48-(+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
49-(-) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	4.053.330,84	0,00
50-(+) AJUSTES	0,00	0,00
50.1-RETENÇÕES	0,00	0,00
50.2-CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	0,00	0,00
51-(-)SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	0,00	0,00
FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Finanças - em 8 de julho de 2022 as 15:25:28		

Publicado por:
Wanderley Bernardo da Silva
Código Identificador:57DD588A

GABINETE DO PREFEITO DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A JUNHO DE 2022/BIMESTRE MAIO-JUNHO

RREO - ANEXO VI (LRF, art 53, inciso III)		R\$ 1,00
ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2022 RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (I)	43.787.890,27	26.090.738,28
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.856.095,00	1.451.226,87
IPTU	0,00	0,00
ITBI	0,00	0,00
IRRF	497.368,00	795.060,36
ISS	0,00	0,00
Outras Receitas Tributárias	1.358.727,00	656.166,51
Contribuições	640.000,00	450.041,74
Receita Patrimonial	87.218,00	420.149,16
Aplicações Financeiras (II)	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	87.218,00	420.149,16
Transferências Correntes	41.083.665,27	23.757.063,17
Cota-Parte do FPM	8.895.460,95	5.792.723,03
Cota-Parte do ITR	2.576,00	920,41
Transferências da LC 87/1996	8.932,00	5.465,04
Cota-Parte do ICMS	9.885.996,81	5.792.058,13
Cota-Parte do IPVA	156.615,00	96.270,80
Transferências da LC 61/1989	5.806,40	3.826,87
Transferências do FUNDEB	10.956.111,00	7.334.554,86
Outras Transferências Correntes	11.172.167,11	4.731.244,03
Demais Receitas Correntes	120.912,00	12.257,34
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	120.912,00	12.257,34
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I - II - III)	43.787.890,27	26.090.738,28
RECEITAS DE CAPITAL (V)	1.545.464,00	1.783.499,22
Operações de Crédito (VI)	0,00	0,00
Alienação de Bens	179.650,00	179.650,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	179.650,00	179.650,00
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00

Transferências de Capital	1.365.814,00	1.603.849,22
Convênios	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	1.365.814,00	1.603.849,22
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	1.545.464,00	1.783.499,22
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	45.333.354,27	27.874.237,50

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2022					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	38.685.642,03	20.154.353,72	20.053.553,72	19.584.846,84	2.999.346,81	64.663,22	64.663,22
Pessoal e Encargos Sociais	24.926.315,88	13.276.768,72	13.276.768,72	12.864.859,94	2.985.125,79	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	13.759.326,15	6.877.585,00	6.776.785,00	6.719.986,90	14.221,02	64.663,22	64.663,22
Demais Despesas Correntes	13.759.326,15	6.877.585,00	6.776.785,00	6.719.986,90	14.221,02	64.663,22	64.663,22
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	38.685.642,03	20.154.353,72	20.053.553,72	19.584.846,84	2.999.346,81	64.663,22	64.663,22
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	7.065.391,10	1.434.609,11	1.434.609,11	1.407.736,66	78.261,14	185.089,17	185.089,17
Investimentos	6.232.821,10	1.102.590,98	1.102.590,98	1.102.590,98	62.596,75	185.089,17	185.089,17
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	832.570,00	332.018,13	332.018,13	305.145,68	15.664,39	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	6.232.821,10	1.102.590,98	1.102.590,98	1.102.590,98	62.596,75	185.089,17	185.089,17
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	436.341,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	45.354.804,99	21.256.944,70	21.156.144,70	20.687.437,82	3.061.943,56	249.752,39	249.752,39
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc)]							3.875.103,73

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00

JUROS NOMINAIS	Até o Bimestre/2022
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)	VALOR INCORRIDO
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)	0,00
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)	0,00
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	3.875.103,73
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	VALOR CORRENTE
	0,00

ABAIXO DA LINHA	SALDO
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	Em 31/Dez/2021
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	Até o
DEDUÇÕES (II)	5.176.308,92
Disponibilidade de Caixa	4.871.163,24
Disponibilidade de Caixa Bruta	6.081.135,90
(-) Restos a Pagar Processados	11.501.541,25
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	6.081.135,90
Demais Haveres Financeiros	9.254.912,59
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	11.887.241,63
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)	3.115.810,08
	57.966,61
	38.202,13
	347.498,25
	0,00
	0,00
	(904.826,98)
	5.725.551,03

AJUSTE METODOLÓGICO	Até o Bimestre/2022
VARIAÇÃO SALDO RPP (XXXIII) = (XXXa - XXXb)	3.077.607,95
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)	0,00
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)	0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVII)	0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVIII) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII)	2.647.943,08
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXIX) = XXXVIII - (XXV - XXVI)	2.647.943,08

INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00
Recursos arrecadados em exercício anteriores - RPPS	0,00
Superávit financeiro utilizado para abertura e reabertura de créditos adicionais	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00
FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Finanças - em 8 de julho de 2022 as 15:42:34	

Publicado por:
Wanderley Bernardo da Silva
Código Identificador: 7E7878C8

GABINETE DO PREFEITO DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO DE 2022/BIMESTRE MAIO-JUNHO

RREO - Anexo XIV (LRF, Art. 48)				R\$ 1,00	
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO			Até o Bimestre		
RECEITAS					
Previsão Inicial			45.000.000,00		
Previsão Atualizada			45.000.000,00		
Receitas Realizadas			27.874.237,50		
Déficit Orçamentário			0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)			6.386.074,67		
DESPESAS					
Dotação Inicial			45.000.000,00		
Créditos Adicionais			1.187.374,99		
Dotação Atualizada			46.187.374,99		
Despesas Empenhadas			21.588.962,83		
Despesas Liquidadas			21.488.162,83		
Despesas Pagas			20.992.583,50		
Superávit Orçamentário			6.386.074,67		
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO			Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas			21.588.962,83		
Despesas Liquidadas			21.488.162,83		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL			Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida			50.883.683,85		
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento			50.883.683,85		
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal			50.883.683,85		
RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos - PLANO PREVIDENCIÁRIO					
Receitas Previdenciárias Realizadas			0,00		
Despesas Previdenciárias Empenhadas			0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas			0,00		
Resultado Previdenciário			0,00		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos - PLANO FINANCEIRO					
Receitas Previdenciárias Realizadas			0,00		
Despesas Previdenciárias Empenhadas			0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas			0,00		
Resultado Previdenciário			0,00		
RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)	
Resultado Primário - Acima da Linha		0,00	3.875.103,73	0,00	
Resultado Nominal - Acima da Linha		0,00	3.875.103,73	0,00	
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO			Até o Bimestre		
RESTOS A PAGAR A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo à Pagar	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	3.115.810,08	0,00	3.077.607,95	38.202,13	
Poder Executivo	3.115.810,08	0,00	3.077.607,95	38.202,13	
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESTOS A PAGAR NAO-PROCESSADOS	1.088.573,78	0,00	249.752,39	838.821,39	
Poder Executivo	1.002.786,62	0,00	218.052,39	784.734,23	
Poder Legislativo	85.787,16	0,00	31.700,00	54.087,16	
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL	4.204.383,86	0,00	3.327.360,34	877.023,52	
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado Até o Bimestre		Limites Constitucionais Anuais		
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre	
	Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	4.338.402,04	25%	27,07	
	Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	5.695.209,57	70%	141,87	
	Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	0,00	50%	0,00	
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	0,00	15%	0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor Apurado no Exercício	Saldo não Realizado		
Receita de Operação de Crédito		0,00	0,00		
Despesa de Capital Líquida		0,00	0,00		
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício	
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo a Realizar		
Receita da Alienação de Ativos		0,00	0,00		
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	0,00		
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO			Até o Bimestre		
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado Até o Bimestre		Limite Constitucional Anual		
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre	
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de		3.063.631,61	15,00	19,12	

impostos		
DESPESES DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		VALOR APURADO NO EXERCÍCIO CORRENTE
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)		0,00
FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Finanças - em 8 de julho de 2022 as 15:27:22		

Publicado por:
Wanderley Bernardo da Silva
Código Identificador:10D1DD98

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA LAVRADA

GABINETE

RESULTADO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL/HORÁRIO E DATA DAS ENTREVISTAS DO PROCESSO SELETIVO 02/2022

DATA DAS ENTREVISTAS: 18/07/2022		
LOCAL DAS ENTREVISTAS: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO (CENTRO PROFISSIONALIZANTE MUNICIPAL), RUA ASSIS FERNANDES, S/N - CENTRO - PEDRA LAVRADA/PB		
MOTORISTA TRANSPORTE ESCOLAR		
NOME DO CANDIDATO	SOMA DE PONTOS	ENTREVISTA 9H00
JOEDSON VASCONCELOS LIMA	2	
JOSÉ FERREIRA DA SILVA	12	
JOSÉ JODICLEBIO DIAS CLIDORIO	2	
JOSÉ WILSON BEZERRA SANTOS	21	
ROBERIO DE AZEVEDO MARINHO	12	

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA		
NOME DO CANDIDATO	SOMA DE PONTOS	ENTREVISTA 10H10
ADRIANO OLIVEIRA DOS SANTOS	30	
JOSE LOURENÇO DOS SANTOS	20	
OWAIRAN BARROS DA ROCHA	34	

PROFESSOR DE GEOGRAFIA		
NOME DO CANDIDATO	SOMA DE PONTOS	ENTREVISTA 10H50
HELDER CORDEIRO LIMA	93	
JORDANIA ALYNE DOS SANTOS MARQUES	87	
RODOLFO NOBERTO DE MACEDO	35	

PROFESSOR DE MATEMÁTICA		
NOME DO CANDIDATO	SOMA DE PONTOS	ENTREVISTA 11H30
ADALBERTO DA COSTA SILVA	29	
ANNA LORENA ALVES DANTAS BEZERRA	13	
JUSEILMA DA SILVA SANTOS	11	
VALDENISE NOBERTO DOS SANTOS	32	

CARGO: CIRURGIÃO DENTISTA		
NOME DO CANDIDATO	SOMA DE PONTOS	ENTREVISTA 13H30
BRENO XAVIER DE SOUSA FRANÇA	23	
GABRIEL FREIRE DA SILVA FILHO	27	
GABRIELE MOURA ALMEIDA	11,5	
GRAZIELY PAULINA DE LIMA SILVA	41	
LAUDIENE VASCONCELOS DANTAS	39	
MANOEL PORTO VASCONCELOS	37	
PRISCILA FERREIRA OLIVEIRA	10	

TÉCNICO EM PROTESE DENTÁRIA		
NOME DO CANDIDATO	SOMA DE PONTOS	ENTREVISTA 14H50
ALCIANY BARBOSA SOUTO	0	
RODRIGO GUEDES FALCO	25	

FISIOTERAPEUTA		
NOME DO CANDIDATO	SOMA DE PONTOS	ENTREVISTA 15H10
DELIS PAMELA DE FATIMA DANTAS LIMA	39	
GISELE ROSA DE LIMA SILVA	36	

FONOAUDIÓLOGA		
NOME DO CANDIDATO	SOMA DE PONTOS	ENTREVISTA 15H30
ERIKA DE SOUTO SILVA FURTADO	43	

MÉDICO PSF		
NOME DO CANDIDATO	SOMA DE PONTOS	ENTREVISTA 15H40
ALEXANDRE TAVARES CARTAXO	44	

PSICÓLOGO (A)		
NOME DO CANDIDATO	SOMA DE PONTOS	ENTREVISTA 15H50
RENALLY MARIANE GUEDES CORDEIRO	21	

MOTORISTA		
NOME DO CANDIDATO	SOMA DE PONTOS	ENTREVISTA 16H00
ATHILSON HEBERT GOMES SANTOS	0	
HITALO BRUNO DA SILVA	0	
JEFFERSON FERREIRA SANTOS DE SOUZA	0	
JOSÉ VALCLECIO DE OLIVEIRA	0	

WESLEY DE SOUZA CORDEIRO

0

NUTRICIONISTA

NOME DO CANDIDATO	SOMA DE PONTOS	ENTREVISTA 16H30
JOÃO PEREIRA DA SILVA JUNIOR	67	
ANDREZA AGDA DANTAS SILVA	25	
JANICELI ALVES DUARTE DA COSTA	27	
POLIANA NOBREGA DA SILVA MARQUES	0	
LUANA PEREIRA DA SILVA MARTINS	47	

DATA DAS ENTREVISTAS: 19/07/2022

LOCAL DAS ENTREVISTAS: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO (CENTRO PROFISSIONALIZANTE MUNICIPAL), RUA ASSIS FERNANDES, S/N - CENTRO - PEDRA LAVRADA/PB

OPERADOR DE MÁQUINAS

NOME DO CANDIDATO	SOMA DE PONTOS	ENTREVISTA 08H30
JOSINALDO DE MEDEIROS PIRES	7	
JUCINALDO DOS SANTOS JÚNIOR	4	
MARCOS ROGEL DA SILVA PEREIRA	2	
MEDSON ROBERTO OLIVEIRA DA COSTA	0	

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA

NOME DO CANDIDATO	SOMA DE PONTOS	ENTREVISTA 09H00
ANDREZA MARIA DE VASCONCELOS	50	
ANNA SAMARA DE BRITO COSTA	0	
APARECIDA FERNANDES BATISTA	21	
CANDIDA TAMYRES DA SILVA BURITI	52	
CLARA RAQUEL FERNANDES DE OLIVEIRA	34	
DINÁ DE AZEVEDO E SILVA ANTUNES	35	
ERINALDETE SUENIA SANTOS AZEVEDO	28	
GIVANILDA ALVES DE OLIVEIRA	35	
GIBANILSON DOS SANTOS OLIVEIRA	22	
GRACIELI DE ALMEIDA SILVA	29	
HELITANIA ELBA DOS SANTOS OLIVEIRA	15	
IRISMAR PAULO DE VASCONCELOS	42	
JANICLEIDE OLIVEIRA DE VASCONCELOS	54	
JOÃO PAULO DE OLIVEIRA SILVA	61	
JOELMA LIZANDRA DA SILVA	41	
JUSCIEL CARLOS MONTEIRO	73	
KAYONARA VITAL DOS SANTOS	36	
LILIA MARIA DA COSTA GONZAGA FARIAS	15	
LINDAILTON LIMA OLIVEIRA	41	
MARIA AMANDA AVELINO DE GÓIS	32	
MARIA DO SOCORRO BEZERRA MORAIS PESSOA	9	
MARIA LUCIVANIA FERREIRA DE LIMA	12	
MARIA LUJAILMA AZEVEDO VASCONCELOS	38	
ROBERTA BEZERRA SANTOS LIMA	15	
TAIS MARCIA SOUTO SANTOS	31	
VALDENIA DOS SANTOS BURITI	30	
WIDE LANEYDE MELO DOS SANTOS	37	

Publicado por:

Osvaldo Januário de Lima

Código Identificador:32EB0637

DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS

AGORA COM ATOS DE INTERESSE PRIVADO

Licenciamento ambiental e demais atos legais de interesse privado das pessoas físicas ou jurídicas de direito privado cuja legislação de regência determine a divulgação e a publicidade agora tem um novo espaço, mas ágil e com menor custo.

saiba mais em:

www.diariomunicipal.com.br/famup

(61) 4063-6162



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATARACA

GABINETE DO PREFEITO
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO DE 2022/BIMESTRE MAIO-JUNHO

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)													R\$ 1,00	
Especificação	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												Total (últimos 12 meses)	Previsão Atualizada - 2022
	Jul/21	Ago/21	Set/21	Out/21	Nov/21	Dez/21	Jan/22	Fev/22	Mar/22	Abr/22	Mai/22	Jun/22		
RECEITAS CORRENTES (I)	4.137.832,65	4.773.204,46	4.804.593,82	4.124.319,69	4.298.922,85	5.161.385,36	5.193.752,64	4.651.937,70	4.388.465,48	4.135.778,50	4.993.222,12	5.624.006,90	56.287.422,17	48.333.878,99
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	219.227,00	255.000,62	104.523,80	175.597,44	220.824,41	225.052,33	733.688,53	137.893,83	111.262,98	229.806,64	127.782,34	110.792,55	2.651.452,47	1.856.095,00
IPTU	4.587,77	7.927,32	832,38	2.264,80	178,00	64,05	0,00	10.434,14	25.734,69	24.181,77	21.898,37	3.969,33	102.072,62	108.353,00
ISS	177.248,01	82.153,28	62.760,24	150.193,11	109.780,66	138.014,20	196.367,11	59.845,70	44.776,39	162.006,85	41.253,99	50.878,17	1.275.277,71	1.224.652,00
ITBI	0,00	0,00	6.850,00	1.132,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.800,00	400,00	0,00	10.182,65	1.200,00
IRRF	36.891,22	163.000,02	29.341,18	20.316,88	110.865,75	86.974,08	537.321,42	66.113,99	40.751,90	41.108,02	61.574,98	48.190,05	1.242.449,49	497.368,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias	500,00	1.920,00	4.740,00	1.690,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00	0,00	710,00	2.655,00	7.755,00	21.470,00	24.522,00
Contribuições	44.094,70	43.260,57	5.351,53	109.982,47	91.764,93	96.755,27	88.846,01	91.627,51	72.608,99	73.107,17	58.544,92	65.307,14	841.251,21	640.000,00
Receita Patrimonial	13.792,87	19.226,45	21.344,68	29.271,98	38.989,83	54.240,99	51.456,24	58.496,98	71.518,78	64.477,49	92.994,19	81.205,48	597.015,96	87.218,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	13.792,87	19.226,45	21.344,68	29.271,98	38.989,83	54.240,99	51.456,24	58.496,98	71.518,78	64.477,49	92.994,19	81.205,48	597.015,96	87.218,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
Transferências Correntes	3.858.693,54	4.455.716,82	4.671.840,94	3.809.467,80	3.947.343,68	4.783.099,77	4.307.504,52	4.363.919,38	4.133.074,73	3.768.387,20	4.713.900,67	5.366.701,73	52.179.650,78	45.629.653,99
Cota-Parte do FPM	1.202.442,90	961.391,47	755.016,69	841.340,54	1.092.671,38	1.626.654,73	1.130.459,78	1.578.026,52	956.663,71	1.133.985,25	1.261.445,43	1.180.322,93	13.720.421,33	12.271.887,17
Cota-Parte do ICMS	1.075.039,37	1.175.661,29	1.147.817,40	1.148.978,95	1.174.778,27	1.248.752,27	1.246.739,16	1.117.397,76	1.322.820,15	942.646,01	1.431.667,19	1.178.802,24	14.211.100,06	12.357.495,99
Cota-Parte do IPVA	14.915,51	14.249,52	13.030,50	12.120,38	7.078,94	7.614,01	14.010,82	8.673,38	17.899,83	15.777,34	14.437,20	25.472,23	165.279,66	156.615,00
Cota-Parte do ITR	6,10	190,84	4.542,49	4.209,78	3.797,61	807,44	1.010,42	13,20	0,00	126,88	0,00	0,00	14.704,76	3.220,00
Transferências da LC 87/1996	930,38	930,38	930,38	930,38	930,38	930,38	910,84	910,84	910,84	910,84	910,84	910,84	11.047,32	11.165,00
Transferências da LC 61/1989	652,57	520,86	658,05	690,50	652,11	600,26	851,59	615,16	743,30	675,77	465,17	475,88	7.601,22	7.257,99
Transferências do FUNDEB	700.845,62	824.654,73	713.768,71	755.882,89	878.253,19	912.616,84	880.548,25	1.052.014,69	832.867,19	803.574,15	1.006.787,04	889.833,15	10.251.646,45	9.156.111,00
Outras Transferências Correntes	863.861,09	1.478.117,73	2.036.076,72	1.045.314,38	789.181,80	985.123,84	1.032.973,66	606.267,83	1.001.169,71	870.690,96	998.187,80	2.090.884,46	13.797.849,98	11.665.901,84
Outras Receitas Correntes	2.024,54	0,00	1.532,87	0,00	0,00	2.237,00	12.257,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.051,75	20.912,00
DEDUÇÕES (II)	368.457,02	427.482,36	381.474,03	398.905,81	454.249,40	476.744,64	475.641,83	539.087,46	455.896,72	415.351,59	538.622,46	471.825,00	5.403.738,32	4.699.692,99
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciários														
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	368.457,02	427.482,36	381.474,03	398.905,81	454.249,40	476.744,64	475.641,83	539.087,46	455.896,72	415.351,59	538.622,46	471.825,00	5.403.738,32	4.699.692,99
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	3.769.375,63	4.345.722,10	4.423.119,79	3.725.413,88	3.844.673,45	4.684.640,72	4.718.110,81	4.112.850,24	3.932.568,76	3.720.426,91	4.454.599,66	5.152.181,90	50.883.683,85	43.634.186,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	3.769.375,63	4.345.722,10	4.423.119,79	3.725.413,88	3.844.673,45	4.684.640,72	4.718.110,81	4.112.850,24	3.932.568,76	3.720.426,91	4.454.599,66	5.152.181,90	50.883.683,85	43.634.186,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (V - VI)	3.769.375,63	4.345.722,10	4.423.119,79	3.725.413,88	3.844.673,45	4.684.640,72	4.718.110,81	4.112.850,24	3.932.568,76	3.720.426,91	4.454.599,66	5.152.181,90	50.883.683,85	43.634.186,00

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO DE 2022/BIMESTRE MAIO-JUNHO

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)													R\$ 1,00	
Especificação	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												Total (últimos 12 meses)	Previsão Atualizada - 2022
	Jul/21	Ago/21	Set/21	Out/21	Nov/21	Dez/21	Jan/22	Fev/22	Mar/22	Abr/22	Mai/22	Jun/22		
FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Finanças - em 8 de julho de 2022 as 15:21:41														

Publicado por:
Wanderley Bernardo da Silva
Código Identificador:CBBBDEFD

GABINETE DO PREFEITO
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO DE 2022/BIMESTRE MAIO-JUNHO

RREO - ANEXO VII (LRF, art. 53, inciso V)												R\$ 1,00
PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSDOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total L = (e + k)
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (e = (a + b) - (c + d))	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo (k = (f + g) - (i + j))	
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2021 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2021 (g)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA - ORÇAMENTÁRIOS)(I)	37.474,05	3.078.336,03	3.077.607,95	0,00	38.202,13	96.598,80	991.974,98	249.752,39	249.752,39	0,00	838.821,39	877.023,52
PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	85.787,16	31.700,00	31.700,00	0,00	54.087,16	54.087,16
Câmara Municipal de Mataraca	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	85.787,16	31.700,00	31.700,00	0,00	54.087,16	54.087,16
PODER EXECUTIVO	37.474,05	3.078.336,03	3.077.607,95	0,00	38.202,13	96.598,80	906.187,82	218.052,39	218.052,39	0,00	784.734,23	822.936,36
Prefeitura Municipal de Mataraca	37.454,94	3.061.653,01	3.063.386,93	0,00	35.721,02	96.598,80	906.187,82	218.052,39	218.052,39	0,00	784.734,23	820.455,25
Fundo Municipal de Saúde de Mataraca	19,11	16.683,02	14.221,02	0,00	2.481,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.481,11
RESTOS A PAGAR (INTRA - ORÇAMENTÁRIOS)(II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
NADA A REGISTRAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	37.474,05	3.078.336,03	3.077.607,95	0,00	38.202,13	96.598,80	991.974,98	249.752,39	249.752,39	0,00	838.821,39	877.023,52
FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Finanças – em 8 de julho de 2022 as 15:23:28												

Publicado por:
Wanderley Bernardo da Silva
Código Identificador:75DFBF68